

**UNIVERSIDADE FEDERAL de PERNAMBUCO- UFPE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ERLENIA SOBRAL DO VALE**

**A REPRODUÇÃO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NO COTIDIANO ACADÊMICO:  
REITERAÇÕES E RESISTÊNCIAS DO TRABALHO DOCENTE NA UECE**

**Recife, abril de 2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL de PERNAMBUCO- UFPE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ERLENIA SOBRAL DO VALE**

**A REPRODUÇÃO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NO COTIDIANO ACADÊMICO:  
REITERAÇÕES E RESISTÊNCIAS DO TRABALHO DOCENTE NA UECE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em  
Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco  
como requisito para obtenção do Grau de Doutor/a em  
Serviço Social

Profa. Orientadora: Dra. Ângela Santana do Amaral

Recife, abril de 2012

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

V149r Vale, Erlenias Sobral do  
A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico : reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE / Erlenias Sobral do Vale. - Recife : O Autor, 2012.  
237 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ângela Santana do Amaral.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. Universidade. 2. Trabalho docente. 3. Reprodução. 4. Ideologia liberal. 5. Cotidiano. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientador). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 064)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE DOUTORADO

Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quatorze horas do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e doze, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Tese intitulada: *“A Reprodução do Ideário Neoliberal no Cotidiano Acadêmico: Reiteraões e resistências do Trabalho Docente na UECE”* de autoria da Doutoranda **Erlenias Sobral do Vale**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Doutora em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.016324/2012-23**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Angela Santana do Amaral, Doutora em Serviço Social**, Orientadora e Examinadora Interna; **Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota, Doutora em Serviço Social**, Examinadora Interna; **Daniel Alvares Rodrigues, Doutor em Educação**, Examinador Externo; **Marcelo Sitcovsky Santos Pereira, Doutor em Serviço Social**, Examinador Externo; **Roberto Leher, Doutor em Educação**, Examinador Externo; **Juliane Feix Peruzzo, Doutora em Serviço Social**, Suplente Interna; **Maria das Graças e Silva, Doutora em Serviço Social**, Suplente Externa. Na qualidade de Orientadora, a **Dr.ª Angela Santana do Amaral** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu <sup>APROVAR</sup> a Tese com as seguintes menções: **Dr.ª Angela Santana do Amaral: APROVADA**; **Dr.ª Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota: APROVADA**; **Dr. Daniel Alvares Rodrigues: APROVADA**; **Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira: APROVADA**; **Dr. Roberto Leher: APROVADA**. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 23 de abril de 2012.

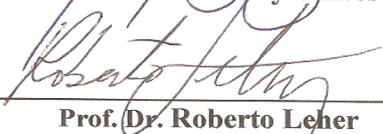
BANCA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Angela Santana do Amaral

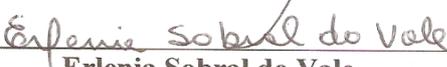
  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Roberto Leher

DOUTORA:

  
\_\_\_\_\_  
Erlenias Sobral do Vale

## RESUMO

Aborda a cotidianidade vivida pelos docentes da Universidade Estadual do Ceará no contexto de “neoliberalização” das instituições sociais. As universidades públicas sofrem os impactos das transformações societárias em particular, do neoliberalismo que além de determinar o corte de verbas para a educação, ampliar o mercado de faculdades privadas, cria mecanismos de privatização interna com as fundações de direito privado, bem como com a instituição e crescimento de cursos de pós-graduação pagos. O cotidiano do professor é impactado pelas exigências de produtividade (que remete a uma racionalização do trabalho docente) conducente ao nível de competitividade que garanta o acesso aos editais e recursos. Tudo isto é produzido nos elementos de formação da universidade brasileira desde a reforma de 1968 e ainda pelas atuais políticas educacionais submissas aos indicativos dos organismos multilaterais para os países periféricos. O Ceará é considerado o pioneiro do neoliberalismo no Brasil e houve um momento na década de 1990 que o chamado “governo das mudanças” propôs, via CIC- Centro Industrial Cearense, diretrizes para a modernização das universidades estaduais cearenses, identificando a missão destas no Pacto de Cooperação. Hoje, entretanto, o Ceará é um dos estados onde mais cresceu a privatização do ensino superior, enquanto o governo Cid Gomes opta pela contratação de professores temporários nas universidades estaduais e não apresenta com clareza qual seu projeto de ensino superior para o Estado do Ceará, falando sem detalhes, de uma federalização das três universidades. Com poucos recursos, já há algum tempo a UECE criou um montante de cursos pagos, bem como fortaleceu sua Fundação de direito privado, chamado IEPRO e outros processos que fortalecem uma privatização interna. Historicamente contudo, sempre conviveram diferentes projetos de universidade no lócus acadêmico. Assim, busca-se mapear nas particularidades da UECE, como se processa a participação (reiterativa ou de resistência) de professores (categoria de composição classista heterogênea) no cotidiano de suposta hegemonia neoliberal. Palavras-chave: Universidade, Trabalho docente, reprodução, ideologia liberal Cotidiano.

## ABSTRACT

This paper deals with the everyday life experienced by teachers of the State University of Ceará in the context of "neo-liberalization" of social institutions. Public universities are suffering the impact of societal transformations in particular, that of neo-liberalism and to determine the cutting funds for education, expand the market for private colleges, create internal mechanisms of privatization with the foundations of private law, as well as the creation and expansion of postgraduate courses paid. The teacher's daily life is impacted by the demands of productivity (which refers to a rationalization of teaching) to access the level of competition for access to public announcements and resources. This whole process is generated in the training elements of the Brazilian university reform from 1968 and even by current educational policies submissive indicative of the multilateral institutions to peripheral countries. Ceará is considered the pioneer of neoliberalism in Brazil and there was a time in the 90 so-called "government of change" proposed via CIC-Industrial Center of Ceará, guidelines for the modernization of the state universities of Ceará, the mission of identifying the same Cooperation Pact. Today, however, Ceará is one of the fastest growing states in which the privatization of higher education, while the government chooses the Cid Gomes hiring of temporary teachers in state universities and does not show clearly what his plan of higher education for the state of Ceará, speaking without details of a federalization of the three universities. Faced with limited resources, since some time UECE created an amount of paid courses, as well as strengthened its private-law foundation, called IEPRO and other processes that strengthen internal privatization. Historically however, have always lived in different projects of the university academic locus. Thus, we seek to map out the specifics of UECE, how is the participation (repetitive or resistance) of teachers (class of heterogeneous composition class) in the daily life of alleged neo-liberal hegemony. Keywords: university, teaching, daily neoliberalism

## Dedicatórias

**Ao meu pai, que sempre me ensinou, pela simplicidade do exemplo de um mestre de obras, lições de re(construção) em meio a tempestades.**

### **Ao entardecer**

Final de tarde e visito seu João. Penso antes em encontrá-lo convalescente dado o tratamento quimioterápico. A minha surpresa entretanto, ocorre logo na entrada da casa. Seu João regando uma nova pequena árvore que plantou hoje.

E dentro de casa mais uma surpresa: dona Eliza reclamando que a quimioterapia deve ter em sua fórmula água de chocalho. Mais do que nunca aquelas muitas memórias do homem de 81 anos afloram numa boca que só pára quando dorme. Outro dia, já impaciente com a surdez de dona Eliza, resolveu contar pra si em alto e bom som, as estórias de seu pai e do sertão. Riu muito com as lembranças enquanto dona Eliza já desconfiava que o tratamento tinha efeito colateral na cabeça. Mas acalmou sua velha. Não, não caducava. É que na solidão lhe restava a memória, e não seria por falta de interlocutor que iria deixar de falar, visitar o tempo que o corpo acompanhava sua inquietude e vontade de viver.

Uma árvore, um velho, suas memórias, risos destemporâneos. Um bom entardecer...

Erlenia - uma tarde de 2011

**Ao meu pequeno Kaique, que *sui generis*, já inspira poesia:**

### **ou tudo ou nada**

ele era assim

melancólico, sensível, profundo

será que o mundo haveria de compreê-lo, aceitá-lo?

ao invés de andar nos trilhos como um trem

o garoto preferiu ser água

que corre pelas pedras e vai descobrindo caminhos e sensações até então desconhecidas

ele era assim,

logo descobriu que não

não se encaixava naquele chão

preferia as alturas, os montes

optara por uma vida sem reservas

e pensava: ou tudo ou nada!

navegava por mares livres  
peraltices de um pequeno grande amor  
ouvia sonetos diluídos em seus coloridos horizontes  
brincava com os traços da chuva  
lançava seus barcos ao mar  
e sempre pensava: ou tudo ou nada!  
era fevereiro quando surpreendeu a mãe  
carregava em suas pequeninas mãos um tufo de orquídeas lilás  
os olhos verde-mar da mãe transbordaram  
e ele convidou-a para brincar  
a mãe, já embevecida de tanto olhar  
perguntou para o pequeno navegante  
brincaremos de quê?  
ele, com o vento em seus revoltosos cabelos respondeu:  
brincaremos de viver feliz!

Daniela Castilho, 2012

**Aos trabalhadores/as e movimentos sociais que pela resistência, ensinam as novas gerações (como a do meu amor Kaynan), os caminhos para a liberdade humana.**

O problema da liberdade emerge na forma de tarefas práticas no curso do desenvolvimento humano e apenas, mais tarde, podem os filósofos elevá-lo ao nível da abstração....a verdadeira questão é a liberdade humana e não um princípio abstrato chamado "liberdade".

Mészáros, 2006

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho solitário, mas que só se realiza pela orientação e solidariedade de muitos. Na trajetória dos quatro anos de formação, sou grata a tanta gente que estas páginas não são suficientes para todos os registros. Ressalto dentro deste limite, os mais expressivos:

A toda a minha família, em especial: minha mãe, incondicional apoiadora; minha irmã Eliene, com sua paciência e incentivo na minha aquisição das primeiras letras e as minhas sobrinhas Nathalia e Hiana, cumplicidades que transcendem ao parentesco;

Ao Roger, por se dispor a aprender comigo, a agridoce tarefa do companheirismo cotidiano, em especial neste período;

Ao meu amor Kaynan, que cedo aprendeu a arte de questionar, mas cuja tranquilidade facilita minha vida de mãe;

As minhas orientadoras Ângela Amaral e Ana Elizabete Mota; cada uma a seu modo e em seu tempo, me adensaram, me inquietaram e me instigaram a crescer. Antes do meu doutorado, já faziam parte dos minhas referências intelectuais, agora fazem parte também dos meus afetos e ainda mais, da minha crença na contribuição cotidiana do compromisso intelectual orgânico com a transformação social;

Aos professores/as participantes da pré-banca e banca, pelo cuidado, zelo na leitura e imprescindíveis indicações de melhora deste trabalho.

A todas as professoras do colegiado da Pós de Serviço Social da UFPE, em especial as incríveis Juliane Peruzzo e Maria das Graças;

A todos/as que me apoiaram no período do doutorado sanduíche na UFRJ, em especial professor Roberto Leher e as professoras Cleusa Santos e Yolanda Guerra;

A toda a turma 2008-1012 do doutorado, uma gente muito especial, unindo duas coisas aparentemente opostas: disciplina e descontração;

A todas as novas amigas adquiridas: Cícera (minha parceira de estudos e confidências nestes quatro anos) Salvea, Cleomar e Ancizar (amigadas que ficam), Janaiky, Monica, Sheyla, Daniel, Franky, Josy, Margarete(s), Teresa,

Quilombola, João, André, Silvia, Paola, Evilásio e tantos mais; a descoberta ainda de uma ótima Teresa Cristina;

Aos amigos e amigas históricos, afetos com os quais aprendo a autenticidade de suas personalidades e prática militante; especiais na constituição de laços fortes de confiança e o difícil compromisso cotidiano com a sinceridade: Mary Mesquita, Sâmmya Rodrigues, Epitácio Macário, Sâmbara Paula, Daniela Castilho, Jefferson Almeida, Socorro Maciel, Régia Prado, Roberta Menezes, Alex Santos e Célio Coutinho.

A verônica Soares pela acolhida solidária e incondicional em Recife.

As minhas eternas mestras da UECE: Darcy, Conceição Pio, Ruth Bittencourt, Irma Moroni pelo estímulo e apoio de sempre, em particular para fazer doutorado; A todo o colegiado de Serviço Social da UECE que me liberou em um difícil período de precarização das condições de trabalho na universidade;

Aos espaços/entidades mediadores de minha militância política e acadêmica

Aos aluno/as: Samuel, Duda e Danielle pelo apoio na pesquisa de campo e amizade construída;

Aos participantes da pesquisa;

Ao CNPq pela bolsa de estudos, imprescindível para realização do doutorado;

A todas e todos, minha sincera gratidão!

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS:**

Tabela 01 – Categoria funcional

Tabela 02 – Faixa etária dos (as) professores (as)

Tabela 03 – Condição de moradia dos professores

Tabela 04 – Tipo de escola frequentado pelos filhos

Tabela 05 – Acesso a plano de saúde pelos (as) professores (as)

Tabela 06 – Outra renda além do salário dos (as) professores (as)

Tabela 07 – Realização de empréstimos pelos (as) professores(as)

Tabela 08 — Acesso a tecnologia pelos (as) professores(as)

Tabela 09 - Acesso a canais de comunicação pelos (as) professores(as)

Tabela 10 – Acesso a viagens

Tabela 11 – Carga horária de trabalho na UECE

Tabela 12 -Tempo semanal investido em atividades burocráticas na UECE

Tabela 13 – Condição de acesso à sala de trabalho pessoal na UECE

Tabela 14 – Acesso e uso dos recursos audiovisuais para o trabalho na UECE

Tabela 15 –Tempo investido em atividades na UECE

Tabela 16- Acesso na área de pesquisa

Tabela 17– Atualização do currículo Lattes

Tabela 18- Participação em grupos de pesquisa

Tabela 19 – Número de grupos que participa

Tabela 20 – Nível de envolvimento com grupo de pesquisa

Tabela 21 – Trabalhos realizados em casa nos finais de semana

Tabela 22 – Saúde do ambiente de trabalho

Tabela 23 – Frequência com que participa das reuniões

Tabela 24 – Periodicidade com que freqüenta locais culturais

Tabela 25 – Tempo aproximado em que fez última leitura de literatura não didática

Gráfico 1-Titulação

Gráfico 2- Renda pessoal e familiar

Gráfico 3 – Tempo investido em atividades na UECE (período semanal)

Gráfico 4 – Atividades Pós-graduação – graduação

Gráfico 5- Participação no movimento sindical

Gráfico 6- Formas de participação no sindicato

Gráfico 7- Cultura e entretenimento

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior  
AGCS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços  
AI – Avaliação Institucional  
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
BM – Banco Mundial  
BC – Banco Central  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia  
CEC – Conselho de Educação do Ceará  
CETROS – Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
CPC – Conceito Preliminar do curso  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CRF – Constituição Federal  
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras  
CCS – Centro de Ciências da Saúde  
CCT – Centro de Ciências e Tecnologia  
CD – Conselho Diretor  
CED – Centro de Educação  
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CES – Câmara de Educação Superior  
CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados  
CEV – Comissão Executiva do Vestibular  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CONSU – Conselho Universitário  
DI – Desenvolvimento Institucional  
EUA – Estados Unidos da América  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
ENC – Exame Nacional de Cursos  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao desenvolvimento crítico e tecnológico  
FUNECE – Fundação Universidade Estadual do Ceará  
FUNEDUCE – Fundação Educacional do Ceará  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEPRO – Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IMO – Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário.  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC – Ministério da educação  
NECAD – Coordenação de Educação Continuada e a Distância  
NURECE – Núcleo Regional de Pós-Graduação  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação  
PROGPQ – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SINDUCE – Sindicato dos Docentes da UECE  
SINDURCA – Sindicato dos Docentes da URCA  
SINDUVA – Sindicato dos Docentes da UVA  
SEAD – Secretaria de Administração  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
URCA – Universidade Regional do Cariri  
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIES – Financiamento Estudantil  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio  
GED – Gratificação de Estímulo à Docência  
GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior  
GT – Grupo de Trabalho  
GTPE – Grupo de Trabalho de Política Educacional  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IESALC – Instituto Internacional de Educação Superior na América Latina e Caribe  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
IGC- ÍNDICE Geral dos Cursos  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LC – Lei Complementar  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento  
NUPES – Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ISE – Institutos Superiores de Educação  
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PL – Projeto de Lei  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SESI – Secretaria de Ensino Superior  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
TCU – Tribunal de Contas da União

## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| <b>LISTA DE TABELAS</b> .....  | 6   |
| <b>LISTA DE SIGLAS</b> .....   | 9   |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | 15. |
| <b>CAPÍTULO 2 - UNIVERSIDADE E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E POLÍTICOS</b>  |     |
| 2.1 Aspectos da formação da universidade no Brasil: da origem à reforma de 1968.....   | 41  |
| 2.2 A universidade brasileira no contexto das transformações societárias: as indicações dos organismos multilaterais e as prioridades da política educacional na América Latina..... | 62  |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO 3 - A EDUCAÇÃO, A UNIVERSIDADE E O TRABALHO DOCENTE NO QUADRO DA REPRODUÇÃO SOCIAL</b> .....   | 93  |
| 3.1. A natureza histórica da atividade docente universitária: da formação do Medievo ao contexto da sociabilidade capitalista.....   | 94  |
| 3.2 –Reprodução, Ideologia e educação e no contexto do liberalismo.....  | 107 |
| 3.3.- O cotidiano como espaço de reprodução social da ideologia liberal e a experiência de grupos de pesquisa na UECE.....   | 120 |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO 4 - DOCÊNCIA E OS DESAFIOS COTIDIANOS NA UECE EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO.</b>   |     |
| 4.1- A UECE - Da origem ao contexto da modernização no Ceará.....  | 135 |
| 4.2- A tensão das contradições no cotidiano e as expressões da resistência no movimento docente.....   | 160 |
| 4.3. Elementos do perfil docente no contexto neoliberal: condições sócio-econômicas, dinâmica e controle de trabalho e estratégias individuais.....                                  | 178 |
| 4.3.1- Condições sócio-econômicas.....   | 161 |
| 4.3.2 . A dinâmica institucional cotidiana e o controle do trabalho docente.....   | 190 |
| 4.3.3.. Estratégias e representações sobre o trabalho docente e a universidade.....  | 211 |
| <br>   |     |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 222 |
| BIBLIOGRAFIA   |     |

### **Os dias...**

*As olheiras estão maiores e mais escuras, mas os dentes reluzem à custa da segunda parcela do décimo. Olha o notebook... hesita. “Não. Não vou ligar esse desgraçado agora!”. A camisa já está no encosto da cadeira, desde a madrugada. À mesa, entre um gole e outro, lê no jornal que René Barreira é o novo(!) titular da secretaria de ciência, tecnologia e educação superior. Um gesto incógnito, meio que de surpresa diante do já conhecido, e abstrai, preocupado com o trânsito até o campus do Itaperi.*

*Na direção, mentaliza as tantas atividades que o esperam e as que ficaram em casa, aproveitando os intervalos dos sinais. Divaga... Mas o fluxo da cidade lhe cai como um raio: “tá dormindo, idiota?!”. Já não basta a culpa por ter que dormir, ainda vem esse tipo de... de... cidadão do trânsito. Ouve a FM 107.9 de consciência ausente. Seu pensamento está nas aulas, na pesquisa, nos relatórios, na orientação dos bolsistas, no laboratório. “Putz! Esqueci de preencher o PAD! Hoje tem reunião do colegiado e à tarde, do grupo de estudos...”. Mas sabe, como todos os trabalhadores do mundo, que se deve viver um dia de cada vez. Então, é só dividir 24 horas pelo número de atividades e...*

*Faz o contorno e adentra o campus. Os sons da cidade vão se distanciando... É como adentrar numa bolha de ares bucólicos, árvores, jardins, contrastando com prédios novos e velhos. Parece até que tudo fora preparado para disfarçar a intensidade do trabalho que se desenvolve lá dentro. Na pracinha giratória, uma faixa lida em pedaços: **Sinduece... Assembléia.** A semiótica ajuda a formar a mensagem: “o sindicato está convocando para uma assembléia de professores”.*

*À entrada do corredor central, recebe, educadamente, o informativo das mãos de uma professora de Ciências Sociais e o entulha na mochila junto dos anúncios de imóveis distribuídos nos sinais. Em frente ao auditório, três ou quatro afixam cartazes e faixas, e convidam-no com olhares. “Não previ essa atividade. É uma questão de tempo!” De fato, se acrescentar o íterim, terá de elastecer o dia para 26 horas. Impossível. A não ser que intensifique ainda mais as atividades para racionalizar o tempo, conforme ensinam os gerentes.*

*No bloco I, mochila pendurada no ombro direito, livros debaixo do braço esticado com o peso do retroprojeter, cadernetas na mão esquerda, depara-se com estudantes que se*

*organizam para a passagem em sala. Reconhece alguns deles. “Eta! Vão passar na minha sala!”. Às oito e trinta, os sorrisos de sempre constroem seu coração: “só um aviso; é rápido”. Desfiam seis a sete minutos de problemas, dentre os quais falta de professores, falta de livros na biblioteca, falta de assistência estudantil, falta de laboratórios, falta...*

*Enquanto ironiza em pensamento – “tanta falta e nenhum pênalti!” – arranca, da mochila, o jornal recebido há pouco e lê o editorial que começa com “As olheiras estão maiores e mais escuras, mas os dentes reluzem à custa da segunda parcela do décimo” e termina com “Todos à assembléia. A luta é por concurso público para professores, pela equiparação salarial dos substitutos e pela regulamentação do PCCV. Esta luta tem a ver com você, caro professor!”.*

*Renato se enxerga no editorial, reflete sobre o seu dia, o seu tempo, o seu trabalho e o lugar que a luta coletiva ocupa em sua vida.*

Fonte: editorial Jornal SINDUECE- FEVEREIRO DE 2011

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese trata do trabalho docente na Universidade Estadual do Ceará no contexto das transformações societárias que impactam no cotidiano do professor, em particular a perspectiva neoliberal que transpassa as instituições sociais desde o governo Collor no Brasil e no “governo das mudanças,”<sup>1</sup> representado inicialmente por Tasso Jereissati, no Ceará. Temos com objetivo central identificar as expressões do ideário liberal na realidade da UECE, evidenciando a relação dos trabalhadores docentes com este processo.

A busca por descortinar de modo mais denso, a atual dinâmica cotidiana vivenciada por docentes na Universidade Estadual do Ceará no contexto de mudanças, iniciadas na década de 1990, nos exige um claro delineamento de alguns dos fenômenos centrais que expressam a constituição histórica da universidade brasileira. É nos contornos de sua formação, em particular, o marco da reforma universitária de 1968, e ainda a onda neoliberalizante nas instituições iniciada nos anos 90, que encontraremos os elementos explicativos para a síntese do que atualmente se apresenta em relação às condições e representações do trabalho docente. Hoje, esta é uma temática explorada e cara a vários estudiosos como parte do jogo das relações sociais de classes, em seus diferentes momentos de disputas por projetos de universidade e de sociedade.<sup>2</sup>

Em boa parte da literatura crítica, está presente a referência às transformações societárias (econômicas, políticas e culturais) como determinantes de uma nova cultura no ambiente acadêmico. Analisando a produção sobre trabalho docente entre 1990 e 2000, Mancebo (2004) identifica um conjunto de análises que tratam da materialização da modernização da universidade no contexto das mudanças globais, em termos contingenciais como a flexibilização dos processos de trabalho, a demanda por produtividade, as exigências de polivalência no exercício do magistério, a privatização do ensino superior e seus reflexos na prática docente, a aceleração dos mecanismos de qualificação docente, a

---

<sup>1</sup> O chamado “governo das mudanças” tanto se refere ao *marketing* político das campanhas de Tasso Jereissati ao governo do Ceará (eleito em três períodos) como o período que extrapola seu governo e é classificado como ‘era Tasso’ nas gestões de Ciro Gomes, Lúcio Alcântara e o mais recente, de Cid Gomes, embora este último reúna também a composição com outras forças políticas.

<sup>2</sup> A educação está no contexto da reprodução social e é parte indissociável desta e se torna assim um espaço de manifestação das relações sociais de classe, nos limites da sociedade capitalista. Mais adiante, trataremos desta reflexão.

repercussão das políticas neoliberais na produção de pesquisas, a deterioração de princípios éticos no exercício do magistério superior como suporte das respostas pragmáticas às exigências de produtividade, dentre outros temas.

Ao repassarmos a literatura acadêmica, entretanto, observamos uma visível lacuna de estudos sobre as universidades estaduais no Brasil que tratem de suas especificidades históricas. Existem trabalhos mais contingentes (a exemplo deste que trata de estudo de caso da UECE), mas, de fato, ainda permanece a ausência de um estudo mais abrangente sobre as tendências e particularidades das universidades estaduais no Brasil. Os estudos singulares de algumas universidades estaduais do País, contudo, sinalizam para o fato de que a reprodução de certas tendências gerais, próprias das universidades federais, desde a chamada contrarreforma universitária, se expressa também nestas instituições, em particular, as reiteraões e resistências ao ideário neoliberal<sup>3</sup>, reproduzido pelas instituições desde os anos de 1990 no Brasil.

Para situarmos estes elementos que configuram a universidade hodierna, precisamos, ao menos de forma inicial, antecipar nesta introdução o significado do modelo neoliberal<sup>4</sup> no contexto do Estado. Para tal, utilizamos a síntese de que se ocuparam alguns os autores do livro *Os anos Lula – contribuições para um balanço crítico* (2010), onde Figueiras, Pinheiro, Philigret e Balanco identificam a formação e caracterização do modelo econômico liberal-periférico, baseados em algumas dimensões da nossa organização social e política.

Os autores sistematizam os principais eixos da ordem neoliberal então reproduzidos no Brasil com início em Collor (1990-92) e Itamar Franco (1992-1995), passando pelos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), citando seus principais elementos de organização econômica e política: 1) **relação capital-trabalho**, identificando na reorganização

---

3. Qualificamos a expressão ideário neoliberal ao longo do texto para esclarecer como este se expressa na universidade.

<sup>4</sup> Na verdade, a doutrina neoliberal nunca foi implementada integralmente por qualquer governo. É fato que liberais como Hayek ficaram decepcionados com Thatcher e Reagan por esses não terem efetivado todas as tarefas que invariavelmente deveriam realizar. O vazio existente entre a teoria e sua plena implementação prática por regimes específicos só pode ser explicado a partir das imposições engendradas pela estratégia de restauração objetivas e subjetivas das bases do imperialismo em crise. A despeito desse fato, o ideário neoliberal, fixa os parâmetros de toda a política econômica de vastas regiões do planeta. Fixam parâmetros que, ao menos no discurso, não existe qualquer concepção alternativa coerente de como as modernas economias capitalista devam ser conduzidas. No âmbito da luta ideológica, apenas o neoliberalismo se apresenta como proposição intelectual efetiva ao ordenamento das economias capitalistas. (Braga, 1996, p. 218).

do processo produtivo (via reestruturação produtiva, desemprego, terceirizações , condições precárias de trabalho e desregulação do mercado) um dos pilares do modelo neoliberal<sup>5</sup>; 2) **mudanças nas relações intercapitalistas**, com a abertura dos mercados financeiros e os processos de privatização levaram a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia financeira; 3) **mudanças na inserção internacional** via “reprimeirização” relativa das importações em novas bases tecnológicas e produtivas e o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos das revoluções tecnológicas; 4) **mudanças na estrutura e funcionamento do Estado**, via quebra de monopólios estatais, privatização das empresas públicas, flexibilização das relações trabalhistas no setor público, redefinindo as regras da previdência dentre outros feitos; 5) **mudanças na representação política**, mediante a “despolitização da política” onde as decisões relevantes se deslocam para fora das instâncias formais do Parlamento e são transferidas para órgãos “técnicos” do Estado, supostamente livres de influências políticas: e, 6) **a instabilidade da dinâmica macroeconômica**, por via da radicalização da dependência tecnológica e financeira do País, ficando o desempenho da economia dependente e atrelado aos ciclos do comércio internacional.

O desenvolvimento da perspectiva neoliberal por meio da intervenção do Estado e suas políticas públicas, atinge as instituições com as privatizações, redução de custos, parcerias público-privadas, transformações de instituições públicas em organizações sociais e alterações favoráveis ao princípio de valorização do mercado. No caso da política educacional, os processos mais nítidos (comumente citados nos estudos e pesquisas da área) em que se materializa esta lógica ocorrem, principalmente, na predominância da avaliação quantitativa da produtividade dos indivíduos e dos grupos de pesquisa, na precarização das condições do trabalho docente<sup>6</sup> e no desenvolvimento da oferta de serviços educacionais ao mercado, tendo em vista a captação de recursos.

---

<sup>5</sup> Podemos verificar no livro *O continente do Labor* de Antunes (2011), o relato com densos dados sobre as particularidades da reestruturação produtiva no Brasil., fundamentados em sua pesquisa: *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil.*

<sup>6</sup> Compartilhamos da leitura de Antonio de Pádua Bosi (2006) ao exprimir que a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações principalmente de natureza social, cultural e política. Implicações de natureza social à medida que interfere na forma de existência da classe, e cultural e política à proporção que interfere na auto-percepção que os trabalhadores, e os docentes em particular, têm de si e no modo como se organizam para resolver problemas relacionados ao salário, por exemplo.

A literatura que hoje se ocupa dos fenômenos relativos à universidade brasileira faz referências constantes sobre o perfil da universidade ante o ideário neoliberal<sup>7</sup> já que, como bem acentua MINTO (2006), o campo educacional também manifesta a materialidade das relações sociais capitalistas e, portanto, a educação tende a ser cada vez mais apropriada pelo capital como espaço privilegiado de acumulação, onde a ideologia dominante tende a produzir novos conceitos no intuito de legitimar a base social dessa nova forma de exploração, escamoteando seus reais fundamentos.

Na perspectiva de decifrar estes processos, a atual configuração da universidade pública é hoje objeto de vários estudos. Pesquisas são realizadas, atentando tanto para o quadro da política educacional (novas demandas e exigências) quanto para a reflexão sobre a reprodução de uma cultura *produtivista e pragmática*<sup>8</sup> no ambiente acadêmico que hoje se aproxima do padrão produtivo industrial, o que comumente é chamado de modelo da gestão empresarial<sup>9</sup>. Constitui-se assim uma cultura organizacional baseada no ritmo intensificado de produção em que o parâmetro político-pedagógico é subsumido aos princípios da racionalização (via burocratização, cumprimento de metas e prazos) e fundamentado na competitividade entre os docentes.

Atualmente há indicadores de mensuração da qualidade das universidades e de seus docentes avaliados pelo MEC (Ministério da Educação), tais como o IGC (Índice Geral dos Cursos), CPC (Conceito Preliminar do Curso)

---

<sup>7</sup> O ideário neoliberal que se reproduz no cotidiano das relações sociais nasce da ideologia dominante constituída pelo neoliberalismo, em particular na América Latina. Minto (2006) sintetiza os elementos centrais do receituário neoliberal para a América Latina, representado pelo consenso de Washington: 1) manutenção de um rigoroso equilíbrio orçamentário; 2) abertura comercial, 3) a liberalização financeira; 4) desregulamentação dos mercados domésticos; 5) liberalização dos serviços públicos e das empresas estatais.

<sup>8</sup> Na análise de Pogrebinski (1977) se o pragmatismo pode ser situado na Filosofia ou numa anti-filosofia é exatamente a perspectiva cujo núcleo teórico é um “antifundacionalismo”, “consequencialismo e contextualismo”. Longe dos princípios, ele se volta para a concretude e para a adequação, para os fatos, para a ação. As teorias são flexibilizadas ao serem confrontadas com a experiência. É preciso olhar para a prática e suas consequências objetivas. O que está em pauta não são valores e tradições, mas o comportamento prático para gerar o progresso. Nega-se o passado e o importante é olhar para o futuro, o que for útil para vida cotidiana. O critério da verdade não se baseia em princípios, mas na utilidade das coisas. O teste da verdade é encontrar aquilo que melhor direciona a vida no sentido de adaptar continuamente a experiência. As proposições são falsas ou verdadeiras não por conta de princípios e pelos elementos que acumularam na história, mas de acordo com o sucesso no alcance da finalidade.

<sup>9</sup> Boa parte da literatura faz referência ao uso do modelo empresarial, baseado na modernização, racionalização e flexibilização dos processos, tendo em vista uma visão empreendedora e com resiliência na otimização dos recursos. Para tanto é necessário acompanhamento das demandas do mercado.

que consideram as chamadas “varáveis de insumo”, quais sejam, infraestrutura, programa pedagógico e corpo docente.

É possível também identificar nas pesquisas e análises alguns elementos determinantes que caracterizam o atual perfil da universidade, como a política educacional, as exigências das agências de fomento, as determinações das agências multilaterais para o ensino superior na América Latina e, em particular, como estes elementos se materializam na estrutura e no *ethos* acadêmico. Gentilli (2000) sintetiza alguns destes elementos comuns na América latina: ajuste da oferta (isto é, redução do investimento público destinado a financiar a prestação dos serviços educacionais...), reestruturação jurídica do sistema (...), perspectiva de um Estado que “educa” pela via da avaliação, fiscalização.

A pressão por atualização constante do Currículo *Lattes*<sup>10</sup> é um dos instrumentos que evidencia a dinâmica de intensificação do trabalho docente<sup>11</sup>. A sociabilidade produtiva é expressa no cotidiano acadêmico e o Lattes torna-se o termômetro do nível de competitividade e de hierarquização entre os professores, ao tempo em que também mensura o valor do docente para captar recursos. De fato, ele tem sua importância como banco de dados, memória e registro da carreira acadêmica; o que sinalizamos entretanto, é que a corrida para preenchê-lo constantemente expressa o fenômeno da intensificação do produtivismo. O problema não é o instrumento em si, mas a importância ao quantitativo que nele se sinaliza, através de indicadores que mensuram o trabalho docente.

Nos anos 2000, muitas pesquisas e sistematizações foram publicadas sobre o tema do produtivismo acadêmico, suas determinações e repercussões na práxis acadêmica, no movimento político da categoria e na saúde do professor, etc. Quase todas elas fazem referência a um elemento em particular. Vários autores (dentre os quais Leher (.1999.), Paula (2002), Frigotto (1999), Cunha (2007) ) frisam em suas exposições, a determinação sistêmica na reconfiguração da educação em geral e na universidade em particular. Realizam isto com base na pesquisa

---

<sup>10</sup> A literatura que nos apropriamos não faz crítica ao instrumento *LATTES* em si, que afinal, organiza e dá maior dinamicidade ao trabalho docente, mas a corrida pelo preenchimento deste que o atual nível de exigências e competitividade instigam.

<sup>11</sup> O Currículo Lattes é também, nessa condição, a demonstração documental, legitimada pela agência Capes, para o professor-pesquisador fazer sua consultoria, poder complementar seus parcos proventos e fazer sua “brilhante” e alienada entrada no setor produtivo. . (Sguissardi; Silva júnior, 2009, p.46).

documental, reveladora das intenções dos organismos multilaterais<sup>12</sup> e dos mentores da política educacional na América Latina. Segundo estes autores, há um claro redesenho que tenta racionalizar e modernizar a inteligência universitária nos contornos do que é reservado econômica, política e culturalmente aos países periféricos na sociabilidade capitalista contemporânea<sup>13</sup>.

Assim se verifica que o tom do debate internacional desde os anos 1980 é a preocupação com a massificação e diversificação com justificativa na modernização, competitividade, desempenho, eficiência. Alguns autores sinalizam um novo parâmetro político-pedagógico como uma pedagogia dos resultados e da produtividade. Ao contrário dos anos 1980, em que se engendrou o conceito de público, a universidade, assim como outras instituições da educação e da saúde, nos idos de 1990 configura novas concepções como a política de parceria com o mercado.

Em síntese, o quadro apontado pela literatura crítica evidencia o aprofundamento da precarização do trabalho docente, dilaceramento da vida acadêmica, despolitização e asfixiamento da esfera pública dentro da universidade; burocratização das atividades e racionalização quantitativa. São estes os principais elementos trabalhados pelos autores retrocitados na qualificação do perfil da universidade contemporânea<sup>14</sup> e que incidem diretamente na cotidianidade do trabalho docente, elemento central de nossa investigação sobre o labor dos professores na particularidade da UECE.

Os estudos na área sinalizam ainda implicações deste novo *ethos* acadêmico nas condições de trabalho do docente (precarização salarial e piora do

---

12 Leher nos traz uma importante ressalva: “A agenda bancomundialista está sendo implementada pelas frações burguesas, que a opera ativamente. Não se trata da mera aplicação de um dado receituário, mas de uma ativa recontextualização da agenda, considerando aspectos históricos, conceituais e correlação de forças. Ignorar que o aprofundamento do capitalismo dependente somente e é possível com o protagonismo das frações burguesas locais é um erro teórico que provoca pesadas consequências políticas e estratégias como a circunscrição do campo de análise ao Estado-nação. Nesta chave os problemas sempre são externos. E os governos podem ser acusados, no máximo de omissos, ocultando que os mesmos são sujeitos relevantes destas medidas”. (Leher, 2010, 372)

13 Na leitura crítica, as referências centrais à atual sociabilidade contemporânea situam no centro a crise de acumulação instalada na década de 1970 respostas do próprio capital para manter o controle: reestruturação produtiva, neoliberalismo e mundialização constituem as metamorfoses centrais que reorganizam a sociedade.

14 Este modelo de universidade tem origem ainda na década de 1970 durante a modernização conservadora da ditadura. Naquele período, a cultura de resistência e de crítica da universidade, embora protagonista importante, foi afastada ou calada pela repressão e por uma crescente burocratização e aproximação do modelo pragmático de universidade norteamericana.

acesso aos recursos), na saúde (afastamentos, doenças), nas relações interpessoais (hostilidade, competitividade e individualismo), nas finalidades das atividades (respostas mal arranjadas às demandas das agências avaliadoras) e no perfil político-pedagógico dos sujeitos e das atividades que a compõem (aceleração dos processos de trabalho, saberes parcelados e isolados, tempo reduzido para a organização política, avaliações individualizadas da produção, menor autonomia ante a escassez de recursos e os princípios do mercado, menor ênfase no compromisso social da instituição e implicações na referência a uma identidade coletiva).

O chamado novo *ethos* acadêmico é tratado, por exemplo, na pesquisa de Paula (2002) quando investigou a USP (Universidade de São Paulo) e a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) sinalizando uma mudança significativa no perfil da *intelligentzia* universitária vinculada à área de Ciências Sociais. Segundo a pesquisadora, a década de 1970 marcou uma mudança na concepção de trabalho intelectual, com uma crescente burocratização do sistema universitário e que acarretou uma racionalização baseada nos critérios de burocratização, cujos parâmetros gravitam ao redor da crescente especialização científica. Desde então, os critérios da inserção pública do intelectual modificaram e primaram pela especialização profissional e carreira burocrática universitária. Em sua hipótese, este fato se desenvolveu por conta da hegemonia do modelo estadunidense de universidade implantado em 1968.

Outros estudos também fazem referência aos impactos políticos das mutações societárias no perfil dos docentes. Ao trazer algumas referências clássicas sobre a condição dos intelectuais e sua inserção nas contradições das relações sociais, Chauí (2006) situa o que provoca o “silêncio político dos intelectuais na atualidade”, situando três itens fundamentais: 1) o abandono das utopias revolucionárias, acompanhadas do ceticismo e da rejeição da política; 2) o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado hegemônico na forma de acumulação neoliberal; 3) a nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista como agentes da acumulação. A autora referencia e identifica o fato de que tanto a arte como o saber têm hoje suas inserções modificadas no modo de produção capitalista, tendo como consequência um refluxo do pensamento de esquerda e da ideia da emancipação do gênero humano.

Estes fenômenos identificados pelos autores citados, produzem repercussões em todos os sujeitos que fazem à universidade, mas são ainda mais significativos para o professor, dadas as características particulares da docência e o caráter eminentemente intelectual da sua atividade, vinculado organicamente ao papel que tem a Universidade como *locus* da produção do conhecimento, formadora da herança intelectual de uma sociedade. Este fato não exclui seu papel na dinâmica reprodutiva da sociedade, pois nela está incluída a reprodução das contradições que lhe são próprias. Desde os finais da década de 1970, porém, a Universidade é alvo de disputas políticas, na sociedade, seja pela via de reformas que suprimam a sua autonomia, especialmente em torno do seu papel social e político, ou pela introdução de mecanismos de controle que desqualificam suas especificidades. Tal quadro se agrava sob a influência do neoliberalismo no Estado e do apagamento das fronteiras entre as suas funções públicas e exigências privadas, típicas das disputas por um projeto de Nação e Sociedade.

A intelectualidade acadêmica, com efeito, também reproduz, no âmbito das suas práticas e por via da sua produção intelectual, as tendências destas disputas. Assim o fez no período da ditadura militar, na quadra em que se opera a redemocratização e nos anos que se seguem às reformas neoliberais dos anos 1990. O período que se inicia nos anos 1990, no entanto, apresenta novas características, dentre elas, as medidas de racionalização do trabalho docente, expresso em novas formas e mecanismos de controle, de tal sorte que se torna mais evidente o desempenho das funções intelectuais mediado por um conjunto de exigências, cuja racionalidade pode reduzir a dimensão crítica e de resistência da atividade docente.

As novas ideologias que se expandem sob os novos mecanismos de controle do trabalho docente, sob o argumento da excelência acadêmica, medida pela produtividade intelectual, ou mesmo pela exigência da produção de um conhecimento aplicado às necessidades da sociedade, redundam na emergência do que se denomina de produtivismo e pragmatismo. Aqueles que resistem tendem a perder *status* acadêmico, a serem excluídos do acesso a recursos, a se transformarem em meros professores “aulistas”. Embora este fenômeno carregue uma sutileza de “classe”, ele opera desdobramentos que se revelam na cotidianidade do trabalho docente, realizando aquilo a que Gramsci se referiu como o processo que “torna subjetiva a objetividade da ordem burguesa”.

O tipo de intelectual hoje em decurso de enraizamento no *ethos* acadêmico burocratizado, operacional e pragmático, que, sobretudo, dá respostas às demandas racionalizadoras dos reguladores e financiadores, entra em contradição com a constituição do perfil de um intelectual com densidade, integrante do campo da crítica e compromisso social que transborda o mercado.

Com suporte neste quadro da universidade hoje, de nossas experiências no cotidiano universitário e das reflexões levantadas pelos estudiosos críticos da área, identificamos como elementos de reflexão este modelo de universidade hegemônico em nossa sociedade, e particularmente, os impactos que sua racionalidade burocrática, administrativa e política realizam no cotidiano do trabalho docente. Compreendemos que estas expressões se colocam no cotidiano acadêmico e tem raízes na constituição do ideário liberal.

A categoria de professores universitários tem uma natureza heterogênea na sua composição de classe. Como observamos, entretanto, em alguns momentos de nossa história, essa categoria apresentou-se, com origem em alguns setores de resistência, como importante setor de crítica da ideologia dominante. O quadro conservador determinado pelas transformações contemporâneas de naturalização e reprodução da ideologia neoliberal e de fim das utopias emancipatórias tende a localizar os setores críticos na defensiva ou no ostracismo. Quando todavia, identificamos a reprodução social na história (a exemplo do período ditatorial pós-64 no Brasil), não encontramos apenas traços de reiteração da ideologia dominante, mas também a convivência com suas contradições, portanto, sua resistência.

As formas como hoje a ideologia neoliberal é reiterada no cotidiano acadêmico pelos processos de naturalização das privatizações dos cursos pagos de pós-graduação, da condição do professor como captador de recursos públicos e de mercado, do aligeiramento das formações, da racionalidade das avaliações quantitativas e da hierarquização das universidades, da parceria público-privada, da produção do conhecimento a serviço das empresas etc põem em evidência a idéia de que os sujeitos da universidade fazem parte da reprodução deste processo. Os professores não fogem à regra, pois sofrem e têm em suas tarefas a predominância da burocratização das atividades, a exigência da polivalência; com isso, tem reduzido seu tempo de adensamento dos estudos e de envolvimento nas ações mais políticas coletivas, reduzindo ainda mais o conteúdo questionador de uma

direção social e de uma política alternativa à mercantilização e ao fortalecimento da ordem neoliberal.

Na década de 1960, as mediações das últimas transformações societárias foram iniciadas nos países centrais. No Brasil, essa ênfase ocorreu nos anos 1990, em que apontam para o fato de que a atividade acadêmica potencialmente autônoma concede lugar a formas cada vez mais degradadas de trabalho. Impõe-se, com efeito, uma organização acadêmica baseada no fim produtivista e na diminuição do controle do trabalhador docente sobre o seu processo de trabalho e que ainda sinaliza um novo parâmetro político e pedagógico dos resultados com base na produtividade. Legitima-se este ideário por via do discurso da necessidade de modernização, qualidade e eficiência.

Com arrimo nestas reflexões presentes na literatura, e também pela observação de algumas situações postas na UECE, buscamos identificar as especificidades da vivência e reprodução neoliberal (reiteração e/ou resistências) no cotidiano de labor do docente. Apontamos como hipóteses para nossa investigação que a ideologia neoliberal se materializa na universidade por via de práticas próprias de privatização interna da universidade, pelos processos de controle e burocratização do trabalho docente e se reproduz pela tensão entre reiteração e resistência. A cotidianidade própria da ordem burguesa, fomenta mais comumente os continuísmos, mas não subtrai os processos de crítica, questionamento e resistência, dado que não elimina as contradições.

Nosso interesse por investigar a cotidianidade do trabalho docente tem relação direta com nosso percurso como docente. na UECE, iniciado na condição de professora substituta no ano 2000. Paralelamente a admissão na seleção, fomos convidadas pela gestão para dar continuidade na Avaliação Institucional. Assim coordenamos, por dois anos, o Núcleo de Planejamento e Avaliação – NEPA. Na ocasião, por falta de recursos, a Pró-Reitoria de Planejamento não realizou uma avaliação global dos cursos como outrora ocorreu na Instituição<sup>15</sup>, mas uma Avaliação Estratégica por Curso. Dos três cursos cuja avaliação acompanhamos (Serviço Social, Biologia e Veterinária), nos anos de 2001 e 2002, observamos problemas em comum, relacionados principalmente às condições precárias da infraestrutura da UECE, determinantes para o cotidiano de sala de

---

<sup>15</sup> Nos idos de 1990, a UECE participou do programa do Governo federal chamado PAIUB- Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

aula e as atividades de pesquisa e extensão. Notamos certa resistência, mesmo quanto à credibilidade da avaliação, no sentido de que já estava na hora de realizar, pois segundo os docentes e discentes, os problemas já estariam levantados há tempos, faltando apenas os recursos e a vontade política para as soluções.

No ano de 2002 logramos aprovação em concurso público para professora efetiva de Serviço Social, assumindo em 2004 o cargo de vice-coordenadora do curso. Entre 2004 e 2005 acompanhamos as questões do colegiado, observando o esforço da maioria das professoras, assumindo o cotidiano precário de trabalho com respostas às exigências colocadas de intensificação laborativa. Desde então, restou clara uma dinâmica de colegiado do curso apenas no sentido mais formal, cujo dinamismo demonstrava esforços individuais relativamente isolados. No mesmo período, acompanhamos e participamos de uma reaglutinação de forças reorganizadoras do movimento docente na UECE e das outras universidades estaduais (URCA-Universidade Regional do Cariri e UVA-Universidade do Vale do Acaraú), em razão principalmente, do flagrante fato de recebermos o pior salário dos docentes do ensino superior das universidades públicas no Brasil, fato este que culminou com uma greve em 2006, principalmente por conta da perda salarial acumulada de 67% nos 12 anos anteriores.

A continuidade da mobilização para criar e implementar o PCCV-Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos foi realizada por meio do movimento paredista nos anos de 2006 e 2007. Verificamos nas assembleias convocadas pelas três seções sindicais da Andes- SINDUECE, SINDURCA e SINDUVA que os depoimentos dos professores revelavam sempre os dilemas cotidianos enfrentados pelo crescimento quantitativo e qualitativo das demandas para as universidades estaduais, num contexto de grande arrocho salarial e precarização das condições de realização das atividades docentes. Muitos professores reclamavam do aumento das exigências de produtividade (em particular, aqueles envolvidos com as pós-graduações) e das condições precárias de trabalho. Além de ter que cumprir as metas, os docentes se viam obrigados a aceitar trabalhos fora da universidade para complementar renda, vivendo cotidianamente a contradição entre exigência e precarização do trabalho. A condição salarial e os poucos recursos institucionais para a realização do tripé ensino, pesquisa e extensão incidiam na qualidade do trabalho docente. A despeito da criticidade sempre presente nos discursos da

maioria dos professores, notamos já naquele momento, das assembleias, um certo fatalismo quanto à adesão inevitável à lógica da produtividade e à individualização na busca por recursos e melhoras das condições de trabalho. O fatalismo se coaduna com atitudes conformistas, próprias do momento de descenso das lutas sociais. A condição salarial entretanto, aglutinou massivamente os professores em torno da conquista do PCCV.

Após a importante conquista do PCCV (Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos), houve um certo amortecimento das lutas coletivas e um claro esvaziamento das assembleias convocadas pelos sindicatos, segundo observaremos nas depoimentos de líderes sindicais (último capítulo). O salário se equiparou ao das universidades federais e a Universidade Estadual cresceu em termos infraestruturais e na formação de grupos de pesquisa e de novos cursos, principalmente na pós-graduação, qualificando e intensificando o trabalho docente. Ao final de 2011, por exemplo, a UECE conta com 14 mestrados acadêmicos e 7 mestrados profissionais, dois doutorados próprios e dois em rede. A pós-graduação cresceu, sem a ampliação do quadro de professores efetivos, o que tem como consequência, maior número e diversificação de atividades no cotidiano do labor destes, sendo esta situação um importante vetor de intensificação do trabalho docente. A solução operacional encontrada pelos coordenadores é uma divisão clara, em que parte das disciplinas da graduação são assumidas por substitutos naqueles cursos que tem Pós-graduação.

O pouco repasse de recursos do governo Cid Gomes (2007-2014) para as universidades estaduais, a resistência para abertura de concurso público, mesmo com a carência de 600 docentes nas três universidades<sup>16</sup> e o aumento da contratação de substitutos, bem como o crescimento dos cursos de pós-graduação pagos, a resistência burocrática para criar cursos *lato sensu* gratuitos, o crescimento da oferta de Ensino a Distância (12 cursos de graduação), a autonomia da Fundação de direito privado – IEPRO – Instituto de Estudos e Projetos da UECE, a crescente captação de recursos institucionais via grupos e líderes de pesquisa, são alguns dos elementos que sinalizam processos internos de privatização, bem ao gosto do ideário neoliberal.

---

<sup>16</sup> Dados oficiais das três reitorias apresentados ao Governo em 2011, com base nas exonerações, aposentadorias e falecimento de professores.

Além da vivência acadêmica, nossos estudos sobre a categoria cotidiano via autores vinculados à tradição marxista, para ministrar algumas disciplinas no curso de Serviço Social, reforçaram em nós a importância de tratar com atenção os processos de reprodução social que se materializam, pelas particularidades da cotidianidade na ordem burguesa, onde a relação indivíduo e sociedade é expressa, sobretudo, de forma alienada, dadas as qualidades próprias desta cotidianidade. É nela que as situações se manifestam de forma aparentemente isolada, exigindo respostas imediatas e pragmáticas para a continuidade do próprio cotidiano, o que não elimina contudo, as manifestações de resistência dos indivíduos a esta mesma ordem de alienação. Por adesão consciente ou não, as determinações objetivas presentes nas instituições e materializadas pelas complexas relações de poder reconstituem as respostas individuais à luta das classes sociais por uma hegemonia de práticas e pensamentos que sobremaneira marcam um conformismo, mas que não eliminam atitudes de oposição ou mesmo de suspensão da vida cotidiana<sup>17</sup>.

Desde a década de 1990 o ideário neoliberal predomina nas propostas do governo para a educação<sup>18</sup> e isto se expressa nas instituições, envolvendo o cotidiano dos sujeitos com este ideário, de tal forma que parece só restar a reiteração pragmática de suas ações, pela aparência daquilo que é o mais moderno e eficaz, o único caminho possível para a reprodução das relações sociais. Se supostamente não é possível o financiamento público das instituições, vamos legitimar e participar das parcerias público-privadas, as fundações de direito privado; se não é possível ampliar as vagas, vamos concordar com vulgarização do acesso à universidade pela diversificação das modalidades e aligeiramento das formações; se os critérios de produtividade são dados de realidade, vamos procurar atendê-los para garantirmos nossas condições de competitividade.

A reprodução da ideologia no cotidiano da ordem burguesa, embora condicionada pelas determinações estruturais, expressa-se nos processos de relações institucionais de poder, por via da burocracia com uma aparência de neutralidade e suposto distanciamento do terreno da luta de classes. É importante destacar, entretanto, como reconhece Padilha (2007) que o efeito das estruturas

---

<sup>17</sup> Suspender a vida cotidiana não é eliminá-la, mas de superação de algumas de suas qualidades alienantes, através por exemplo, da arte, trabalho criativo e ciência. O indivíduo, por via destas experiências, torna-se mais refinado e se reconhecendo como humano-genérico (Netto: 1996).

<sup>18</sup> Trataremos destes pontos no segundo capítulo.

objetivas na vida cotidiana não é mecânico e passa pela forma como as pressões determinantes são manipuladas pelas pessoas, no processo de objetivação, escolhas e os posicionamentos ideológicos postos nesta dinâmica.

Munidos por estas reflexões, nos propomos a identificar as condições e contradições deste fenômeno na UECE, no contexto dos elementos que envolvem a reprodução cotidiana do ideário neoliberal desde os anos de 1990. Nosso foco de pesquisa neste quadro é a relação e compreensão dos docentes com esta ideologia, com vistas a compreender como vivem as exigências de produtividade, bem como estes reforçam ou resistem a neoliberalização institucional.

A ascensão da ideologia neoliberal na realidade local cearense teve como protagonista essencial o projeto do grupo empresarial condensado no CIC. Segundo Abu-El-Haj (in Parente, 2002) a participação política do CIC se fundamentou em quatro componentes que representam os pilares ideológicos de seu pensamento: 1) crítica à estatização e ao intervencionismo desenvolvimentista do setor público, 2) defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como essência de uma sociedade aberta e democrática, 3) crítica à visão corporativa tradicional e às posições conservadoras assumidas pela classe empresarial brasileira na defesa do regime autoritário e 5) defesa do Nordeste e condenação dos equilíbrios inter-regionais. (p.86). Este grupo, fundamentado nas ideias do Pacto de Cooperação<sup>19</sup>, sinalizou na década de 1990 reflexões e indicativos operacionais para o sistema estadual de universidades. Morais (2000) fez um importante estudo deste processo que consultamos para compreender os indicativos de constituição de uma *universidade tecnológica*, proposta pelo grupo empresarial. Nos últimos governos, em particular o governo Cid Gomes, parece haver um “vazio” quanto às propostas para as universidades estaduais cearenses. Embora este não seja o nosso foco de estudo, consideramos um elemento que pode ser potencializado como objeto de investigação para os sujeitos que compõem nossa universidade.

Pensamos, em primeiro momento, abordar as três universidades estaduais. Hoje, por exemplo, é notória a privatização da Universidade Estadual Vale do Acaraú, com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pagos, via Instituto Vale do Acaraú. Como, porém, buscamos tratar da cotidianidade, a

---

<sup>19</sup> Fundado em 1991, na constituição de uma cooperação entre governo, empresários e sociedade civil no Ceará. Parte da constituição da hegemonia do empresariado ligado ao CIC.

pesquisa se tornaria inviável pelo tamanho do investimento de tempo e recursos que envolveria. Assim, optamos pela UECE, por ser nosso campo de atuação e ainda pela maior facilidade de acesso aos pares.

Reavendo a história das universidades, notamos que elas sempre estiveram no contexto das disputas dos diferentes grupos e relações de poder, seja reiterando e/ou resistindo. No atual contexto de respostas do capital à crise, não é diferente, mas se condiciona num dado patamar da luta de classes, onde se hegemoniza a restauração do capital e onde se tenta suprimir toda e qualquer iniciativa hegemônica por parte das classes subalternas que objetivem superar as relações de produção dominantes<sup>20</sup>. A complexidade do panorama contemporâneo se descortina à medida que vários estudos e pesquisas identificam as determinações e contradições do atual estágio do capitalismo. Muitas contribuições no campo da Sociologia do Trabalho centram-se mais intensamente nas transformações na esfera do labor produtivo, industrial e nos serviços. No caso do *mister* docente nas universidades públicas (tratado como não produtivo)<sup>21</sup>, as mudanças rebatem no seio dessa categoria por várias mediações. Descortinar, expor, detalhar, sistematizar e tratar teoricamente tais mediações cumpre exigência acadêmica e social relevante, haja vista as diversas manifestações da crise contemporânea no cotidiano do professor universitário; manifestações relevantes sobre o ambiente acadêmico, mas também nas demais esferas da vida do professor. Trazer à tona a relação trabalho e cotidianidade apresenta-se como um caminho ímpar no esclarecimento de como a via totalizante da crise se materializa nas particularidades da vida cotidiana, aparentemente isolada das determinações sócio-históricas universais.

Este cotidiano, ontologicamente insuprimível e manifestado na reprodução dos indivíduos postos no processo histórico, aparece, entretanto, a estes, preso à dimensão do singular. Assim é que “a vida cotidiana não equivale à vida privada, mas à vida equacionada a partir da perspectiva estrita da singularidade”. (NETTO, 1996:68). Fica invisível para a maioria, portanto, o fato de que o que está em jogo, no centro da cotidianidade contemporânea, é a universalização do mistério que Marx localizou na forma mercadoria: a específica objetividade mediata instaurada

---

<sup>20</sup> Braga (1996- p. 195).

<sup>21</sup> Produtivo é o trabalho que gera valor e improdutivo que não produz mais-valia. No capitalismo contemporâneo, alguns autores problematizam estes termos a partir da complexificação do processo produtivo, onde o trabalho improdutivo está cada vez mais a serviço do trabalho produtivo.

nas formações econômico-sociais, onde o modo de produção capitalista consolidou conclusiva e desenvolvidamente a sua dominância (IDEM, 1996:89/90).

Na atual conjuntura, a ideologia liberal assegurada pela reprodução cotidiana apresenta um *ethos* acadêmico modificado via razões do mercado, mediado por noções de flexibilidade e excelência; noções que atrelam a práxis docente ao conceito de produtividade num contexto contraditório de deterioração salarial e precarização das condições de trabalho. Este processo ao tempo que reproduz uma das funções da universidade de preparação para o mercado mesmo na lógica sistêmica, fragiliza a outra função posta também nas contradições de sua história, que é a de reflexão crítica da ordem social. As indicações de massificação, aligeiramento, produtivismo fortalecem um cotidiano do professor universitário cada vez mais heterogêneo e alienado, dado que a produção intelectual exige uma densidade e aprofundamento, incompatíveis com as exigências pragmáticas, próprias da agenda neoliberal de educação. Isto em si já assere a necessidade de se descortinar as conexões da crise geral da sociabilidade e a reconfiguração da educação superior, considerando que o ajuste do capitalismo criou um contexto de novas exigências para a educação. Na particularidade do trabalho docente, coloca-se em questão além das contradições do conhecimento crítico x aligeiramento, elementos outros como: autonomia x metas e indicadores de produtividade; intensificação do trabalho x saúde do trabalhador; competitividade x participação nos processos coletivos de resistência etc. Tentamos refletir estes elementos não como polaridades absolutas, mas no esteio das contradições próprias das relações institucionais da universidade.

Na busca por evidenciar estas questões, identificamos alguns eixos fundamentais para nossa reflexão: reprodução social, ideologia e cotidiano. A materialização do ideário liberal na universidade só poderia ser melhor apreendida na aproximação com estas categorias. Nossa experiência como docente da Universidade Pública, no curso de Serviço Social da UECE, no contato com depoimentos de colegas de outros cursos, além da própria vivência sindical e da condição de membra do Centro de Estudos, Trabalho e Ontologia Social (CETROS) foram elementos determinantes para estar sensível e atenta ao ponto de fulcro expresso. A proposta de investigação, por conseguinte, partiu do movimento próprio da particularidade da Universidade Pública no Ceará, nas expressões postas no seu

cotidiano institucional e suas articulações com a dinâmica da sociabilidade do capital, eixo que perpassa toda história de sua formação e se renova nos anos neoliberais. Consideramos ainda relevante este debate por se tratar de uma instituição histórica e alvo das disputas das classes sociais. No atual contexto de renovação do conservadorismo em todos os campos, é mister investigar como se materializam estas disputas na cotidianidade das relações sociais, compreendendo as categorias ônticas que compõem a realidade com base não em abstrações, mas na sua concretude; não apenas a concretude imediata e aparente, mas buscando seus desvendamentos para se chegar ao concreto pensado, pleno de mediações.

Depois de situados alguns dos sinais e evidências exibidos pelo cotidiano das universidades (e evidenciados pelas pesquisas e literatura) de que há um paradigma de organização cotidiana do labor dos professores na universidade que se impõe para os países periféricos, indicaremos, no primeiro momento os caminhos tomados por nosso estudo deste processo na particularidade da UECE.

Tencionamos, com efeito, para investigar a reprodução do ideário neoliberal que, no atual contexto, se assenta no cotidiano universitário, buscando localizar e conceder visão pública aos elementos reiterativos e de resistência que se efetivam nas atividades acadêmicas envolvendo o trabalho do professor na UECE. Se esta é uma instituição que historicamente abriga diferentes projetos de educação e de sociedade, quais os processos envolvidos nas atividades docentes que integram a disputa entre uma direção social autônoma e a direção para o mercado, próprio do ideário neoliberal? Quais os determinantes da reprodução cotidiana que plasmam reiterações e/ou resistências ao projeto neoliberal no ambiente acadêmico de cultura marcadamente operacional? Como os professores se colocam neste processo? Reiteram e/ou resistem?

Nossa opção por entender a reprodução (reiteração e /ou resistência) do ideário neoliberal situada no ambiente acadêmico, tem como ponto de partida a cotidianidade contraditória que hoje se funda no ambiente universitário. Nossa intenção, contudo, foi também identificar as determinações e mediações e sairmos da esfera fenomênica. Portanto, subjaz a esta uma opção teórico-metodológica de tratar do desvendamento da reprodução da ideologia, partindo do cotidiano (o que hoje se concretiza no dia a dia da Universidade), mas compreendendo-o como **espaço** complexo de reprodução social, onde se realiza a relação dos homens com

a ideologia. A curiosidade centra-se no real concreto do cotidiano e nos determinantes desta reprodução, densa de contradições na realidade acadêmica.

Segundo Netto(1996), na sua preocupação em evidenciar a alienação cotidiana como parte da caracterização do capitalismo tardio: enquanto a produção mercantil transitava pela manufatura e pela industrialização incipiente, o trabalhador tinha a impressão de que o seu trabalho e o produto dele lhe eram estranhos porque *outro* (o capitalista que ele identificava como uma pessoa) os expropriava; na sociedade madura, além desta realidade, a esmagadora maioria dos homens, proletários e não proletários, tem a impressão de que sua existência (mais do que o seu trabalho e os frutos dele ) é direcionada por uma instância alheia, incógnita e impessoal – uma instância factual , que se manifesta pelo conta-gotas do institucionalizado: coisas organizadas como a família, a empresa, o colégio, o banco, a universidade, a companhia, o exército etc. E, obviamente, esta outra coisa contra a qual ninguém pode nada, o Estado.(p.89). É necessário identificar que as contradições postas no cotidiano dos indivíduos se plasmam no capitalismo, pelas particularidades do trabalho alienado que o define e das mediações deste processo na reprodução social. A ideologia nesta dinâmica tem um papel essencial.

Nesta perspectiva, apontamos uma compreensão da referida categoria (cotidiano) com origem na totalidade histórica concreta em que se estabelece<sup>22</sup>, demarcando, portanto, uma posição teórico-metodológica de negação ao trato isolado, subjetivista e abstrato do cotidiano e das particularidades da docência no ambiente acadêmico neoliberal.

---

<sup>22</sup> No método dialético, a investigação tem de garantir a apropriação pormenorizada da matéria, analisar seu desenvolvimento histórico e inquirir a conexão íntima entre elas. No caminho de ida: decompor o objeto em seus elementos mais simples e abstratos, além de analisar pormenorizadamente esta matéria. (isto tem um significado: dividir o objeto em seus elementos mais abstratos e simples, proceder à análise desses elementos simples). No caminho de volta: apreender a conexão entre estes elementos e o lugar ocupado por parte de cada um deles no conjunto das relações no interior do objeto, bem como apreender a teia de relações existentes entre o próprio objeto e a totalidade de outros objetos, analisar seu desenvolvimento histórico, a questão da gênese e desenvolvimento de uma categoria ou de um objeto e inquirir a conexão íntima entre elas (assim se acessa a totalidade como síntese de múltiplas determinações. Chega-se, então, ao concreto pensado. Neste esforço, há uma nítida opção metodológica de superar uma perspectiva metafísica de fazer ciência e de superar o equívoco comum de definição de “problemas de pesquisa” sem base real ou “problemas reais”, sem o olhar inquiridor necessário do investigador crítico que questiona os nexos causais e mediadores do movimento do objeto. Há em Marx uma fundamentação ontoprática do conhecimento e as representações tem nas relações sociais o seu solo. Há um claro antagonismo com as perspectivas idealistas em suas versões tradicionais ou reatualizadas do conhecimento

A compreensão da vida cotidiana requer a sua reconstituição ontológica pela via da totalidade concreta. É só quando referida a esta totalidade, pontuada por suas complexas mediações, que a nebulosidade e o sem-sentido da cotidianidade se dissipará e desvelar-se-á ao homem. Apenas assim, podemos destruir a faticidade da vida cotidiana, evidenciando as suas relações genéticas. Proceder diferentemente implica em ficar conivente com a onda de irracionalismo contemporâneo, que busca no “cotidiano” a confirmação para a sua desrazão, e mergulhar na perplexidade frente à complexificação do ser social no mundo do capital. (EVANGELISTA, 1992,63).

Na reflexão sobre os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano, Lacombe (2008), recuperando Lefebvre, identifica o fato de que, já em 1946, ele define o pensamento marxista como crítica da vida cotidiana, ou seja, como modo de pensamento capaz de transpor as ilusões e as dissimulações das experiências sociais concretas, e as interpreta como realidades carregadas de conflitos, mas também de possibilidades determinadas. Observamos que, no campo de análise do cotidiano, a referência marxista é plena de contribuições, como atestam alguns marxistas que aqui situamos.

Ainda que exista intenção e esforço de aproximação com a perspectiva dialética e materialista, esta se configura como uma tarefa árdua ante a lógica racionalizadora, mistificadora e isoladora própria dos nossos tempos. Assim, pensamos que, para ter êxito na reflexão pretendida, realizamos, durante a investigação desta realidade, a recomposição das evidências mais imediatas e atuais da reprodução neoliberal no trabalho do professor universitário, identificando seus processos históricos localizados e mais abrangentes, para, então, compreender como e por que se realizam as mediações da reprodução no cotidiano universitário. As particularidades que formam o quadro da cotidianidade no capitalismo nos forneceram pistas para compreender a vivência do professor com as novas exigências acadêmicas e suas contradições. Este é um processo que na nossa interpretação, tanto altera a natureza histórica de seu trabalho (no seu aspecto de densidade e crítica) quanto afeta a perspectiva político-pedagógica de suas ações. A compreensão do significado da ideologia e de como ela se materializa no cotidiano é parte essencial no desvendamento do nosso objeto.

A configuração deste cotidiano pragmático, imediatista, confronta com a necessária densidade do trabalho acadêmico e situa na berlinda os processos mais críticos e de resistência como se o professor fosse “engolido” pelas demandas burocráticas. Nossa intenção foi de tentar evidenciar este fato nas atividades acadêmicas que envolvem o professor.

Vale salientar que tentamos respeitar as especificidades e limites de um estudo de caso<sup>23</sup>, numa preocupação em não engessar os resultados, ao prendê-los às leituras mais gerais, nem generalizar as particularidades para todo e qualquer cotidiano das universidades hoje.

Nossa investigação foi ampla e se processou em algumas frentes no percurso metodológico, do ponto de vista dos procedimentos em campo na UECE: **a)** abordagem direta junto aos professores, com aplicação de questionário, onde buscamos identificar desde o perfil sócioeconômico dos docentes, condições e dinâmica de trabalho e suas estratégias de enfrentamento das novas exigências acadêmicas; **b)** Utilizamos entrevistas no contato com líderes dos grupos de pesquisa (abordando o pensamento destes quanto as atuais configurações do trabalho docente e relação dos grupos com a instituição, governo e mercado), com 2(dois) representantes da gestão (compreensão destes sobre as condições de financiamento, captação de recursos, relação público-privado, autonomia) e 2 (dois) líderes sindicais (movimento docente no contexto de neoliberalização da instituição); **c)** pesquisa documental junto ao CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa e CONSU (Conselho Universitário), identificando a legislação institucional na relação uece-iepro, controle sobre o trabalho docente, legislação sobre grupos de pesquisa e a ainda a publicação da gestão *Uece em números* que expressa dados atualizados da instituição sobre ensino, pesquisa e extensão; e **d)**

---

<sup>23</sup> Para realização este investigação, fizemos algumas escolhas quanto aos procedimentos metodológicos, após aprovação do projeto no Comitê de Ética da UECE em dezembro de 2010. Na tentativa de captarmos a vivência dos professores na UECE, identificamos e realizamos pesquisa documental, coletando dados da universidade pelo DEPES (Departamento Pessoal) e órgão colegiados (CONSU- Conselho Universitário, principalmente) e, então, realizamos, com apoio de dois bolsistas, as entrevistas com questionário junto a 10% dos 830 docentes efetivos, na ativa, entre janeiro e abril de 2011, além da abordagem com entrevistas gravadas junto a oito líderes dos grupos de pesquisa das oito áreas de pesquisa da UECE. Nossa intenção inicial era ter acesso a 16 grupos (dois por área), entretanto, na efetivação da pesquisa, chegamos à conclusão de sua inviabilidade, em razão da dinâmica vivida pelas equipes, em particular de seus coordenadores, com agenda sempre lotada de atividades burocráticas ou de ensino e pesquisa. Entrevistamos ainda, dois representantes da gestão da UECE e dois ex-delegados do SINDUECE para complemento de informações. Encaramos algumas dificuldades que serão relatadas no detalhamento da investigação que resultou neste texto.

uso de documentos do Sinduece, tanto resultados de pesquisas realizadas pela atual diretoria quanto os registros *do seminário Uece pública e democrática*.

Entre janeiro e abril de 2011 realizamos a aplicação de questionário (em anexo) junto a 83 professores da UECE (10% do total de efetivos na ativa), definidos por uma amostra estratificada por centro, onde todos os centros foram abordados, incluindo pessoas de fora dos *campi* de Fortaleza, via reuniões de colegiado de curso ou por abordagens individuais de professores quando não foi possível acompanhar alguma reunião no período. Tivemos dificuldades com cursos cuja aplicação não acompanhamos pessoalmente, pois em alguns os professores levaram questionários, mas não os devolveram. Em outros, não encontramos horário compatível com a dinâmica institucional e as nossas disponibilidades de tempo. Houve situações de quatro visitas ao curso sem o retorno dos questionários. Na maioria porém, houve boa receptividade à pesquisa e em alguns acompanhamos quando tivemos a oportunidade, o relato de problemáticas dos cursos como as dificuldades de lotação de professores, em virtude da carência de docentes efetivos. A adaptação à dinâmica dos cursos levou ao prolongamento do percurso da pesquisa, pois o contato com os coordenadores, a sensibilização e aplicação dos questionários levaram um certo tempo. No caso de uma das unidades do interior, aplicamos via *e-mail*, pois não foi possível acompanhar de perto uma reunião do centro mais distante da capital. O retorno entretanto, foi relativamente bom.

No questionário<sup>24</sup>, priorizamos a identificação do perfil socioeconômico dos professores e os elementos próprios do trabalho docente cotidiano: condições de trabalho, acesso aos recursos, tempo para estudos, ensino, pesquisa e extensão, movimento político e, ainda qualidade e condições de acesso a cultura e lazer; estratégias e percepções acerca da vivência acadêmica, universidade e relação desta com a sociedade.

Optamos por conhecer a organização dos grupos, as condições de trabalho e as formas de obtenção de recursos priorizadas por eles; além disto, a percepção dos líderes sobre as condições de trabalho, as exigências de produtividade e as

---

<sup>24</sup> Após a sistematização dos dados quantitativos (com apoio de uma pesquisadora, profissional da FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco<sup>24</sup>), compreendemos a necessidade de complementar algumas informações para termos um visão ampliada do cotidiano do trabalho docente. Então resolvemos abordar também a gestão da Universidade, entrevistando a diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados, que já acompanha a gestão da Universidade em várias gestões e o próprio Pró-Reitor de pesquisa da UECE em duas gestões.

suas percepções sobre a relação universidade, autonomia e sociedade. Também foi relativamente difícil o acesso às entrevistas, por conta das muitas atividades em que os líderes estão envolvidos, fato que já mencionamos.<sup>25</sup> O acesso a outros dados, entretanto, foi facilitado pela disponibilização no *site* oficial da Instituição, de todas as resoluções do CONSU (Conselho Universitário) e demais órgãos deliberativos da Universidade. Fonte importante, também disponibilizada e por nós utilizada, foi a publicação existente da *Uece em números*.

Em todo o percurso da pesquisa, fomos surpreendidas algumas vezes com as dificuldades de acesso às informações ou mesmo aos professores a serem pesquisados que, em algumas ocasiões exibiram resistência a responder o questionário, alegando falta de tempo. Em outros momentos, o número de presentes às reuniões de colegiados não foi suficiente para cobrir a amostra do curso. Outros cursos não foram cobertos por não terem reunião no período da pesquisa e por não obtermos retorno adequado ao deixarmos os questionários com os coordenadores. As dificuldades nos surpreenderam porque sendo a Universidade um *locus* de pesquisa, imaginávamos encontrar maiores facilidades de recepção, o que nem sempre ocorreu. Na nossa avaliação ainda, também a atual dinâmica institucional com o envolvimento de parte dos docentes em várias atividades foi um dos elementos determinantes para as resistências encontradas. Nesta situação, nunca tivemos que trabalhar com sorteio nas ocasiões do colegiado, pois a participação na pesquisa era espontânea e o número de voluntários nunca excedeu o quantitativo necessário por centro<sup>26</sup>.

Este processo também nos remeteu a memórias do período em que atuamos no NEPA- Núcleo de Estudos, Pesquisa e Avaliação entre 2000 e 2002. Desde aquele tempo percebemos as resistências de parte dos docentes em participar de pesquisas, enquetes sobre o trabalho docente, pois há uma certa

---

<sup>25</sup> Na tentativa de obter elementos qualitativos do trabalho docente na atual dinâmica institucional, buscamos abordar os grupos de pesquisa. Nossa intenção inicial era a abordagem de dois grupos por área, especificamente o mais antigo ou mais recente de cada área, obtendo um total de abordagem de oito grupos. Novamente, contudo, as condições do trabalho docente determinaram o acesso a apenas seis destes grupos, particularmente o acesso aos líderes das equipes de pesquisa. O acesso foi possível por meio do contato com a Pró-reitoria de Pesquisa, onde obtivemos na Secretaria, o acesso aos contatos dos líderes de pesquisa. A maioria, com agenda muito intensa e extensa, não pôde nos conceder um momento de entrevista. As entrevistas foram definidas por um roteiro (em anexo) e duraram em média entre 40 e 60 minutos.

<sup>26</sup> Buscamos estratificar o número de 83 em acordo com o percentual dos professores por centro. O maior centro foi o que teve o maior número de professores abordados. Verificar em anexo a estratificação por centro idealizada.

descrença em relação aos encaminhamentos a serem com base nas pesquisas e avaliações, dado que muitos se anunciam cansados de pesquisa que não dão nenhum retorno prático de melhorias para a Instituição. Logicamente, na fase de sensibilização, explicamos que não se tratava de uma pesquisa de caráter interventivo, embora possamos disponibilizar os dados para a comunidade universitária. De outra parte de professores, observamos reação contrária, no sentido de uma perspectiva positiva de interesse em contribuir com a pesquisa e conhecer seus resultados.

Optamos por não abordar os professores substitutos, temporários, embora façamos referências constantes as suas condições de trabalho, tendo em vista que é um das formas mais usadas pelos governantes para diminuição de custos na política de contratação, portanto uma das marcas mais contundentes do neoliberalismo na UECE. Por tratarmos de questões relacionadas não só à sala de aula, mas também à pesquisa e à extensão, entretanto, priorizamos não abordá-los. Infelizmente, a condição precária em que estes atuam se revela na condição salarial e também na redução do acesso a atividades de pesquisa e extensão. Considerando que atualmente eles são remunerados com menos da metade de um salário de um professor efetivo, boa parte deles divide as atividades de ensino na UECE com trabalhos fora da Instituição, visando à complementação salarial. Algo que também observamos nos últimos tempos, é a grande rotatividade destes por conta das condições de trabalho; alguns não chegam a completar os dois anos de contrato devido a contradição entre intensificação e precarização do trabalho. Diante do crescimento das pós-graduações na UECE contudo, a formação na graduação vem sendo ocupada pelos substitutos, onde cada um obrigatoriamente assume entre 4 e 5 disciplinas na graduação, outro fator de desistência e que impacta com maior rotatividade das disciplinas, o que provavelmente, tem impacto nas diretrizes curriculares dos cursos e formação dos discentes.

Alguns destes professores ultrapassam os dois anos de contrato, participando de vários concursos para professor temporário, o que muitas vezes cria alguns vínculos institucionais. Ante, porém, a opção do governo Cid Gomes de não realizar concursos para professor efetivo, muitos desistem de continuar na Instituição e partem para as faculdades particulares ou trabalhos outros, mais atraentes. Este é um perfil que se constitui, principalmente, nos últimos quatro anos, após a conquista e aprovação do PCCV, que evidenciou ainda mais uma

desigualdade salarial significativa entre substitutos e efetivos. Observamos em parte destes docentes, mesmo na condição precarizada de trabalho, tem uma identidade profissional com a Instituição e uma expectativa de que haja concursos para professor efetivo e que saiam desta rotatividade de fazer seleção temporária a cada dois anos. Embora este seja um capítulo importante da hodierna condição do trabalho docente nas universidades estaduais cearenses, as atuais características do trabalho temporário na Instituição determinaram a exclusão deles da nossa pesquisa sobre o cotidiano do trabalho docente que indaga sobre pontos relacionados a ensino, pesquisa e extensão..

Na exposição desta trajetória de investigação, organizamos a presente tese em quatro capítulos: no capítulo dois- logo após esta introdução que é o primeiro, recapitulamos os elementos históricos que incidiram na universidade e no trabalho docente, em especial, as reformas efetuadas em 1968, que é um marco para a dinâmica universitária no Brasil na leitura da maioria dos estudiosos sobre o tema. No mesmo módulo, demarcamos ainda as principais determinações do neoliberalismo iniciado nos anos de 1990 que reforçam o *ethos* acadêmico na razão privatizante de instituição.

No terceiro segmento trazemos reflexões sobre a história geral da Universidade, seu lugar nas relações sociais de classe, com base nos aspectos históricos e conceituais. Com a caracterização do atual estágio do capitalismo, abordamos o significado do neoliberalismo e a sua hegemonia nos países periféricos, em particular, o Brasil. Tomamos, então, as repercussões das mudanças societárias na política educacional para o ensino superior e seus impactos na cotidianidade do trabalhador docente. É neste momento que refletimos acerca do significado de eixos analíticos que envolvem nosso objeto: reprodução social, ideologia e cotidiano. Antecipamos neste item algumas expressões dos resultados de nossa abordagem junto aos líderes dos grupos de pesquisa.

Por último e continuando a expor a dinâmica da pesquisa de campo realizada na UECE, recuperamos elementos da história local, identificando as particularidades de constituição da ideologia neoliberal na realidade cearense que impactaram no *ethos* acadêmico. Abrimos um parêntese para resgatar alguns elementos do movimento docente, identificando os processos coletivos de resistência ao neoliberalismo que se processaram nacional e localmente. Tratamos da repercussão do ideário neoliberal no cotidiano da Universidade Estadual do

Ceará, identificando suas expressões, bem como, reiteraões e resistências no plano local, em particular das escolhas expressas na documentação da gestão universitária, na vivência dos grupos e na rotina dos docentes que abordamos na pesquisa. Apesar de a concentração maior da pesquisa situar-se no último capítulo, tratamos dos apanhados desta ao longo do texto, diluídos no conjunto das reflexões que realizamos.

Como se poderá observar, algumas lacunas pontuadas pelo limite da pesquisa indicam a necessidade de posterior aprofundamento das questões centrais com origem na continuidade desta pesquisa, bem como a realização de outras. Esperamos que o texto sirva de estímulo para a continuidade da investigação sobre as universidades estaduais do Ceará, a fim de que os sujeitos que nelas trabalham e estudam, possam ter subsídios de nelas atuarem com qualidade e em defesa de um projeto de universidade atrelado a um projeto societário emancipatório.

## CAPÍTULO 2

### UNIVERSIDADE E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E POLÍTICOS.

*Criada nos anos de 1930, como parte de um projeto de educação destinado a implementar um projeto de sociedade, ao longo dos anos, deparando-se com as condições, as circunstâncias e forças internas e externas, a universidade brasileira foi assumindo seu próprio caminho. Com isso o projeto de educação idealizado foi-se distanciando do projeto original; as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais gestadas, principalmente a partir da década de 1950, passaram a exigir um novo projeto educacional que atendesse as novas “necessidades sociais”. Juntamente com isso, os principais mentores da universidade viam a ameaça iminente de perder o controle sobre ela. Na verdade, pretendia-se criar a universidade da utopia liberal.*

*Paulino José Orso in Educação, Sociedade de classes e reformas universitárias.2007*

## **Universidade e trabalho docente no Brasil: aspectos conceituais, históricos e políticos.**

### **2.1 Aspectos da formação da universidade no Brasil: da origem à reforma de 1968**

Para compreender os processos que caracterizam a dinâmica da universidade hoje e o cotidiano do trabalho docente, precisamos antes identificar alguns elementos históricos que formam o complexo da educação superior no Brasil<sup>27</sup>. No resgate da literatura observamos que o período ditatorial e a reforma universitária de 1968 são marcos determinantes na constituição da universidade brasileira, bem como as mutações societárias ocorridas principalmente na década de 1990, em particular, a hegemonia neoliberal e a contrarreforma do Estado.

Antes de caracterizar os citados períodos, apresentamos alguns elementos da formação da universidade brasileira. Boa parte dos estudos da área educacional enfatiza as particularidades da origem e trajetória do ensino superior no Brasil<sup>28</sup>. Por exemplo, a Espanha, já no século XVI, criou universidades em suas colônias americanas, enquanto Portugal proibiu que estas instituições fossem instaladas no Brasil<sup>29</sup>. Com o interdito da criação de universidades na Colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas com a origem no século XVIII, quando o potencial revolucionário do iluminismo se fez sentir em vários pontos da América (RIBEIRO. 1969, p.152).

---

<sup>27</sup> Tratamos neste item dos aspectos mais gerais de algumas iniciativas da política educacional e dos interesses das elites pela universidade; cuidamos dos processos de resistência num item específico sobre a trajetória do movimento docente.

<sup>28</sup> Em contraste com o restante da América, o Brasil chega à independência sem contar com nenhuma universidade. Segundo dados divulgados por Sergio Buarque de Holanda (1963), as universidades da América espanhola prepararam, durante o período colonial, 150.000 graduados. Calcula-se que no mesmo lapso (1577-1822) apenas 2.500 jovens no Brasil seguiram cursos em Coimbra (RIBEIRO; 1969: P.78).

<sup>29</sup> O governo colonial do Brasil, ao contrário dos governos coloniais de outros povos, como o da Espanha, sempre foi hostil ao desenvolvimento da instrução pública e – salvo raras exceções – sempre reprimiu a expansão do espírito nacional. Desde os fins do século XVIII, vê-se despontar, nas instruções do governo metropolitano, o temor da futura independência da colônia. (ALMEIDA, 1989, P.37)

O ensino superior no Brasil foi alvo de uma tardia refundação<sup>30</sup>, ao fim do período colonial, com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil. Cresceu com o Estado Nacional e durante todo o período imperial (1822-1889), ainda que não tenham ocorrido mudanças substanciais. Durante este processo, a criação e a manutenção dos estabelecimentos de ensino eram estatais, assim como a nomeação dos catedráticos e a decretação dos currículos e diretores eram de responsabilidade do ministro do Império.<sup>31</sup>

A criação da universidade no Brasil foi objeto de considerável resistência, tanto por Portugal como pela própria Colônia. Até o final do Primeiro Reinado, nossas elites foram fortemente influenciadas pela universidade de Coimbra. No relato da construção efetiva das primeiras escolas, Fávero destaca que toda a obra de D. João VI foi marcada por um caráter utilitário e imediatista, circunscrito praticamente ao Rio de Janeiro e à Bahia<sup>32</sup>.

No conjunto, o ensino superior então existente era exclusivamente público e privado do poder central, garantindo-se ao Governo o monopólio da outorga de títulos acadêmicos de validade nacional e bem assim dos privilégios profissionais. O modelo alcançava o ensino secundário público, atribuindo-se ao portador do diploma do Colégio Dom Pedro II o direito de acesso a qualquer escola superior (ato adicional de 1834). (RANIERI IN STEINER, 2006).

Entre 1891 e 1910, foram criadas 27 escolas superiores no Brasil. A legislação de 1891 descentralizou a educação superior para os Estados. Em 1911,

---

<sup>30</sup> Várias iniciativas visando à criação de uma universidade no Brasil estão registradas, a começar pela universidade do Brasil, que chegou a ser instalada em 1592 pelos jesuítas na Bahia, mas esta instituição não foi reconhecida, nem pelo papa nem pelo rei de Portugal. Mais de quatro séculos após o descobrimento do Brasil, foi criada a universidade do Paraná, pela Lei Estadual No 1.824 de 1912, a qual foi desautorizada pelo decreto No. 11.530 de 19 de março de 1915, que só reconhecia a criação de instituições de educação superior em cidades com mais de 100.000 habitantes, condição ainda não preenchida, à época, pela cidade de Curitiba. Em 17 de janeiro de 1909 começou a funcionar a Escola livre de Manáos, a partir de julho de 1913 (MORHY in UNIVERSIDADE NO MUNDO-VOL. 2-2004).

<sup>31</sup> Apesar de numerosas e enérgicas medidas em favor da instrução, e do alento dado para que os filhos do país pudessem fazer seus estudos na Universidade de Coimbra, a fim de exercerem, na sua volta, a profissão de médico, vemos ainda, de 1816 a 1822, numerosas licenças concedidas pelo Senado da Câmara a pessoas não diplomadas, para cuidarem de doentes, até dentro da própria cidade, isto é, no centro da civilização do novo reino. (ALMEIDA, 1989; p.45)

<sup>32</sup> Mayorga, Costa e Cardoso (2010) tocam em um aspecto importante na construção do ensino superior no período colonial: tanto os cursos de Teologia, Filosofia e Artes oferecidos pelos colégios da Bahia, quanto os cursos superiores da Metrópole eram frequentados pelos filhos (homens e brancos) de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficiais, de funcionários públicos, no século 18, de mineiros. Os diplomados formavam os quadros de aparelhos do Estado (oficiais de Justiça, da Fazenda e da Administração) e garantiram a manutenção dos privilégios da pequena elite da qual fazem parte (p. 25).

ocorreu a reforma Rivadávia e em 1915, a reforma Carlos Maximiliano, que se tratava de uma reforma geral e expressava dois movimentos: a desoficialização e a contenção da “invasão” do ensino superior por candidatos inabilitados.<sup>33</sup>

Orso (2007) faz algumas importantes ressalvas sobre a fundação tardia da universidade no Brasil. O limite não era a ausência de um projeto ou mesmo de questões de ordem financeira. Somente durante o Império foram preparados 42 projetos de universidade, mas, entre a primeira proposta e a criação de fato, passaram-se 351 anos. Na análise do autor, havia forte oposição de positivistas, liberais e católicos a um ensino com a condição centralizadora e na perspectiva oficial. Quando se falava em universidade, temia-se que fosse criada de acordo com o modelo napoleônico, centralizador.

De um debate circunscrito ao binômio centralização/descentralização, passa-se a um debate em que se chocam e entrecruzam diversas concepções de universidade e liberdade. Temperada pela questão religiosa, pelas idéias positivistas e pelo influxo do modelo universitário alemão (germanismo pedagógico) que, apesar de exercer forte influência sobre as idéias da época, não chegou a ser implementado, a discussão passou a girar em torno do problema de ensino (IDEM).

A criação da universidade ficou assim adiada e restou limitada pelo debate: universidade ou liberdade de ensino, particularmente porque a noção de universidade era principalmente defendida por políticos que sustentavam ideias centralizadoras. Os positivistas<sup>34</sup> viam na criação da universidade o retorno ao espírito medieval; católicos e liberais, a não liberdade<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Embora as teses positivistas não conseguissem plena expressão na Constituição de 1891, não faltaram projetos de lei apresentados à Câmara dos Deputados visando a transferir para os governos estaduais e para as associações particulares os estabelecimentos de ensino superior. Ao mesmo tempo em que se pretendia emancipar as escolas superiores existentes, procurava-se abolir os privilégios dos diplomas acadêmicos. Paralelamente ao movimento pela desoficialização do ensino e abolição dos privilégios dos diplomas escolares, desenvolvia-se intensa crítica à qualidade do ensino secundário e superior (CUNHA, idem, p.159).

<sup>34</sup> Os positivistas opuseram-se à ideia de criação da universidade. Os ortodoxos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, procurando elevar ao extremo as ideias de Conte, logo após a Proclamação da República tentaram convencer Benjamin Constant a fechar as escolas superiores de Medicina e de Direito que existiam no país, porque eram consideradas meras representantes da Metafísica. (ORSO, 2007; 50)

<sup>35</sup> No que diz respeito ao ensino livre, inicialmente é preciso refletir sobre seus diversos significados, pois, de acordo com as convicções político-filosóficas e religiosas de cada grupo, recebia conceituações diferentes. Para os católicos liberais, representava a prerrogativa de os particulares

A reforma Carlos Maximiliano manteve a destituição dos privilégios dos diplomas do Colégio Pedro II e fortaleceu o rigor nos exames vestibulares. Mas, só em 1920 no entanto, foi criada a primeira universidade brasileira - a Universidade do Rio de Janeiro - com a reunião de faculdades profissionais preexistentes<sup>36</sup>. Formou-se a partir de agrupamentos das instituições de ensino superior de cunho profissional em funcionamento na cidade. Não foi garantida uma perspectiva de pesquisa e de unidade das instituições aglomeradas, tendo ainda como característica um saber abstrato e distante da realidade (PAULA, 2002). Entre 1934 e 1945, na gestão do Ministro Gustavo Capanema, a reestruturação da universidade teve como principal preocupação o preparo das elites.<sup>37</sup>

O Ministério da Educação foi criado em 1930. Em 1931, foi decretada a reforma Francisco Campos que instituiu o primeiro Estatuto da Universidade Brasileira. Deste então, a existência de qualquer universidade estava condicionada à reunião de três faculdades, no mínimo. Dentre os aspectos apresentados nesta reforma, Fávero (1977) destaca: 1) a universidade tem duplo objetivo: equipar tecnicamente as elites profissionais e ensejar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas; 2) a universidade não tem finalidade meramente didática, mas também social; 3) existência de pelo menos três estabelecimentos de ensino superior para a constituição de uma universidade; 4) concessão de relativa autonomia administrativa e didática das universidades como preparação gradual para autonomia plena 5) introdução do concurso de títulos e regulamentação do papel do livre docente (p. 34-37).

---

criarem escolas que gozassem dos mesmos privilégios que as oficiais. Regiam contra o monopólio estatal do ensino superior, monopólio completo, já que todas as faculdades existentes pertenciam ao governo. Para a corrente do "Germanismo Pedagógico" o ensino livre significava a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender; transplantar para o Brasil os princípios de liberdade de ensino que vigoravam na Alemanha. (CAVALCANTE, in TUBINO: 1984: 87)

<sup>36</sup> Tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, a instituição universitária nascente foi bastante débil. Os recursos governamentais eram destinados diretamente a cada faculdade, cujos diretores continuavam a ser escolhidos pelo presidente da República, mediante cooptação, assim como o reitor da universidade. Por outro lado, a persistência do mecanismo de criação pelo governo das cátedras e, na prática, do currículo de cada curso, em função do registro dos diplomas das profissões regulamentadas em lei, reduzia a autonomia universitária a não mais do que uma palavra decorativa (CUNHA, *ibidem*, p.163).

<sup>37</sup> O projeto de reorganização da Universidade do Rio de Janeiro para transformá-la em Universidade do Brasil era uma das maiores prioridades da gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde do Governo Vargas. O Ministro valorizava sobremaneira o preparo das elites em detrimento da educação de massas, assumindo postura elitista semelhante à dos idealizadores da USP. Na concepção de Capanema, o caminho para o recrutamento dessas elites deveria ser o ensino secundário, que mereceu também sua atenção. (PAULA, 2002; 65)

O Estatuto das Universidades Brasileiras, decretado em 11 de abril de 1931, foi o desdobramento da centralização política no campo do ensino com a criação do Ministério, padronizando a organização das instituições de ensino superior no País<sup>38</sup>. O Conselho Universitário e o Reitor comporiam a Administração central de cada universidade e seriam responsáveis pela elaboração de uma lista de três professores a ser entregue ao Ministro da Educação para escolher o reitor. Já o corpo docente deveria ser composto por professores catedráticos, por auxiliares de ensino e de livres-docentes. Aos catedráticos eram concedidos os direitos de vitaliciedade e a inamovibilidade após dez anos de exercício de cargo e aprovação em concurso de títulos. Já os auxiliares estariam obrigados a se submeter ao concurso de livre-docência, sob pena de desligamento. (CUNHA IN LOPES, FILHO E VEIGA, 2003:166).

A gestão autônoma de seus meios já é permitida, com a responsabilidade centrada no reitor; entretanto, entre 1932 e 1942, outro marco deu o tom às mudanças, o Manifesto dos Pioneiros,<sup>39</sup> que solicitava maior prioridade e dinamismo na Educação, desde o ensino básico até a universidade, com maiores atividades criadoras dos alunos. Particularmente, na universidade, há indicação de prioridade para a pesquisa. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, influenciada pelo modelo universitário europeu, com espírito de mudança pedagógica. Ela representou um importante avanço para as universidades brasileiras.<sup>40</sup>

A Era Vargas é hegemonizada pelas ideias do liberalismo<sup>41</sup> elitista no campo da educação, mediada principalmente por Fernando de Azevedo<sup>42</sup> em que a idéia

---

<sup>38</sup> Fávero (2000) considera que, apesar das críticas que se possam fazer à Reforma Roberto Campos, o Estatuto das Universidades brasileiras constitui-se o primeiro arcabouço de normas para as instituições universitárias brasileiras.

<sup>39</sup> No Manifesto, o autor apresentava um diagnóstico da situação educacional, além de oferecer diretrizes para a correção de rumos, que passavam pela formulação de uma política educacional e de um plano científico para executá-la. Clamava, enfim, pela reconstrução educacional no Brasil, com ênfase na necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, de tal forma que os técnicos e educadores tivessem os meios materiais para realizá-lo, ao abrigo de interesses menores, caprichos pessoais ou interesses de partidos. (RANIERI; 2006: P.135).

<sup>40</sup> É importante destacar que as funções atribuídas à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram bem mais amplas do que aquelas preconizadas em 1931, na reforma Francisco Campos. No modo de conceber da comissão que elaborou o anteprojeto, esta faculdade deveria constituir-se na *alma-mater* da recém criada universidade, como base e cúpula da instituição. Apesar dos objetivos ampliados, a USP nasceu num clima desfavorável e contraditório num país sem tradição universitária (FÁVERO; 1977; P. 39).

<sup>41</sup> Cunha (2007) dá conta dos principais conceitos do liberalismo para identificar como o mesmo dominou a direção da educação no período estudado. O liberalismo é apresentado como o sistema de idéias dos séculos XVII e XVIII no contexto das lutas entre burguesia como classes ascendente contra a Aristocracia. Baseia-se nos princípios da liberdade, individualismo, propriedade, igualdade e democracia.

da universidade serve a uma elite intelectual, por via de uma formação “livre e desinteressada.” Cunha (2007) considera dois grupos, representantes dos interesses e jogo das classes sociais: um com um liberalismo elitista e um outro com liberalismo igualitarista. As diferentes perspectivas estão presentes, por exemplo, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

No que se refere ao ensino superior, o manifesto apresenta, também, a dualidade de posições, que permeia todo o seu discurso. Ao lado da função atribuída à universidade de formar a elite dirigente, dinâmica e aberta, aparece a de criar e difundir ideais políticos, tomando partido na construção da democracia. Os educadores liberais igualitaristas defenderam, também a gratuidade do ensino superior como, aliás, de todo ensino oficial, em oposição ao Estatuto das Universidades de 1931, que mantinha a tradição de pagamento do ensino superior, mesmo nas escolas estatais (idem: p.346)

A USP foi criada com esteio no espírito liberal e elitista das classes dominantes.<sup>43</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 expressou para as oligarquias paulistas derrotadas, a consciência da falta de quadros dirigentes. Na concepção desta universidade, havia o entendimento de que só a elite devidamente esclarecida teria condições de propor um projeto para a nacionalidade que estivesse acima dos interesses partidários (PAULA, 2002).

Com a criação da universidade, iniciava-se um novo período na história educacional brasileira. Ela não era um fato isolado. Além do Manifesto dos Pioneiros (1932) e da Fundação da USP (1934), também foi criado o Ministério da Educação e Saúde (1930), instituiu-se a Reforma Francisco Campos (1931), fundou-se a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), foram criadas a Escola Paulista de Medicina, a Faculdade de Filosofia Sedes *Sapientiae* (1933) e a Universidade do Distrito Federal (1935). A grande preocupação era formar e reciclar as elites para que, depois das derrotas das armas, pudessem recuperar o poder e a

---

<sup>42</sup> Importante identificar que o projeto é elitista, mas na perspectiva de Fernando Azevedo esta elite é intelectual e comporta a participação dos trabalhadores pelo mérito.

<sup>43</sup> A Universidade de São Paulo era dependente do Governo estadual em termos financeiros, embora o decreto de criação e os estatutos apontassem para a desejada autonomia econômica. Enquanto a universidade dependesse de recursos do Governo estadual, seus dirigentes (o reitor e os diretores de faculdades) seriam escolhidos por cooptação. (CUNHA, 2007).

hegemonia na revolução de 1930 e imprimir a direção do país. (Orso, 2007: 57).

O caráter político da criação da USP também é reforçado por Fávero (2000). Em seu entendimento, a preocupação dos fundadores desta universidade adquire uma perspectiva política explícita, dado que coincide com o momento de crise das oligarquias paulistas, acentuada no período entre a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo. Os acontecimentos significaram para as classes dominantes paulistas o sinal de alerta que evidenciava a ausência de quadros culturais e políticos. Assim, a USP nasce com uma missão definida: formar a classe dirigente. Nos termos de Gramsci<sup>44</sup>, trata-se da formação de um intelectual orgânico capaz de organizar a sociedade no contexto pela hegemonia cultural e política.<sup>45</sup>

Observamos, ainda, que as providências adotadas pelo governo, após 1930, demonstravam como a escola era vista como um instrumento capaz de assegurar a ideologia dos grupos dominantes e de preparar, ao menos parcialmente, os que iriam ocupar papéis ou funções na divisão social e técnica do trabalho. Numa análise mais consequente das exposições de motivos que acompanhavam as reformas de ensino, mesmo antes da decretação do Estado Novo, fica bem evidenciado o quanto o Estado via na escola um instrumento ideológico capaz de formar os que a freqüentavam conforme conveniências dos seus interesses e da classe que esses representavam. (FÁVERO, 2000 p.109).

Com a ampliação das tendências centralizadoras nos anos 1930, em particular com a origem em 1935, foi gestada a ANL- Aliança Nacional Libertadora, frente de esquerda cuja programática sugeria a constituição de um governo popular. Em resposta, foi criada a Lei de Segurança Nacional com caráter repressivo aos movimentos de esquerda. Anterior ao golpe de 1937, precisamente nove dias, o Departamento Nacional de Educação começou a controlar a admissão aos cursos

---

<sup>44</sup> Navarro (2001) considera que, na década de 1930, se implantou no País, uma formação acadêmica marcada pela supervalorização do trabalho intelectual e pela tendência utilitária à constituição de uma "burocracia de carreira". São as respostas para as novas demandas do desenvolvimento capitalista brasileiro, significando a reedição de velhas tradições culturais elitistas e utilitaristas que marcaram o advento do ensino superior do Brasil, cujo objetivo maior era formar os quadros dirigentes (burocratas e profissionais liberais) necessários às classes dominantes, ou seja, os *intelectuais orgânicos* das empresas capitalistas e do serviço público. (P.64).

<sup>45</sup> Tratamos dos conceitos de intelectual orgânico e hegemonia no item referente aos significados da educação no contexto das relações sociais.

superiores, impondo as matérias e os programas em detalhes para constar nos exames vestibulares. Em 1938 foi criada a UNE- União Nacional dos Estudantes, logo após instituído o Estado Novo<sup>46</sup>.

A proposta de política educacional reivindicada pelo Congresso que culminou com a criação da entidade não coincidia em nada com a da política do governo de Getúlio Vargas. Além da defesa da universidade aberta a todos e do exercício da liberdade de pensamento crítico e de cátedra, os estudantes questionaram as taxas elevadas dos exames e da matrícula, a falta de autonomia da universidade em relação ao Governo, a participação paritária dos segmentos universitários dentre outras reclamações. Mesmo sem condições políticas de efetivação, abriu-se caminho para retomar a proposta de reforma na década de 1960. (CUNHA, 2007: p. 171).

A ênfase da política educacional no período do Estado Novo, mesmo desde Capanema, em 1935, é pela via de manutenção e direção federais, isto é, garantir que a universidade nacional se tornasse padrão, constituir-se num centro ativo de pesquisa, contribuir para a preservação do caráter nacional, reduto sólido das tradições. (FÁVERO, 2000). Para tanto, foi definida a estrutura da universidade em *campis* com a aglutinação de cursos no mesmo espaço, haja vista o intercâmbio maior de professores com o ensino e a pesquisa, e ainda maior controle por parte da reitoria. Sobre este período, Fávero (IDEM) reforça também como a força repressora e ideológica recaiu sobre as universidades:

A partir do golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas alteram os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas atingem todas as instituições de ensino superior no país, que passam a ser ordenadas por meio de uma legislação imposta de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica, é a inibição de novas formulações ou de propostas que escapem ao modelo consagrado pelo Ministério da Educação e Saúde. (IBIDEM:p. 23).

---

<sup>46</sup> Nos cem anos que antecederam a Revolução de 1930, a economia brasileira vinha se desenvolvendo integrada ao capitalismo internacional como exportadora de alimentos e matérias-primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinariam a progressiva substituição de importações por manufaturados locais. A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel: interveio direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização. No campo político, o autoritarismo contrastando com setores como: cafeicultores paulistas, as classes trabalhadoras. (CUNHA, 2007:205).

As tendências centralizadoras ficam ainda mais explícitas após o golpe de 1937. Assim é que a Constituição demarcou claramente a aceitação da liberdade de ensino, desde que respeitadas as legislações. Ao final do governo Vargas, em 1945, existiam cinco universidades e muitas faculdades isoladas. Luís Antonio da Cunha (2007) no texto sobre o período Vargas (*Universidade Temporã*), apresenta o discurso do Presidente como bem representativo da função da educação no período pós-golpe de 1937, exposto numa entrevista a uma revista alemã em 1938:

Não sendo uma simples fornecedora de noções e técnicas, mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria uma e nos interesses sociais que lhes são incorporados, a educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo Estado Novo será um elemento não só eficaz, como, decisivo, na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais, a juventude, agora mais do que nunca será formada. (VARGAS, 1940, v.6, p.146)

Nos anos 1950 e 1960, houve expansão das instituições superiores, além da presença marcante de estudantes e professores como protagonistas fundamentais no panorama de mudança do País e das universidades.<sup>47</sup> Em 1950, em torno de dez universidades estavam em funcionamento no País, além de numerosas instituições isoladas de educação superior. Na entrada dos anos 1960, já havia cerca de 20 universidades. Tomava corpo um movimento de intelectuais e cientistas, ao qual se somava o movimento estudantil, que se organizava em associações bastante ativas. Esse movimento, iniciado nos últimos anos da década de 1950, reivindicava mudanças na educação e, em particular, na universidade. (MORHY; 2004: p.29).

O período anterior ao golpe de 1964 é caracterizado por Cunha (2007) de *universidade crítica*. É assim por ele demarcado: durante a República Populista (1945/64), o ensino superior brasileiro encontrava-se permeado por contradições, principalmente pela crise de realização social de seu produto mais valorizado pela

---

<sup>47</sup> O resultado desse processo foi que se constituiu, nos anos 1950 e 1960, um intelectual coletivo, desde então um protagonista sempre presente nas políticas educacionais do país, fosse como propósito, como colaborador de iniciativas estatais, fosse como crítico de tais medidas. (CUNHA in LOPES: 2003)..

sociedade: o profissional diplomado. A expansão de vagas levava ao mercado de trabalho, anualmente, muitos jovens à procura de emprego “compatível” com os padrões sociais de remuneração e de prestígio. Nos últimos anos da República Populista, os efeitos da monopolização sobre a estrutura do emprego foram ampliados pela radicalização política dos movimentos sociais e pela espiral inflacionária, que levaram ao retraimento e redução do mercado de trabalho, tanto no setor privado como na área pública.

Tudo isto induzia um movimento estudantil voltado para a reforma do ensino superior, de modo a adequá-lo às exigências da sociedade e, no limite, para a transformação profunda da própria sociedade. Então, a universidade (no sentido lato) era crítica nos dois sentidos do termo. No primeiro senso, a universidade estava numa situação crítica. À medida que suas contradições internas se acirravam, a universidade tornava-se cada vez menos capaz de pretender a indispensável legitimidade para sua ação sociopedagógica. No segundo, a universidade era crítica de si própria e da sociedade como um todo. (CUNHA,1988).

Nos primeiros anos da década de 1960, há dois marcos: a criação da Universidade de Brasília, em 1962<sup>48</sup>, seguidora do modelo estadunidense, com departamentos. Antes desta fundação, em 1961, ocorreu a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1965, já no período ditatorial<sup>49</sup>, foi realizado o primeiro acordo MEC- Usaid para planejamento da educação superior; ante o diagnóstico da realidade do ensino superior, seriam preparadas sugestões. Ainda em 1965, a educação passou então a ser considerada pauta econômica com a definição oficial de capital humano<sup>50</sup>. Evidencia-se isto na preocupação da

---

<sup>48</sup> O movimento de indução da modernização do ensino superior no Brasil, iniciado pelo ITA, teve seu momento mais forte com a criação da Universidade de Brasília, em 1961. A fundação desta universidade atendia a dois propósitos: manter junto à burocracia uma reserva de especialistas de alta qualificação e criar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro, mais amplo do que o ITA porque abrangendo todos os campos de saber. (PAULA: 2002; P.124).

<sup>49</sup> Na análise de Fernandes (2010), a ditadura surge como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num período de crise e de reorganização da América Latina. Os setores dominantes alcançaram o monopólio da orientação política da sociedade, impondo seus interesses numa dramática situação de mudança. As forças armadas não iniciaram a militarização do Estado e das estruturas políticas como e enquanto grupo ou categorial social em si e para si. Sua orientação foi determinada pela composição dos interesses privados e públicos, internos e externos, com vistas a certas condições de estabilidade econômica, social e política, impostas em nome de uma “transição segura” para uma nova forma de capitalismo dependente.

<sup>50</sup> Minto (2006) sobre o Plano de Ação Econômica de 1965/66, observa que este arrola uma série de orientações de caráter estritamente econômico para o ensino superior.

adequação do ensino aos critérios do mercado e ainda a indicação do fim da gratuidade nos estabelecimentos oficiais.

Em dezembro de 1967, reuniu-se por 89 dias uma comissão cujos objetivos centravam-se na avaliação das reivindicações<sup>51</sup>. Eram escritos relatórios e nestes constavam nos vários pontos críticos, dentre os quais: a inadequabilidade estrutural do MEC, a crise de autoridade no sistema educacional, a insuficiente remuneração atribuída aos professores, a política de ampliação de vagas, a reforma universitária, seus recursos e organização, a inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática em oposição à subversiva, a ausência de fiscalização dos recursos públicos (FÁVERO, 1977: p.63). Nesta dinâmica, o Governo federal<sup>52</sup> convocou um Grupo de Trabalho para Reforma Universitária em 1968. Desta, resultou um conjunto de medidas que marcaram profundamente na formação da universidade brasileira um viés conservador, sem avanços significativos.<sup>53</sup>

É assim que, neste período, se reconhece a necessidade de se reformar a universidade quanto à estrutura, à organização, à relação da quantidade e à qualidade e ao seu papel na sociedade. Destaca-se a participação estudantil com a efervescência de eventos, cujo enfoque era a Reforma Universitária, além de lutas concretas que garantiram a ampliação da participação dos estudantes nos fóruns institucionais de decisão.<sup>54</sup> Elemento político que será capturado pelas elites a partir do golpe de 1964 quando se instalou a autocracia burguesa no país<sup>55</sup>. É no contexto

---

<sup>51</sup> Na leitura de Netto (2001) foi o potencial catalisador do movimento estudantil no bloco antiditorial que situou o problema educacional como prioritário. Assim é que a educação passa a ser refuncionalizada a partir principalmente de 1968.

<sup>52</sup> Na análise de Netto, a política educacional da ditadura para o ensino superior não se submeteu aos interesses do grande capital, apenas contendo o acesso à graduação e reduzindo a alocação de recursos públicos, mas transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados bastante rentáveis- a educação superior sob a autocracia burguesa transformou-se num grande negócio.

<sup>53</sup> A LDB em 1961 não apresentou grandes inovações no que diz respeito ao ensino superior. Há quem diga que, comparada ao Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, guardadas as proporções, representam um retrocesso. Ela apresenta-se mais como enumeração de providências, do que como arcabouço consistente para uma reforma em profundidade. (FÁVERO: 1977).

<sup>54</sup> *Em 1967-68, continuou de forma acentuada a discussão em torno do problema dos excedentes, de liberdade de greve e de organização das instituições estudantis, acrescida, agora, do problema da rejeição da ideia de transformar as universidades federais em fundações. Como nos anos anteriores, houve passeatas de protesto e reivindicação, todas elas carregadas de forte conteúdo político. Não se pode esquecer de que esses anos foram marcados por sérias crises e violentas manifestações estudantis em vários países.* (IDEM: p.51)

<sup>55</sup> Fernandes (2010) qualifica o processo de modernização inaugurado pelas forças militares no período: uma modernização controlada de fora, como uma fonte de neutralização permanente de qualquer tendência de crescimento autônomo. Além de ser uma modernização controlada pelos setores dominantes das classes alta e média, portanto uma modernização que rende dividendos somente para estes setores e suas elites no poder.(p.155).

de uma internacional *contrarrevolução preventiva* na disputa de hegemonia capitalista que se instala a ditadura do Brasil. Nos termos de Netto (2001):

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sócio-políticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo. (p.16).

Neste âmbito é que os estudiosos da área identificam alterações qualitativas na política educacional que interferem até hoje na configuração do trabalho docente, em particular sua funcionalidade à ordem burguesa, via reprodução dos modelos de exclusão no modelo educacional; ainda a lógica empresarial, via burocratização (leia-se departamentalização, ciclo básico, vestibular unificado etc). Ainda que a resistência de estudantes e professores tenha sido um protagonista essencial, a ditadura, via repressão e racionalização institucionalizada, conseguiu rebaixar o padrão do trabalho intelectual (em particular a dinâmica da interação com a sociedade de classes) e produzir *quadros qualificados afeitos à racionalidade formal-burocrática, cortando laços vivos, tensos e contraditórios com o movimento das classes sociais*. (IDEM.p.17).

Paula (2002) também identifica uma transformação estrutural da universidade desde a ditadura, em particular uma latente preocupação com a instrumentalidade da vida acadêmica às demandas extra universitárias, ligadas ao campo econômico. Analisando o próprio relatório do Grupo de Trabalho<sup>56</sup> que preparou a Reforma Universitária de 1968, a autora extrai trechos do documento que bem identificam os termos da modernização proposta: a reforma encomendada pelo Governo tinha como finalidade “propor um repertório de soluções e medidas operacionais que permitissem racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade”. A universidade tradicional “revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso

---

<sup>56</sup> Relatório do grupo de trabalho sobre Reforma Universitária, citado por Paula (2002).

da ciência moderna, inadequada para criar o *know-how* indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente, porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira”. Para a solução indicada, a autora recupera outro trecho do documento: “conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos. (P.128). Na síntese e palavras da autora,

Através da análise dos documentos sobre a Reforma Universitária, podemos concluir que a idéia de racionalização foi o princípio básico desta reforma, dela derivando as demais diretrizes, todas embasadas em categorias próprias da linguagem tecnicista: eficiência, eficácia e produtividade e outras. Dever-se-ia racionalizar: a organização das atividades acadêmicas, administração universitária, a expansão do ensino superior, os gastos com a educação, a distribuição das vagas pelos exames vestibulares, a oferta dos cursos voltadas para a demanda do mercado profissional e industrial, etc. Qualquer que fosse o ângulo, a racionalização era vista como o caminho por excelência da reforma universitária, atrelando-a ao processo de desenvolvimento nacional. Isto porque o processo educacional era associado à produção de uma mercadoria que, como todo processo econômico, implicava em um custo e um benefício. Portanto a universidade foi revestida de uma onda tecnocrática, na qual a palavra de ordem era *racionalidade*, compreendida como algo que levasse à maximização do rendimento do processo educacional. (IDEM; 134)

No que diz respeito à relação público e privado, Minto (2006) destaca alguns elementos importantes que culminaram com a reforma de 1968: 1) **o relatório de Rudolph Atcon**, contratado pela direção do MEC- Ministério da Educação em 1965 (a racionalização da gestão universitária incluía nesta proposta a redução da presença dos estudantes nas instâncias de decisão; 2) a influência do **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais** nas reformas educacionais com a proposta de integração empresa-escola e de pagamento das mensalidades nas instituições oficiais; 3) a presença dos técnicos americanos, via **Equipe de Assessoria do Ensino Superior (EPES)**, em 1965, com intuito de opinar sobre a organização de um programa específico voltado para o ensino superior, e 4) a criação da **Comissão**

**Especial Meira Matos** que no momento de aprofundamento da crise político-econômica, identificava por parecer da Comissão, as diretrizes governamentais na relação com o movimento estudantil.

Identificadas as concepções presentes nos referidos documentos, Minto (IDEM) observa que a modernização proposta institucionalizou a linguagem tecnicista no campo educacional. Termos como racionalização, eficácia e eficiência estavam constantemente presentes nas diretrizes indicadas. Citamos aqui algumas das principais tendências identificadas pelo referido autor: a) no item Gestão da Universidade e autonomia, a racionalização é a palavra consensual. Ao tempo em que deve decrescer o financiamento público da universidade, deve crescer o controle sobre o movimento estudantil; tendência à ampliação da relação entre ensino e setor produtivo, administração e gestão em sintonia com os parâmetros das empresas, Conselho de Curadores, contando com empresários bem-sucedidos etc.

O financiamento evidencia a escassez de recursos públicos, preconizando novas formas de obtenção de recursos via prestação de serviços, venda de produtos; a referência ao fim da gratuidade do ensino, mediante um sistema de cobrança proporcional à renda das famílias dos estudantes.

Observamos assim que o estabelecimento da reforma de 1968 já contava com várias formulações substanciadas nos anos anteriores, em particular no que diz respeito à sua concretude. Uma das coisas que chama a atenção de alguns autores<sup>57</sup> é o fato de que, embora a Lei 5540, sancionada em 1968 tenha estabelecido que o ensino superior devesse ser universitário e respeitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e só excepcionalmente poderia ser em institutos isolados, na prática, isto não ocorreu, dado que, entre 1962 e 1972, dos 1.136 pedidos para criação de novos cursos, 897 (79%) foram atendidos. Entre 1970 e 1973 o crescimento das matrículas nos estabelecimentos isolados é inclusive superior ao crescimento das matrículas nas universidades.

Aí está mais uma característica distinta na história da universidade brasileira, quando comparada com a da maioria dos países latinoamericanos. Sem desconsiderar as danosas consequências que a ditadura militar (1964-82) teve na vida acadêmica, não é possível deixar de levar em conta o fato de que foi nesse período que o processo tardio de formação da universidade brasileira recebeu maior

---

<sup>57</sup> Como exemplo, citamos os autores Fávero (1977) e Minto (2007).

impulso. Para tanto, é preciso considerar os efeitos contraditórios que o regime autoritário provocou nas instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica (CUNHA; 2003).

As medidas são expressas na Lei No 5540, de 28 de novembro de 1968, e no Decreto-Lei No 464, de 11 de fevereiro de 1969, dentre as quais se destacam: regimes de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, exame vestibular classificatório, criação dos Institutos básicos e dos departamentos. Não foi dada maior ênfase à extensão. A lei determinou, também, que o ensino fosse indissociado da pesquisa. Embora essa determinação buscasse evitar a existência de quadros docentes distintos dos de pesquisadores, ela foi reinterpretada para significar que todo professor deveria, ao mesmo tempo, ensinar e pesquisar. Para isso contribuiu o programa de incentivo ao tempo integral e à dedicação exclusiva para quem os almejassem (CUNHA; IDEM).

Houve também neste período uma grande expansão do ensino superior por conta do regime de substituição de cátedras<sup>58</sup>: o desenvolvimento significativo da pós-graduação e da política de controle se acentua com a fixação de diretrizes e bases da educação como competência da União.<sup>59</sup> Houve também por parte do governo o incentivo para criação de faculdades privadas.<sup>60</sup>

Já em 1960, 40% das matrículas no ensino superior eram do setor privado; em 2009, essa porcentagem já era 75%, uma das duas ou três mais altas do mundo. No período ditatorial, o nível de privatização cresceu para 65%. Após um período de redução (da ordem de 5%) ao longo da década de 1980, voltou a crescer durante a fase de implantação do neoliberalismo, atingindo cerca de 70% por volta do ano 2000 e, em 2009, chegou a 75%<sup>61</sup>, como adiantamos.

---

<sup>58</sup> Depois da extinção do regime de cátedras, no fim da década de 1960, a carreira docente foi reestruturada, nas universidades federais e em muitas estaduais, mediante a combinação do tempo de serviço e da pós-graduação. (CUNHA, 2003).

<sup>59</sup> Na esteira da constituição federal de 1967, foi implantada a reforma administrativa pelo Decreto Lei no 200, de 25.02.1967, e, na sequência, a reforma do ensino superior pela Lei no 5540, de 28.11.1967, e, em estrita analogia com os objetivos que haviam presidido a primeira: racionalização de serviços e modernização do aparato estatal de ensino superior, consolidando as mudanças na área universitária já iniciadas após 1964. (RANIERI: 2006:138).

<sup>60</sup> O crescimento do ensino superior foi realizado principalmente pelos estabelecimentos isolados, e não pelas universidades. O crescimento das matrículas desses foi de 983% no período de 1960-1072 enquanto que o das universidades não superou os 440%. Foram as universidades privadas, dentre estas, as que se expandiram mais: suas matrículas cresceram 618% enquanto que as universidades públicas sofreram um incremento de 384% (CUNHA, 1975: P.30)

<sup>61</sup> Informação do jornal Brasil de Fato, no artigo do professor da USP Otaviano Helene, no *site* [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br), ex-presidente da ADUSP. Acessado em 28 de outubro de 2011.

Com a reforma foram instituídas mudanças na concepção de trabalho intelectual e novo padrão de carreira docente. Nos anos posteriores (décadas de 1970, 80 e 90), a atuação e a produção intelectual colocam-se marcadas por critérios de burocratização e racionalização, com a concentração da produção nos departamentos, alterando a inserção pública da intelectualidade brasileira.

A reforma de 1968 alterou a concepção de trabalho intelectual, mediante um conjunto de mudanças como o sistema departamental. Era estabelecido um novo padrão de carreira docente com o fim da cátedra, generalização do sistema de Pós-graduação e conseqüente especialização dos professores universitários; além da massificação das universidades públicas e uma crescente burocratização do sistema universitário. O ato institucional n. 5 modificou a relação da intelectualidade com a esfera pública. Ocorre, a partir de então, uma atuação e produção intelectuais orientadas pelos critérios da burocratização e da racionalização universitárias, com uma concentração da produção intelectual nos departamentos. Como mencionado anteriormente, Isto alterou progressivamente o perfil engajado de uma intelectualidade que passou de representante em geral da sociedade para se pautar pelos critérios da especialização profissional e da carreira burocrática<sup>62</sup>. Assim, na análise de Paula (2002), os cientistas sociais desde então, abdicam do papel de edificadores do País em prol de valores especificamente acadêmicos e dos interesses privados e de categoria. Um modelo que aproxima a formação da universidade brasileira ao perfil yanque de ensino superior.

O modelo norteamericano de universidade, embora tenha recebido influência inicial dos modelos europeus, tem sua trajetória muito marcada pelo utilitarismo e pela crença no progresso, expressões típicas da formação da sociedade estadunidense. Assim é que tem caracterizações particulares, tais como: a coexistência de populações estudantis heterogêneas e a permanência de instituições que aliavam formação técnica, profissional e geral ou científica, atraindo contribuições financeiras múltiplas, com fraca intervenção do Estado; a organização das disciplinas por departamentos e não por cadeiras; a massificação precoce com a inserção das classes médias a partir da década de 1950. Vale ressaltar os

---

<sup>62</sup> Fernandes (2010) em sua reflexão sobre a relação dos intelectuais com a ditadura, considera que apenas uma minoria situou-se claramente em oposição ao regime militar. Na sua avaliação, os intelectuais ficam permanentemente expostos a interesses e valores conservadores dos setores dominantes das classes média e alta. Salienta ainda que há uma situação estrutural que fragmenta as atividades intelectuais em posições e papéis que carecem, como tais, de qualquer autonomia social e de qualquer poder político inerente de autodeterminação.(p.174/175).

centros de excelência voltados para formação de alto nível das elites acadêmicas, uma gama de universidades voltadas para a formação técnica e profissional de seus alunos e à prestação de serviços à sociedade, com um claro caráter utilitarista.

Esse caráter pragmático dos EUA subordinou a vida acadêmica aos interesses da sociedade da abastança, do complexo industrial-militar e da segurança nacional<sup>63</sup>. Assim é que a *multiversidade* ianque se aproxima mais do modelo de uma gigantesca empresa prestadora de serviços e produtora de conhecimentos técnicos e especializados, lógica esta presente até nas Ciências Humanas e Sociais na avaliação da referida autora. Segundo sua análise, entretanto, a inserção na busca de maior racionalização das atividades não garantiu uma real racionalização das atividades acadêmicas e os intelectuais vinculados às Ciências Humanas, em sua maioria, curvam-se cada vez mais às exigências dos órgãos de fomento à pesquisa e da mídia. O conceito tradicional de intelectual como porta-voz dos oprimidos, como representante dos interesses das massas, como construtor da nação, engajado na transformação estrutural da sociedade, cede lugar cada vez mais ao intelectual específico, ao especialista, pois responde aos apelos restritos de sua especialidade.

Cunha (2007) identifica por meio dos simpósios realizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do período ditatorial a referência à estrutura das “melhores universidades norte-americanas” como orientadoras da reforma das brasileiras. Uma série de medidas foi tomada na perspectiva de modernizar a universidade no intuito de aumentar sua eficiência e produtividade e para situá-la a serviço das demandas do capitalismo periférico.

Isto demandou algumas orientações do ponto de vista da educação. Segundo Minto (2006), as formulações teóricas que resultaram na Teoria do Capital Humano tornaram-se as políticas educacionais do período da ditadura, introduzindo a linguagem técnica na educação superior.

---

<sup>63</sup> Na tese de Cunha (2007) a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposto pela *Usaid*, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 1940, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, com um imperativo da modernização, e, até mesmo, da democratização do ensino superior. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias. (p, 24)

A exemplo do que ocorreria com os demais níveis de ensino, a tecnificação do ensino superior o torna adequado aos requisitos mais ou menos banais da “existência civilizada”, numa sociedade capitalista de desenvolvimento limitado em sua forma histórica. Neste contexto é possível entender a constituição da chamada “trama privatizante” (GERAMNO, 2000, P.195), que engloba as concepções privatistas da educação brasileira na ditadura e, com ela, as políticas de favorecimento estatal ao setor privado de ensino, advindas, em grande medida, da economia da educação. Esse é um importante ponto de apoio, cujos reflexos se fazem presentes até hoje (MINTO, IDEM. P.102).

Na síntese de Paula (2002), as medidas adotadas para a transformação e modernização estrutural foram destituídas de seu conteúdo originário (reivindicações estudantis, por exemplo) e se transformaram por via de um conteúdo tecnicista e racionalizador, demarcando uma despolitização do campo acadêmico. Um dos principais elementos caracterizadores do período é exatamente a disposição da política educacional em imprimir uma instrumentalidade à vida acadêmica, associando, por exemplo, as atividades universitárias às demandas externas, em particular, as econômicas.

As reflexões de Netto (2001), quando este analisa a ditadura, são bem caracterizadoras deste processo em relação ao alcance do regime em suas intenções com o ensino superior, pois cortou os laços vivos, tensos e contraditórios entre a universidade e o movimento das classes sociais, premidos pela repressão e pela gestão modernizadora, os seus condutos com a vida e os processos sociais. Na análise do autor, a universidade perdeu o dinamismo crítico que lhe garantia a convivência no seu interior, das tensões entre distintos projetos societários. Consequentemente, viu exauridos os seus processos específicos e particulares de elaboração produtiva, fortalecendo o procedimento reprodutivo, com a decorrência inevitável da degradação de seu padrão de trabalho intelectual.

Portanto, na análise de Netto, com a expulsão de docentes e pesquisadores, vinculados às tendências democratizantes e avançadas<sup>64</sup> e o

---

<sup>64</sup> Vítimas preferidas e indefesas dos novos ocupantes do poder, professores e administradores universitários pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem “comunistas”, ou simplesmente suspeitos de adotar “ideias exóticas” ou alienígenas”. O caso mais dramático ocorreu na Universidade de Brasília, justamente o símbolo da modernização do ensino brasileiro. O campus da Universidade de Brasília, foi tomado como se fosse um reduto armado de tropas inimigas. Só isso

crescimento quantitativo do corpo docente constituiu-se um quadro de professores descomprometidos com o passado e com a continuidade do padrão de trabalho intelectual que vinha se afirmando desde meados dos anos 1950. Abriu-se o espaço para uma intelectualidade independente, que tanto exercitou minimamente uma contestação abstrata do regime autocrático burguês quanto, por isso mesmo, ofereceu a este uma possibilidade, mesmo que diminuta, em determinados pontos, de legitimação pelo aparente pluralismo que sugeria tolerar. Na sua avaliação, hegemonizou-se então o discurso e a prática de separação entre teoria e política.

Vários autores reconhecem o papel histórico de resistência que tiveram os estudantes e intelectuais no período ditatorial, em particular no momento de radicalização da mesma. Cunha (2007) destaca o fato de que o auge das passeatas foi no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, onde 100 mil pessoas percorreram o centro da cidade contra a repressão policial e por verbas para a educação, reivindicando uma universidade livre, gratuita e aberta para todo o povo. A União Nacional dos Estudantes, criada em 1942 e representante exclusiva dos estudantes era deslegitimada pelos jornais, sendo chamada de ex-UNE. As suas atividades foram suspensas por dois meses em 1966 com a acusação de que a entidade estava promovendo atividades de caráter subversivo.

Com o golpe de 1964, a influência ianque consolidou-se em vários espaços da Administração Pública Federal. A Educação Superior vista como fator estratégico para a política de desenvolvimento econômico, foi sendo estruturada para atender à consolidação do capitalismo dependente mediante a expansão e a racionalização do sistema universitário. A ditadura militar equacionou o dilema de desenvolver pesquisa sem os riscos da seara do campo crítico, criando uma hierarquia acadêmica com a política científica e tecnológica, privilegiando grupos de pós-graduação leais ao regime ditatorial.

Chauí (2001) inventaria alguns elementos e reflexões das mutações ocorridas após a reforma de 1968, dos quais destacamos: 1) a departamentalização significou diminuir gastos (um mesmo professor devendo ministrar um mesmo curso para um maior número de alunos) e facilitar o controle administrativo e ideológico de professores e alunos; 2) a matrícula por disciplina

---

explica por que 400 homens da Polícia Militar do estado de Minas Gerais ocuparam a universidade no dia 9 de abril de 1964, secundados por tropas do exército oriundas de Mato Grosso. Os soldados procederam ampla revista das pessoas e das instalações, interditando apartamentos e bibliotecas, apreendendo livros considerados subversivos. ( CUNHA: 2007: p.38/39).

que, segundo texto da própria reforma, visou a aumentar a “produtividade” do corpo docente que passava a ensinar a mesma coisa para um maior número de alunos; 3) a fragmentação da graduação, dispersando estudantes e professores, visava impedir a vivência acadêmica sob a forma da comunidade e da comunicação; 4) a unificação do exame vestibular conforme região e o ingresso por classificação tiveram a finalidade de preencher vagas em cursos pouco procurados.

Historiando, ainda, o perfil dos intelectuais brasileiros no que diz respeito à política, a autora assim divide este entre os anos 1950-1970 e os anos 1956-1963. Os intelectuais (em geral vinculados ao Partido Comunista Brasileiro) deram o lugar da consciência avançada das massas (ou, como se dizia, do povo) e de produtores de planos políticoeconômicos e governamentais para o Estado (como foi o caso do ISEB), os dois grupos possuindo uma visão do papel demiúrgico do Estado para a resolução da luta de classes. Entre 1964 e 1969, perante a ditadura e o terror de Estado, deixaram de colocar-se como consciência teórica do proletariado e puseram-se como seu “braço auxiliar e armado”. Entre 1974 e 1980, surgiram dois novos tipos, os que voltaram a se alinhar na perspectiva do pré-1964, intelectual como vanguarda teórica e, de outro, os intelectuais que descobriram que os dominados pensam, sabem, conhecem a exploração.

Luís Antonio Cunha<sup>65</sup>, ao recordar densamente os aspectos históricos da universidade brasileira, expressa três momentos desta, identificando na sua análise, três momentos: *a universidade temporã*, onde estuda a origem e desenvolvimento do ensino superior do Brasil; *a universidade crítica*, na qual reconstitui os processos de envolvimento e crítica com a sociedade no período populista (1945/1964); e *a universidade reformanda*, própria do período ditatorial. Já a dicção *universidade operacional*, batizada por Marilena Chauí, trata da instituição com início na década de 1990 e desde então, a predominância dos tempos neoliberais e a perspectiva de universidade com um *modus operandi* de empresa privada, seus processos de burocratização da produtividade.

Para vários autores, contudo, as alterações hoje hegemônicas no ambiente acadêmico iniciam-se a partir do período ditatorial no Brasil, que incidem

---

<sup>65</sup> Luís Antonio da Cunha recupera em sua trilogia: *A universidade temporã* (1986), *A universidade crítica* (1983) e *A universidade reformanda* (1988) os aspectos sócio-históricos que caracterizam a formação da universidade brasileira.

diretamente na cultura organizacional e no próprio perfil dos trabalhadores docentes. Na crítica de Lampert (1999), a reforma de 1968 conduziu o ensino superior a um processo de modernização a serviço dos interesses predominantes, contribuiu para a formação de mão de obra barata, atendendo aos interesses empresariais e institucionalizando a dependência das universidades, além de produzir uma legislação repressiva para conter estudantes e professores

Comugando com a análise de vários autores, Minto (2006) exprime que as características da universidade brasileira têm cicatrizes definidas pelo período ditatorial: a diversificação de ensino e a diferenciação institucional, as variadas formas de favorecimento da privatização do ensino superior, a racionalização administrativa nos moldes empresariais, desmobilização do movimento estudantil e docente e estímulos às práticas individualistas via incentivos individuais por produtividade.

Mais do que as regras expressas pelas agências multilaterais para a educação na era neoliberal, a universidade brasileira assumiu qualidades impressas historicamente pela ditadura e a reforma universitária. Uma das marcas significativas deste processo foi o desenvolvimento da política de editais, (que embora seja uma medida republicana e meritocrática, que pode evitar clientelismos), contraditoriamente parte do pressuposto que as condições de concorrência são iguais e acaba por definir nas instâncias burocráticas do governo, o que deve ser priorizado, quais áreas, os critérios, os parâmetros de organização de tempo e espaço, onde o tempo da universidade deve se equipar ao tempo da sociedade e da economia<sup>66</sup>, o que pode engessar as pesquisas que exigem financiamento. Portanto, possibilidade de controle e centralização da produção do conhecimento e pesquisa com os interesses do projeto dominante, embora não elimine a relativa autonomia do docente nas suas escolhas de participação. Na análise de Sguissardi e Silva Júnior (2009), estes identificam que as agências financiam as pesquisas de impacto, isto é, aquelas cujos resultados são imediatamente aplicados ao setor produtivo ou na resolução de problemas sociais decorrentes da política industrial e econômica (p.213).

---

<sup>66</sup> Problematizando a intensificação do trabalho nas federais, Sguissardi e Silva Júnior (2009) citam a pesquisa da renomada revista britânica *Nature* que revelou a disseminação do uso do remédio *Ritalina* pelos professores e estudantes para melhorar o desempenho intelectual. A droga é destinada para tratar de TDAH (Transtorno de déficit de atenção). A motivação dos pesquisados entretanto, não é o trato de nenhum transtorno, mas desenvolvimento de captar mais informações.

Dos anos 1980 em diante, a redemocratização foi atropelada pela onda conservadora do neoliberalismo, que dentre outras questões, afetou a Educação pela redução dos gastos públicos com o setor. Do ponto de vista legal, temos dois marcos importantes: a Constituição Federal em 1988 e a LDB em 1996, mas os anos 1980 do foram de pouca movimentação para a universidade brasileira e as diretrizes políticas foram de continuidade da ditadura.

## **2.2 A universidade brasileira no contexto das transformações societárias: as indicações dos organismos multilaterais<sup>67</sup> e as prioridades da política educacional na América Latina**

Sem nos aprofundarmos em diversos dos nexos causais próprios das mutações societárias ocorridos desde o final do século XX, atentaremos brevemente para seus principais sinais, a fim de situarmos em seguida, as condições da universidade pública e suas implicações no cotidiano do trabalho docente. É fato que as quedas nas taxas de lucro ocorridas dos anos de 1970 em diante engendraram um conjunto sistemático de respostas do capital para superar a situação.

A maior parte da literatura crítica sintetiza o conjunto de respostas nos seguintes fenômenos: reestruturação produtiva, mundialização da economia e ajuste neoliberal. As universidades seriam apenas um local, entre muitos outros, nos quais identificamos os efeitos do neoliberalismo e da ascensão do chamado novo gerenciamento público, que se fortalece principalmente com a parceria público-privado e com as regras de avaliação da produtividade. Nesta instituição, em particular, o que se verifica é a mudança da idéia iluminista tradicional da universidade como *locus* de estudos densos para a noção moderna da

---

<sup>67</sup> Santomé (2003) afirma enfaticamente: Esse tipo de organização mundial (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC), com o apoio das grandes empresas multinacionais, é o verdadeiro cérebro das políticas neoliberais, construindo uma grande trama de redes para obter o consentimento da população com relação às suas propostas. O controle dos recursos financeiros que ela têm em suas mãos lhes permite dirigir as linhas de pensamento da imensa maioria dos meios de comunicação de massa, controlar as publicações de numerosas editoras, exercer suas autoridades sobre os partidos políticos governistas, com base em créditos e "doações" para as suas campanhas, influenciar sensivelmente o trabalho de instituições de formação e educativas, especialmente as universitárias, por meio da concessão de subvenções econômicas para a promoção de determinadas linhas de pesquisa, etc. Em suma, os organismos econômicos de caráter mundial também financiam a elaboração de discursos que estejam de acordo com seus interesses privados e de exploração, que divulguem de forma insistente e contínua. (p.19).

universidade como corporação empresarial, cujo interesse fundamental é a parceria com o mercado. Esse sistema híbrido de educação e empresa busca: 1) atender às necessidades do comércio, maximizar investimentos e retornos econômicos; 2) criar auditorias, indicadores de desempenho, exercícios de comparação competitiva; 3) estabelecer um ranque de universidades, gerenciamento por metas, exercícios punitivos de classificação de pesquisa e avaliações periódicas da qualidade de ensino. Essas são as tecnologias que foram usadas para disseminar os métodos de novo gerenciamento público e gestão de universidades.

Após a década de 1970, as condições de expansão da dinâmica capitalista são objeto de alterações significativas, sem que se modifique a relação fundamental de reprodução do capital pela via da exploração do trabalho. Doravante, a acumulação de capital se processa por meio dos núcleos anunciados: a) a mundialização, via mapeamento dos potenciais de exploração – identificação dos nichos de mercado; liberalização dos mercados das economias periféricas dando completa liberdade ao capital, principalmente o financeiro.); b) a reestruturação produtiva (racionalização do processo produtivo, articulando formas arcaicas de exploração de mais valia absoluta com modernas formas de expropriação de mais valia relativa; novos métodos de organização e gestão do trabalho, tornando-o mais compacto e flexível; articulação de novas formas de envolvimento ideológico do trabalhador mediante a captura da sua subjetividade; a emergência de uma cultura fundada no individualismo, na competitividade, na competência como atributo individual, destruição dos laços de solidariedade e de luta sindical.); c) o neoliberalismo (expressão político-ideológica da mundialização)<sup>68</sup>, enquanto o Estado possível e necessário para o funcionamento do capitalismo contemporâneo; liberalização das fronteiras – pelo menos na periferia; privatização do patrimônio estatal; desnacionalização; ataque aos organismos sindicais e “demonização” do serviço - e dos servidores - públicos; criação de uma cultura que prima pelo flexível, efêmero, fugidio, passageiro, imediato, singular.

---

<sup>68</sup> Paniago in *Temporalis 15* (2008) nos indica que o neoliberalismo como reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas do capital passa a encontrar espaço efetivo para idéias há muito propagadas por Frederico Hayek. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas e, de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação de sua qualidade de vida e trabalho. Assim, o Estado encarnou o papel de vilão dos desequilíbrios econômico-financeiros, por meio da alegada crise fiscal do Estado intervencionista no período anterior.

Tais fenômenos têm na ideologia neoliberal (reedição dos princípios liberais) e sua reprodução em todas as esferas sociais, um dos pilares de sustentação. Mais do que nunca, o mercado se apresenta como o mediador por excelência de todas as relações sociais. Ainda que nos últimos anos, alguns países da América Latina venham sinalizando uma maior intervenção do Estado (fenômeno chamado de *Pós-neoliberalismo*)<sup>69</sup> não se rompe com os princípios liberais, sendo, antes, o aliado fundamental do capital, e seu grande mote nas instituições é a parceria público-privado.

O quadro de mudanças societárias manifesta-se de forma heterogênea no cotidiano dos indivíduos consoante sua condição de classe social. Em particular, a classe trabalhadora e o conjunto dos que vivem da venda da força de trabalho experimentam profundas modificações nas suas condições materiais de existência, e sofrem intensos rebatimentos na sua dimensão subjetiva. O desemprego de longa duração, o empobrecimento das classes médias, a compressão da massa salarial, o alongamento e intensificação das jornadas de trabalho, o dismantelamento dos organismos de classe e o ataque ideológico contra qualquer ideário emancipatório sinalizam um quadro de crise que atinge o ser da classe.

Em resposta ao processo de crise, o capital busca a superá-la, limitando a saída a novas formas de operacionalização da produção e da posição estratégica do Estado, além da financeirização da economia. Sendo assim, as saídas então apontadas se fundamentam em uma relativa negação do paradigma fordista de trabalho e o modelo keynesiano de Estado, estalões históricos em destaque basicamente no período entre 1930 e 1970, até então sustentados pela acumulação do capital. No lugar, um modelo de produção permeado pela acumulação flexível (em oposição à rigidez fordista) e um Estado que possa ser sustentável e que, ao mesmo tempo, sustente esta necessária flexibilidade, condição atual de sobrevivência das relações sociais capitalistas, desde a crise expressa nas décadas de 1960 e 70.

Bering (2008), através de um denso recobro da literatura sobre a temática da contrarreforma do Estado, confere a repercussão ideológica do neoliberalismo nas políticas sociais: são destacadas como paternalistas

---

<sup>69</sup> Ver Sader (1996) *Pós-neoliberalismo, as Políticas Sociais e o Estado Democrático*.

geradoras de desequilíbrio, custos excessivos do trabalho e devem ser acessadas via mercado, o que enseja e legitima a desresponsabilização do Estado e desfinanciamento da proteção social, elementos que estão envolvidos na lógica do ajuste estrutural e o receituário para os países periféricos<sup>70</sup>: desregulamentação dos mercados, redução do déficit fiscal e/ou do gasto público, política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional e para a política social, a lógica da focalização das ações.

Nesta dinâmica, educação e conhecimento são destacados como eixos centrais do processo da produção, como potencializadores do desenvolvimento econômico, sendo o investimento em capital intelectual apontado como importante para a competitividade. Na verdade, algo que não é novo, como comprova a *Teoria do Capital Humano*<sup>71</sup> editada na década de 1950, apresentada como solução das desigualdades sociais.

No atual contexto, o Banco Mundial<sup>72</sup>, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e as demais instituições financeiras capitalistas são os protagonistas na propagação do receituário neoliberal, determinando o ajuste econômico dos países dependentes às normas impostas pela cartilha neoliberal. Tais normas apregoam o ajuste estrutural do Estado nacional às novas exigências do mercado internacional, reivindicando este como o lugar da liberdade e da autonomia. Entre 1950 e 1970, 70% dos empréstimos aos países do terceiro mundo foram voltados às políticas de industrialização. A partir dos anos 70 com a crise mundial se acentua o discurso para o alívio focalizado da pobreza, via aliança com as políticas neoliberais.

---

<sup>70</sup> No livro organizado por Haddad (2008) nos é lembrado que ao fechar um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), os países tomadores de empréstimos são obrigados a assumir uma série de responsabilidades, quase sempre por meio de acordos estabelecidos. Uma vez realizado o acordo, os empréstimos advindos dos bancos de desenvolvimento para as diversas áreas (educação, transporte e infraestrutura etc) seguem as linhas principais das condicionalidades estabelecidas em termos de reformas econômicas, com conteúdos definidos pela lógica econômica.

<sup>71</sup> A Teoria do Capital Humano reeditada nos marcos da chamada Terceira Revolução Tecnológica assevera a educação como parte integrante para mudança do atraso dos países em desenvolvimento, mediante o investimento em recursos humanos treinados para amenizar as carências sociais. Assim, mascaram-se as relações de exploração.

<sup>72</sup> Fundado na Conferência de Bretton Woods, após o término da segunda guerra mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais, o principal é o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a IFC (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos) e o GEF (Fundo Mundial para o Meio-Ambiente). O peso de cada um dos seus cerca de 190 países-membros é proporcional à sua contribuição orçamentária ao Banco. ( CROSO; MASAÃO in HADDAD-2008)

A OMC (organização Mundial do Comércio) foi criada em 1995 e é responsável por regular o comércio em nível internacional. O Acordo Geral de Comércio e Serviços- GATS, criado em janeiro de 2002, passou por diversas fases e neste processo está revelada a concepção de educação como serviço, assim como a saúde e os transportes. E os serviços são tratados como mercadorias e como tal, devem obedecer aos critérios da liberação e abertura ao capital estrangeiro. O texto do GATS salienta que existem barreiras que limitam o livre comércio de serviços educacionais, tais como: restrição à importação de materiais escolares, dificuldades para obter equivalência do diploma, limites ao investimento direto estrangeiro, monopólio estatal, limite à quantidade de dinheiro com que se pode entrar no país, subvenções governamentais ou qualquer benefícios a nacionais, dentre outros. Os argumentos favoráveis identificam na liberalização a atração de maiores e melhores investimentos na área da educação, em particular do ensino superior, favorecimento de um maior poder de competitividade.

Ao contrário dos países em desenvolvimento, muitos países desenvolvidos, tais como os membros da União Européia, têm interesses ofensivos no setor da educação. Muitos deles veem grandes oportunidades comerciais no ensino a distância, no estabelecimento de campus no exterior, ou na “importação” de professores e pesquisadores... Considerando apenas o Consumo no Exterior, o comércio de serviços educacionais mobilizou em 2002, 40 bilhões de dólares, ou seja, pouco menos do que o mercado de serviços financeiros. (SILVA GONZALEZ; BRUGIER IN HADDAD, 2008)

Assim, nos anos 1990, entra em curso a ideologia da globalização em substituição a ideologia desenvolvimentista típica da polarização da guerra fria. Reedita-se de tal sorte, a idéia da educação como fator de desenvolvimento. Muitos ideólogos da sociedade do capital abordam hoje sobre a importância do conhecimento. Estaríamos vivendo a Era da Sociedade do Conhecimento, na qual, mesmo para o senso comum, o saber vai adquirindo novo *status*, tornando-se (repetem os apelos midiáticos) condição de acesso às inúmeras objetivações cotidianas e, principalmente, à empregabilidade. A educação é apresentada como fator de produção e seus serviços como produtos mercantilizáveis.

Um exemplo claro de preocupação com a internacionalização dos serviços educacionais é a Declaração de Bolonha<sup>73</sup>, de junho de 1999. O documento, assinado por 29 ministros da Educação, sinaliza três objetivos a serem alcançados até 2010: o aumento da competitividade e atrativos no plano internacional da educação superior europeia, a melhora da adaptação da formação dos graduados às demandas do mercado e o desenvolvimento da mobilidade interna e externa dos estudantes e graduados. A universidade “bolonhesa” na América latina foi esboçada em Cartagena no ano de 2008, onde a educação é apresentada como bem público e um setor estratégico da agenda política dos países envolvidos. De acordo com Silva, Gonzalez e Brugier in Haddad, (2008), a promoção do livre-comércio na educação superior é feita pelo principais beneficiários (*novos provedores da educação*) deste processo com a alegação de que o crescimento da educação privada transnacional é um meio de ampliar o acesso ao ensino superior no mundo. O GATE (Aliança Global para a Educação Transnacional) fundada em 1995 é uma corporação internacional que presta serviços educacionais. Esta recebe apoio financeiro de empresa como coca-cola, IBM. Os investidores estrangeiros presentes na América Latina são sobretudo, europeus e americanos, onde este processo se realiza em programas de alianças, seguidas pela educação virtual a distância, os campi locais de universidade estrangeiras, as franquias e, por fim, as universidades corporativas.

Os “pacotes” das reformas educacionais sugeridos pelas agências multilaterais indicam, principalmente: prioridade na educação primária, melhoria na eficácia da educação, ênfase nos aspectos administrativos, descentralização e autonomia das instituições escolares, a análise econômica como critério

---

<sup>73</sup> O Processo de Bolonha, com vista à criação de um espaço europeu de educação superior altamente integrado e competitivo, exige um movimento em direção à convergência, para que se possa falar de um sistema, sujeito às mesmas orientações e regras, e para que a competição interna possa funcionar segundo critérios comuns e comparáveis. Um mercado competitivo de educação superior requer um mínimo de regulação relativa ao estabelecimento das grandes regras do jogo competitivo e da inclusão das instâncias competidoras, da estrutura comum dos serviços a prestar, dos critérios de avaliação da sua qualidade e da informação a prestar aos consumidores. Por tudo isso, os elementos de convergência revelam-se assentes em normas injuntivas detalhadas e padronizadas. Trata-se de uma convergência normativa, estrutural e morfológica capaz de integrar os fornecedores de serviços educativos num sistema comum, impondo-lhes pré-requisitos mas, simultaneamente, num sistema competitivo e, por essa razão, altamente diferenciado. Estaremos perante uma convergência normativa indispensável à integração das instituições, mas logo orientada para a divergência competitiva e diferenciadora, baseada na rivalidade interinstitucional, dentro e fora de cada país, na busca incessante por vantagens competitivas. (Lima, Azevedo e Cattani in Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Consulta a [www.scielo.br](http://www.scielo.br)).

dominante na definição das estratégias.<sup>74</sup> Muitos destes indicativos dos organismos multilaterais estão presentes na política educacional dos governos na América Latina.

Em uma de suas considerações, Amaral (2003) expõe que as mudanças ocorridas no ensino superior seguiram a mesma linha do pensamento único mundial: diferenciação das instituições, ampliação das instituições privadas, diversificação das fontes de financiamento, incluindo a ida das instituições do ensino superior ao mercado, associação entre financiamento e resultados e modificações das funções do Estado. Além do mais, tiveram o apoio dos organismos multilaterais, entre eles o Banco Mundial<sup>75</sup>.

Não é recente a preocupação dos organismos internacionais com a educação na América Latina. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), a ciência e a Cultura, juntamente com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e a OEA (Organização dos Estados Americanos) convocou em dezembro de 1979 uma reunião no México. A conferência Regional de Ministros da Educação Encarregados do Planejamento Econômico identificou os problemas considerados graves quanto à educação na América Latina.

Deste processo surgiu em Belgrado no ano de 1980, o PPE- Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe e no sentido de reverter as carências educacionais da região. Os principais objetivos se concentraram em: assegurar o acesso à escola, antes de 1999, a toda criança em idade escolar, acabar com o analfabetismo do século xx e ampliar a oferta educativa para jovens e adultos. Para garantia dos objetivos: aproveitar os meios de comunicação para as ações educativas, reformar os currículos de acordo com as necessidades dos indivíduos e dos países e com atenção especial às exigências de descentralização e regionalização. (NETO e RODRIGUEZ, 2007).

A defesa da política de longo prazo é comum a todas as fases do PPE, mas a função que o Estado deve exercer no desenvolvimento dessa política foi sendo modificada. Enquanto na primeira fase (anos 1980)

---

<sup>74</sup> Haddad, 2008.

<sup>75</sup> Na perspectiva neoliberal, o que predomina no núcleo estratégico educacional são ações fundamentadas em duas teorias: a Teoria do Capital Humano e a Teoria das Competências, que subjugam a educação ao mercado e às empresas (NEVES in Lombardi e Sanfelice (2007)

cabia ao Estado garantir a igualdade de oportunidades e a escolaridade obrigatória e gratuita, na segunda fase (anos 1990), essa responsabilidade passa a ser compartilhada entre o Estado e a Sociedade (estaria aqui a origem dos processos de privatização) em decorrência de acordos construídos entre ambos que concerne à educação pública. ( IDEM, 23).

Quanto à conjuntura brasileira, é possível verificar historicamente uma subserviência das elites nacionais aos interesses dos financiadores internacionais. Na ditadura restou clara a submissão consentida ao capital internacional e, em particular, a influência americana nas políticas governamentais. O período de retorno democrático foi acompanhado *pari passu* o processo de neoliberalização internacional da economia que teve repercussões em todos os países periféricos, via cartilha dos reajustes, e conseqüentemente, impactos na redução de gastos com as políticas sociais, dentre as quais, saúde e educação e, ainda mais, no ensino superior, considerando que, na avaliação dos organismos multilaterais, o modelo ensino, pesquisa e extensão na universidade é elitista e supérfluo para os países em desenvolvimento. Sguissardi (2009) nos lembra que em 18 anos, precisamente de 1980 a 1998, o número de IES públicas federais permaneceu inalterado: 56 em 1980 e 57 em 1998. Tomando como referência a última década o crescimento só se verificou praticamente no setor privado que passou de 764 em 1989 a 842 IES em 1998. Nas propostas oficiais, o enfrentamento deveria priorizar: o crônico déficit público baseado no modelo humboldtiano de um sistema caro de universidade, fundamentado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, como indicado pelo Banco Mundial e FMI, a prioridade para os países periféricos deve ser o ensino superior massificado e diversificado para adensar o acesso.<sup>76</sup>

A caracterização das principais orientações da política educacional nos anos 1990 pode ser visualizada na focalização dos gastos sociais, na

---

<sup>76</sup> Ainda para Sguissardi (2006), os porta-vozes oficiais identificam a crise também: a) na isonomia salarial e carreira única existentes nos sistemas públicos especialmente, incluindo-se a concessão indiscriminada, nas IES federais, do regime de dedicação exclusiva, como forma de compensação salarial, e os privilégios corporativos, entre os quais a isonomia de vencimentos entre nativos e inativos; b) o sistema predominante de financiamento universitário com verbas públicas e sua má gestão; c) o excessivo envolvimento do Estado (governo) nas questões do ensino superior; d) a grande dificuldade que tem as IES de se reformarem, e) o crescimento excessivamente lento das vagas na educação superior em relação à demanda; f) a baixa relação docente/aluno e alto custo/aluno no setor público; g) a falta em geral de qualidade e equidade. (p32)

descentralização (municipalização) e na privatização, com a criação de um mercado de consumo de serviços educacionais, principalmente do ensino superior.

Nos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso alardeou-se um grande número de documentos para a política educacional. É no contexto de desgaste público intencional dos serviços públicos que em 1996 o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado situa a educação como um dos serviços não exclusivos do Estado, sugerindo inclusive a transformação das universidades públicas federais em organizações sociais com uma clara intenção de um privatista. Na análise de Sguissardi (IDEM), o passo mais importante da reforma universitária foi a ação coordenada pelo MEC junto ao senador Darcy Ribeiro e outros membros do Congresso Nacional na aprovação do capítulo da Educação Superior da LDB, nos termos identificados pelas recomendações dos organismos multilaterais. Além deste marco, o autor ressalta a implantação da GED (Gratificação de Estímulo a Docência), em julho de 1998, e sua importante função estratégica de vincular “aumento” salarial com produto medido por avaliação dita qualitativa, introduzindo um fator de diferenciação interna da categoria docente.

No governo FHC, o MARE apresentou o léxico da reforma inseparável da definição da universidade como “organização social” e de sua inserção no setor de serviços não exclusivos do Estado. Isto vai ao contrário do surgimento da universidade, já que historicamente esta sempre foi uma instituição social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e constituída de regras e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.<sup>77</sup> Nesta perspectiva, a ordem é flexibilizar, como aponta Chauí (1999) na sua descrição e crítica do texto da reforma universitária proposta no governo FHC:

A “flexibilização” é o corolário da “autonomia”. Na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3)

---

<sup>77</sup> Verificar texto de Chauí in [www.cacos.ufpa.br](http://www.cacos.ufpa.br)

adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre “social” e “empresarial”; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos.(p16)

Minto (2006) identifica nos estudos de Silva Jr. e Sguissardi (1999) as políticas essenciais para atender a regulamentação da educação nos anos 1990: as políticas no âmbito do **MARE- Ministério da Reforma do Aparelho do Estado** associando a reforma da educação a uma reforma mais ampla do Estado e às políticas específicas do MEC. O autor identifica um dos documentos do MEC que evidencia como suas propostas comungavam com os indicativos do Banco Mundial:

Um segundo documento incorpora essas premissas, digamos na versão local Planejamento Político estratégico 1995/1998 cujos princípios fundamentais corroboram, não por coincidência, os do Banco Mundial. São eles, seus três eixos principais: 1) transformar as relações do poder público com as instituições de ensino; 2) expandir o sistema de ensino superior público através da otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes e 3) reconhecer a diversidade e heterogeneidade do sistema, formulando políticas diversificadas que atendem às peculiaridades dos diferentes setores do ensino público e privado (p.156).

Tanto nos documentos dos organismos multilaterais quanto nos representativos da política educacional nos anos de 1990, no Brasil, os autores mais críticos identificam, assim como Minto, a defesa da diferenciação institucional e a diversificação do ensino, a necessidade de avaliação e uma dinâmica mais produtiva do trabalho docente. Os itens podem ser sintetizados na visão do referido autor: avaliação institucional, autonomia, financiamento e modelo de ensino superior. Na avaliação, o destaque foi para o “provão”, mas o norte foi o atrelamento desta aos processos de financiamento das IES. A autonomia foi tratada como sinônimo da gestão financeira eficiente na perspectiva da

universidade como Organização Social<sup>78</sup>. A redução do investimento na universidade foi alimento importante da existência das fundações de direito privado, como consta o *Dossiê Fundações* elaborado pela ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), em 2001. O dossiê revelou que o montante de recursos repassado para as universidades é muito pequeno e que muitas nem chegam a fazer a porcentagem exigida.<sup>79</sup>

Com a hegemonia<sup>80</sup> do projeto neoliberal com início na década de 1990<sup>81</sup>, temos um conjunto de alterações no mundo, indicadoras de um novo desenho socio-político que interfere no ser das instituições sociais no Brasil, dentre as quais, a educação. A inserção neoliberal no Brasil é expressa em contradição com os movimentos de redemocratização do Brasil e intensa efervescência das forças sociais progressistas, cujas lutas foram sintetizadas na Constituição de 1988. Ainda que as lutas e conquistas tenham, em parte, sido sintetizadas na Constituição de 1988, o que veio em seguida modificou o jogo das forças políticas e a disputa hegemônica.

Com a determinação constitucional de 1988 esperava-se que as instituições universitárias públicas começassem a ver resolvidos vários de seus problemas, entre eles a falta de autonomia para as mais simples ações

---

<sup>78</sup> Baseado no sistema inglês, essas organizações se apresentam como uma alternativa à atuação do Estado em determinados serviços sociais que são de sua responsabilidade, tais como cultura, educação e saúde. Na medida em que o Poder Público não pode se desencubir de garantir esses serviços a todos os cidadãos – eis que eles afetam direitos humanos essenciais constitucionalmente assegurados – buscou-se uma forma de atribuí-los, sob controle e vigilância, às entidades privadas sem fins lucrativos, cujas áreas de atuação guardam estreita sintonia com as funções sociais acometidas ao Estado e que não constituem seu monopólio. No Brasil, esse processo tem sido denominado de "publicização", partindo do pressuposto que esses serviços empreendidos no setor estatal possam vir a ser desenvolvidos mais eficientemente num setor público não estatal, o chamado terceiro setor. Nesse contexto, o modelo das organizações sociais foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que concebeu o Programa Nacional de Publicização. SILVA NETO, Belarmino José da. **Organizações sociais: a viabilidade jurídica de uma nova forma de gestão compartilhada**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 59, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3254>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

<sup>79</sup> Na contextualização das especificidades da UECE abordamos a existência de fundação de Direito privado na UECE - IEPRO - tanto no que diz respeito à legislação quanto sua dinâmica de atuação institucional e a relação dos professores da UECE com a Fundação.

<sup>80</sup> No item específico do texto mais à frente, tratamos dos processos de resistência no campo da educação superior na tentativa de constituição de uma contra-hegemonia.

<sup>81</sup> Nos países centrais, a tônica neoliberal nasce na década de 1970 com receitas ortodoxas contra a crise de acumulação e cujo bode expiatório é o Estado supostamente mal administrado. As reformas sinalizam a base material em mudança ao tempo em que legitimam um ideário favorável à manutenção do sistema capitalista.

administrativas e orçamentárias, a crônica escassez de recursos para o financiamento de suas ações e expansão do sistema e inexistência de ações colaborativas entre elas. Entretanto, a partir de 1990, os presidentes da república eleitos iniciaram no Brasil, a implantação das políticas presentes em orientações de organismos multilaterais e elaborados após a crise do estado de bem-estar social europeu. Na economia, foram implantando reformas privatizando empresas estatais, congelando salários, protegendo o sistema financeiro e abrindo o mercado nacional para produtos estrangeiros. No ensino superior, o que se viu, no contexto do quase-mercado educacional, foi uma pregação em favor do eficientismo, da competição entre as instituições, da implantação de um gerenciamento administrativo e acadêmico que segue padrões de empresas privadas e da procura por fontes alternativas de financiamento junto ao mercado, de modo a complementar as do Fundo Público (AMARAL, 2003, p.25).

Tratando da transição entre 1980 e 1990, localizando especificamente o contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso e que marca a década de 1990, Silva Júnior (2007) identifica alguns elementos do cenário que explicam as alterações políticas ocorridas: 1) disseminação de novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, 2) desnacionalização da economia brasileira, 3) desindustrialização brasileira, 4) transformação da estrutura do mercado de trabalho, 5) tercerização e a precarização do trabalho em virtude de sua reestruturação, 6) reforma do Estado <sup>82</sup>e restrição do público conjugada com a ampliação do privado, 7) flexibilização das relações trabalhistas, 8) enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, principalmente dos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos, 9) trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho e 10) a reorganização da sociedade civil tendo como eixo central a *privatização política dos direitos sociais e subjetivos dos cidadãos*. (Pag. 96)

---

<sup>82</sup> Na análise de Minto (2006), se a gênese do Estado moderno burguês está fundada essencialmente nas contradições e nos antagonismos de classes que caracterizam a sociedade produtora de mercadorias, estranha a admiração- suscitada pelas vicissitudes do capitalismo nos dias atuais- daqueles que julgam imprópria utilização de recursos de fundo público para os fins de acumulação capitalista. Ora, o processo de reconfiguração do capital- a reestruturação produtiva e a recomposição das taxas de lucro- se por via desse processo histórico em que o capital se apropria, de forma crescente, dos setores ainda não dominados inteiramente por sua lógica reprodutiva, a saber, da esfera estatal de interesses públicos, cujo veículo são as políticas sociais (P.219)

Segundo Leher, no governo FHC já estava em curso a adequação educacional ao modelo de acumulação advindo da crise da dívida de 1982 e do ajuste provocado pela renegociação dos anos 1990, processo que determinou mudanças importantes na economia e que, na perspectiva dos setores dominantes, exigiria a conformação de outro *ethos* educativo.

As disputas centrais no campo da educação no governo FHC se deram na LDB (Lei de Diretrizes e Bases). O governo tinha claro que a então proposta da LDB não favorecia os interesses da elite, pois reforçava o papel do Estado Federal na educação e o controle do Estado sobre o setor privada. As forças conservadoras prevaleceram e a LDB garantiu a obrigatoriedade e a gratuidade restritas ao ensino fundamental, sustentando, genérica e despreocupadamente, a necessidade de uma progressiva expansão da educação infantil e do ensino médio. O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) aprofundou uma municipalização espúria, deixando desguarnecidas, em termos orçamentários, a educação infantil, a educação de jovens e adultos e o ensino médio (LEHER, 2010, p.375). Em razão das perspectivas do governo FHC, os trabalhadores da Educação, em congressos nacionais de Educação, enfrentaram o desmonte da política educacional, acumulando forças para a proposta de um PNE alternativo com a indicação de 10% do PIB para a educação. FHC, em nome do pagamento da dívida externa, vetou a proposta de 7% do PIB para a educação.

Amaral (2009) considera que há situações emblemáticas de continuidade da política educacional ao compararmos os governos FHC e o seu sucessor, o governo Lula. São elas: expansão da matrícula em cursos de graduação presenciais; competição entre as instituições de educação superior (IES) e, também, no interior das IES; a introdução de fontes alternativas para o financiamento das IES; a ida das IES públicas à procura de recursos financeiros que não fazem parte do Fundo Público; a assinatura de *contratos de gestão* com IES públicas; e o *ranqueamento* das instituições.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, a despeito de sua trajetória militante de luta sindical e diálogo com movimentos sociais<sup>83</sup>, são reproduzidos os

---

<sup>83</sup> Sobre as inflexões sofridas pelo PT e seu líder principal sugerimos a leitura do livro de Iasi (2006) de título: *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*, onde o autor identifica as variáveis históricas objetivas e subjetivas que determinaram a mudança de rumos deste partido de massas. Outra sugestão de leitura é o livro de Valério Arcary (2011)- *Um reformismo quase sem reformas, identificando uma crítica marxista do governo Lula*.

**Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições da Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2004 - 2009**

| Ano  | Total | Pública |      |         |     |          |     |           |     | Privada |      |
|------|-------|---------|------|---------|-----|----------|-----|-----------|-----|---------|------|
|      |       | Total   | %    | Federal | %   | Estadual | %   | Municipal | %   | Total   | %    |
| 2004 | 2.013 | 224     | 11,1 | 87      | 4,3 | 75       | 3,7 | 62        | 3,1 | 1.789   | 88,9 |
| 2005 | 2.165 | 231     | 10,7 | 97      | 4,5 | 75       | 3,5 | 59        | 2,7 | 1.934   | 89,3 |
| 2006 | 2.270 | 248     | 10,9 | 105     | 4,6 | 83       | 3,7 | 60        | 2,6 | 2.022   | 89,1 |
| 2007 | 2.281 | 249     | 10,9 | 106     | 4,6 | 82       | 3,6 | 61        | 2,7 | 2.032   | 89,1 |
| 2008 | 2.252 | 236     | 10,5 | 93      | 4,1 | 82       | 3,6 | 61        | 2,7 | 2.016   | 89,5 |
| 2009 | 2.314 | 245     | 10,6 | 94      | 4,1 | 84       | 3,6 | 67        | 2,9 | 2.069   | 89,4 |

Fonte: Censo da Educação Superior / DEED / MEC / INEP

mesmos padrões da política educacional de FHC. E é assim que, vez por outra, sinalizam-se na mídia os elogios das agências multilaterais ao seu governo, em particular a política econômica. Silva Júnior (idem) já aponta em 2007 o que de fato se consolida na perspectiva da política educacional do governo do PT: 1) privilégio das áreas produtoras de ciência e tecnologia em detrimento das ciências humanas<sup>84</sup>; 2) formações rápidas para a educação profissional, de nível técnico e tecnológico, privilégio dos centros de pós-graduação já consolidados; 3) parte do financiamento para as referidas áreas produtoras de Ciência e Tecnologia, ensejando fuga de intelectuais das Ciências Humanas para o setor privado e 5) aspectos que podem privilegiar uma homogeneização da produção acadêmico-científica.

No que diz respeito à evolução das matrículas, observemos os dados do INEP que mais do que os indicadores quantitativos evidenciando a predominância das instituições privadas com 89,4% no total de IES.

Há uma continuidade das nervuras próprias da política educacional do governo FHC e que expressa claramente a contradição do PT no poder foi na análise de Leher (2010) a concessão de empréstimos subsidiados aos estudantes pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Uma clara opção contraditória com as históricas críticas do Partido dos Trabalhadores destinadas à política educacional do então presidente FHC. Por meio de verdadeiras cambalhotas na argumentação, os intelectuais-funcionários agora reivindicam a ampliação privado-mercantil como um “avanço democrático”.

Estranhamente, a democratização dos direitos sociais harmoniza-se com a mercantilização da educação, aprofundada em níveis inéditos na educação brasileira pelos subsídios do FIES e pelas isenções tributárias do Programa

<sup>84</sup> Isto fica assegurado pelas linhas e prioridades que constam na política dos editais.

Universidade para Todos (PROUNI), enraizando ainda mais o vasto sistema privado da educação brasileira. (IDEM).

O Prouni é legitimado pelo discurso da necessidade do acesso, bem como pelo suposto elitismo propagandeado pelas elites. Por ele, resta garantida a isenção, beneficiando as universidades particulares que aderem ao programa. No começo do projeto, a contrapartida era de 25% das vagas, caindo em 2004 para 10% e ficando no ano de 2005 em 4,25% de bolsas integrais. Embora a isenção seja justificada pelas bolsas disponibilizadas, é possível constatar que as bolsas (integrais e parciais) efetivamente concedidas são em número muito mais baixo do que a propaganda oficial faz crer. Apenas 58% foram realmente utilizadas até agosto 2008. A ocupação efetiva anual do programa variou de 77% para 58% desde a sua implantação. Ademais, entre os beneficiados, muitos não podem seguir os estudos. Do total de bolsas concedidas no período 2005- 1-2008, houve uma evasão de 19,5%. O hiato entre a renúncia de receita e o quantitativo de bolsas a serem ofertadas repercute, obviamente, no aumento do custo médio da bolsa, pois, como assinalado, a isenção foi pensada pelo Governo de modo a favorecer as empresas, sendo desvinculada das bolsas efetivas. Com tal benesse, as instituições participantes do programa se desobrigam de preencher as vagas previstas nos editais. (IBIDEM)

As atuais reformas estruturais estão no contexto da política dos organismos internacionais do capital para os países da periferia do capitalismo, na perspectiva de aprofundamento do capitalismo periférico dependente na economia mundial. A permanência da subordinação do atual governo a essa política é expressa não somente no campo educacional, mas também em vários momentos<sup>85</sup> que evidenciam a lógica social-liberal<sup>86</sup>: metas de inflação rígidas, elevação de juros, superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de

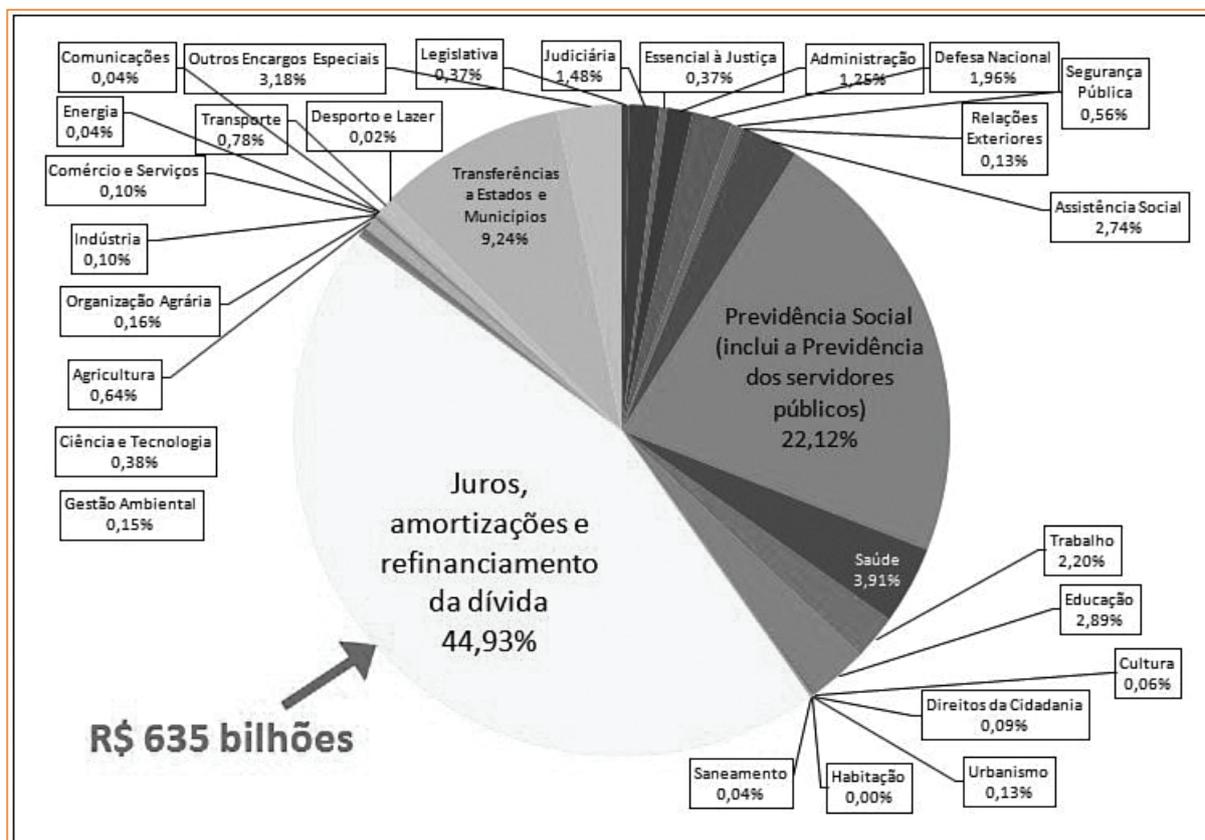
---

<sup>85</sup> Na perspectiva de Filgueiras at alii (2010), a caracterização da dinâmica macroeconômica do governo Lula sintetiza-se na consolidação e fortalecimento do modelo liberal-periférico que se constituiu a partir da crise e o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações. A melhoria dos indicadores macroeconômicos vem se constituindo um fator fundamental de legitimação deste modelo e de sua política macroenômica, contribuindo decisivamente para a sedimentação da hegemonia das frações financeiro-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais. (P.39)

<sup>86</sup> Alguns autores usam esta expressão para retratar governos que, mesmo atuando com base nos princípios liberais, atuam com propostas de caráter desenvolvimentista; um neoliberalismo de terceira via. Verificar reflexões em Neves (org.) 2010

reformas estruturais no campo da previdência e das leis trabalhistas; autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais de “alívio à pobreza”.

### ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO 2010- 1, 414 trilhão



**Fonte:** SIAF I - Banco de Dados Access para download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>.

**Elaboração:** Auditoria Cidadã da Dívida

Os dados do governo Lula no Orçamento Geral da União de 2010<sup>87</sup> revelam a prioridade do governo, onde 45% do orçamento foi para o pagamento da dívida pública. No que diz respeito à educação, os dados apontam ainda esta verdade de forma transparente que por exemplo, ampliou a diversidade de instituições como observamos nos dados do INEP:

<sup>87</sup> Quadro copiado do texto de Ávila (2011) in revista Universidade e Sociedade -DF, ano XXI, nº 48, julho de 2011

**Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições da Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil – 2004 - 2009**

| Ano  | Total | Universidades | %   | Centros Universitários | %   | Faculdades | %    | Institutos Federais e CEFETs | %   |
|------|-------|---------------|-----|------------------------|-----|------------|------|------------------------------|-----|
| 2004 | 2.013 | 169           | 8,4 | 107                    | 5,3 | 1.703      | 84,6 | 34                           | 1,7 |
| 2005 | 2.165 | 176           | 8,1 | 114                    | 5,3 | 1.842      | 85,1 | 33                           | 1,5 |
| 2006 | 2.270 | 178           | 7,8 | 119                    | 5,2 | 1.940      | 85,5 | 33                           | 1,5 |
| 2007 | 2.281 | 183           | 8,0 | 120                    | 5,3 | 1.945      | 85,3 | 33                           | 1,4 |
| 2008 | 2.252 | 183           | 8,1 | 124                    | 5,5 | 1.911      | 84,9 | 34                           | 1,5 |
| 2009 | 2.314 | 186           | 8,0 | 127                    | 5,5 | 1.966      | 85,0 | 35                           | 1,5 |

Fonte: Censo da Educação Superior / DEED / MEC / INEP

Os dados do INEP de 2009 registram um crescimento de 30,4% dos cursos na modalidade A distância, enquanto os presenciais registram um índice de 12,5%. Quanto ao número de matrículas, os cursos tecnológicos tiveram o aumento mais acentuado de 26,1% de 2008 para 2009. Estes cursos representam 11,4% do total de matrículas na graduação presencial e a distância.

Fazendo a leitura dos dados reais de investimentos na universidade pública federal no Brasil, Amaral (2009) reforça sua análise: a degenerescência a que as IFES estão sujeitas poderia levá-las, no médio prazo, a se tornarem instituições puramente utilitaristas, com alguns poucos núcleos de excelência científica e intelectual que, para sobreviver nesse patamar, teriam de angariar recursos no mercado, vinculando os seus trabalhos e projetos aos interesses dos financiadores, sejam eles governos, sejam empresas.

Os documentos do Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior<sup>88</sup> expressam a avaliação do movimento docente quanto à chamada contrarreforma universitária com base no denominado documento II da proposta do MEC<sup>89</sup>. Neste, identifica diretrizes, princípios e linguagem coerentes com uma perspectiva liberal de educação superior. Refuta, de início, a tese identificada nos documentos do MEC de que o setor privado é “notoriamente mais eficiente que o setor público”. A concepção da “educação como bem público” contida no documento do MEC enseja a argumentação de que é legítima a educação como serviço e, portanto, que pode ser repassada verba pública para setores privados, já que estes prestam um serviço público. Aliás, esta é a base do Programa Universidade para Todos.

<sup>88</sup>Os documentos estão disponíveis no *site* do ANDES, na respectiva parte do GT de Política Educacional.

<sup>89</sup> (Documento II, MEC, 2 de agosto de 2004) é o documento que sistematizará todas as medidas da chamada reforma pretendida pelo Governo Federal.

No que concerne à diversificação das fontes de financiamento da educação superior, o GT identifica na contrarreforma implementada pelo governo Lula alguns elementos que assim sintetiza: a) o estabelecimento de lei complementar para regulamentação da autonomia das IFES, comprometendo o princípio da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal; b) a criação do Fundo de Manutenção (despesas correntes com pessoal, manutenção e outros) e Desenvolvimento (expansão, inovação e gestão) do ensino superior; c) a regulamentação das fundações de direito privado; e d) o financiamento público das instituições privadas por meio: 1) da manutenção e ampliação da desoneração tributária. O enfraquecimento do direito à educação pública pavimentou as vias de acesso ao fundo público para as empresas privadas de educação. Assim, o Programa Universidade para Todos - PROUNI pode ser tomado como um seguro exemplo da transferência dos recursos públicos, por meio de largas isenções de impostos, às universidades particulares; 2) do FIES (Financiamento Estudantil), e 3) da constituição de um fundo setorial de incentivo à pesquisa nas instituições privadas.

Financiamento e avaliação constituem itens circunscritos na perspectiva de um Estado regulatório, que hierarquiza o repasse de recursos a partir de um ranqueamento das universidades, dando ênfase à produtividade e competitividade entre os pares. O conteúdo político-pedagógico da educação superior, segundo o referido documento da reforma, tem como fim a formação de “profissionais empreendedores”. Para isto, é expressa a proposta de um ciclo básico cujo objetivo é o fortalecimento das “capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita assim como de conceitos de ciências em geral”.

Sobre as fundações, o documento do MEC faz alusão à necessidade de controle social destas e não abre questão sobre sua extinção, já proposta pelo movimento docente. Em vez de identificar mecanismos sociojurídicos que desburocratizem o repasse de verbas públicas para a universidade, desmotivando a justificativa de existência das fundações, o documento menciona de forma vaga o indicativo de controle, sem especificar quais são estes mecanismos.

Ao comentar as políticas para o ensino superior oriundas das orientações dos organismos multilaterais,<sup>90</sup> Mirian Warde (1997) identifica mecanismos que operam a indução das nossas universidades ao princípio do mercado. O exemplo que chama a atenção é a introdução, dentro da universidade, da competição diante dos financiamentos destinados ao terceiro grau. Por último, a autora identifica o fato de que a universidade está cada vez mais sendo compelida a não ser produtora de conhecimento e sim de informações, digeríveis e suplantadas rapidamente pelo mercado. Cada vez mais o CNPq e as fundações estaduais de apoio à pesquisa convertem seus recursos para pesquisas e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital (Bosi, 2006).

Um estudo comparativo dos sistemas de ensino dos países latino-americanos indicaria sem dúvida o processo de uniformização das reformas educacionais. O motor deste processo é a adesão aos imperativos do capital, via reformas convergentes do Banco Mundial. A não adesão significaria marginalidade econômica, política e cultural, tendo em vista o fato que a crise da dívida de 1982 deixou os países latino-americanos reféns do aval do Banco Mundial e do FMI (Leher, 2001).

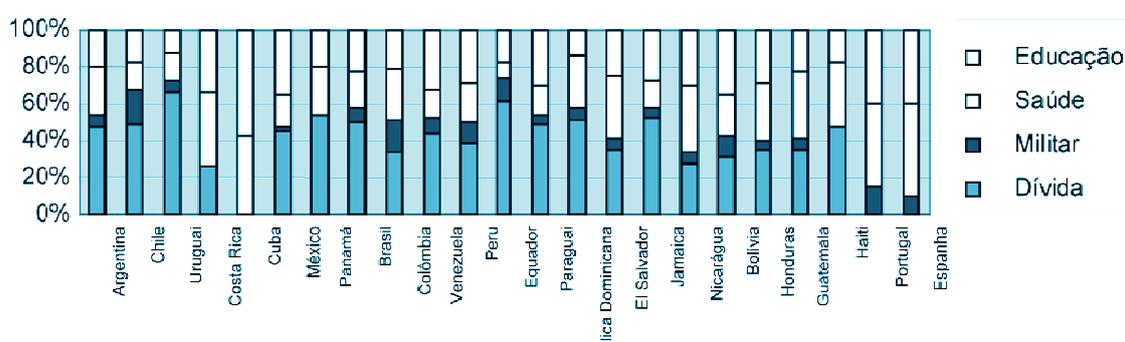
Nas atuais políticas para o ensino superior o que se tenta hegemonizar é o discurso da universidade massificada e igualitária. É o que observa Simon Schwartzman (2006), na sua leitura sobre a questão universitária no Brasil. O setor de serviços é destacado pela OMC onde a educação aparece em seus documentos como um dos campos importantes para fins de comercialização. São os argumentos favoráveis à liberalização da educação com vistas à comercialização: atrair investimentos, parcerias com universidades estrangeiras e criar competição

---

<sup>90</sup> Também Leher tece considerações sobre o BIRD e as políticas educacionais para a América Latina: Diferentemente do período da guerra fria, em que a ideologia do desenvolvimentismo era universalista, na era do mercado a situação muda. Ao abordar a noção de “alívio da pobreza” está implícito que o Banco considera a polarização Centro-Periferias imutável. Na percepção dessa instituição, se não é possível integrar as pessoas ao tempo hegemônico (era do mercado ou globalização) pelo desenvolvimento econômico, é preciso integrá-las de uma ou de outra forma. E a educação é a mais recorrentemente citada. Com efeito, o espaço ocupado pela educação nos documentos do Banco Mundial e nos jornais direcionados para os negócios assumiu proporções jamais vistas; no entanto, um exame mais de perto indica que a preocupação principal não é com a educação propriamente dita, mas antes e sobretudo, com a sua capacidade de produzir “disposições ideológicas” capazes de operar o problema (não solucionado pelo neoliberalismo (em uma perspectiva macroeconômica), e o da integração dos países e regiões em desenvolvimento à globalização (em uma perspectiva macroeconômica). A motivação comum que orienta essas “disposições” é a estabilidade política (LEHER, 1996, p.6).

no setor, melhorando a qualidade. Dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) demonstram que só em 2002 o comércio de serviços educacionais mobilizou 40 bilhões de dólares, pouco menos do que o de serviços financeiros.

Utilizamos abaixo o gráfico exposto no texto *Insumos para o debate do financiamento da educação*, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que revela **os gastos da União em manutenção e desenvolvimento do ensino como % do PIB em alguns países da América latina**. O que se observa é um maior gasto com o pagamento das dívidas em comparação com a Educação.



FONTE: Documento Insumos para o Debate do Financiamento da Educação.

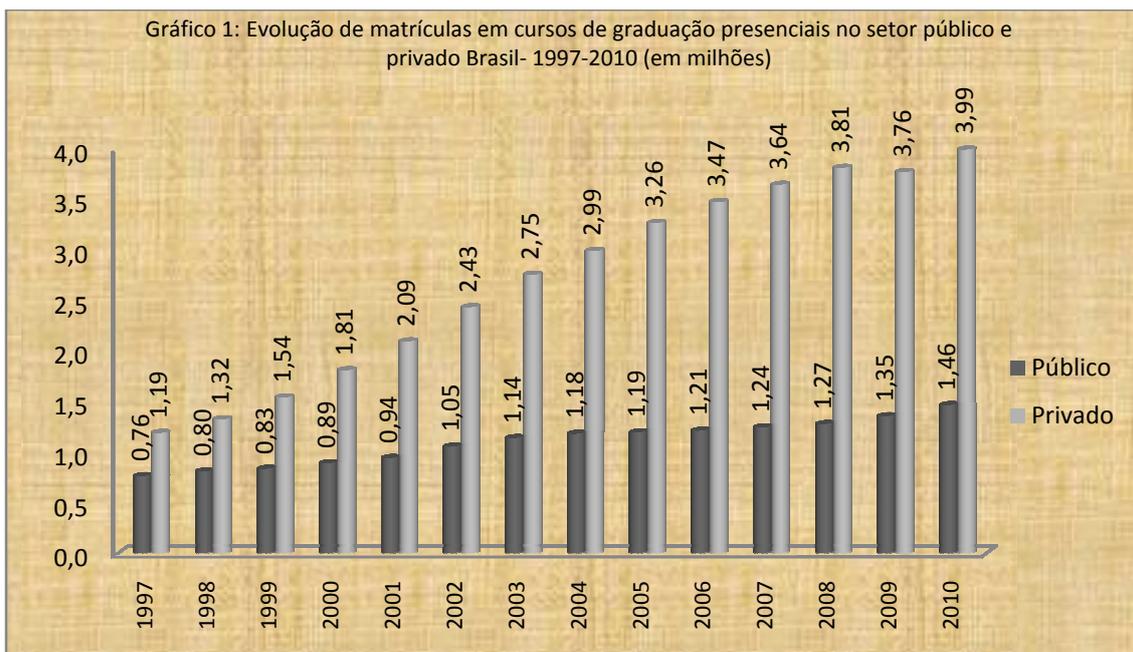
Assim, na visão de Maués (2001), há uma “nova ordem educacional mundial”, onde os organismos internacionais esboçam influências decisivas. Para efetivação das recomendações apresentadas, algumas ações se desenvolveram, a exemplo: a Conferência Mundial de Educação Superior, que resultou na declaração de Sorbonne (1998), e o Processo de Bolonha<sup>91</sup>. Nestes, está sempre presente a

<sup>91</sup> A Declaração conjunta dos ministros da educação superior europeia, assinada em Bolonha (19 de junho de 1999) explicita o intuito de efetivar a atração e competitividade do ensino superior europeu. Afirma a declaração que os países signatários terão que se fixar no objetivo de aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. De acordo com a declaração, a vitalidade a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas por meio da atração que a sua cultura tem por outros países. Para os signatários, tem-se que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atração que seja semelhante às tradições culturais e científicas europeias. Há indícios da influência do Processo de Bolonha. No Brasil, pois em 2008 o Governo Federal divulgou a intenção de desenvolver uma política educacional de natureza supranacional com a criação de três universidades públicas federais, comprometidas com a promoção da inclusão social e da integração regional por meio do conhecimento e da cooperação solidária. São elas: Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), localizada em Foz do Iguaçu (Paraná); Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), sediada em Redenção (Ceará), e a Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM).

lógica da racionalidade empresarial, onde a produção do conhecimento deve estar voltada para o mercado. Isto exige o perfil do professor empreendedor inserido no capitalismo acadêmico, elemento este presente desde o período da ditadura no Brasil.

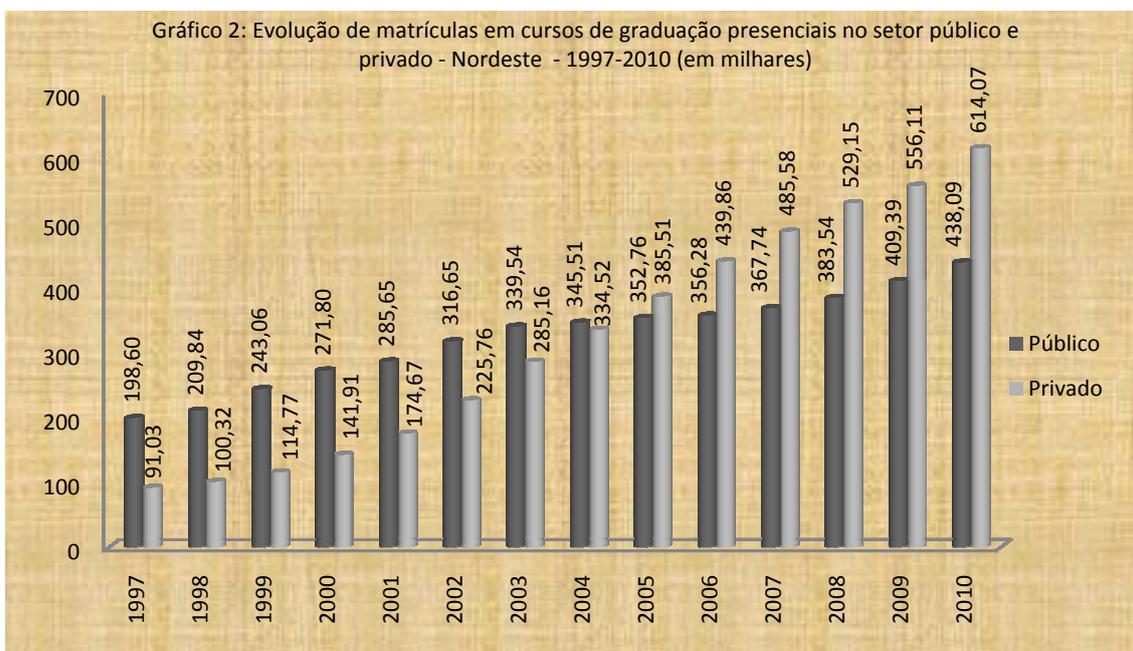
Uma das mais significativas destas práticas advém dos tempos da ditadura e, desde os anos de 1980, vem obtendo maior repercussão no País: trata-se da contestação do modelo de ensino superior aqui predominante (em tese) no século XX, das universidades pautadas pela indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal contestação expressa justamente a necessidade da reprodução diferenciada da educação (mesmo não se realizando, de fato, um ensino hegemonicamente pautado por esse princípio) e nos anos de 1990 esta ganharia amparo legal, com base na aprovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja definição de universidade não reafirmou tal princípio e antecipou, ao prever a possibilidade das “universidades especializadas por campo do saber”... (MINTO, 2006, P.230).

A privatização do ensino superior cresce a olhos vistos, como sinalizam os últimos dados oficiais do INEP 2011, indicando uma predominância de 75% das matrículas no ensino privado. Já nos anos anteriores, porém este processo avançava, como demonstra a evolução das matrículas no gráfico que segue:

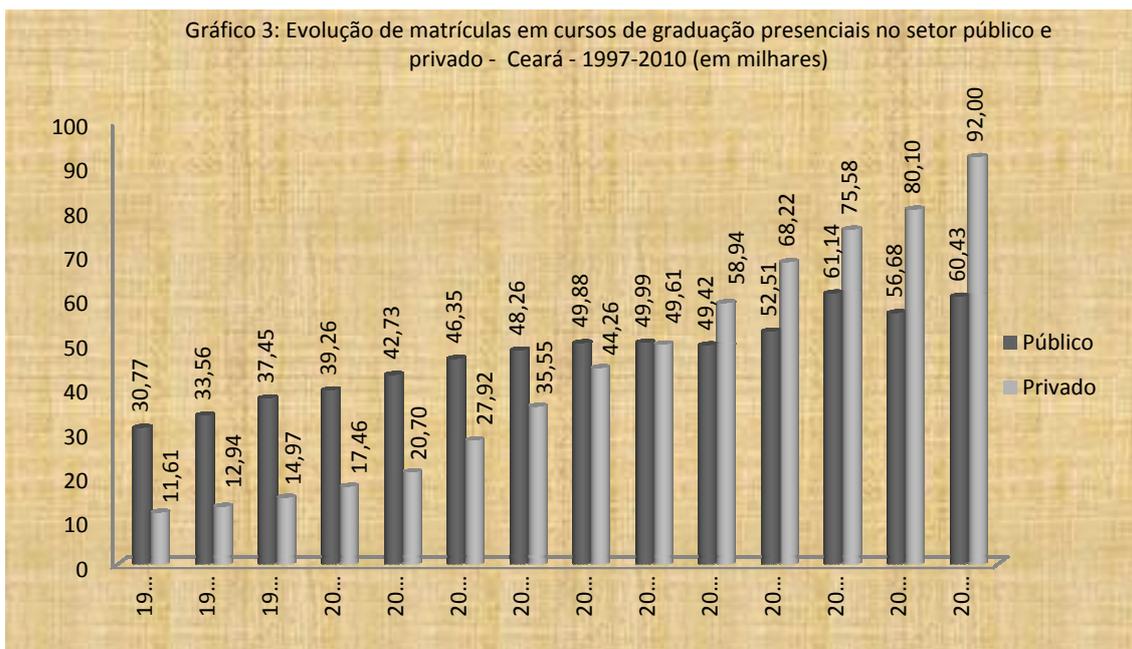


Fonte: MEC/ sistematização SINDUECE

O crescimento das matrículas nas particulares também ocorre do Nordeste e do Ceará, onde o setor público estaciona em sua evolução, enquanto o setor privado cresce vertiginosamente entre os anos de 1997 a 2010, o que se revela nos próximos gráficos:



FONTE: INEP/ sistematização SINDUECE



FONTE: INEP/ Sistematização SINDUECE

Neste contexto de privilegiamento do setor privado, hoje a UECE sofre, segundo o depoimento de um dos nossos entrevistados que participa da gestão, um processo de evasão que inclusive, é objeto de estudo de uma comissão interna:

Uma parte dos alunos fazem vestibular da UECE, mas depois fazem opções por outros cursos privados. No interior então, o problema são os cursos a distância que tomam cada vez mais espaço..inclusive, na última reunião que a gente teve, foi sugerido a gente não ofertar vestibular no interior duas vezes por ano. Antes, nos cursos de Administração,, ninguém entrava como classificável, agora já tivemos casos até em medicina. (gestor 2)

Ao situar a relação da UECE com o governo, nosso entrevistado expressou sobre o debate da autonomia da instituição:

Não temos nenhuma, está cada vez pior. Até para solicitar seleção de professor substituto tem que passar pelo governo, que antes não era sim; tudo tem que ser resolvido pelo governador Cid Gomes; piorou neste governo, não temos nenhuma autonomia...exemplo: até a solicitação de participação de uma professora numa banca, o pedido teve que passar pelo governo, que inclusive depois de 45 dias veio um comunicado do gabinete negando o pedido por não ser considerado relevante para o

Estado....e agora tudo é resolvido no gabinete do governador e de lá não sai pra ser publicado...passa por todas as instâncias da UECE e da SEPLAG e quando chega no gabinete do governador, dorme em berço esplêndido....Solicitamos e justificamos também a necessidade do concurso, mas a gestão já cansou de insistir...nosso reitor é presidente dos reitores, tem pautado isto, mas não adianta...e até hoje não conseguiu uma audiência sozinho com o governador, desde agosto do ano passado que ele quer sentar com o governador...ele chegou a conclusão que o professor é um servidor do Estado e assim ele se pauta pelas coisas gerais de um funcionário do Estado, sem nenhum privilégio. O nosso protocolo agora é um protocolo único geral. E isso a gente não pode agilizar nada, porque tudo tem um cronograma, o dia que tem que ir...então tem caso em que o professor solicitou afastamento e tem dois anos que não é publicado.(G2)

Inserido nesta dinâmica de crescimento do setor privado e de cada vez menos autonomia na relação com os governos, está o trabalhador docente na universidade pública estadual, a qual se reorganiza na ampliação da contratação de professores temporários e na intensificação das exigências para manter os padrões de competitividade que garantam a captação de recursos. Segundo análise de Bosi (2006), do período entre 1980 e 2005, houve um processo de precarização e intensificação do trabalho docente nas IES públicas, via novas formas de contratação, do uso da GED (gratificação de estímulo à docência), aumento do número de alunos em relação aos docentes: entre 1998 e 2004 alterou-se a proporção de oito alunos por professor para 12 alunos. Outro alicerce para a precarização foi a pressão exercida a partir da idéia de que os docentes deveriam ser “mais produtivos”.

No contexto das reformas já aludidas, a qualidade da produção passa a ser mensurada pela quantidade da mesma e por valores monetários e recursos adicionais que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição. Boa parte dos recursos disponíveis é canalizada para áreas consideradas rentáveis e, parte dos computadores, salas, recursos audiovisuais passa a ter um uso privado e de posse de pessoas ou grupos. Do ponto de vista ideológico, entra em cena a articulação entre competição, voluntarismo e empreendedorismo: a produção em série de cursos de pós-graduação *lato sensu* para complementação salarial e aquisição de equipamentos, os serviços de extensão mercantilizados, a produção

docente mensurada, classificada por critérios quantitativistas, as diferenças entre professores da graduação e os que conseguem se engajar na pós-graduação. Há também uma pressão para a formação com a redução do tempo de mestrado e para publicações, como condição de uma boa avaliação dos programas e cursos.

Enumerando estes diversos exemplos de configuração que hoje norteiam o trabalho docente, Bosi (2001) levanta uma reflexão importante deste processo de afirmação da lógica privatista, pragmática e produtivista: a dificuldade de produção de uma identidade coletiva que atente para a organização e mobilização que possa alterar esse sistema. Para ele, não podemos cair em análises simplistas, quando pensamos a reprodução do produtivismo no cotidiano universitário, considerando como algo espontâneo e determinado apenas pela escolha dos docentes. Antes, é necessário desmistificar a teia de mediações que promovem sua existência, para, então, identificarmos suas tendências de adesão e seus potenciais de resistência, sem cairmos no mero julgamento moralista; enfim, problematizar as condições históricas e extrair delas eventuais novos caminhos

O conjunto de alterações visíveis no contexto da universidade pública brasileira hoje pode ser observado no cotidiano de labor dos professores, particularmente com arrimo na contradição entre precarização das condições de trabalho e as exigências de produtividade que supostamente aproximam esta classe heterogênea dos interesses do estrato trabalhador, mas, ao mesmo tempo situa várias dificuldades quanto à vivência na militância, dentre outras questões. Tal problemática é tema corrente, desde a década de 1990, de pesquisas e ensaios que buscam evidenciar componentes e determinantes desta realidade com suporte em aspectos em torno dos impactos sobre as condições de trabalho, a saúde do docente, as relações e a dimensão política moral e ética e suas expressões no cotidiano da chamada universidade operacional.

As condições de trabalho são elencadas como fortalecedoras da precarização, via achatamento salarial, diminuição dos recursos do ensino e pesquisa, exigências de produtividade quantitativista, maior ritmo e dinâmica nos trabalhos em grupos de pesquisa, como células de produção submetidas a “capatazes” agências de fomento via critérios dos editais, necessidade constante de atualização do currículo *lattes*, além da intensificação da jornada, com a necessidade de trabalhos extraordinários para complementação salarial.

Do ponto de vista dos impactos na saúde do professor universitário, algumas pesquisas já indicam problemas de estresse, cansaço, síndrome de *Burnout*<sup>92</sup>, estafa, etc. que já se expressam em números de licença e afastamentos por adoecimento.

Silva (2008) no trato sobre as implicações na saúde mental do professor, assevera que:

(...) a precarização do trabalho, com o direcionamento, praticamente unilateral, para o produtivismo, tem impingido à pessoa trabalhadora relações perversas permeando o espaço laboral. Isso implica como consequência, o surgimento de crescente número de pessoas que manifestam o adoecimento psíquico, verificável por meio da discussão dos dados provenientes de investigações científicas disponíveis, a quem possa interessar-se, nos bancos de dados das instituições competentes (p.139).

A pesquisa mostra que, no quadro atual, ocorre um impacto sobre as relações interpessoais, particularmente no que diz respeito à dimensão moral. As exigências e a intenção de acompanhá-las fazem com que o nível de competitividade se agrave e passe a comandar novas relações entre estes indivíduos, isoladamente ou na relação entre os grupos. Há relatos de falta de ética na produção dos artigos, como o roubo literal da produção do outro, o clientelismo como a troca de favores e nomes nos artigos para constar em publicações e eventos, a não divulgação de seminários, cursos, concursos e editais para não potencializar a concorrência e a hostilidade na convivência entre os grupos, fortalecendo a dificuldade da convivência com o diferente.

Outras investigações também já ensaiaram a apresentação de dados mais imediatos reveladores das modificações na práxis acadêmica a exemplo de Bianchetti (2008) que retoma as implicações éticas do produtivismo acadêmico:

As estratégias para responder a esta demanda induzida passaram a abranger um leque, que vai, de uma situação desejável - a importância e a necessidade de publicar-, até aquelas que arranham a ética acadêmica. Sem dúvida passou a haver uma maior socialização da produção, mas como não havia muita prática de se expor, via artigos-publicações, e os

---

<sup>92</sup> síndrome de Burnout se refere a um esgotamento físico, resultante do estresse por causas profissionais. Foi descrito pelo psicanalista novaiorquino Herbert Freudenberg.

meios para sua veiculação eram poucos, na implementação dessa prática e na criação de meios, foram forjadas saídas questionáveis como é o caso de: apropriação de trabalhos de alunos, proliferação de coletâneas, excesso de trabalhos em co-autoria, publicação do mesmo trabalho com pequenas modificações (requeentados) em mais de um meio de veiculação, pagamentos de edições de livros por parte de seus autores, criação desenfreada de periódicos, com arranjos (eu publico o teu artigo e você o meu) entre os conselheiros editoriais, organização de eventos para dar vazão aos trabalhos resultantes das pesquisas (P.152).

Tratando em termos críticos, alguns estudiosos fazem referências a aspectos morais deste processo como o “escambo autoral” (inclusive o crescimento do número de autores por artigo), a ciência “salame” (fatiar os artigos, publicar várias vezes o mesmo artigo, apenas com modificações cosméticas), a prática hoje mais facilitada de plágios, relações de influência e jogos de poder e a busca do investigador em tornar seu objeto de estudo interessante ao mercado de publicações, os líderes dos grupos como homens de negócios na busca das fontes de financiamento, o currículo como um relatório de balança comercial.

Outro aspecto importante nas relações dentro da universidade, de acordo com a análise de Bosi (2006), é o uso privativo dos recursos: à medida que os recursos disponíveis para a pesquisa são canalizados pelas áreas consideradas rentáveis, eles passam a ser usados privativamente dentro da própria instituição- laboratórios, computadores, salas, auditórios e equipamentos que passam a ser exclusivamente de grupos, núcleos e centros de pesquisa constituídos a expensas do dinheiro público e em parcerias com empresas. Resta aos professores desenvolver e garantir suas próprias condições de trabalho.

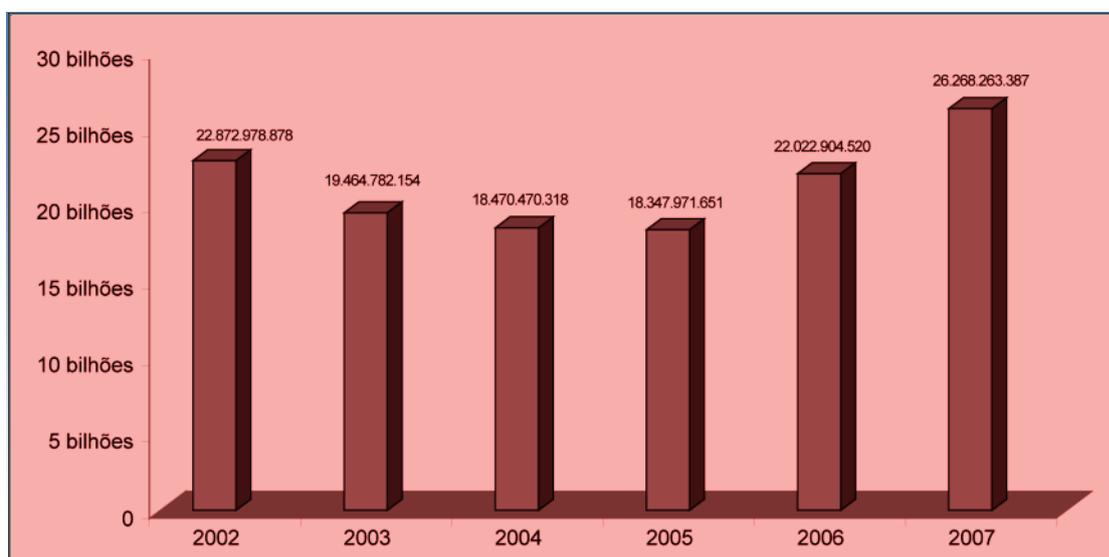
Um elemento também agravante deste processo é sua influência sobre uma provável despolitização dos docentes: ante a crescente racionalização capitalista na produção acadêmica; a heterogeneidade da classe social na composição do professorado universitário e suas contradições reiteram os aspectos alienantes de seu cotidiano de trabalho. Neste âmbito, confere espaço a nova relação público-privado evidenciada nas fundações que potencializam a venda de serviços e produtos universitários no mercado e que, conseqüentemente, tornam realidade dois elementos reproduzidos na cotidianidade do professor que merecem reflexão: 1) o

controle da autonomia sobre o trabalho do professor universitário e 2) as dificuldades para mobilização coletiva na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aprofundando a perspectiva neoliberal, o governo Lula, nos anos 2000, reforça a agenda macroeconômica na mesma perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, incluindo a sintonia com as proposições de um país capitalista periférico e subalterno. Lima (2004) detalha esta sintonia, apoiando-se em Chauí (1999), identificando as bases de fundamentação da reforma da educação superior que lê como um “neoliberalismo requeitado ou capitalismo humanizado”, como uma terceira via: no nível da política, trata-se de modernizar o centro, com a aceitação da idéia de justiça social e a rejeição da política de classes e da igualdade econômica, procurando apoio em todas as classes sociais. (P.26). Os eixos políticos vão desde a eliminação das referências ao socialismo ao aprofundamento da agenda neoliberal, em particular os acordos com os organismos internacionais do capital.

Apesar da continuidade com as diretrizes e eixos do governo FHC, o governo Lula apresentou em termos numéricos uma ascensão de investimentos em educação o que demonstra o gráfico abaixo, embora tenha ocorrido uma baixa de investimentos entre 2004 e 2006.

#### DESPESAS FEDERAIS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO 2002-2007



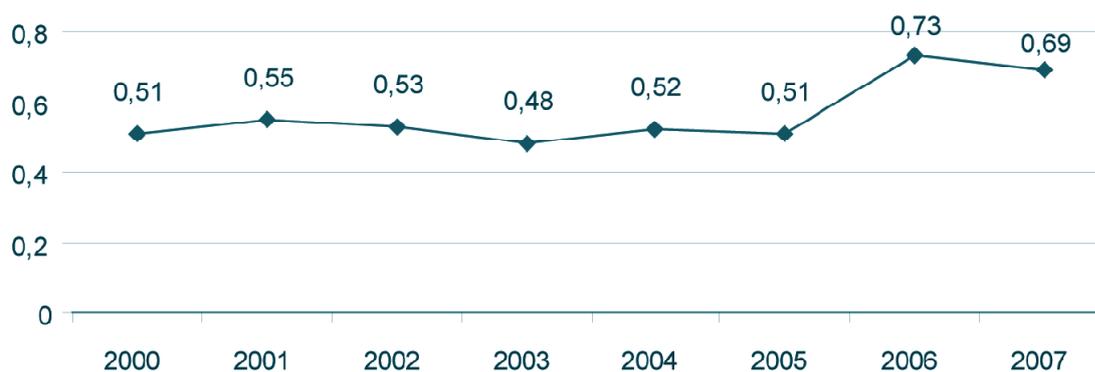
Fonte; MEC/INEP

A submissão está expressa, afirma Lima (IDEM), na seguinte pauta: superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais previdenciária, fiscal, tributária,

trabalhista, sindical); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no “alívio da pobreza”.

O Relatório do Financiamento da Educação do Governo Lula evidencia, em um de seus gráficos, os gastos da União em manutenção e desenvolvimento do Ensino como % do PIB, baseado nos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Apresenta-se um crescimento, mas muito aquém das necessidades.

#### GASTOS DA UNIÃO COM MANUTENÇÃO E DESNVOLVIMENTO DO ENSINO



Fonte: MEC/INEP

No que diz respeito ao ensino superior, sua reestruturação é viabilizada por um projeto privatista, apoio e ampliação das vagas na rede privada. Maués (2009) já sinaliza isto por via dos dados do Censo da Educação Superior, em 2009: do total de três milhões de vagas oferecidas, mais de 88% são de IES privadas. Em sua análise comparativa, se no período FHC a tônica foi a privatização, no governo Lula, a ênfase recai na quebra de fronteiras entre o público e o privado, com repasse de recursos públicos para o setor privado, bem como o apoio a modalidades que desqualificam o ensino superior, como é o caso do Ensino a Distância. A matrícula do EAD em 2009 já representava 14,3% do total das matrículas globais.

Enfim, a maior parte da literatura crítica identifica nos dados e discursos que o fato de que o governo do Partido dos Trabalhadores não rompeu, ao contrário, fortaleceu os elementos de subserviência ao capital internacional e o setor da Educação se manteve na berlinda, onde sempre esteve, em particular, o ensino superior. Isto tem repercussões no labor do professor à medida que repõe um pragmatismo cotidiano submisso à dinamização de suas atividades, múltiplas,

burocratizadas, com prazos, metas, captação de recursos, competitividade, maior competição intra e entre programas, novas dimensões do espaço-tempo, com encurtamento dos prazos, acessos mais rápidos, via uso ampliado da internet no trabalho ou em casa e em diversos horários. Alguns autores já denominaram de “capitalismo acadêmico,” modelo que é criticado, mas cotidianamente assimilado e reproduzido. Apesar de termos números e elementos positivos<sup>93</sup> do processo de crescimento da produtividade na universidade, os custos humanos são problematizados no dia a dia, com reflexões resistências e por muitos estudiosos do assunto que tratam inclusive dos processos de adoecimento<sup>94</sup> resultantes do modelo de universidade operacional denominado por Marilena Chauí, identificando o contexto de pragmatismo que envolve o cotidiano universitário a partir da década de 1990.

Além dos aspectos do produtivismo, identificamos no cotidiano da universidade pública a busca por captar recursos diante do pouco repasse de recursos, onde se legitimam alguns processos “silenciosos” de privatização das universidades, materializadas pela gestão via fundações e pela própria dinâmica dos grupos e dos professores inseridos em cursos pagos, projetos associados ao mercado etc. Os movimentos estudantil e de docentes resistem política e juridicamente (por exemplo, quando questionam as fundações via Ministério Público), expressam as questões, levantam críticas assimiladas por boa parte de professores e estudantes. A reprodução cotidiana destes processos, contudo, parece se apresentar como uma imposição, em que supostamente o que resta é a adesão.

A condição parece dada e, aparentemente, não há retorno, restando se inserir no mercado da produtividade, mostrar competência e garantir a

---

<sup>93</sup> Bianchetti e Machado (IN FIDALGO, OLIVEIRA -2009) identificam que a pós-graduação *strictu sensu* no Brasil, sob a responsabilidade da CAPES, em pouco mais de 40 anos de História, conseguiu inserir o país na lista das nações que contribuem significativamente para a produção científica mundial; 2% da produção veiculada no mundo não é cifra desprezível. Formar 16 mil doutores e 40 mil mestres a cada ano; acompanhar, avaliar e financiar em parte ou no todo mais de 3.632 cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional, e, mais recentemente, assumir a formação de professores da educação, sem dúvida, justifica arroubos ufanistas que animam a comunidade científica. (p.65).

<sup>94</sup> Bianchetti e Machado (IDEM) relacionam três frentes problemáticas trazidas pelos pesquisadores dos impactos na subjetividade docente: 1) a preocupação com publicações e periódicos de impacto; 2) a crescente competição (associada à dificuldade de obtenção de recursos) e 3) a decepção e a incerteza sobre a carreira docente. Este último aspecto aparece associado à necessidade de continuamente provar a “competência” (em editais, eventos, periódicos nos quais sempre um trabalho ou projeto pode ser rejeitado) e uma situação que permanece continuamente no limítrofe: o pesquisador está sempre no limiar de ser eliminado em um sistema que incha cada vez mais.

sobrevivência dos grupos e alimentação do Lattes. O tempo da produção intelectual se submete, assim, à nova lógica de resultados, tendo impactos inclusive do ponto de vista moral, já que crescem situações nas quais o pesquisador é apresentado como parceiro de trabalhos que sequer organizou, aumento de situações de plágio etc.

Sabia (2009) identifica na indução a busca pela parceria público-privado e sua materialidade na tendência de privatização interna ocorrida nas universidades públicas, fazendo um estudo de caso na UNESP, analisando sua mercantilização, por intermédio de algumas situações: normatização da política de cooperação universidade-empresa, viabilizada e operacionalizada em sua maioria pelas fundações de apoio da universidade. Esta articulação não é acompanhada e fiscalizada pela comunidade acadêmica, facilitando situações de degeneração institucional, principalmente por falta de transparência da legislação e do processo que privatiza os benefícios.

Estes são processos que sucedem em praticamente todas as universidades públicas na atualidade e não ocorrendo de forma diferente nas universidades estaduais do Ceará. Estas nascem no final dos anos 1970, ainda no período ditatorial e sofrem pressão por um processo de acompanhamento da modernização no contexto do governo Tasso Jereissati<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup>Ainda em seu discurso de posse no CIC, Tasso Jereissati expressa de forma clara, o conteúdo a importância da modernização dos atrasos que se colocam na região Nordeste e no estado do Ceará, sem deixar de demarcar uma perspectiva liberal: *Temos a convicção de que o capitalismo humanizado e justo é o único sistema econômico capaz da preservação das liberdades individuais. Nossa opção pela livre empresa, opõe-se, como é evidente, à alternativa da socialização dos meios de produção. Tal opção não exclui a opção disciplinadora do Estado na defesa dos legítimos interesses da sociedade.* ( Tasso Jereissati, O Povo, 07/11/1981-“Tasso preocupado com a justiça social)- apud Carvalho(2009).

### **Capítulo 3- A EDUCAÇÃO, A UNIVERSIDADE E O TRABALHO DOCENTE NO QUADRO DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

*Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”...*

*Mészáros..in A Educação para além do capital- 20*

## **Capítulo 3- A EDUCAÇÃO, A UNIVERSIDADE E O TRABALHO DOCENTE NO QUADRO DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

### **3.1. A natureza histórica da atividade docente universitária: da formação do Medievo ao contexto da sociabilidade capitalista**

Para compreendermos a educação, a universidade, o cotidiano laboral em particular no contexto da luta de classes da sociedade capitalista, identificamos alguns autores que tratam do tema com arrimo em sua totalidade e contradições. Não é possível captar as determinações do atual modelo de trabalho docente, caso não relacionemos isto a alguns elementos estruturais que compõem a natureza histórica da educação.

Se hoje à periferia são destinados um aligeiramento da formação e uma dada forma precarizada e produtivista de trabalho docente é preciso descortinar o significado da educação, a relação ciência e tecnologia na estrutura da sociedade do capital. Só assim a cotidianidade é revelada, no processo de volta da pesquisa ao objeto enriquecido de si mesmo, dada a análise mais apurada do pesquisador com as lentes da investigação.

Quando verificamos em termos nacionais a relação dos docentes da universidade com a dinâmica das relações de classe, observamos que as informações históricas reforçam também a intensa ligação entre a instituição com a realidade nacional. Aproveitamos aqui as considerações de Navarro (2001), ao sintetizar as implicações desta relação em termos de Brasil: a) as universidades foram pensadas como indispensáveis ao desenvolvimento capitalista e formadoras do “capital humano”. Convivem, entretanto, internamente a formação de intelectuais orgânicos da burguesia nacional e a reação crítica de estudantes e professores comprometidos com as classes subalternas; b) o capitalismo dependente limitou a pretensão de formar as universidades brasileiras como produtoras de ciência como força produtiva, embora tenham tido sucesso na formação das elites; c) a crise iniciada em 1974 repercutiu nas instituições universitárias, em particular as políticas educacionais privatizantes; d) o movimento docente emergiu como expressão singular da reação crítico-contestadora e ao crescente achatamento salarial e deterioração das condições de trabalho (p.90).

Se atualmente o modelo de universidade sinalizado pelos estudiosos citados, vivido cotidianamente pelos professores, questionados por suas entidades representativas, é determinado pelos interesses das elites<sup>96</sup>, vamos então tentar localizar qual o lugar da educação no contexto da luta de classes própria da sociabilidade capitalista. Sinalizamos no início do capítulo os elementos conjunturais que hoje concedem base para uma universidade em sintonia com ideário e o projeto neoliberal de sociedade. Agora, tentaremos aprofundar a reflexão, tratando a universidade no conjunto do complexo da educação e seu significado a partir de alguns autores do campo crítico.

Mészáros (2008), utilizando um conceito ampliado de educação e situando-a no campo da ideologia<sup>97</sup>, é categórico ao acentuar que as determinações gerais do capital afetam profundamente na educação. A ideologia não está separada da luta de classes, mas atua no processo<sup>98</sup>. Na perspectiva de Mészáros, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Sua persistência decorre do fato de ela ser constituída e reconstituída objetivamente como *consciência prática inevitável da sociedade de classes* no contexto contraditório e conflituoso do metabolismo social.

Aqui, a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas as próprias metas da reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de internalização pelo indivíduo- da legitimidade da posição que lhes foi

---

<sup>96</sup> Como bem reforça Silva Junior (2010) as mutações ocorridas, traduzem-se no conceito de subsunção real. Assim, as experiências humanas, não só as mais diretamente vinculadas ao mundo produtivo, mas em geral, cada vez mais se subscrevem e/ou são determinadas pelo movimento de valorização do capital. (p145)

<sup>97</sup> Situamos a análise de ideologia em Mészáros a partir do pensamento Luckasiano traduzido e interpretado no Brasil por Sérgio Lessa. Na leitura imanente da Ontologia do Ser Social de Lukacs, Lessa identifica a Ideologia como forma específica de resposta às demandas e aos dilemas postos pelo desenvolvimento da sociabilidade. A complexificação das relações sociais, com a correspondente necessidade de complexificação das posições teleológicas operadas pelos indivíduos tem duas conseqüências que são significativas para o estudo da ideologia. Em primeiro lugar dão origem, a complexos sociais específicos que tem a função de regular a práxis social de modo a tornar possível (“operativa”) a reprodução da sociedade. A segunda conseqüência é a necessidade de respostas genéricas que permitam ao indivíduo não só compreender o mundo em que vive, mas também justificar a sua práxis cotidiana, torná-la aceitável, natural e desejável. Esta função de fornecer tais respostas genéricas cabe á ideologia.( 2008: p.68/69)

<sup>98</sup> Silva Júnior (IDEM) reforça que embora a educação formal se constitua como espaço de contradições, não é capaz de estabelecer de forma radical. A educação formal pertence ao metabolismo social do capital e contribui para com os processos de interiorização dominantes. (p30)

atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de condutas “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas neste terreno. Enquanto a internalização consegue fazer seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegados a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (Mészáros; IDEM: 44)

Este é o entendimento de quem localiza a educação no campo da reprodução social e que a distingue do trabalho, enquanto categoria fundante da sociabilidade humana<sup>99</sup>. Nesta perspectiva de análise cabe à atividade educativa tanto mediar a apropriação dos elementos da cultura genérica pelos indivíduos quanto influenciar a consciência destes no sentido de que eles realizem sua práxis social em sintonia com o que é socialmente desejado.<sup>100</sup>

Assim localizamos, como Saviani (in Orso; 2007) a escola, a educação formal no surgimento das classes onde a divisão entre proprietários e não proprietários da terra expressou para os primeiros, em virtude da sua condição de classe ociosa, a necessidade de se educar fora do processo de trabalho. Se antes a educação era comum e definida no trabalho, o surgimento da propriedade privada e das classes dividiu a educação. E, então, os proprietários começaram a ter uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, palavra que em grego significa *lugar do ócio*. Já no contexto da sociedade burguesa e do desenvolvimento das forças produtivas, a educação escolar se generalizou. Apesar, entretanto, de se generalizar, a divisão entre as classes é por ela reforçada, havendo diferenças no acesso e nas condições de ensino. Em tal direção, é que Saviani (IDEM) reforça a incompatibilidade do pleno desenvolvimento da escola pública de qualidade com a lógica própria da divisão social do trabalho no sistema capitalista.

---

<sup>99</sup> Com origem na ótica marxista.

<sup>100</sup> Em face disto, Epiácio Macário Moura em tese de doutorado (2004) faz a seguinte observação: a tese de que a educação é uma atividade social que medeia à apropriação ou reprodução, pelos indivíduos, da experiência humana acumulada não significa, in limine, que ela tenha uma função essencialmente negativa no processo de emancipação humana. Dito de outra forma, o fato da educação ter sua função ontológica vinculada à reprodução de elementos que já fazem parte da experiência genérica não quer dizer que ela atue sempre e necessariamente reforçando o que já existe e repelindo tudo que há de novo. (P.76)

Macário (2004) aprofunda este elemento, identificando no contexto da divisão social do trabalho e surgimento de classes sociais onde ocorre uma clivagem entre os indivíduos: de um lado, os que desfrutam da riqueza material e espiritual e de outra parte, aqueles que, sendo os produtores imediatos do conteúdo material da riqueza, são expropriados dela e da cultura intelectual.

Assim, na análise do referido autor, o processo de individuação do homem passa a ser mediado pelas leis objetivas que presidem a classe que é parte. Esta clivagem dá origem a um antagonismo estrutural de forma que cada classe expressa em relação a outra, contornos bem precisos e uma legalidade própria; ou seja, a classe determina concretamente as condições objetivas de reprodução individual e assim é que a apropriação, pelos indivíduos, da riqueza produzida pelo gênero é determinada não somente pelo grau de desenvolvimento das forças genéricas, mas fundamentalmente pela condição de classe dessas pessoas.

Reforçamos aqui a noção de que só é possível compreender a educação formal em todos os seus níveis no âmbito das relações de classe, bem como as vivências e escolhas dos professores universitários num contexto de crise à medida que situamos as determinações dos conflitos de classe no estabelecimento de um projeto de universidade. Por isso mesmo, a dinâmica societária reproduzida na educação formal se realiza mediada por conflitos de interesses e práticas sociais em confronto; nem é só conformismo com o *status quo* nem só contestação. Convivem nos mesmos espaços os antagonismos, as posições e discursos opostos. Não são raros na história da universidade pública brasileira, por exemplo, a despeito de sua heterogênea composição classista, momentos claros de resistência de estudantes e professores que exprimem temas como acesso, democracia, autonomia do conhecimento e da pesquisa no contexto dos diferentes interesses de classe, situados em divergentes projetos de sociedade, elemento que iremos explorar em item específico.

Aqui introduzimos um debate mais particularizado sobre a relação do intelectual com a sociedade. É no socialista sardo Antonio Gramsci que encontraremos a discussão mais fértil sobre o a figura do intelectual no jogo das relações sociais de classe.

Gramsci trata dos intelectuais no contexto das relações sociais de classe, pensando sua função social com suporte na luta em torno da hegemonia.<sup>101</sup> Segundo Semeraro (2006), Gramsci rompe com a visão tradicional de intelectual no sentido restrito, autônomo e independente. Com o conceito de intelectual orgânico, originalmente Gramsci relaciona a questão do conhecimento com a dinâmica das classes sociais. Os intelectuais tradicionais são basicamente os ligados, presos a uma formação social superada (clero, funcionários, acadêmicos voltados a manter o camponês atrelado ao *status quo*). Orgânicos são os intelectuais conectados com o mundo do trabalho, organizações políticas e culturais.

A função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia da sua classe, não pode mais consistir na “eloquência” e nos ímpetos da “emoção”, mas na interpretação entre conhecimento científico, filosofia e ação política. Tal intelectual deve ser um construtor, organizador e educador permanente...A interconexão, portanto, no mundo do trabalho com o universo da Ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa e a base formativa do intelectual orgânico. (SEMERARO; 2006: p.35).

Este é um debate que nos cabe neste momento porque situa os dilemas da universidade em torno das questões e projetos de classe. Temos ciência, entretanto, de que o espaço universitário público aglutina setores diversos e que, portanto, há uma heterogeneidade de classes e projetos abrigados e disputados na dinâmica de professores e estudantes. Assim, ao pensarmos o processo de reprodução do neoliberalismo no cotidiano acadêmico, estamos nos referindo a reiteraões, mas também a resistências aos processos privatizantes que retratam o projeto neoliberal de universidade; sempre lembrando que não é apenas a vontade pura dos sujeitos que criam os mecanismos de resistência, mas, principalmente, o acúmulo da luta coletiva no reconhecimento de que proposta de universidade se operacionaliza na cotidianidade.

Um exemplo claro deste processo hoje na Universidade que investigamos é a luta histórica de professores na constituição/realização de uma especialização

---

<sup>101</sup> Losurdo (2006) recuperando os escritos de Gramsci, nos lembra que no processo de batalha pela hegemonia, o proletariado deve esforçar-se para produzir intelectuais “ligados a ele por múltiplos fios orgânicos”.

gratuita no curso de Serviço Social<sup>102</sup>, num contexto em que os cursos pagos já se tornaram uma realidade hegemônica a partir da década de 1990. Da idéia inicial até a oferta do curso, passaram-se 5(cinco) anos do projeto sendo processado pela burocracia institucional da UECE. Ao final, só se realizou quando os professores se dispuseram a assinar um termo de compromisso, evidenciando que as aulas a serem ministradas não contariam na CDS (CARGA DIDÁTICA SEMANAL), portanto, não contabilizariam como carga horária junto com as demais atividades. O curso de Serviço Social tem oferecido, entretanto, várias outras especializações pagas assim como vários outros cursos da UECE. Muitos professores utilizam as aulas ministradas como complemento de renda. Antes desta experiência, o grupo IMO (Instituto do Movimento Operário) também realizou, uma tentativa de oferta de curso de especialização gratuito, não logrando êxito. A resistência a esta oferta de cursos gratuitos não parte apenas dos gestores da UECE, mas também dos colegiados, tendo em vista que também tornam-se complementos salariais dos docentes, sem precisar que busquem outras instituições. Agregar mais uma atividade “não remunerada” que não possa contar na carga horária da CDS, acaba por ser voluntarismo, embora uma trincheira importante das reivindicações pela gratuidade de acesso à instituição. Isto se complexifica neste momento, onde os professores são pressionados para garantir sua competitividade.

Vale a pena retomarmos os estudos de Fátima de Paula (2002) já mencionados no início deste trabalho onde esta identifica no atual processo de modernização da universidade a transformação da *intelligtzia* universitária, em particular do ponto de vista político. Os professores na sua percepção da dinâmica histórica, a partir do sistema de pós-graduação instituído com a reforma de 1968 se convertem na elite intelectual cada vez mais atrelados às exigências vinculadas à burocratização do trabalho intelectual. Assim, o processo de burocratização é correlato à massificação e à expansão do sistema universitário e a preocupação crescente com a racionalização do trabalho universitário.

Estes elementos trazem consigo uma visão pragmática do papel do intelectual, importado do modelo norteamericano, com a lógica da universidade de serviços e de resultados. Assim, em suas considerações finais, a autora sintetiza:

---

<sup>102</sup> Ver projeto em anexo

Num mundo onde estamos imersos imediatamente no presente, não há mais espaço para um olhar de distanciamento e de estranhamento, tão essencial à postura crítico-reflexiva. Olhar este, que não implica no afastamento dos intelectuais das questões públicas, mas ao contrário, implica no seu envolvimento tenso e crítico com os problemas sociais. Num quadro que se reafirma o fim das utopias, os novos especialistas encarnam uma postura pragmática e imediatista diante de fragmentos de realidade transitórias, instantâneas. A tecnificação da sociedade avança e o número de especialistas ligados ao governo, à administração pública e à gestão do capital aumenta, formando o bloco da autoridade intelectual, na atualidade. No caso brasileiro, a transformação da *intelligentzia* relaciona-se também, especificamente, com o contexto neoliberal no qual a universidade encontra-se mergulhada. (p.303)

A referência ao papel do intelectual na atualidade, em particular dos que fazem a universidade, nos remete a situarmos historicamente alguns elementos que caracterizam a origem e formação desta instituição. Nem sempre a elaboração da pesquisa e reprodução do conhecimento se limitaram aos atuais moldes sugeridos e efetivados pela política educacional, apontados pela literatura crítica da qual nos servimos neste estudo. Uma revisão mais ampla que nos remeta à origem da universidade no mundo recupera traços deixados na sua trajetória, bem como nos sinaliza a relação do ensino superior com a sociedade e seu papel na organização da sociedade.

A origem da universidade se localiza entre os séculos XI e XIII, no contexto das cidades no Continente Europeu. Nos pontos estratégicos do trânsito, os comerciantes estabeleciam-se com sedes episcopais e escolas catedráticas, onde se aglutinavam estudantes, movidos pelo conhecimento da cultura oriental (motivado pelas Cruzadas) e incentivados pelo gosto do conhecimento mais universal. Para além das escolas monásticas, era necessário criar uma outra instituição para abarcar Filosofia, Direito, medicina, História Natural e Astronomia. Com a formação intensificada de associações ou corporação de pessoas com interesses e ocupações em comum sob o nome de *universitas*, os estudantes e professores reunidos, utilizaram a mesma terminologia. Assim a universidade significou na sua origem, uma comunidade de vida e de interesses. Marcada por ecumenismo internacional, as corporações de alunos congregavam pessoas de

várias nações<sup>103</sup> com dois traços de identidade cultural: a língua latina e a profissão de fé cristã.<sup>104</sup>

A origem da universidade<sup>105</sup> portanto, foi fomentada pelas cidades por conta da concentração demográfica, intensificação das relações, incluindo relações com civilizações então desconhecidas, aparecimento de uma classe interessada no Direito Romano, no caso os comerciantes.<sup>106</sup> Até 1440 já existiam cinquenta e cinco universidades na Europa com estudantes de vários estamentos sociais: filhos de nobres e outros de origem pobre.<sup>107</sup>

Diferentemente de Ullmann e Bohenn (1994), Verger (1999) ressalta a perspectiva interesseira do apoio dos poderes superiores, eclesiásticos e laicos na formação das primeiras universidades. Além de formar homens competentes a serviço do poder, havia a expectativa de disciplinas legitimadoras destes poderes: o Direito Romano para legitimar o renascimento do Estado, o Direito Canônico e a Teologia que ajudavam em face das heresias, mas é Verger que também salienta o caráter criador e dinâmico de conflitos internos<sup>108</sup> das universidades no século XIII,

---

<sup>103</sup> Lampert (1999) destaca que as universidades eram freqüentadas por nobres, burgueses e filhos de agricultores. Os jovens nobres e burgueses eram a maioria dos estudantes. Os discentes pobres ficavam isentos do pagamento de taxas e se utilizavam de diferentes expedientes para garantir a sobrevivência. Prestavam serviços aos estudantes abastados, assegurando assim, moradia e comida. Outros se dedicavam à cópia, à cantoria da igreja. O sistema universitário permitia a ascensão de um certo número de filhos de camponeses. A sociedade do Ocidente havia até então conhecido o nascimento, a riqueza e o sorteio como formas de acesso ao poder. (p.29)

<sup>104</sup>Ullmann e Bohenn (1994) apresentam minucioso estudo da universidade na idade média, localizando características que identificam a universidade com o período medieval, considerando as contradições na construção de sua autonomia no contexto de submissão aos desígnios do cristianismo. Refutam a idéia da média como “idade das trevas”, dadas as grandes contribuições do período para a formação da universidade e do conhecimento.

<sup>105</sup>Verger (1999) traz uma importante síntese sobre as teses mais comuns sobre a origem das universidades: Duas teses essenciais, mas complementares do que verdadeiramente opostas, são expressas. Pra alguns, seria a própria renovação do saber, engendrada pela redescoberta da filosofia de Aristóteles, e o entusiasmo intelectual suscitado pelas novidades, que teriam estimulado mestres e estudantes a organizarem tais instituições autônomas, as únicas capazes de lhes garantir a liberdade de expressão e de ensino necessária. As outras, antes, conferem prioridade à pressão social exercida por todos aqueles que aspiravam obter, nas melhores condições, a qualificação e os diplomas que conduziam às carreiras cada vez mais numerosas abertas pela reforma da igreja e, fundamentalmente, pelo renascimento do Estado.

<sup>106</sup> Janotti (1992) citado por Ullman e Bohenn (1994)

<sup>107</sup> Verger (idem) já relativiza a dimensão da ascensão social: Os estudos universitários favoreciam a ascensão social ou, antes, precipitavam constituição de pessoas cultas em pequenas castas universitárias? As fontes não oferecem a esse propósito mais do que informações fragmentárias, que parecem, além do mais, indicar que a situação variava de uma universidade para outra. (p.97). Certamente, continuava a ser possível, até o final da Idade Média, para as pessoas de origem modesta, especialmente rural, conseguirem pelos estudos e pelo diploma galgar uma bela carreira. (p.98)

<sup>108</sup>Os autores estudados evidenciam o poder dos estudantes, por exemplo, na Universidade de Bolonha, onde inclusive eram os reitores.

diferentemente do declínio que sofreram principalmente, a partir do século XV, no que diz respeito à autonomia e às mutações do Estado moderno.

Ullmann e Bohenn (idem) destacam sobremaneira as qualidades das universidades medievais: o rígido método de ensino, a Dialética e a Filosofia obrigatórias, o intercâmbio cultural, a internacionalidade dos professores, ávida interna dinâmica, o direito de greve muitas vezes utilizado quando a liberdade e direitos estavam ameaçados, a universidade estava a serviço da sociedade, se constituindo em órgãos de opinião pública, o acesso de pobres a uma condição de ascensão social. Estes são elementos que na análise dos autores, se constituíram até o século XV quando, com uma excessiva ampliação das universidades, a qualidade ficou decadente.

A despeito dos elementos negativos próprios da formação no período, como a pedagogia essencialmente oral e repetitiva<sup>109</sup>, o custo cada vez mais elevado para obtenção de título de doutor que fazia a desistência de muitos, o absentismo de professores, Verger (IDEM) também relaciona os elementos positivos, próprios da época, em particular até o século XV: o movimento geral de críticas ao aristotelismo e ao tomismo, o ensino fecundo entre a tradição medieval e as aspirações novas; e mesmo com todas as reservas, as criações universitárias dos séculos XIV e XV influenciaram nas condições de formação das elites letradas européias e é sobretudo no século XV que ela esteve associada ao poder dos reis.

Se nenhuma universidade pôde nascer e se desenvolver na Idade Média sem apoio dos poderes externos que nos séculos XIV e XV, muitas vezes tomarão a iniciativa de tal operação. E cabe acrescentar que se tratavam, ali por diante, essencialmente de poderes principescos ou urbanos, nos quais o papado não possuía mais tanta interferência como teriam então os poderes pra confirmar, frequentemente tarde demais, a nova fundação e garantir o estatuto clássico de *studium generale*. (Verger; ibidem)

Até as universidades mais antigas e mais resistentes foram perdendo a autonomia perante o poder real, incluindo a repressão ao próprio direito de greve até então garantido. Diferentemente dos direitos universais originalmente conquistados, agora estavam submetidos à condição de ser leal ao rei e

---

<sup>109</sup> Lampert (1999) destaca, entretanto o elemento criativo da pedagogia da época, lembrando dos debates como a segunda parte da aula, após leitura e exposição do professor, onde os melhores dedicavam mais tempo ao debate.

diversamente do grande intercâmbio cultural de outrora, agora seriam tendências regionalistas e de maior isolamento social. Outro elemento para o qual Verger chama a atenção é que diferentemente dos conflitos e reivindicações que marcaram a origem das universidades, o fim da Idade Média marca um maior conformismo dos estudantes, em busca de uma situação estável de proteção dos riscos das ingerências do Poder Público. Ser estudante poderia significar poder furtar-se ao imposto, pleitear determinados tipos de proventos e outros elementos de promoção social.

Os estudiosos do assunto não possuem elementos para precisar com detalhes a condição dos docentes, em particular quanto à renda, mas expressam que esta não lhes conferia prestígio. Com a conclusão dos estudos superiores até o alcance do doutorado, existiam a condição e a expectativa de permanecer na universidade, o que era oportunidade para a minoria. No contexto do século XV, dois grupos: um pequeno grupo estável de professores regulares, responsáveis pelo ensino, gestão e exames, e um outro mais flutuante que lecionava assuntos de menor importância ou alguma ocasião de substituição, sem assento no júri nem participação nos exames.<sup>110</sup>

Queremos identificar com esta breve referência à origem da universidade é que ela nasce no contexto das relações sociais e mantém com uma imbricada relação com os interesses de classe e poder. Não é possível deixar de mencionar a influência da igreja na produção intelectual e como isto serviu também à constituição de sua hegemonia, pela via do monopólio do saber, controlando a produção e a veiculação do saber. A unificação do saber greco-romano com os dogmas cristãos trouxe uma fundamentação sólida ao cristianismo. A presença dos homens da igreja entre os homens do saber foi algo presente até o final da Idade Média<sup>111</sup>

Autonomia, entretanto, é um elemento que ficou demarcado no período na visão de alguns estudiosos. Trindade (1999) sintetiza o modelo medieval identificando uma concepção de instituição universitária com três elementos básicos: centralmente voltada para uma formação teológico-jurídica que responde

---

<sup>110</sup> Verger, 1999, p.142 e 143.

<sup>111</sup> Se juristas e médicos tinham a mais alta posição social, não é menos verdade que, mesmo nas universidades dessas regiões, eram as faculdades de direito canônico que conservavam os efetivos mais numerosos, naturalmente com uma grande maioria de clérigos e religiosos tanto entre estudantes quanto entre professores. Em Toulouse, Montpellier e Avignon, os estudantes de direito canônico representavam ainda no final do século XIV entre 75% e 57% dos efetivos. (idem; p. 246)

às necessidades de uma sociedade dominada por uma cosmovisão católica; com uma organização corporativa em seu significado originário medieval; e preservando sua autonomia em face do poder político e da Igreja institucionalizada local. Este elemento será inclusive uma das diferenças desde o Renascimento quando se irão vincular mais fortemente ao Estado.

As mutações sociais, econômicas e culturais ocorridas, principalmente a partir do século XV, incidiram mais à frente na constituição do saber, mas houve certas permanências apoiadas na estrutura sólida das instituições universitárias tradicionais. Verger refuta a ideia de uma oposição absoluta entre saber medieval e novas ideias e, principalmente, as alterações ocorridas não acarretaram nas funções sociais e políticas daqueles que situavam sua razão de ser nos domínios dos saberes e no exercício das competências que dele resultavam. O autor demarca entretanto, que, da Idade Média ao renascimento houve um alargamento de indivíduos, como novas categorias sociais.

Com início no século XVII, a revolução industrial, as descobertas e o Iluminismo é que a universidade institucionaliza a ciência nos moldes intensificados no século XIX. Duas mudanças são marcantes: 1) a entrada das ciências e o abandono do padrão teológico-jurídico-filosófico; e 2) nova relação da universidade com o Estado, com tendência à nacionalização, estatização.

O exemplo clássico deste processo é a universidade napoleônica, utilizada como instrumento de formação de quadros necessários para a divulgação da doutrina do imperador. Diferentemente na Prússia onde a nomeação de Humbolt em 1809 para o Departamento dos Cultos e da Instrução Pública, a perspectiva de integração (saber, ensino e pesquisa) e autonomia da instituição estaria indicada, ainda que houvesse a proteção do Estado. Daqui nascem as bases da universidade estatal, pública.<sup>112</sup>Trindade (1999) identifica os limites de sua autonomia, no caso francês:

A universidade napoleônica torna-se um poderoso instrumento para criar quadros necessários para a sociedade e para difundir a doutrina do imperador: a conservação da ordem social e a devoção ao imperador que encarna primeiro, a soberania nacional e, depois, supranacional. O mecanismo-chave é o poder do governo de nomear os professores, assistido por um Conselho, porque o imperador “quer

---

<sup>112</sup> Trindade (idem: 11)

um corpo cuja doutrina esteja ao abrigo das pequenas febres da moda; que marche sempre quando o governo dorme” e que seja “uma garantia contra as teorias perniciosas e subversivas. (p.10)

Foi, porém, no contexto de mudanças da relação entre ciência e produção que as mudanças quanto à autonomia da universidade se expressaram de forma mais evidente. Foi também na intensificação das transformações societárias do século XIX que a ciência e o trabalho do professor universitário paulatinamente modificam suas qualidades. A ciência se desenvolveu cada vez mais associada à produção, começou a ser organizada formalmente como uma profissão e perdendo sua independência, constituindo-se durante um bom tempo como monopólio de uma elite da classe média- a *intelligentzia* liberal.<sup>113</sup>

No século XX, a ciência a serviço do aparato produtivo se tornou algo constante, ampliando as potencialidades produtivas a patamares internacionais. Na ótica de Mészáros (2004), não foi por determinação de sua “lógica imanente” que a ciência moderna chegou ao tipo de orientação e aos resultados das pesquisas com os quais muitos cientistas hoje estão preocupados, mas por causa da impossibilidade de separar seu desenvolvimento das exigências objetivas do processo de produção capitalista. Continuando esta reflexão, é que o autor refuta enxergar no crescimento da ciência atual como o novo agente de emancipação social, contraposto à força emancipatória absoleta, ou seja, a classe trabalhadora. Do contrário, para sua sobrevivência, ela se subordina à voz que domina o presente.

A universidade pós-medieval moderna resultou da emergência do Estado nacional e do desenvolvimento da ciência, trazendo para o âmbito universitário uma nova e complexa problemática. As relações entre universidade, ciência e Estado transformaram os padrões universitários tradicionais, a partir da crescente importância da ciência em termos econômicos, e, mais tarde, militares. As universidades, inseridas na produção científica e tecnológica para o mercado ou para o Estado entraram em novas lógicas que afetaram também sua autonomia acadêmico-científica tradicional (TRINDADE IN GENTILI (2001).

---

<sup>113</sup> Detalhes sobre o período, verificar o livro PARA COMPREENDER A CIÊNCIA, Andery ET all

É importante ressaltar estes elementos históricos para não considerarmos que as determinações nas mudanças na instituição universitária e no trabalho docente sejam restritas apenas ao período da chamada acumulação flexível, em particular o neoliberalismo<sup>114</sup>. Respondem porém, a uma demanda que vai sendo tecida historicamente, originalmente na dinâmica da sociedade moderna capitalista. Na ordem neoliberal do final do século XX<sup>115</sup>, a racionalidade pragmática se fortalece e incide sobre a dinâmica das instituições sociais, incluindo o ensino superior e as universidades públicas.

Neste debate sobre intelectualidade e relações sociais, vale situar o que Florestan Fernandes (2010) identifica nas particularidades que evidenciam a formação da universidade e seus intelectuais no contexto da América Latina, lembrando que as instituições de ensino superior nesta região nunca estiveram dissociadas dos contextos histórico-sociais que se formaram e nos quais evoluíram. As suas características, que passaram a ser impugnadas pelos setores mais avançados do corpo docente, pelos intelectuais preeminentes e pelos estudantes, provinham em larga parte, pelo condicionamento do meio econômico e sócio-cultural e tinham muito que ver com as atitudes de autocrítica e de renovação, sustentados pelos movimentos de “autonomia universitária”. Entretanto, a formação histórica destas universidades tratava-se de uma transferência e de assimilação de técnicas sociais, valores sociais impostos pela *civilização*, através de interesses e controles econômicos, sociais e políticos das metrópoles (no período colonial) e das nações que lançaram a base do imperialismo (no período nacional), onde as instituições funcionaram como uma ponte entre as colônias e o mundo civilizado europeu.

Assim, estas instituições de ensino superior não deveriam se constituir núcleo de produção de saber original, mas que se organizassem e mantivessem o fluxo mínimo de conhecimentos para florescer a ‘civilização ocidental’ no Novo mundo; a preparação das elites e o refinamento de padrões de cultura letrada, já

---

<sup>114</sup> Silva Júnior (2010) esclarece, com suporte nas metamorfoses contemporâneas, todas as mudanças ocorridas se traduzem pelo conceito de subsunção real, reforçam a constatação de que as experiências humanas, não só as mais diretamente vinculadas ao mundo produtivo, mas em geral, cada vez mais se subscrevem e/ou são determinadas pelo movimento de valorização do capital.

<sup>115</sup> É importante destacar a observação de Siva Junior (IDEM) de que não é só o neoliberalismo ou o chamado Estado mínimo que usa o fundo público para a acumulação e reprodução do capital. A chamada social-democracia- embora com maior inclinação para questões sociais- não era senão outro modo de estruturar a participação do Estado ou esfera pública e do fundo público num determinado modo de acumulação e reprodução do capital.

que depois da emancipação política, era preciso formar intelectuais capazes de lidar com problemas práticos para funcionamento da economia e do próprio Estado nacional. Estes determinantes estruturais da dependência marcam a trajetória do que é reservado ao ensino superior na América Latina, sem negarmos às resistências que caracterizam a região e a própria instituição universitária, elementos estes que buscamos sinalizar na particularidade da realidade brasileira, no segundo capítulo deste estudo.

### 3.2 - A reprodução, ideologia e a educação no contexto do liberalismo

A recuperação dos elementos históricos que sinalizamos no item anterior, antecipa no contexto material das relações de transição entre feudalismo e capitalismo, que a educação é parte constitutiva da reprodução social. Ainda que com diferenças, tanto a leitura gramsciana quanto a lukacsiana tratam deste processo por um viés ontológico<sup>116</sup>.

A reprodução social se realiza nas relações sociais constituídas entre os indivíduos e o gênero humano. Na interpretação de Lessa (2007) no contexto da Ontologia lukacsiana, os indivíduos ao responderem às demandas cotidianas, ao mesmo tempo constroem a si próprios enquanto individualidades e constroem a totalidade social; quanto mais desenvolvida for a sociabilidade, maiores serão as mediações sociais que articulam a vida do indivíduo com a trajetória humano-genérica. Isto se processa mediado pelos complexos sociais como ciência, religião, direito etc

A exemplo de todo complexo parcial de atividade, a educação é determinada pela reprodução da totalidade social. Por um lado, a

---

<sup>116</sup> Lessa identifica que na pressão da evolução histórica, da chamada "sobrevida" do capital no mundo contemporâneo, de um lado; e de outro da carência de acúmulo teórico que possibilite a compreensão dos nexos e das conexões da forma de ser da sociabilidade contemporânea, o marxismo no século XX deu origem a três vertentes fundamentais: 1) o *marxismo estruturalista* (composto não apenas pelo marxismo vulgar, mas também por elaborações teóricas sofisticadas como as de Althusser e Cohen) que realiza, ao menos em parte, um retorno às concepções ontológicas materialista-mecanicistas; 2) o *idealismo marxista*, que postula o deslocamento e substituição do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, pela linguagem, pelos valores, etc. Pensamos, fundamentalmente, na Escola de Frankfurt; e 3) o *marxismo ontológico*, que busca em Marx os elementos de uma nova ontologia que dê conta das especificidades do mundo dos homens enquanto esfera de ser distinta e articulada à natureza. Pensamos aqui em Korsch, Gramsci, Lukács, Mészáros, Tertulian, MacCarney, entre outros. (verificar em *site* Sergio lessa.com)

massa de conhecimentos e habilidades requerida dos indivíduos e, por outro, a tendência de comportamento, o direcionamento das escolhas dos indivíduos, são exigências colocadas à educação pela reprodução social. Este caráter determinado da educação patenteia-se, também, no fato que os 'novos e contraditórios movimentos', que exprimem 'o progresso objetivo do ser social', fazem fracassar, no longo prazo, todo e qualquer tipo de educação que com eles se confronte. É a dinâmica reprodutiva da sociedade que estabelece quais elementos devem ser preservados do passado e quais novidades são incorporadas no *continuum* da experiência social. Por seu turno, cabe à educação reproduzir no plano da subjetividade estes elementos engendrados e sedimentados no plano da genericidade pelo trabalho e pela práxis social. (Macário: 2004; p. 84).

A educação nesta perspectiva, é parte constitutiva de um complexo social fundamental na reprodução social: a ideologia. Na ótica Luckasiana ideologia é uma função social e se expressa num conjunto de idéias que os homens lançam mão para interferirem nos conflitos sociais da vida cotidiana.

Tal como todo complexo social, a ideologia também passa por um processo de desenvolvimento, no qual o surgimento das classes sociais é um momento fundamental. A partir do surgimento da luta de classes, a ideologia deve não apenas justificar, tornar razoável, operativa a práxis cotidiana, mas também fazê-lo de modo a atender os interesses de classe. O ser das classes e, o conflito entre elas, passam a permear a ideologia, e ao mesmo tempo, a luta de classes tem na ideologia, um de seus momentos mais importantes, posto que ela é decidida, em última instância, no momento em que uma sociedade se nega a objetivar determinados valores e ideações em favor de outros valores e finalidades. Ou seja, segundo Lukacs, a disputa para que os indivíduos operem determinadas posições teleológicas, e não outras, que correspondam aos interesses dos oprimidos ou dos dominadores, ocorre no campo da ideologia (Lessa, 2007: 70).

A ideologia portanto, contribui na ordenação da práxis coletiva em acordo com os parâmetros compatíveis com sua reprodução: É pelo fato de corresponder a esta necessidade, de cumprir esta função social que uma ideação se transforma em ideologia; assim toda produção do espírito humano, inclusive a Ciência, pode ser utilizada como ideologia em alguns momentos

históricos<sup>117</sup>. Quando em nosso estudo, fazemos referência à ideologia liberal e sua incorporação no cotidiano do trabalho docente nas universidades públicas, buscamos situá-la na materialidade das relações sociais de classe.

Ao tratar do Poder da Ideologia, Mészáros (2004) vislumbra na arena social, as manifestações da ideologia como *consciência inevitável das sociedades de classe*. Sem desconsiderar as contradições que permeiam estas relações, o autor identifica as vantagens da ideologia da classe dominante, já que esta controla as instituições culturais e políticas da sociedade.

...a verdade é que em nossas sociedades, tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora, o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar- suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade, “objetividade” e “imparcialidade científica”. (P.57).

A contradição posta na materialidade das lutas sociais e expressa na ideologia também é percebida em Gramsci como assinala Semeraro (2006). Ela tanto pode ser “progressiva” quanto “regressiva”, portanto é possível e necessária para as classes trabalhadoras uma ideologia própria que unifique suas lutas. Na luta pela hegemonia, as conquistas das classes subalternas devem inaugurar também uma nova forma de pensar, e isto é possível porque mesmo na condição de dominado, ninguém se torna inteiramente alienado ou incapaz de lutar e tensionar as contradições e constituindo alternativas. Acompanha esta perspectiva, a ideia de que a cultura não é só dos grandes intelectuais, dos iluminados e a tarefa de educar as massas politicamente é fundamental para os socialistas e a possibilidade da libertação das classes passa essencialmente por sua capacidade autônoma de criação cultural (Dias, 2000). Em referência aos estudos culturais de Gramsci resgatados por Coutinho (1989), Iamamoto (2008) expressa que o comunista italiano compreende ideologia como tipo de conhecimento próprio da práxis interativa que mobiliza também normas, valores para dirigir a ação aos fins pretendidos. É um componente essencial da luta pela hegemonia que requer a construção

---

<sup>117</sup> Lessa: 2007: p72

intersubjetiva de crenças e valores, pressuposto para uma ação voltada para resultados objetivos no plano social.

Partindo destas perspectivas que refletem a ideologia numa ótica material, evidenciando seu ser no contexto da luta de classes, é que buscaremos adentrar na constituição histórica da ideologia liberal, bem como nas suas particularidades do consenso neoliberal expresso na dinâmica contemporânea.

Reavendo elementos históricos constitutivos da formação das ideias e práticas liberais, Macário (2010) afirma o fato de que a doutrina liberal é geneticamente a expressão teórica da sociedade burguesa<sup>118</sup> e do tipo humano burguês, em que a sociedade surge como resultado inesperado das relações mantidas pelos indivíduos. Nessa acepção, a sociedade é um mecanismo artificial do qual os indivíduos lançam mão para proteger interesses privados, momentos estes que pertencem à esfera de uma suposta natureza humana. A liberdade situa-se no âmbito da individualidade<sup>119</sup>, assumindo, quase sempre, o caráter de autonomia do indivíduo perante a sociedade. À sociedade, ao Estado, às leis, cabe o zelo pela liberdade, pelos interesses, dos indivíduos ou dos agentes econômicos privados<sup>120</sup>. É assim que surge a tese segundo a qual o mercado – com sua mão invisível –divisada por Adam Smith- é *locus* fundamental da sociabilidade, não podendo ser interdito ou invadido por qualquer ente externo. Tendo esta idéia de liberdade centrada no indivíduo<sup>121</sup>,

---

<sup>118</sup> Alves in Lombardi e Sanfelice (2007) acentua que o liberalismo é sobretudo a visão de mundo da classe burguesa; não há qualquer bandeira liberal que não tenha nascido das lutas da burguesia contra os ideais e forças feudais.

<sup>119</sup> Filho (2000) lembra que o indivíduo passou a ser figura central na sociedade moderna. Não podemos esquecer que na pré-modernidade o indivíduo não existia, segundo a concepção moderna deste termo, pois ficava diluído na sociedade, no poder da igreja, não atuando como um sujeito livre e independente. No mundo moderno ele passa a ser central na sociedade secular.

<sup>120</sup> A Doutrina Liberal cravava, assim, no pensamento filosófico, na doutrina política e na Ciência Econômica os valores predominantes na sociabilidade burguesa. O egoísmo, o individualismo possessivo, a propriedade privada e o Estado – sendo este expressão jurídica dos valores predominantes na sociedade capitalista – eram elevados à condição de valores universais. Tais valores eram destituídos de sua essência histórica e do seu caráter particular, para serem professados como realização da própria natureza humana. Como efetivação da natureza própria dos homens, o egoísmo, o individualismo, a propriedade privada tornaram-se valores consagrados. Investir contra qualquer destes elementos era caracterizado crime ou desvirtuação de conduta. Almejar à igualdade, à solidariedade, ao controle social dos meios de produção e da riqueza produzida socialmente era tido como utopia inalcançável ou exercício do totalitarismo contra os indivíduos. (Moura, 2010, p18)

<sup>121</sup> Duarte (2004) dentre outros autores enfrenta a temática da individualidade, fazendo uma crítica ao fetichismo da individualidade, a partir da leitura crítica das idéias liberais. Ele defende a tese de que o pós-modernismo radicaliza o fetiche da individualidade.

chega-se às teses da liberdade dos agentes econômicos, das empresas, dos investimentos privados como entes sagrados (p.17)<sup>122</sup>.

A constituição do liberalismo, construiu ideologicamente o indivíduo e legitimou, em seu nome, as reivindicações burguesas.(....) as barreiras feudais que tolham o comércio foram vistas como a negação do direito de o indivíduo, realizar livremente as trocas...(ALVES, 2007: P.79).<sup>123</sup>

Embora o indivíduo social seja um produto histórico, na sociedade burguesa, este indivíduo aparece apartado dos laços sociais. Iamamoto (2008) tece considerações sobre a formação particular desta individualidade que se constitui na ordem burguesa, recuperando do texto de Marx as relações materiais de produção que geram o aparente isolamento e suposta liberdade dos indivíduos. Destroem-se os laços de dependência pessoal para uma dependência geral e material recíproca entre os produtores; a individualidade historicamente particular, é, entretanto, apresentada pela ideologia liberal, como a forma natural e universal. O que está em jogo na distinção entre pessoal e social é segundo a autora, a alienação do trabalho, esta enraizada no desenvolvimento da divisão do trabalho que implica na contradição entre o interesse do indivíduo e da família e o interesse coletivo de todos os indivíduos. O interesse geral aparece estranho ao indivíduo. Ideologicamente isto parece como um dado de realidade sem historicidade, onde indivíduos são naturalmente egoístas.

Passamos por esta reflexão sobre a ideologia liberal na vida hodierna, não apenas para evidenciá-la, mas na direção de compreender como ela se reproduz nas escolhas cotidianas dos sujeitos. As decisões singulares por mais isoladas em sua aparência, tem uma natureza social, afinal os caminhos seguidos, conscientes ou não, se elegem nas possibilidades reais da vida social e seus valores vigentes. Costa (2007) recuperando as contribuições de Lukács neste debate, identifica uma importante questão que se expressa na cotidianidade, do ponto de vista das contradições, determinadas pela luta de classes: “a tendência à diversificação das decisões dos indivíduos recebe um

---

<sup>122</sup> Assim como Duarte (idem) fazem o debate sobre a individualidade na ordem burguesa, a exemplo de Costa (2001) que trata a relação indivíduo e sociedade a partir da Ontologia de Lukács.

<sup>123</sup> Conferir Alves in Lombardi e Sanfelice (2007).

impulso ainda maior pelo fato de que tais decisões são tomadas em condições de confronto e conflito entre forças antagônicas entre si” (P.76). Quando identificamos na nossa pesquisa, que, a despeito da hegemonia neoliberal incorporada nas normas e rotinas das instituições de ensino superior por exemplo, ainda há resistências, temos aí que os valores e práticas vigentes não se colocam de forma única na cotidianidade. Por via de questionamentos à gestão, às normas institucionais, ao governo e a Política Educacional, elaboram-se movimentos de negação do *status quo*. O potencial de oposição política que estas resistências sinalizam já se torna outra questão.

Outra mediação importante é que ao fazer escolhas, o sujeito avalia as determinações vigentes, o que implica dois aspectos que Costa (IDEM) nos indica: “um deles é se este indivíduo aceita ou nega as normas sociais estabelecidas sobre o tema de sua decisão; o outro diz respeito a ele próprio, se deve seguir aquela norma e agir conforma as leis sociais, estabelecidas para os comportamentos individuais, generalizando-os, ou se deve seguir outro caminho”. (p.71). Com efeito, é possível ser crítico de uma norma, mas não reconhecer formas de objetivar esta oposição ou mesmo<sup>124</sup>, fazer a escolha por se adaptar, assumindo as contradições próprias daquela escolha.

Edmundo Dias (2007)<sup>125</sup>no debate sobre o liberalismo, expressa que a Burguesia e seu Estado acabam por se legitimar ao longo da sua trajetória, por meio da idealização do presente como desde sempre contido na história; uma espécie de natureza. Mistifica-se também neste processo, a idéia de liberdade individual, ainda que mera afirmação ideal, desprovida de materialidade, em que a individualidade presa ao consumismo é o único exercício de “liberdade” plausível e a depender de sua “natural” condição de classe.

É assim que ideologicamente o mercado se revela como a instância inconsciente dotada de capacidade de produzir o próprio homem enquanto ser livre. Como assinala Oliveira (1994) a condição da efetividade da liberdade humana passa a ser realizada numa total submissão a um mecanismo inconsciente: as leis do mercado. Nesta ótica, a liberdade do homem é fruto da

---

<sup>124</sup> A consciência do problema, sua formulação ideal por si, mesmo considerando-se sua relevância, sem a realização de ações concretas não põe em movimento o ser social em direção de qualquer alternativa daquela existente. (Costa in Revista Outubro n. 11, 2011: p. 203)

<sup>125</sup> Conferir Dias in Lombardi e Sanfelice (2007).

liberdade da troca, da liberdade dos preços enquanto mecanismo de socialização.

Ainda que com diversas nuances (liberalismo clássico, neoliberalismo, social-liberalismo), a doutrina liberal unifica-se em três categorias centrais cujo fio condutor é o interesse do capital, como demonstra a tese de Santana<sup>126</sup>. São estas: o individualismo, a propriedade privada e o Estado também privado. As relações erguidas no capitalismo entre o indivíduo e o mercado, entre o indivíduo e os outros indivíduos, bem como com o papel do Estado e da Democracia nestas relações, constituem-se no fundamento do debate neoliberal no século XX, culminando, nos anos de 1970, na consolidação efetiva do neoliberalismo como projeto de sociedade e de educação. ( Melo in Lombardi e Sanfelice, 2007).

Paim (2000) nos lembra o fato de que, desde os fundadores, os pensadores liberais mostraram interesse no debate sobre educação. A tese fundamental do liberalismo em termos de ensino, situa o primado da instrução pública pelo Estado, no sentido dos fundamentos econômicos da sociedade burguesa, portanto uma educação a serviço dos interesses desta classe, benéfica ao sistema produtivo, tornando o indivíduo apto a pertencer a esta sociedade, como autônomo e proprietário.<sup>127</sup>

Sem romper com estas ideias centrais, o neoliberalismo fortalece, na contemporaneidade, o processo de mercantilização da educação, sistematizadas por Santomé (2003) em algumas grandes linhas de ação: descentralização; privatização; favorecimento do credenciamento e da excelência competitiva; naturalização do individual recorrendo ao inatismo. A descentralização se reflete na delegação de responsabilidades do Estado para a chamada sociedade civil ou mercado, embora, o Estado continue dando a direção dos sistemas educacionais; a desregulamentação de medidas protetivas que possam interferir na acumulação do capital. O autor identifica ainda o que chama de uma sociedade hiperindividualista que se expressa em ideologias, cujas expressões como “excelência” e “competitividade” sinalizam que cada ser humano considera o outro como rival a ser derrotado.

---

<sup>126</sup> Conferir Santana in Lombardi e Sanfelice. (2007).

<sup>127</sup> Minto (2006).

Do ponto de vista macroeconômico, a ideologia “anti-bem estar social” se expressou de modo mais contundente quando da queda do padrão fordista de produção no final dos anos de 1960, mas já em meados de 1940, precisamente 1944, Hayek tem destaque com o livro que se tornou referência nos círculos liberais e onde o autor busca reaver e atualizar os princípios do liberalismo econômico e critica o planejamento que pretende substituir a concorrência: *O Caminho da Servidão*. Na sua leitura sobre a função do Estado, ele expressa:

Criar as condições seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que; nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo e de qualquer grupo de indivíduos”, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a ação estatal.....o atual movimento favorável à planificação é um movimento contrário à concorrência, uma nova bandeira sob a qual se uniram os velhos inimigos do mercado livre. (p.60).

E reforça a importância de resgatar os valores e ideais liberais:

Conquanto não possamos desejar nem efetuar a volta à realidade do século XIX, temos a oportunidade de realizar seus ideais- e esses ideais não eram desprezíveis. Não temos direito de nos considerarmos superiores a nossos avós neste ponto; e nunca deveríamos esquecer que fomos nós, os homens do século XX, e não eles, que provocamos esta desordem. Se eles ainda não haviam aprendido de todo o que era necessário para construir o mundo que desejavam, a experiência por nós adquirida desde então, deveria ter-nos preparado melhor para a tarefa. Se fracassamos na primeira tentativa de criar um mundo de homens livres, devemos tentar novamente. O princípio orientador- o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso permanece tão verdadeiro hoje como no século XIX. (P.222).

O caminho para escapar da servidão é, assim, a prática atualizada das ideias liberais. Se no chamado período áureo do capital, estas ideias ficaram

marginais, a partir da crise de 1960/70, elas são retomadas prática e ideologicamente, como uma das saídas para os problemas que se acumulavam. Como assinala Minto (2006), a crise no padrão de financiamento público do Estado-Providência e o conturbado período da economia internacional, ofereceram as condições para que as ideias debatidas em Mont Pelegrin<sup>128</sup> ganhassem eco nos mais diversos lugares do planeta. Com efeito, se centralizou a culpa da crise no padrão de acumulação nos gastos estatais.

Haveria assim uma “inadaptação” do Estado e do público ao processo de mundialização. Entretanto, toda a crítica não se expressou pelas ilusões do liberalismo, mas por outra lógica de intervenção, favorável ao grande capital, onde as grandes instituições financeiras internacionais criadas em Bretton Woods (no final da segunda guerra) passaram a ter um papel determinante na regulação do sistema econômico mundial, indicando e promovendo as reformas e ajustes das economias nacionais ao esquema mundializado.

Segundo estudos de Amaral (2005), o “receituário”, originado da mais liberal das teorias econômicas, representadas por Hayeck (1990) e Friedman (1998), defensora implacável da “mão invisível do mercado” se expandiu com vigor nas últimas duas décadas, se tornando *ideologia* a ser aplicada aos países periféricos:

... inúmeras foram as recomendações para que fosse seguido à risca, sob pena de se ver restringido, aos países endividados, o acesso a vantagens comerciais e a liberação de empréstimos e ajudas financeiras a programas governamentais. Tais restrições constituem as chamadas “condicionalidades”, de que trata Leher (1999) em seus estudos sobre “A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, cujas bases estão associadas às contrapartidas financeiras e políticas impostas pelo que o autor denomina como sendo “novos senhores da educação”. Mais do que um programa econômico, tais “recomendações” se propõem a generalizarem-se e constituírem uma ideologia capaz de universalizar as relações sociais. Daí o papel fundamental do neoliberalismo enquanto instrumento teórico-prático de sustentação desse renovado capitalismo. A mercantilização do conjunto da vida social é a mais

---

<sup>128</sup> Sociedade com Sede na Suíça onde, em 1940 se discutiu a possibilidade de voltar ao sistema livre de funcionamento do mercado por grupos liderados pelo Hayek na Europa e Friedman nos EUA.

cristalina expressão desse momento atual do capitalismo que vem a ter, no fortalecimento dos capitais privados, o fio condutor para acelerar a acumulação. Ao mesmo tempo, investe-se fortemente contra as idéias de proteção social vigentes na “idade de ouro”, responsabilizando-as pela estagnação das economias. (Idem;p.96).

No atual contexto da já comentada crise sistêmica, há claros indícios de interesse do capital em utilizar mecanismos de uso lucrativo do chamado trabalho improdutivo<sup>129</sup> como uma forma de saída da crise. Haveria, então, uma nova conotação de setores como a saúde e educação públicas que trariam nova importância para estas áreas, tornando-as objetos estratégicos de disputa entre capital e trabalho. Neste momento, cabe a reflexão sobre os trabalhadores inseridos nestes campos de atuação<sup>130</sup>.

Silva (2008) na sua análise sobre a concepção do Banco Mundial acerca do desenvolvimento e educação afirma que esta é encarada pelo Banco como a prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, culturas e valores. Nessa direção, a educação deve ser avaliada com base no desempenho dos professores em fornecer o mais eficiente serviço aos seus clientes, os pais. Revelam-se nas políticas dos

---

<sup>129</sup> A condição de improdutivo do trabalhador docente na universidade pública refere-se a seu posicionamento da lógica de produção e reprodução do capital, obviamente não a sua utilidade e a importância de sua função social. A condição classista é algo determinado pela estrutura social e pelos sujeitos que compõem o processo das lutas sociais. Alguns elementos levantados pelos estudiosos do ensino superior apontam que, no atual contexto, o posicionamento de aliança com a classe trabalhadora tem sido comprometido pelas condições objetivas e subjetivas que a crise traz a tona, desde fenômenos ligados à mercantilização e burocratização da educação superior.

<sup>130</sup> Tal distinção é destacada de forma veemente por Sergio Lessa (2007), ao reforçar outro aspecto importante deste debate: a diferença entre assalariados e proletários. Em se tratando do trabalho proletário que realiza o intercâmbio com a natureza nas condições históricas da sociedade burguesa desenvolvida, apenas ele produz capital. Algo distinto ocorre com o trabalho do professor na “fábrica de ensinar”. Nesta, a relação de exploração não inclui a produção de um novo *quantum* do “conteúdo material da riqueza”, mas apenas a produção da mais-valia. O proletariado produz e valoriza o capital; o professor apenas valoriza o capital, não é parte do trabalhador coletivo. Esta é a primeira diferença importante entre o trabalho produtivo do proletário e os outros trabalhos produtivos; o primeiro produz todo o “conteúdo material da riqueza”, o segundo apenas realiza mais-valia. Assim é que Lessa ainda no mesmo texto combate o que considera ser um equívoco de leitura de um dos principais teóricos da pedagogia brasileira: Dermeval Saviani quando este identifica a educação com o trabalho. Segundo ele, há uma imprecisão conceitual, pois o processo educativo não se confunde com o processo de trabalho. A relação entre o ser humano e um objeto pela mediação do trabalho possui características ontológicas distintas da relação entre indivíduos humanos, tal como é o processo pedagógico. Há várias mediações históricas que devem ser ponderadas, inclusive para se entender o sujeito revolucionário e seus aliados potenciais, nas quais, o professor se coloca.

organismos internacionais indicações estratégicas de mercantilização<sup>131</sup> da educação.

Alguns elementos históricos mais recentes, sinalizam contudo, que as propostas neoliberais estão sendo questionadas e atualizadas na América Latina num contexto que alguns autores chamam de neodesenvolvimentismo, baseado na suposta lógica da conciliação entre interesses econômicos e sociais. O caráter ideológico que acompanha este processo, na visão de Maranhão (in Mota, 2010) traduz um indicador da necessidade de assegurar o próprio projeto neoliberal:

Diante do quadro de deslegitimação do projeto neoliberal, o capital necessita, cada vez mais, de respostas que não só garantam a normalidade das taxas de lucro, mas também amenizem a condição dos derrotados e estabeleçam um consenso mínimo em torno das transformações ocorridas. Surge um grande desafio para a dominação burguesa. Como oferecer um novo pacto conciliatório que permita universalizar a estratégia de desenvolvimento capitalista com as demais classes se a política de expansão do trabalho formal/protegido e o Estado interventor entram em franca contradição com a dinâmica de acumulação capitalista? (p.80).

Haveria segundo o autor citado, um “novo canto da sereia” ilustrado na atualização das promessas liberais de crescimento econômico associado a melhorias no bem-estar da população. Um processo de revisão ideológica que pelos seus objetivos e compromissos com a lógica de acumulação do capital,

---

<sup>131</sup> Segundo Teixeira (1990), a tendência do capitalismo é a separação do trabalhador de suas condições objetivas de trabalho. Decorre daí que todo trabalho tenderia a se transformar em trabalho produtivo para o capital em oposição ao trabalho improdutivo para o capital. O crescimento absoluto do capital passa a exigir um crescimento do capital variável e, portanto, do número de trabalhadores por ele absorvidos, embora que em proporções constantemente decrescentes. Este crescimento do capital exige a transformação do processo individual de trabalho coletivo, de sorte que assim sendo, o trabalhador individual se converte num trabalhador coletivo combinado, cuja expressão imediata é o crescimento do número de trabalhadores subordinados diretamente ao capital. (p.96). Ao mesmo tempo porém, Teixeira verifica em Marx a identificação de outra tendência oposta que se manifesta: os improdutivos externos à produção crescem notadamente no âmbito doméstico e do funcionalismo público. Por fim, Teixeira caracteriza resumidamente: 1) o desenvolvimento da produção capitalista subordina todo trabalho às leis do modo de produção capitalista; 2) este desenvolvimento não exclui o crescimento dos improdutivos que são exteriores à esfera da produção; 3) igualmente este desenvolvimento transforma os exteriores ao sistema em pessoas interiores ao modo de produção capitalista. A tendência do desenvolvimento capitalista é, portanto, converter todos os indivíduos à interioridade do sistema (p.98).

não rompe com os ideais liberais, ao contrário, os renova com novas bases de legitimação e hegemonia. Neste horizonte<sup>132</sup>, o combate a pobreza, por exemplo, se expressa nos indicativos dos organismos multilaterais, de criar mecanismos e oportunidades sociais para o desenvolvimento das capacidades individuais no mercado.

A suposta conciliação entre mercado e justiça social é propagandeada por uma *nova pedagogia da hegemonia*, usando a expressão de Neves e Martins (in Neves, 2010) ao identificarem as estratégias do capital para educar o consenso e ampliar as bases do conformismo e do mote da conciliação e colaboração em prol do combate a pobreza e da preservação do meio-ambiente. Neste processo, a educação reaparece como fator de desenvolvimento e oportunidade de *inclusão dos excluídos*. Na análise de Neves<sup>133</sup>, em todas as modalidades e níveis a educação escolar passa a ter como finalidade difundir e sedimentar a cultura empresarial. Do ponto de vista técnico, preparar o trabalho para dar conta de maior racionalidade técnico-científica e do ponto de vista ético-político, educar a classe trabalhadora para aceitação passiva dos impactos neoliberais sobre as suas condições de vida. Dos anos de 1990 em diante, a política educacional segue o mesmo horizonte neoliberal: redução dos gastos públicos, focalização das ações governamentais, descentralização dos encargos e participação da sociedade civil na sua operacionalização.

No caso do ensino superior, além de garantir uma dada lógica de produtividade, a indicação é também de ampliar o acesso por via do mercado, massificando por via da diversificação, e investimento no mercado privado. O modelo humboldtiano é supostamente inadequado, elitista e incompatível com as condições e interesses dos países periféricos e o lugar que ocupam na economia.

Além destes elementos mais objetivos, alguns autores resgatam o debate da ruptura dos pressupostos da modernidade e a constituição da pós-

---

<sup>132</sup> No referido texto, Cezar Maranhão recupera o pensamento do indiano Amartya Sen, Nobel da economia de 1998, para ilustrar o enfrentamento da intelectualidade capitalista ante a deslegitimação da ortodoxia liberal. No lugar, uma proposta social-liberal que alia desenvolvimento e liberdade, sem romper com as bases da acumulação capitalista.

<sup>133</sup> Consultar texto de Neves no livro: Liberalismo e educação em debate que tem como organizadores Lombardi e Sanfelice (2007).

Modernidade<sup>134</sup> que se constituem no período de reafirmação da ideologia liberal, como outro determinante que impacta na universidade e no próprio trabalho docente. Filho (2000) explica as implicações deste processo para a universidade, com arrimo em algumas características, das quais destacamos: a) a presença ou necessidade de sistemas abertos, com a inserção do debate da interdisciplinaridade; b) o princípio da indeterminação da ciência; e c) a descrença em relação nas metanarrativas, em que a ciência é julgada pela eficiência e efetividade e transformada em tecnologia; d) a queda do sujeito e a nova concepção de tempo e história, em que não há mais uma história universal, mas histórias locais, fragmentadas, individuais. Neste contexto, a universidade estaria em crise de identidade, já que atrelada ao projeto da Modernidade, considerada por alguns como obsoleta e por não acompanhar a dinâmica das transformações societárias.

Numa crítica contundente à Pós-Modernidade, a análise de Duarte (2004), identifica que este movimento não representa de fato a ruptura com as teorias que o precederam, mas reedita as tendências irracionistas que o antecedem, presentes no pensamento burguês desde o século XIX. E acrescenta: a crítica pós-moderna ao sujeito da modernidade não é a superação do fetichismo da individualidade, mas a expressão mais radical deste fetichismo, uma total rendição à individualidade alienada.

Neste âmbito, Casanova, in Gentili (2001) ressalta que

O individualismo e a luta de todos contra todos na competição para entrar na universidade, ou para alcançar estímulos, ou para conseguir subsídios só são vencidos por equipes de trabalho com interesses comuns...que operam entre mediações e cooptações características do neoliberalismo e da pós-modernidade, diretamente vinculadas a modelos de investimento focalizados....(p.220).

Observamos assim que há uma condição neoconservadora que reafirma ideologicamente o ideário liberal no campo mais geral da sociedade e em particular, na educação e se materializa também nas instituições de ensino superior para garantir sua legitimidade e reprodução. Para compreendermos

---

<sup>134</sup> Harvey (1992) defende a idéia de que as mudanças ocorridas não modificaram as regras básicas de acumulação capitalista, mas há algum tipo de relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas e a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

como esta reprodução (reiterativa ou de resistência) se objetiva, se realiza de forma concreta, refletiremos algumas questões que norteiam a relação indivíduo e sociedade, mediado pelos componentes da vida cotidiana, tendo em vista que problematizamos a tensão entre a adesão e a negação. Para além das determinações mais gerais da política educacional, nos propomos a compreender como os sujeitos (no caso, docentes) vivem este processo na UECE.

### **3.3. O cotidiano como espaço de reprodução social da ideologia liberal e a experiência de grupos de pesquisa na UECE**

Pensar a reprodução do neoliberalismo no ambiente acadêmico, em particular, nas atividades que envolvem o docente, requer a compreensão do que é e como se processam as mediações da reprodução da ideologia no cotidiano. No caso da uece esta dinâmica tem ocorrido desde a ampliação da terceirização como principal política de contratação de professores e servidores aos processos de privatização interna, passando pela formas de intensificação e controle burocrático do trabalho docente. Observamos no contato com a legislação interna que há uma efetiva operacionalização dos indicativos neoliberais de modernização administrativa com alguns dos elementos propostos pelo CIC. No cotidiano institucional, as normas são isoladas, não evidenciando sua gênese histórica e direção social e política. Um estudo detalhado deste processo obviamente que extrapola nossa tese, mas é sem dúvida, um foco importante de investigação.

O ideário liberal nas diversas instituições sociais hoje se efetiva também, além dos processos privatizantes, pela reiteração de seus princípios organizacionais (competitividade, relação estreita entre custo e benefício) que acabam por reproduzirem também determinados valores no campo moral, a exemplo do individualismo. Analisando este fenômeno no terreno da moral que hoje se reproduz no ambiente acadêmico a partir do produtivismo e pragmatismo,, Biancheti (2008) assim se pronuncia sobre a relação entre as exigências e as respostas expressas na cotidianidade acadêmica:

As estratégias para responder a esta demanda induzida passaram a abranger um leque, que vai, desde uma situação desejável- a

importância e a necessidade de publicar, até aquelas que arranham a ética acadêmica. Sem dúvida passou a haver uma maior socialização da produção, mas como não havia muita prática de se expor, via artigos-publicações, e os meios para sua veiculação eram poucos, na implementação dessa prática e na criação de meios, foram forçadas saídas questionáveis como é o caso de: apropriação de trabalhos de alunos, proliferação de coletâneas, excesso de trabalhos em co-autoria, publicação do mesmo trabalho com pequenas modificações (requentadas) em mais de um meio de veiculação, pagamentos de edições de livros por parte de seus autores, criação desenfreada de periódicos, com arranjos (eu publico o teu artigo e você o meu) entre os conselheiros editoriais para dar vazão aos trabalhos resultantes das pesquisas. ( P.152).

Os grupos se posicionam como apoio ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas no contexto de sobrevivência na academia. Quando abordamos os líderes de grupos na UECE percebemos que, em parte, eles nascem do interesse e da necessidade do pesquisador se fortalecer e expandir suas atividades e de responder às exigências produtivistas, em particular por que em sua maioria, são docentes envolvidos com a pós-graduação. A maioria dos grupos tem um líder “natural”, que geralmente é o fundador do grupo e que foi agregando pessoas ao seu redor, um pouco da herança do sistema de cátedras. Estes geralmente tem uma sobrecarga de trabalho, o que inclusive dificultou nosso processo de pesquisa no que diz respeito ao agendamento das entrevistas. A intensificação das atividades tem também impactos sobre a qualidade de vida dos líderes :

Nos últimos dias fiz muita conta, muito trabalho burocrático na prestação dos relatórios. Durmo 4 (quatro) horas por dia, me concentro em qualquer local, não tenho bloqueio de produção. No momento oriento no meu grupo: 6 provic, 1 cnpq, 1 de iniciação científica, 3 funcap; faço reuniões mensais com alunos, faço acompanhamento on line obrigatório. O professor acaba assumindo na nossa atual condição estrutural, o trabalho que deveria ser de funcionários, mas como não tem, vamos realizando o trabalho intelectual, o burocrático e o mais operacional. ( Líder grupo 3).

Na pesquisa que realizaram junto aos professores das unidades federais, Sguissardi e Silva Júnior (2009) identificaram o fato de que parte dos professores-pesquisadores entrevistados, trabalha no plano da superficialidade extensiva (HELLER-1998), no domínio da utilidade e pragmatismo exigidos. Assim é que nas reuniões dos colegiados das pós-graduações, reinam as questões de como fazer para aumentar o nível de produtividade por pressão dos próprios processos avaliativos, e, na maioria das vezes, se internaliza a intensificação do trabalho como natural e sem maiores problematizações das conseqüências para sua vida.

O produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da CAPES e do CNPQ, com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor pesquisador. Este tende a cair no arдил, dele dificilmente podendo escapar. (p.224).

Alguns relatos da nossa pesquisa na UECE, entretanto, indicam líderes que se acham expropriados pela universidade e questionam a relação que a gestão mantém com os líderes de pesquisa, exigindo, mas sem oferecer ou dar retorno em termos das condições de trabalho. É o que observamos neste depoimento colhido na nossa pesquisa de campo:

. Sobre o professor como captador de recursos, eu acho uma exploração, uma exploração a universidade viver exclusivamente do que o seu professor é capaz de dar a universidade. Tem pesquisador aqui na UECE que consegue um milhão de reais, joga o dinheiro aqui dentro da universidade...acho que o professor não deve ter esta sobrecarga: ele se cobra, ele quer ser bom; a universidade não tem como se sustentar e é ele que sustenta a universidade; hoje o pesquisador sustenta a universidade; os nossos daqui sustentam, por que por exemplo, a UECE fez o FINEP, aí ela pegou e chamou 10 professores, 10 coordenadores, dizendo : eu quero um projeto pra isso. Quanto foi que eles receberam por este serviço que eles fizeram? Zero, zero, zero!! Isso aí eu sou contra; acho que eles deveriam ser remunerados pelo que são capazes de produzir; se a universidade chama para elaborar um projeto, ele tem que ser pago, ele tem que ser remunerado por este serviço e ele não está sendo...ele faz a pesquisa

do jeito que ele quer, mas a universidade tá usando ele para angariar recursos pra ela; eu sou contra. Eu falo porque eu participo disso aí e é triste; quando você passa pela pessoa e a pessoa te usou, mas não sabe nem quem você é. E você vai lá na reitoria solicitar uma passagem para um evento e você não tem, mas você deve gerar recursos para a universidade...(Líder grupo 1).

A crítica, entretanto, muitas vezes, se limita à gestão da universidade, sem uma crítica que alcance a lógica das agências de fomento<sup>135</sup>:

A fortaleza deste grupo é que mesmo dentro das suas fragilidades, ele consegue formar recursos humanos e fazer publicações de alto valor científico, publicar dentro dos critérios da capes. Nossa fraqueza é a dependência da universidade, por que não temos um auxiliar de laboratório, um técnico de laboratório, sem ajuda fixa da universidade...em casos que o computador quebrar e ter usar meu próprio dinheiro para consertar...(Líder grupo 1)

Os doutores e mestres são os que vivenciam mais intensamente as novas exigências do trabalho docente<sup>136</sup>, em particular os doutores inseridos nas pós-graduações e na liderança dos grupos de pesquisa. Atualmente a UECE possui 14 mestrados acadêmicos,<sup>137</sup> sete mestrados profissionais, dois doutorados próprios e dois doutorados em rede, 137 grupos de pesquisa certificados pela instituição de 8 grandes áreas. Verificamos na totalidade de professores nesta condição via DEPES (Departamento Pessoal) o crescimento da titulação dos professores como um dos elementos que mais favorece o envolvimento da comunidade universitária nas atividades de pesquisa. Lembremos que, na condição da década de 1990, a idéia de transformar a UECE numa universidade

---

<sup>135</sup> Segundo o novo modelo de avaliação da CAPES, o professor pesquisador que atua na pós-graduação precisa submeter-se a uma série de exigências, todas com repercussão na avaliação trienal dos respectivos programas. Entre outras, além do tempo de pesquisa e de orientação comprimidos, defronta-se com a obrigação de : a) produzir e publicar determinada média anual de “produtos” científicos, classificados pela agência, ou em editoras de renome; b) dar aulas na pós-graduação e na graduação; c) ter pesquisa financiada por agências de fomento; e d) prestar assessorias e consultorias científicas. Sguissardi e Silva Júnior (2009.p.43)

<sup>136</sup> segundo pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009), a bolsa de produtividade do CNPQ , que beneficia 10% dos docentes dos programas de pós-graduação strictu sensu do País símbolo de status acadêmico e um status diferenciado no mercado. (p.154)

<sup>137</sup> Dados expostos no documento Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - Propgpq em números

de referência do nordeste trazia como indicativo a importação de doutores para atuar na Instituição.

Isto é uma realidade resultante também do crescimento das pós-graduações no Brasil e ainda do aligeiramento nos tempos de mestrado e doutorado. Na análise de Sguissardi e Silva Júnior (2009) hoje há uma expansão do número de jovens doutores, principalmente após o atual modelo CAPES de Avaliação, implantado a partir de 1997. O crescimento dos grupos de pesquisa também chama a atenção e está inserido na lógica do produtivismo, a medida que estar em um grupo é quase uma questão de sobrevivência institucional. No cotidiano acadêmico, no entanto, isto nem sempre significa a predominância de uma perspectiva coletiva de atuação acadêmica. Muitas vezes, do contrário, significa grande competitividade entre indivíduos e grupos, como bem sintetizam os referidos autores com base na pesquisa do trabalho docente nas instituições federais de ensino:

O pólo referente ao coletivo configura-se como mera aparência, ilusão institucionalmente instigada pela cotidianidade da ifes. A alienação que toma forma de sociabilidade produtiva, predomina de forma silenciosa e, por isso mesmo, faz-se mais intensa do quando se mantinha, ainda que relativamente, a unidade dialética indivíduo em si mesmo e indivíduos com práticas voltadas para o coletivo da instituição universitária. Em outras palavras, a alienação como estado, e a utilidade, como valor, que predominam no cotidiano, tornam-se elementos fundamentais da hetrogestão do docente e da intensificação e precarização de seu trabalho, assim como o adoecimento do professor, sob o pretexto da “valorização” do produtivismo acadêmico. (IDEM, p.56)

Os critérios para criação dos grupos na UECE devem estar de acordo com a resolução do CEPE- Conselho de Ensino e Pesquisa, aprovado em agosto de 2010. Os grupos devem ser criados como unidades acadêmicas de prestígio, vinculados ao Diretório Nacional de Pesquisa do CNPq. Devem ter como objetivo fortalecer a atividade científica na UECE e em consonância com os objetivos do PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional, observando-se para sua aprovação junto à Câmara de Pesquisa os seguintes critérios: número de estudantes e pesquisadores cadastrados pelo *LATTES*, produção científica dos pesquisadores

no último triênio, orientações do líder de pesquisa no último triênio, articulação com outros grupo de pesquisa e o líder do grupo deve ser doutor.

Os componentes do grupo devem ainda participar ativamente das reuniões convocadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa. Para a avaliação dos grupos em curso, a Câmara identificará os seguintes critérios: publicação de pelo menos, dois artigos, em periódicos indexados em bases de dados, na área de atuação do grupo, ao longo do último triênio; publicação de pelo menos dois capítulos em livros, publicação de um livro com conselho editorial e editora filiada à ABEU ao longo do último triênio; publicação de um livro com conselho editorial de reconhecida importância, na área de atuação do grupo, no último triênio. Caso o grupo não esteja dentro dos critérios eleitos, não será mantida sua certificação, por se tornar discrepante com as exigências.

Observa-se, portanto, que a dinâmica dos grupos é controlada pelas próprias exigências produtivas e pelos interesses da gestão, via exigência de coerência dos objetivos e atividades do grupo com o PDI. Relativiza-se, pois, a autonomia do trabalho docente nos grupos de pesquisa. Neste primeiro momento, no entanto, demarcamos e concordamos com a reflexão de que a adesão ao modelo produtivista se faz, até certo ponto, de maneira induzida e deliberada, ou numa relação dialética entre o individualismo e as atividades voltadas para o coletivo da instituição universitária .

Laboratórios e demais recursos são tomados pelo uso privado, muitas vezes dissociados das atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, criando inclusive pequenas estruturas de poder e de hierarquia dentro das unidades acadêmicas; alguns mecanismos de subordinação da pesquisa à medida que entra o mercado como financiador. Esta predominância, no entanto, não elimina a resistência individual e tampouco a coletiva, como apontam as greves, as denúncias, as disputas em torno da produção do conhecimento. Os debates e os questionamentos quanto aos processos da gestão de veia neoliberalizante assentam-se no cotidiano universitário. Inquirir sobre a efervescência deste processo no cotidiano é a tentativa de evidenciar a complexidade da reprodução “miúda” (reiteração ou resistência) da ideologia do mercado no ambiente acadêmico.

Na leitura de Mészáros (2007), as instituições formais fazem parte do construto da internalização do sistema global e a Universidade não foge à regra. O

autor frisa entretanto, que tais instituições são apenas uma parte e não se expressam como força ideológica primária que consolida o sistema; nem isoladamente a potência que fornece uma alternativa emancipadora radical. Por isso, mesmo as reformas educacionais mais ousadas, não rompem com a razão do capital, nem se realizaram com esta tarefa.

No campo teórico marxista, há diversas perspectivas de compreensão do processo de reprodução, desde o viés estruturalista (Althusser) ao campo da ontologia (Gramsci, Lukács). Ao se tratar do cotidiano como o *locus* da reprodução, a tradição crítica tem referências significativas, como nos lembra Netto (1996): Karel Kosic (1969), Henri Lefebvre (1968) e Agnes Heller (1972). Apesar das diferenças no campo crítico, sempre se ressalta o conjunto das determinações históricas da cotidianidade, particularmente na ordem social capitalista que, para alguns autores, inaugura o próprio sentido de uma cotidianidade propriamente dita. As sociedades anteriores tinham cotidiano, mas não cotidianidade, com o nível de organização e de reprodução hoje assentadas na alienação da relação indivíduo e sociedade. Quando se pauta o cotidiano a questão central é o conjunto de elementos que norteiam a relação do indivíduo com a sociedade. Em nosso estudo, buscamos verificar a realização, reprodução do ideário liberal e a relação dos trabalhadores docentes com este processo.

Como experiência elementar e como condição de existência da vida cotidiana de todos os homens, o trabalho, na atual sociabilidade, é o condicionador fundamental que movimenta o tipo de lógica a presidir a atual cotidianidade, quando sua forma de ser - no caso, reificada - plasma toda a organização social. Na sociedade capitalista, em decorrência da alienação, fica obscurecida, a essência dos processos sociais. Lukács denominou de reificação o processo social, no qual os homens estabelecem relações sociais por meio das coisas, ocultando o caráter genuinamente humano da produção social. (COSTA, 2001: 46)

Em Marx, a alienação do trabalho consiste, principalmente, na sua condição de trabalho forçado, como meio de satisfazer outras necessidades; primeiramente, a relação do trabalho com o seu produto como um objeto estranho que o domine. Tal relação é, ao mesmo tempo, tanto uma relação com um mundo externo sensível, como a de um mundo estranho e hostil. Além da primeira ideia, temos a relação do trabalho ao ato da produção dentro do trabalho. Tal relação é o vínculo do trabalhador com a própria atividade como alguma coisa estranha, que

não lhe pertence, a atividade como sofrimento, passividade. Uma vez que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, este aliena a si mesmo e a sua função ativa. Aliena igualmente o homem a respeito da espécie e transforma a vida genérica em meio da vida individual. Em consequência, toda a autoalienação na relação que ele postula está entre os homens, em si mesmo e com a natureza.

Deste processo, o que transborda no cotidiano<sup>138</sup> é a reificação própria da produção capitalista, em que a organização social, por diversas mediações, articula padrões comportamentais dos indivíduos, administrando lazer, consumo, fantasias, papéis sociais; regulando a vida por meio de uma manipulação cada vez menos localizável e mais eficiente. Na ótica neoliberal capitalista, o egoísmo do indivíduo é parte constitutiva da sua essência com vistas à acumulação e que, por consequência, beneficia a todos.

Em suma para as individualidades que se consubstanciam sob a égide burguesa, o capital é uma potência alienada e que molda o destino de cada uma delas. O capital é uma potência impossível de ser atingida na sua essência pela ação dos indivíduos. Por isso as necessidades da reprodução do capital se impõem aos indivíduos, na cotidianidade, como uma aparente inexorabilidade. A força desumana que submete os homens ao capital é assumida, na cotidianidade, como uma imposição intocável quanto à lei da gravidade, isto é, com uma determinação não-humana. A criação humana se faz estranha ao próprio homem, que não mais se reconhece no que criou: esta é para Lukacs, a essência da alienação (LESSA, 2007, p.137)

Na análise de Mészáros (1996), o avanço histórico vitorioso das forças produtivas do capitalismo sobre o feudalismo criou um modo de vida que frisa uma ênfase cada vez maior na privacidade. Ante as forças e instrumentos incontroláveis da atividade produtiva alienada do capitalismo, o indivíduo se refugia no seu mundo privado autônomo, como exercício de uma soberania ilusória de um consumidor privado. É no seu lar que ele supostamente encontra sua realização, sua independência e sua proteção contra os outros. Observamos na nossa investigação na UECE que as normas aparecem no cotidiano institucional como uma imposição

---

<sup>138</sup> O que está em jogo nesta distinção entre vida pessoal e vida social, amalgamadas na existência do mesmo indivíduo, é a alienação do trabalho. A alienação enraizada no desenvolvimento da divisão do trabalho, que determina relações distintas entre os indivíduos no que se refere a matérias, instrumentos e produtos do trabalho...(IAMAMOTO, 1993, p.63).

que depois de estar na legislação da instituição, aparece como uma força “natural” a ser seguida.

A relativa liberação do homem em relação a sua dependência direta da natureza é realizada por meio de uma ação social, determinada pelo desenvolvimento de sua capacidade produtiva e dessacralização do mundo. Em virtude da reificação das relações sociais de produção, no entanto, tal realização surge numa forma alienada ante as qualidades inerentes ao sistema capitalista.

Ainda na leitura do Filósofo húngaro, a liberdade humana aparece não como independência relativa da necessidade natural, mas como uma liberdade em relação às limitações das relações e aos laços sociais, como um culto cada vez mais intenso da autonomia individual. Aparece como efetivação do egoísmo. Diante de um processo de complexidade e de coisificação das relações sociais, parece que não dependemos dos outros.

A autonomia individual fictícia representa o pólo positivo da moral. As relações sociais contam apenas como interferência como mera negatividade. A realização egoísta é a camisa de força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da sua “autonomia individual” representam a sua glorificação ética. Nesta ética, o conceito de “natureza humana” serve para absolutizar, como inevitabilidade metafísica, uma ordem social que mantém os homens em sua brutal solidão. Assim, os homens se opõem uns aos outros, subordinando-os aos apetites artificiais e ao domínio das coisas.

A privatização das ações e comportamentos humanos significa, entretanto, abstração (na prática) do lado social da atividade humana. Se a atividade social de produção é uma condição elementar para existência da vida do indivíduo, esse ato de abstração, qualquer que seja sua forma, é necessariamente alienação, porque limita o indivíduo à solidão. em um divórcio entre o individual e o social. Em contraposição, numa relação humana não-alienada, o individual e o social, o natural e o autoconsciente devem estar juntos e formar uma unidade complexa. (MÉSZAROS-1996).

Este sujeito objeto sofre ainda as determinações de uma cotidianeidade própria do capitalismo que, segundo Kosik (1976), é essencialmente diferente do de

épocas anteriores<sup>139</sup>. Ainda Kosik acentua que esta cotidianidade se manifesta como a noite da desatenção, da “mecanicidade” e da instintividade. Outra maneira desta manifestação seria como o mundo da familiaridade e que, portanto se torna um *locus* privilegiado de reforço à alienação social. Como não poderia deixar de ser, a cotidianidade, na sociedade burguesa, é reificada e limita a consciência à empiria do cotidiano. “Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica, de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas” (HELLER, 1992:38).

Logicamente que também podemos dizer e observamos este processo na coleta de dados, que existem resistências presentes no cotidiano. Relatamos aqui o depoimento de um dos líderes de pesquisa que coordena um grupo com clara posição contrária à reprodução neoliberal no cotidiano acadêmico. A indicação entretanto, remete a uma certa posição voluntarista, puxando pela opção ideológica dos sujeitos envolvidos, sem fazer referências à condição de trabalho destes, mas que demarca uma importante contribuição para a luta contra o privatismo na UECE:

Como grupo nós não desenvolvemos nada que tenha vinculação com o mercado, não participamos de cursos a distância que hoje a instituição tem. Ao contrário, temos trabalhado com textos que questionam isso; antes a gente até participava também, mas depois que fizemos a reflexão no grupo, resolvemos não nos envolvermos com nada que seja pago aqui na uece....e isso nos trouxe algumas problemas, como a perda de colegas pesquisadores que se desligaram do nosso grupo e com pouco tempo depois, estavam envolvidos com educação a distância ou coordenando especialização paga. A gente pensa que só existem os cursos presenciais aqui...não,,existem os cursos a distância, que a gente não tem notícia... Se fazemos a crítica á mercantilização, seria incoerente assumirmos estes cursos que indicam a privatização do ensino...Assim termos problemas para o nosso grupo, tanto pela perda de componentes que não fazem esta opção quanto sabemos de professores que nos fazem crítica em sala de aula, mas enfim... tanto (Líder 3)

---

<sup>139</sup> Na perspectiva de Lefebvre, em sua análise sobre a vida cotidiana "até o século XIX, até o capitalismo de concorrência, até o desdobramento desse "mundo de mercadoria", não tinha chegado o reino da cotidianidade"(1991:45).

Reavendo as especificidades da alienação capitalista na perspectiva marxista, Netto (1981) lembra que o que marca a sociedade burguesa constituída o fato de que ela, sem cortar os fins com as formas alienadas que vem das sociedades precedentes - bem como com o essencial do seu fundamento econômico-social real - , instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas..

Na sociedade moderna, os saberes incorporados ao cotidiano dos indivíduos são funcionais às atividades práticas e imediatas, servem para que o indivíduo “funcione bem” no seu cotidiano. A superficialidade extensiva faz das ações cotidianas meras reprodutoras da “normalidade” da vida de cada indivíduo (COSTA, 2001:35).

Pensar as mediações deste processo no ambiente acadêmico próprio da universidade operacional é um desafio, à medida que, neste espaço, os processos reprodutivos no cotidiano também são densos de contradições. Existem diferentes processos de resistência, mas também a necessidade de responder às exigências dos avaliadores e dos financiadores cada vez mais ligados a uma determinada ótica de produtividade e trabalho docente. Assim é que a investigação do cotidiano como *locus* de reprodução se torna necessária para descortinar os determinantes da reiteração ou resistência. Importante é destacar também o fato de que no campo da reprodução que se realiza a ideologia. A ideologia compreendida na concepção lukacsiana, é resgatada por Sergio Lessa (2007) como um fenômeno correspondente a uma necessidade social concreta; a cada momento histórico, as sociedades necessitam ordenar à práxis coletiva dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução. Assim é que a luta de classes tem na ideologia um de seus momentos mais importantes, na disputa e objetivação de valores e finalidades.

Ainda sob a perspectiva Luckacsiana, as determinações fundamentais da vida cotidiana são a heterogeneidade, a “imediatez” e a superficialidade extensiva. Tais determinações implicam o fenômeno no qual a dimensão genérica do indivíduo se submete à dimensão da particularidade. Por isso, Heller (1992), ao caracterizar a estrutura da vida cotidiana (pela espontaneidade, pragmatismo, economicismo, ultrageneralização e mimese), considera que, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. É ela que muda, principalmente,

a coexistência da particularidade e genericidade, em cuja maioria das vezes o homem é devorado por e em seus papéis sociais individuais.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano – genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genética e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todos os comandos sociais;... o moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo esta contradição. Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessário... (1992:39).

Kosik como citamos anteriormente, reforça esta condição da vida cotidiana<sup>140</sup> ressaltando que como o homem se identifica com o ambiente que o circunda e com aquilo que lhe cai nas mãos, com aquilo que manipula e que lhe é onticamente mais próximo, a sua existência e a sua compreensão se tornam para ele algo de remoto e muito pouco conhecido. A familiaridade é um obstáculo ao conhecimento. Fazendo esta análise sob a ótica lukacsiana, Costa (2000) aponta que a maior mobilidade do indivíduo nas diferentes esferas sociais, o aumento do número de novos interesses expressos no cotidiano e a pressa própria da vida urbana leva a uma despreocupação relativa a causalidade dos processos constituintes da ordem social. O homem do cotidiano é um homem que dá respostas.

A complexidade do processo produtivo do capitalismo mundial, na sua fase de transnacionalização, colocava o indivíduo de forma impotente frente a uma força que parece nascer de outras esferas. Existe uma espécie de supra-racionalidade cuja morada é um lugar incerto chamado mercado mundial, que consegue interferir no cotidiano de cada um dos “importantes” indivíduos (COSTA, 2001:51).

---

<sup>140</sup>Que a sociedade burguesa constituída se funda sobre a produção mercantil, eis o óbvio: mas não é igualmente óbvio que, inseridas as relações mercantis no âmbito de uma sociedade aonde a universalização total da forma mercadoria vai muito mais além da sua materialidade tangível, muito além do circuito das trocas, envolvendo todos os “serviços” e todas as relações homem/homem no seu contexto vital, transforma-se estruturalmente o modo de emergência das relações sociais “(Neto, idem).

Recuperando Lefebvre, José P. Neto (1981) assinala que, na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual. A manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. É o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado. É o processo de reificação que domina o cotidiano, manifestando a particularidade da alienação no capitalismo.

Refletindo acerca da atual de transformação do modo de produção capitalista, Harvey (1992) aponta considerações sobre como a hodierna invasão da flexibilidade no trabalho também plasma o cotidiano, acentuando o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos típicos do fordismo. Como consequência, há o fortalecimento do individualismo exacerbado, da competitividade, da dificuldade para os movimentos coletivos. Pode ser deduzido a idéia de que há, no momento atual, uma materialidade ainda mais favorável à alienação no cotidiano. As presentes exigências presentes no cotidiano docente estão permeadas pelo jogo da sobrevivência diante dos vários cortes orçamentários e, como consequência, a luta individual e coletiva da manutenção de uma identidade que deveria ser fortalecida como a de produção do conhecimento, por via da articulação ensino, pesquisa e extensão.

Na verdade, a atual configuração do trabalho docente tem ligação intrauterina com as tentativas históricas de modernização da universidade brasileira, sempre fundamentadas pelo argumento artificioso de instituição improdutiva. Há uma densa cadeia de mediações situadas entre os processos de racionalização e os dilemas que sofrem os professores na inserção da lógica produtivista que conforma uma dada forma de trabalho intelectual no contexto contemporâneo.

O resultado é o dilaceramento da vivência acadêmica coletiva, enfraquecimento do conceito de esferas públicas e de despolitização dos debates. Isso resulta em uma vulnerabilidade de docentes inseridos no circuito do imediatismo e do mercado (via fundações), imperando a competitividade e o individualismo. Sendo assim, a reprodução cotidiana ora parece como algo inevitável e irreversível, ora como espaço de resistência.

Para além da realidade de vivência atual dos grupos de pesquisa e a pressão que sofrem no cotidiano acadêmico para se manterem funcionais à

instituição, este processo tem outras expressões e particularidades na experiência da UECE. O ideário liberal foi historicamente se assentando nesta universidade, indicado inicialmente no contexto do Pacto de Cooperação que marcou a constituição da hegemonia da era Tasso no Ceará, no protagonismo de empresários com claros indicativos de uma proposta liberal e operacional para a UECE.

No próximo capítulo, indicamos alguns elementos desta história que impactaram nas propostas dos reitoráveis para a administração da UECE e que junto com as recentes configurações das exigências produtivistas e pragmáticas, formam um quadro de reprodução do ideário liberal nesta instituição. Recuperamos este processo para localizarmos as posições reiterativas e de resistência dos trabalhadores docentes ante este quadro.

## **CAPÍTULO 4 – DOCÊNCIA E OS DESAFIOS COTIDIANOS NA UECE EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO LIBERAL**

*Nessa lógica instrumental das “públicas”, o mérito é dos que produzem as mais concorridas mercadorias, sejam elas tecnológicas, sejam elas ideológicas. Corrompendo o sentido mais pleno do ato de educar, a racionalidade deste quadro não pode tolerar a crítica- nem de professores nem de servidores, muito menos de estudantes- “desqualificada” e condenada ao ostracismo como argumento ideológico generalizante e inadequado para a atualidade’. De que lado ficaria Florestan Fernandes quando disse : “o essencial é o fato de que a civilização ocidental moderna não pode sobreviver sem os intelectuais ‘rebeldes’ e o ‘o conhecimento crítico’ ”?*

Maria Orlanda Pinassi, in Margem esquerda n.10- 2007

## **CAPÍTULO 4 – DOCÊNCIA E OS DESAFIOS COTIDIANOS NA UECE EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO**

### **4.1- A UECE - DA ORIGEM AO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO NO CEARÁ**

No intuito de compreender a presente dinâmica vivida pelos professores na UECE, temos antes que compreender os processos históricos determinantes (gerais e singulares) que resultam no quadro atual de um cotidiano recheado de exigências produtivistas ao tempo de um contexto de precarização e privatização da universidade. A recuperação de alguns momentos históricos significativos da UECE pode nos fornecer pistas quanto às tentativas de modernização do sistema estadual de ensino superior no Ceará. Se no segundo capítulo tentamos situar os atuais elementos conjunturais nacionais que sintetizam um novo labor no cotidiano acadêmico, neste momento, interessa-nos situar a nossa universidade nesta realidade, identificando suas particularidades históricas.

A UECE- Universidade Estadual do Ceará foi fundada em 5 de março de 1975, reconhecida no plano federal pelo decreto n. 79.172/77, de 20 de janeiro de 1977. Foram agregadas de escolas e faculdades superiores, incorporando Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Faculdade de Filosofia do Ceará e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e três entidades particulares: Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, Escola de Serviço Social de Fortaleza e o conservatório de Música Alberto Nepomuceno.

Atualmente, tem uma estrutura multicampi, incluindo Capital e unidades em outros municípios do Ceará. Em acordo com os dados do documento UECE EM NÚMEROS 2010 a Instituição tem 16.303 alunos matriculados na graduação, 24 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, Possui 127 grupos de pesquisa certificados, 78 cursos de especialização, 881 professores efetivos e 242 temporários. Apesar do crescimento institucional, a política de contratação de professores nos últimos anos é a de precarização do trabalho docente, já que o último concurso para professor efetivo ocorreu em 2004, sendo que, em julho de

2011, a Reitoria apresentou ao governo Cid Gomes uma defasagem de 312 docentes, em casos de exonerações, aposentadorias e falecimentos.<sup>141</sup>

Para compreender os processos mais marcantes de formação da Universidade Estadual no Ceará, nos utilizaremos, por vezes seguidas, do estudo de Elvira Sá de Moraes (2000)<sup>142</sup>, que analisa os documentos e diretrizes gerais do Sistema de Educação Superior, na tentativa de compreender o papel destinado à UECE no contexto do chamado “governo das mudanças” que, na leitura de alguns críticos, inaugurou a perspectiva neoliberal no Brasil, enfrentando o histórico coronelismo presente no Estado do Ceará<sup>143</sup>.

Muitos outros estudiosos buscam decifrar a mudança no Ceará e a reconfiguração dos setores dominantes<sup>144</sup>. Nas palavras de Lemenhe (1995), a transição do coronelismo ligado às forças agrárias para a elite empresarial assinalou o fechamento de um ciclo de poder e a inauguração de outro. A reprodução política das antigas forças sustentou-se no controle clientelístico exercido sobre as massas rurais e priorizou os recursos para a agropecuária. A crise dos anos 1970 no Brasil apenas ainda mais os industriais cearenses e os alerta para a necessidade de ocupar o poder público. Neste período, a FIEC (Federação da Indústria do Estado do Ceará) toma rumos políticos mais contundentes e com direções de formação mais recente, passando a entidade a ter funções corporativas, constituindo um aparato técnico-burocrático para a análise das políticas econômicas, além da promoção de palestras com representantes do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e dos Poderes Executivo e Legislativo.

---

<sup>141</sup> Recentemente (dezembro de 2011) a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou legislação que libera o governo do Estado para contratar professores temporários, sem impedimentos apontados na Lei anterior: Lei 14.

<sup>142</sup> Na pesquisa bibliográfica, tivemos muitas dificuldades de estudos, pesquisas e registros sobre a UECE no contexto cearense.

<sup>143</sup> Lemenhe(1995) nos fornece os elementos históricos da transição do coronelismo para a hegemonia do empresariado no Ceará. No contexto dos anos 1980, os coronéis personificaram as forças do atraso enquanto os jovens empresários do CIC personificam as “forças modernas”.

<sup>144</sup> A análise de Carvalho (2009) compreende que os “novos empresários” ligam-se umbilicalmente aos mesmos troncos familiares das “velhas elites” e a luta pela hegemonia no interior das classes dominantes só pode aparecer como conflito de geração ou de mentalidades, obscurecendo, assim, transformações na natureza das relações sociais pelo processo de diferenciação/modernização da economia cearense....a ambigüidade é, assim, a marca destes “novos empresários”. Suas raízes os prendem ao passado, mas a expansão de suas atividades os projeta para além dos métodos de gestão e ação políticas tradicionais. Apresentam-se como arautos dos interesses regionais, mas a vinculação aos seus pares nos segmentos modernos das classes nacionais torna problemática a reedição daquilo que é o próprio cerne da ideologia regionalista, o antagonismo entre ‘sulistas” e “nordestinos”.

Nesta perspectiva que a autora situa o CIC (Centro Industrial Cearense) em 1978, saindo de sua condição formal de existência, para ser um importante protagonista político. Desde este momento de reorganização da entidade, seu papel político foi definido no horizonte de conscientizar os industriais do Ceará sobre problemáticas locais, regionais e nacionais, habilitando-os politicamente. Foi assim que a entidade se configurou desde então, como um “fórum de debates”, buscando se diferenciar inclusive da perspectiva corporativista da FIEC, colocando-se inclusive como uma organização superior. Em seus documentos oficiais é sinalizada a necessidade da organização política dos industriais, participando das instâncias decisórias. Lemenhe exemplifica esta lógica, expondo o depoimento do empresário, então presidente do CIC, Amarílio Macedo, ao Jornal O Povo em 05 de novembro de 1981:

Palavras que tanto nos dizem respeito como liberdade, democracia, livre empresa, são conceitos abstratos para grandes camadas de nossa coletividade. Para nós, entretanto, representam os suportes básicos de nossa cultura e é sobre elas que montamos nosso trabalho e idealizamos nosso futuro. Portanto, faz-se indispensável que sejamos capazes de convencer as diferentes camadas da população de sua validade...cabe aos empresários um papel que não pode ser minimizado, pois além de exercermos o poder econômico das empresas, representado não apenas o que produzimos, mas também pelo que somamos e pelo que agregamos, possuímos ligações permanentes com o poder, portanto, somos fiadores da adequação da ordem econômica à social.

O empresariado é assim apresentado como o que possui o privilégio da racionalidade e eficiência, dotado de condições de excelência para viabilizar interesses coletivos, ocupando o poder local. É do mesmo ano e jornal a fala do empresário Tasso Jereissati quando eleito para o CIC:

O CIC é uma entidade que tem como compromisso, em nível estadual, regional e nacional, a formação, o mais rápido possível, de uma classe política competente e forte, capaz de influenciar e até mesmo, assumir o poder (16/09/81).

Estava assim sendo traçado o destino político do CIC de preparação de uma vanguarda empresarial rumo ao poder local, subsidiada pela crítica às diferenças de investimento do Governo central nas regiões, com claro desfavorecimento da região Nordeste. Entre 1979 e 1986, há uma acomodação estratégica e um apoio mútuo entre empresariado e os governos locais dos coronéis<sup>145</sup>, como ficou evidente nas relações entre o governo Virgílio Távora e o CIC, algo que foi se dissolvendo no governo de Gonzaga Mota, ao se ensaiar críticas da entidade contra o poder oligárquico dos coronéis.

Foi na campanha eleitoral para governo do Estado em 1986 que se deu o confronto aberto destas forças, em que os novos empresários estabelecem a perspectiva política mudancista, polarizando a ideia do velho (elite retrógrada e rural) e do novo (jovem empresários da indústria com a missão de tirar o Ceará do atraso):

A revista *Senhor* publicou em junho de 1986 uma sugestiva matéria intitulada “Um industrial contra os coronéis”, focalizando o ideário progressista do candidato ao governo do Ceará, empresário Tasso Jereissati (vale assinalar que a qualificação de empresário precedia sempre qualquer menção ao candidato). A referida matéria ganhou a capa com a manchete “Três maneiras de entrar num curral”, ilustrada com a charge de três candidatos aos governos estaduais da região Nordeste classificados progressistas por razões diversas: Tasso Jereissati, Waldir Pinheiro e Miguel Arraes. As justificativas para classificar Tasso como “progressista” prendiam-se basicamente à sua posição de empresário de “vanguarda”, não apenas empreendedor econômico, mas portador de uma mentalidade liberal moderna. (CARVALHO, 2009, p.240).

O rótulo de projeto “das mudanças” para o Governo do Estado do Ceará foi baseado no discurso contra o coronelismo, atacando o clientelismo e propondo a renovação dos métodos políticos, por meio de uma gestão empresarial da máquina do Estado. Nas palavras de Carvalho (IDEM): “em síntese, a batalha dos empresários contra os coronéis, encenada com maestria nas eleições estaduais de 1986, tem como máxima a difusão do verdadeiro e civilizatório espírito capitalista

---

<sup>145</sup> Na análise de Jorge Filho in Carvalho (2009) os novos empresários são inovadores e conservadores ao mesmo tempo e só provocaram rupturas depois do terreno conquistado. Usaram o CIC como uma frente de luta, mas não deslocaram as lideranças velhas das associações tradicionais como a FIEC ou FACIC. Na luta política para a conquista do poder a prática tem sido a mesma. Amplas alianças com políticos e com movimentos sociais e setores da sociedade civil e, depois, o descarte seletivo, gradativo.

no Ceará”. A perspectiva é de uma racionalização e moralização da máquina estatal, em verdade, situando de modo mais eficiente, seu aparato a favor dos interesses da acumulação capitalista que se revelou ao longo da trajetória do governo mudancista ou a chamada “Era Tasso” que extrapola as próprias gestões de Tasso Jereissati no governo (entre 1987-2002, ele governou o Estado por três vezes) e se apresentam também nas gestões de Ciro Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2007) e Cid Gomes<sup>146</sup> (2007-2011; 2011- 2014).<sup>147</sup>

A “Era Tasso” configura nos governos um arcabouço político-burocrático, fundamentado no pensamento neoliberal e os indicativos postos pelos programas do Banco Mundial, e isto já se expressava no final da década de 1980, antecipando inclusive algumas experiências nacionais, a exemplo do propagado “enxugamento “da máquina do Estado e o caráter moralizador dos recursos públicos. Ressaltemos, porém, que, a despeito da suposta indicação de ruptura com a prática coronelística clientelista, patrimonialista e autoritária<sup>148</sup> por vezes se revelou a reiteração destas atitudes no governo das mudanças<sup>149</sup>.

Alguns sinais entretanto, evidenciam a marca da “era Tasso” segundo resgata Nobre (idem): maior presença de profissionais com perfil técnico, redução do número e custo de funcionários públicos, combate ao empreguismo e a defesa do crescimento da iniciativa privada como o motor para o desenvolvimento de oportunidades de emprego. Este período teve ainda como marcas: a privatização de empresas estatais (a exemplo dos setores estratégicos de energia elétrica e de telecomunicações), extinção de órgãos administrativos, estímulo a afastamentos e

---

<sup>146</sup> Em recente entrevista ao Jornal O Povo, o representante da família Ferreira Gomes, Ivo Gomes, comentou que o governo Cid Gomes não pertence ao ciclo Tasso e configura-se como a inauguração de outro ciclo no Ceará; entretanto, uma breve observação na trajetória dos Ferreira Gomes mostra a ligação entre as famílias Jereissati e Ferreira Gomes na política.. Importante ressaltar que recentemente Tasso Jereissati sofreu uma significativa derrota na disputa para a sua reeleição no Senado; logo em seguida anunciou sua saída da cena da disputa política por cargos públicos. Na análise de Nobre (2008) o percurso da eleição de Cid Gomes tem algumas diferenças da era Tasso do ponto de vista do quadro eleitoral e política de alianças entre PSB e PT, PC do B.

<sup>147</sup> Nobre (2008) configura os elementos de definição da “era Tasso” como um ciclo de hegemonia nos termos gramscianos., uma hegemonia com “modernização conservadora” expressa no predomínio do neoliberalismo como projeto político da elite empresarial do CIC.

<sup>148</sup> Segundo tal proposta, o governo das Mudanças passaria, supostamente, a reconhecer os movimentos sociais. Contraditoriamente, por meio do discurso participacionista, adquire poder de ingerência mais direta no seio destes movimentos, incumbindo-se até da tarefa de organizar as comunidades, o que contribui para aumentar as possibilidades de difusão da ideologia mudancista, bem como para o processo de cooptação das lideranças: um aspecto amplamente ilustrado na análise da relação governo Tasso e Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza...BEZERRA IN CARVALHO (2009, P.258).

<sup>149</sup> Verificar estas reflexões na análise de NOBRE (IDEM).

demissões de funcionários, diminuição de direitos já conquistados pelos funcionários públicos, onde em 1987 o gasto da folha com pessoal era de 140% das receitas e em 1990 se reduziu para 65%.<sup>150</sup> Nesta direção conquistaram êxito com uma dada forma de modernização com investimentos importantes, controle dos movimentos sociais organizados<sup>151</sup>, reproduzindo a lógica da concentração de capital e a desigualdade social que sempre marcou o Estado. Tais tendências criaram resistências em setores como o funcionalismo público<sup>152</sup> contra a “maneira Tasso” de governar e seus decretos “mudancistas”, bem como o afastamento de setores da esquerda que se constituíram inicialmente em alianças eleitorais.

Nesta reestruturação da política cearense, Moraes (IDEM) busca decifrar qual a ótica política e ideológica de referência para as propostas de reestruturação da universidade na conjuntura dos anos de 1990. Em sua análise, os documentos veiculam a concepção privatizante de ensino superior e assim identifica o fato de que, para os neoliberais, modernizar significa privatizar e terceirizar. Um marco importante em suas referências é o fato de o governador do Estado em 1996- Tasso Jereissati- ter solicitado ao CIC –Centro Industrial do Ceará-uma proposta para o sistema universitário estadual enquadrado no Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Na análise deste e de outros documentos, Elvira sinaliza os elementos que identificam a comunhão da proposta para o sistema universitário cearense de uma universidade de resultados aos moldes da análise de Marilena Chauí.,isto situado no contexto cearense do “governo das mudanças”. Um governo que na sua leitura e de outros estudiosos cearenses<sup>153</sup>, legitimou o poder hegemônico de um segmento do empresariado, que teria no PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) o partido político e no Centro Industrial do Ceará<sup>154</sup> a matriz ideológica. Os rumos políticos se expressam em torno de uma lógica *privatizante-*

---

<sup>150</sup> Nobre (IDEM), p.70-72.

<sup>151</sup> Bezerra (IDEM) nos lembra que o governo das mudanças, ao ocupar todos os espaços possíveis, numa ação múltipla e concentrada, fundada numa proposta participativa limitada ao repasse de tarefas de execução dos programas sociais para as associações comunitárias, em um contexto de grande necessidade, o Governo consegue penetrar os diversos bairros e favelas, desenvolvendo uma política de cooptação das lideranças até então inexistente no Estado, pelo menos de forma racional e eficaz (p.262).

<sup>152</sup> A exemplo de momentos de resistência, encontramos as posições do MOVA-SE (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará) onde até 1992 moveu 99 ações trabalhistas contra o “governo das mudanças.”

<sup>153</sup> Verificar: GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas; os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí, 1998

*pragmatismo, utilitarismo, rentabilidade, eficiência*, onde os inimigos centrais são identificados nos coronéis<sup>155</sup> e no funcionários públicos ‘corporativistas’. Segundo a autora,

Jereissati efetiva uma série de medidas saneadoras da maquinação Estado e “inaugura” o processo de modernização da coisa pública. O governo Ciro Gomes daria continuidade a essas ações, elegendo ademais, a educação como prioridade. Desse modo o sucessor de Tasso trata de criar as possibilidades para que o sistema de ensino superior público estadual possa contribuir na consecução do projeto: Escola pública, a Revolução de uma Geração. ( 2002: p.68)

Em 1992 e 1993, o Governo empreitou uma série de iniciativas na montagem de um sistema de ciência e tecnologia adequado ao contexto mudancista. Em 29 de novembro de 1991, nomeou-se o Grupo de Trabalho da Educação Superior, formado por uma Comissão de Notáveis. A missão foi concluída em abril de 92 com o relatório *Universidade, Ciência e Tecnologia: um projeto para o Ceará*. No mesmo mês, o reitorável Paulo Petrola enviou um documento para o então governador Ciro Gomes: *Diretrizes para a transformação da Uece numa Universidade Tecnológica*. Em junho de 92 ele se tornou o reitor da UECE. Como assinala Lima (2003) há sempre uma busca dos reitoráveis de convencer o Governador de que suas propostas são as mais consistentes e em sintonia com o pensamento oficial em torno dos processos administrativos.

O esforço explícito que os candidatos ao cargo majoritário da instituição fazem para se revelar identificados com os paradigmas da gestão e com os programas administrativos defendidos e implantados pelo Governo Estadual denota um profundo senso pragmático. Ora, independentemente da posição que ocupar na lista (antes, sêxtupla, atualmente, tríplice) a assunção ao referido cargo depende da palavra final do governador. Desse

---

<sup>155</sup> Elvira Sá de Moraes, subsidiada por outros estudiosos cearenses, identifica o fato de que as mudanças econômicas e políticas que caracterizam o processo de acumulação cearense no período anterior, ou seja, no governo dos coronéis, denotam ter criado as possibilidades para os novos projetos políticos das elites cearenses. Dessa forma, os empresários reunidos no Centro Industrial Cearense já encontraram colocadas as condições objetivas, que passavam a requisitar estratégias políticas diferentes. Coube-lhes o papel de assumir a hegemonia do processo, o que buscaram a serviço da modernização do processo de acumulação de riqueza e da valorização do capital. Sua ação política foi organizada pelo PSDB e moldada em torno de seus interesses de classe, traduzidos no programa de industrialização acelerada do Ceará. (P89).

modo, os discursos contundentes favoráveis á condução da Universidade á qualidade de parceria substancial e de instrumento de complementaridade dos modernos programas governamentais, têm norteado, grosso modo, a campanha dos reitoráveis, mormente nos debates realizados por entidades classistas empresariais e nos programas administrativos enviados ao chefe do Poder Executivo estadual. (Idem, p.2007, p.141)

Morais, na análise do documento da Comissão dos Notáveis, percebe uma identificação entre estes e o Governo estadual com perspectiva neoliberal de universidade de resultados e de serviços, no que se refere à reorientação da UECE: implementar ações para treinar e reciclar os professores da rede pública de ensino, repassar para o setor produtivo o que produziu no terreno da tecnologia, dar assessoria ao setor de planejamento governamental e contribuir para a qualificação dos servidores públicos. A autora critica ainda o fato de que os notáveis não situam as condições reais da universidade no contexto da acumulação capitalista. Assim o texto na sua compreensão, tem um caráter idealista, como se a uece fosse modificar apenas a partir da mudança cultural e de um grupo de pessoas iluminadas.

Após a análise do Relatório do Grupo de Trabalho da Educação Superior, a autora supracitada parte para o exame do Projeto Nova UECE, refletindo com suporte no documento: *Diretrizes para transformação da Uece numa universidade tecnológica* do então reitorável Paulo de Melo Jorge, em 1992. A perspectiva é de transformar a UECE na Unicamp do Nordeste, com a previsão de dez anos pra ser uma universidade tecnológica a serviço do semiárido, alicerçando este processo através de três elementos: organização da *intelligentzia*, uma nova ideologia universitária e racionalização da estrutura e do funcionamento desta universidade. Para tal empreitada, a UECE deveria congregiar quatro setores: Núcleo de Pesquisadores da UECE; Institutos Tecnológicos Superiores, Colégios Tecnológicos e Escritório de Transferência de Tecnologias. Tudo isto posto na perspectiva da criação de um Parque Científico e Tecnológico similar ao existente na região de Campinas.

Foi confiado à Anthropus Consultoria da Antropologia Empresarial de São Paulo a análise do documento escrito por Melo Filho, um texto também analisado pela autora que, de imediato, já sinaliza o estranhamento de um projeto de reforma

universitária ficar nas mãos de uma empresa de consultoria e ainda sendo de outro Estado. O parecer da empresa foi totalmente favorável ao projeto, o que foi destacado pelo “Reitorável”.

Ao final do mandato do Reitor Jorge Filho, o Petrola, no primeiro semestre de 1996, foi elaborado outro documento, com base nos debates do CIC, intitulado “*Proposta para o Sistema Universitário Estadual*”, documento baseado nas contribuições dos candidatos a reitor, em particular, das contribuições de Manassés Claudino Fonteles, reitor do período-1996-2000. A perspectiva era identificar um projeto de Universidade para o Pacto de Cooperação do segundo mandato do então governador Tasso Jereissati.

A idéia central era criar estratégias para otimizar o sistema universitário com um retorno produtivo para o Governo e para a sociedade. Chama a atenção da pesquisadora o fato de ser sugerido que a administração universitária poderia ser realizada por pessoas não pertencentes à Instituição. Recomenda-se, ainda, a procura de recursos alternativos, provenientes de prestação de serviços e parcerias com agentes públicos e privados. Outra recomendação que chama a atenção da autora é a eliminação dos departamentos, com a sugestão de criação de estruturas mais leves. Tal proposta, de fato, foi uma das realizações da gestão do professor Manassés Claudino na revisão do estatuto da Universidade.

Na perspectiva de Moraes, o projeto sugerido pelos empresários cearenses não encontrou resistência organizada na Universidade, pois as forças progressivas da UECE não tinham condições objetivas e subjetivas para elaborar uma proposta alternativa naquele momento histórico, pois ainda não havia alcançado organização sindical e as resistências eram localizadas e espontâneas. Assim, algumas recomendações se efetivaram, como a criação da SECITECE, a instalação da FUNCAP sob controle do Governo e adequação das universidades estaduais ao sistema de ciência e tecnologia conveniente aos interesses da elite local.

A nosso ver, a base teórico-metodológica que fundamenta os documentos analisados é, de fato, a teoria do capital humano, numa perspectiva que busca adequar o ensino superior ao desenvolvimento tecnológico. Reconhecemos a importância da relação positiva entre ciência e tecnologia. O problema, bem entendido, é que se apresenta uma visão distorcida da modernização, definida como ajustamento da universidade às necessidades do mercado, tendo em vista, as mudanças da chamada

sociedade do conhecimento. Neste sentido, revelam-se significativas as palavras do professor José Teodoro Soares, reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA-, para quem é importante “fazer do conhecimento o insumo básico para geração de bens, produtos e serviços”. (p.156).

Nas suas considerações finais, a autora reforça a compreensão de que os documentos estudados, em particular, o documento do CIC, fundam-se num ideário de mercantilização da universidade e ofensiva do projeto neoliberal de educação superior.

Observamos assim, que do ponto de vista das ideias para o sistema universitário cearense estadual, há uma sintonia histórica entre as propostas locais e as indicadas por Marilena Chauí, quando esta identifica na universidade de resultados e operacional o modelo a ser perseguido na universidade brasileira no contexto neoliberal. Assim, continuaremos a expor aspectos contemporâneos da UECE que revelam a continuidade deste processo no contexto dos anos 2000. Antes antecipamos a análise de um dos nossos entrevistados, para termos a leitura de um representante do movimento docente (S1- Sindicalista 1) sobre este processo de inserir a UECE no contexto de modernização:

A idéia de universidade tecnológica já indicava uma vontade de reduzir a UECE a uma instituição formadora diretamente para o limite do mercado, isto é, para o abandono da própria essência universitária que se baseia justo na liberdade científica e cultural que lhe permitiu historicamente transcender ao universo de conhecimento de cada época. Aliás, esta é a justificativa da autonomia universitária que, no modelo tecnológico fica, de cara, comprometida.

A UECE do semi-árido foi a senha para a progressiva passagem da instituição da condição estatal para a fronteira do mercado por meio da introdução do financiamento mediado por instituições de gerenciamento do financiamento, como o IEPRO. Não é surpreendente, por isso, o questionamento permanente da atividade científica, sobretudo daquela voltada para a crítica social por parte dos governos e, ao mesmo tempo, o abandono cada vez maior do financiamento aos processos de mercado.(s1)

Assim, no contexto cearense, a universidade pública estadual também vive a pressão pela modernização neoliberal<sup>156</sup>, principalmente nos os anos de 1990. Moraes (2000) ao analisar a UECE no contexto da política estadual do ensino superior no Estado, evidencia claramente a relação entre a ascensão do empresariado ao poder político e a proposta de transformar a instituição em uma universidade de resultados. Na sua leitura do documento *Proposta para o sistema universitário estadual* (1996) do CIC (Centro Industrial do Ceará) a autora identifica nas estratégias para otimizar o sistema universitário, a ótica que inspira as recomendações de direcionamento para o mercado. Segundo Moraes, são apresentadas nove estratégias de articulação com a sociedade, onde se verifica a ideia recorrente do atrelamento da Universidade ao mercado de trabalho. Algumas proposições demonstram essa concepção da universidade de resultados: necessidade da adequação da formação profissional às demandas da sociedade e do mercado de trabalho; participação ativa de representantes das universidades nos movimentos da sociedade (Pacto de Cooperação, fóruns etc.), participação de professores universitários nas entidades de classe (sindicatos, associações), divulgação de serviços universitários disponíveis; ampliação das relações das entidades empresariais com as universidades (pesquisas, extensão, palestras para estudantes)

Naquele momento histórico investigado pela autora supracitada, percebia-se um projeto de universidade na perspectiva da elite, nos moldes há pouco indicados, algo que tem continuidade em 1996 com a proposta de gestão do reitor Manassés Claudio Fonteles. Em seu projeto para a UECE encaminhado ao Governador Ciro Gomes, explicita seu compromisso com paradigmas que “visam a busca da racionalidade, eficiência, melhoria da qualidade de vida no trabalho, e a plena satisfação dos cleintes internos (professores, alunos e funcionários e externos (comunidade).”<sup>157</sup> Nas duas gestões seguidas de Manassés permaneceu a ideia da instituição voltada para o semi-árido, com propósito de interação com o setor produtivo, por intermédio de programas com interação universidade-empresa.

A despeito destes indicativos de modernização, Lima (idem) identifica em seu estudo sobre a experiência da UECE quanto a gestão e autonomia

---

<sup>156</sup> Modernização neoliberal na realidade das instituições de ensino refere-se a vários elementos, desde os processos de privatização interna, as formas atualizadas de controle sobre o trabalho docente, o aligeiramento da formação dentre outros.

<sup>157</sup> Projeto do reitor Manassés citado e analisado por Lima (2003).

universitária, que o repasse financeiro do governo não tem assegurado este desenvolvimento, inclusive com percentual repassado abaixo do previsto constitucionalmente no artigo 224 da Constituição cearense . Sua investigação junto aos gestores da UECE sinaliza este processo e permitiu algumas considerações:

O mais lamentável nesse cenário é que uma universidade do porte e da importância da UECE e que vem demonstrando sinais evidentes do crescimento conviva frequentemente com a falta de recursos financeiros para o fortalecimento de suas atividades. O Governo por sua vez, cobra das universidades mantidas com recursos públicos mais competência para atrair mais receitas extra orçamentárias. O acréscimo de recursos próprios e provenientes de convênios com a iniciativa privada e instituições públicas configura-se como fonte suplementar e muitas vezes, emergencial para a UECE, mas não chega de longe a ser suficiente para a efetivação dos projetos prioritários definidos no Planejamento Estratégico Participativo. (idem, p.185)

Nos dias atuais há uma continuidade dos mesmos grupos que sempre estiveram a frente da gestão da UECE (o vice do reitor Manassés é o atual reitor da UECE, reproduzindo os mesmos paradigmas de gestão). Observamos na atual gestão, por exemplo, a operacionalização de um aparato institucional compatível com os indicativos do CIC que analisamos mais a frente. Percebe-se entretanto, pouca ou nenhuma referência por parte do Governo a um projeto para as universidades estaduais, como revela a postura de não negociação diante das reivindicações de concurso público para professor efetivo e os dados do movimento sindical quanto à contratação de professores. A postura do Governo Cid Gomes tem sido de maior controle da autonomia de gestão (reclamada explicitamente por um dos representantes da gestão que entrevistamos) e recusa a negociação quanto a pauta do concurso, tanto com o movimento docente quanto com os representantes da reitoria.

A tabela abaixo, fruto da pesquisa do Sindicato dos Docentes da UECE em 2011 (via DOE - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO) revela a atual política educacional de precarização dos governos que se seguiram entre 2000 e 2010. Podemos verificar que, após 2005, não ocorreram mais concursos para professor

efetivo, a despeito do número de exonerações e aposentadorias ocorridos, como mostra o gráfico exposto, resultante da mesma fonte de pesquisa.

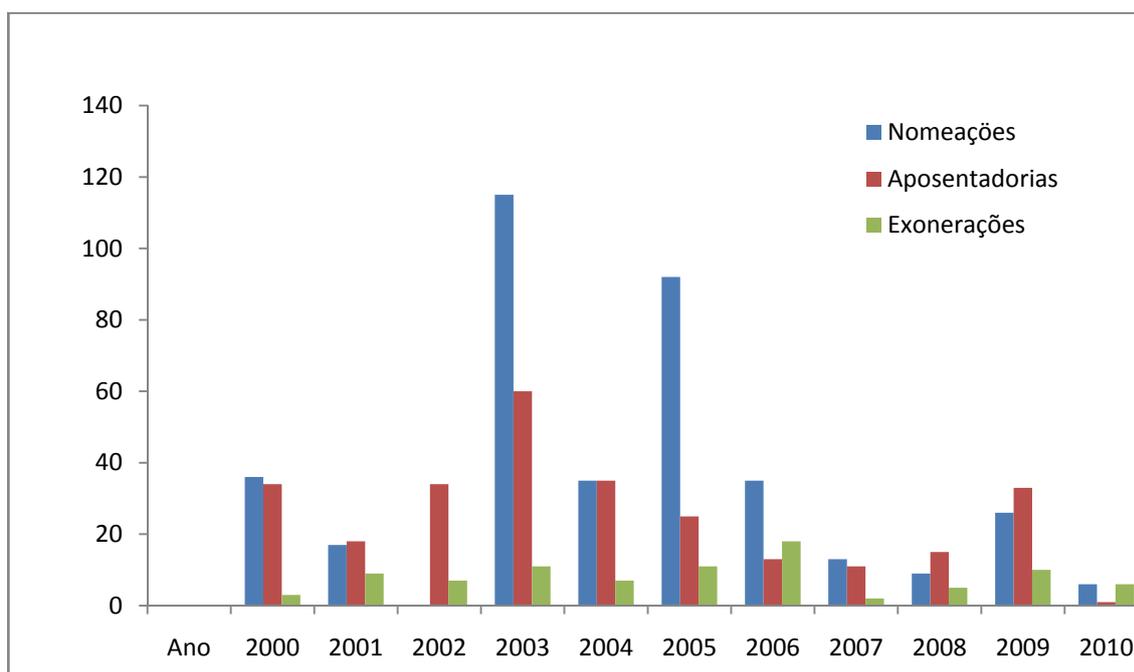


**Oferta de vagas para professor - UECE 2000 - 2010**

| Ano           | Efetivos   | Substitutos | Visitantes |
|---------------|------------|-------------|------------|
| 2000          | 0          | 168         | 16         |
| 2001          | 0          | 58          | 13         |
| 2002          | 129        | 130         | 12         |
| 2003          | 0          | 47          | 7          |
| 2004          | 0          | 101         | 6          |
| 2005          | 103        | 48          | 6          |
| 2006          | 14         | 69          | 11         |
| 2007          | 3          | 80          | 0          |
| 2008          | 0          | 97          | 2          |
| 2009          | 0          | 121         | 6          |
| 2010          | 0          | 212         | 0          |
| <b>TOTAIS</b> | <b>249</b> | <b>963</b>  | <b>63</b>  |

FONTE: PESQUISA *SITE* SINDUECE 2011 VIA DOE

A pesquisa do SINDUECE 2011 identifica o fato de que, apesar das exonerações e aposentadorias que exigiriam novos concursos públicos para professor efetivo, a política de contratação do Estado não privilegia a vacância e a reposição por substitutos tem sido a tônica, ainda que em termos ilegais. Assim é que a função de professor substituto é deturpada, já que sua missão de substituir professores que estão afastados temporariamente por adoecimento ou para pós-graduação vai sendo modificada para cobrir vagas de efetivos aposentados e exonerados. Como já assinalamos, atualmente o governo do Estado conseguiu aprovar legislação (verificar em anexo) que permite contratar professores temporários fora das situações indicadas na substituição de professores efetivos. A legislação aprovada em dezembro de 2011 invalida a ação do SINDUECE de processar o governo por ilegalidade e abuso da lei na contratação de substitutos; processo que já tinha sido impetrado via ministério público.



#### **FONTE: PESQUISA SINDUECE 2011 VIA DOE**

Desde o período investigado (década de 1990) pela autora supracitada, o processo de tentativas de afirmação de uma universidade de resultados, os processos de precarização e privatização (em suas diversas nuances) da universidade pública estadual cearense continuou, o que a existência das fundações deixa em clara evidência. Em contraposição a este contexto, sempre marcaram presença o movimento estudantil e o movimento docente, como bem expressa o movimento grevista de 5 (cinco) meses ocorrido entre 2004 e 2005. Nas principais expressões daquele movimento (depoimentos dos professores), havia a denúncia constante do cotidiano opressor do professor, vivendo na contradição entre o aumento das exigências do trabalho e as condições para realizá-lo. Ao mesmo tempo, a impressão de que era necessário aderir ao pragmatismo como uma imposição da própria cotidianidade do trabalho, ainda que este se tornasse cada vez mais insustentável para o significado de uma atividade intelectual autônoma. Passado o período do movimento, a despeito das conquistas, todos retornaram a sua cotidianidade laboral e as contradições continuam a ferver hoje no ambiente acadêmico, particularmente na luta diária entre diferentes projetos de universidade.

Em nossa investigação junto a representantes da atual gestão da UECE, ficou explícito o cuidado da manutenção da universidade baseado no esforço do próprio quadro docente e o entendimento de que este é um processo que não tem retorno, em particular por conta das condições da universidade e a importância de responder às demandas externas e internas.

A concorrência cotidiana aos editais já é efetiva e nossa realidade seria de fôlego com este processo; vejamos o que revela o depoimento de um de nossos entrevistados, participante da atual gestão:

A condição de toda vida acadêmica hj é que o professor seja doutor. A instituição que ainda mantém um quadro de professores graduados, especialistas ou mestres, vai ter um grande problema hoje para atingir a integralidade da sua missão..Então, todo o foco hoje da formação hoje pra você ser um professor de nível superior, espera-se que no mínimo você já tenha o título de doutor, porque com o título você não só se integra a demandas institucionais como pode fazer demandas individuais. Então, o professor passa a ser parte de um CNPJ e portador do seu CPF. Como portador do CPF, todos os editais da FUNCAP e do CNPQ se destinam ao pesquisador; saiu o edital, o professor tem conhecimento do edital, Lê os critérios, as linhas de prioridade, os prazos e ele elabora um projeto e ele aplica..isso vai favorecer a linha de pesquisa dele no seu grupo e/ou no seu programa de pós-graduação...

Segundo documento da PROPGPQ, os líderes de pesquisa na UECE conquistaram 14 milhões de reais nos últimos quatro anos<sup>158</sup>, em particular, por via da concorrência no edital de Pró-Equipamento Institucional/CAPES. Este programa objetiva apoiar propostas que visem ao suprimento de equipamentos de uso compartilhado e destinado à melhoria da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nos programas de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

A participação em outros programas também pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que financia a inovação e pesquisa científica e tecnológica, beneficiou, por exemplo, alguns dos projetos aprovados em 2010, dos quais citamos: o Projeto de Infraestrutura do Laboratório Pesquisas estratégicas para o semi-árido com R\$761.249,00; o Projeto Complementação Laboratorial para pesquisa em Saúde Pública e Sanidade Animal com R\$336.495,00; o Projeto Aprimoramento de

---

<sup>158</sup> Dados disponibilizados para nós pela Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa UECE.

Infraestrutura de Pós-graduação IEPRO na UECE com R\$695.961,00. Os projetos tem a execução do Iepro. Em 2009, citamos como exemplos: a Construção do Laboratório de Sanidade Animal do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, com orçamento de R\$175.000,00; o Projeto de Produção de Caprinos Transgênicos para obtenção de Biofármaco de Interesse em Medicina Humana, com orçamento de R\$972.405,00.

Ao total, em 2010, a UECE, via líderes de pesquisa e cursos de pós-graduação, conquistou, pela participação na concorrência de editais, 40 projetos, recebendo o valor de 2.574,413,92; dois projetos, pelo FINEP no total de 306.536,76; 3 projetos pelo MCT totalizando o orçamento de 4.800.000,00; pela FUNCAP foram 27 projetos aprovados, no valor total de 1.427.095,00; pela OMS, 2 projetos, no total de 199.929,40; a DELL financiou um projeto pelo valor de 2.735.100,00; dois projetos pelo BNB, com a soma de 122.650,00; e, pela CAPES, um projeto de 258.000,00.

Sobre a política de editais, parcerias com o mercado e patentes, a análise de nosso entrevistado (G1) expressa a perspectiva da gestão que estimula e verifica a importância da participação nos editais e das parcerias para o crescimento da UECE, ao mesmo tempo que sinaliza as contradições ideológicas postas na leitura dos diferentes grupos que compõem a universidade:

Normalmente estes editais não são de infraestrutura; eles são de custeio, equipamentos para os laboratórios; laboratórios estes que são da universidade, não são do professor; mas o professor usa o seu CPF para equipar seus laboratórios; com isso ele desenvolve melhor os projetos de pesquisa ligados à formação....Os professores das áreas tecnológicas, áreas mais aplicadas, sejam biotecnológicas, seja na área de computação, informática, são professores que tem produtos que interessam muito ao mercado,né...a demanda econômica ...nós temos aqui hoje muitos professores ligados ao NIT-*NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*-( é interessante você entrevistá-los e também o pessoal de Biotecnologia que hoje são os mais avançados no sentido da produção de patentes)...porque o produto acadêmico por excelência é o paper, mas quando você tem interface com o mercado ,interface com a vida econômica, aí o produto tem a patente e aí, pelo contrário, você nem pode publicar direito,você tem que escolher o que publicar. Nós tivemos um professor que perdeu uma patente porque uma das etapas do processo inadvertidamente, um aluno

publicou um resumo na semana universitária da uece, nada de grande divulgação, mas o fato que ela não pode fazer a patente por conta disso..Então a patente entra na contramão do espírito público da pesquisa científica; é uma contradição que nós vamos ter que administrar; por um lado, a vida universitária quer o bem comum, quer que todo conhecimento seja publicizado para os grupos sociais, quem dele possa fazer uso; por outro lado quando você entra nas fronteiras com as necessidades econômicas, isso tem que ser reservado para a lógica da exploração comercial, aí tem que ter o segredo da patente.Esse é um problema; os professores da área social, a maioria não vive esta natureza de contradição,né...porque o produto deles é basicamente o produto acadêmico e a finalidade é a publicização e o bem comum...

Assim como na pesquisa de Lima (2003) sobre a autonomia e gestão da UECE, observamos nos depoimentos uma queixa dos gestores quanto a falta de cultura do mercado cearense em investir na universidade ou encará-la como parceira; nosso entrevistado reforça esta visão e a continuidade deste processo:

O nosso problema é duplo: nem o empresário cearense, nordestino, brasileiro tá habituado a fazer esta parceria com a universidade, ele prefere comprar pacotes tecnológicos importados direto do exterior, ele não se desenvolveu civilizatoriamente para perceber que nem tudo que vem do exterior se adapta aqui e ele teria que tá ajudando, financiando pesquisa para ele ter produtos de boa qualidade, o asfalto por exemplo que serve para o Canadá não serve para o Brasil, bote só a variável das temperaturas aí..então, nós temos um problema que eu chamo de um problema civilizatório por parte do empresário e nós temos um problema que eu chamaria mais de político-ideológico por parte dos professores, porque os professores tem o gosto, a escolha , a vocação para a publicização para o bem comum e aí resistem , resistem a trabalhar com patentes, resistem a trabalhar com empresas...para a gestão isso é complicado porque por um lado, ela tem que pensar na sobrevivência da universidade numa sociedade que não aboliu o mercado e por outro lado, ela tem que respeitar a autonomia dos professores em suas convicções, em suas visões de mundo....a relação com o governo em termos de recursos é muito difícil...o Estado brasileiro, não estou falando do governo do Ceará em particular, ele quer colocar a universidade brasileira em contato com o mercado, mas ele não apóia o desenvolvimento da universidade e o mercado quer de graça...

Nosso entrevistado sinaliza ainda que a lógica dos editais é de indução, tem regras e escolhas que não são definidas pelos pares que concorrem com suas propostas e que tem aumentado o nível de concorrência e com ele, as regras de participação que tentam garantir o equilíbrio:

Existem projetos chamados estruturantes que são induzidos; o governo federal, o governo estadual definem algumas prioridades e decidem botar dinheiro naquilo...então ele é induzido ou há também por encomenda: eu levo um projeto e vou lá batalhar; então são três modalidades: então, a encomenda que é o induzido, a demanda livre, a demanda fluxo contínuo; então eu tenho a encomenda, a demanda e o edital; exemplo de edital é o CTInfra Pró infra; no mês de dezembro sai sempre o edital, sempre pelo dia 20 de dezembro tem sempre este edital publicado, oferecendo os recursos...nos últimos 3 anos 360 milhões por ano, só que a demanda ta cada vez maior...no primeiro ano que eles ofereceram 360 milhões a demanda foi de 820 milhões, no segundo foi de 980 milhões e no último agora foi de um bilhão e 50 milhões para distribuir com os mesmos benditos 360 milhões...e todas as universidades públicas apresentam suas demandas e agora tem também os Institutos Federais; então você ta aumentando o número de instituições; para as universidades privadas existem editais próprios para elas; elas não podem competir nos editais das públicas. Há um teto, se uma universidade já é grande demais ela não pode pedir tudo que pode; exemplo: a Universidade Federal do Ceará, ela tem 1100 doutores, mas eles estabeleceram um teto: chegou 1000 doutores congela; todas as universidades com mais de mil doutores podem pedir 10 subprojetos num total de 18 milhões; a uece tem o teto de 5 subprojetos e um total de 7 milhões e 500mil; aqui eu tenho ganho ora 3 milhões e 800mil, ora 3 milhões e uma vez eu ganhei 5 milhões e 400mil nos últimos 3 anos; ganhamos mais três milhões de um edital só para as estaduais.

A escolha pela exposição quase completa deste depoimento se justifica porque ele sintetiza, por meio de um representante atual da gestão, como a UECE está acompanhando as exigências em uma das formas possíveis postas para captação de recursos. O entrevistado reconhece a contradição entre a lógica privatista (imposta pelos poucos recursos repassados pelo Governo - 5% dos 25% destinados á educação no Estado, sendo este percentual repartido entre as três

universidades estaduais do Ceará) e a resistência de uma parte do professorado a este processo, e situa as dificuldades dos gestores diante da falta de autonomia, ao tempo em que também identifica desinteresse do empresariado cearense em investir na Universidade.

Na entrevista com o outro representante da gestão (G2), ficou expresso que esta relação com o mercado se coloca principalmente na oferta de serviços dos cursos de Administração, Informática, Veterinária no trabalho de organização de empresas ou outros serviços etc. Segundo este relato, nesta mediação entra a função do IEPRO para repassar pagamentos, diante do burocratismo da conta única do Governo. Rentemente, o projeto *empresa júnior* do curso de Administração ganhou destaque na revista Exame. No *site* da UECE a reportagem foi recentemente destacada:

#### **ADM SOLUÇÕES é destaque na Revista EXAME PME**

A edição de Fevereiro de 2012 da Revista EXAME PME, apresenta reportagem sobre o Movimento Empresa Júnior no Brasil, destacando casos de sucessos de empreendedores que confiaram no trabalho de Empresas Juniores e não se arrependeram. Dentre as Empresas Juniores citadas na matéria, merece destaque a ADM Soluções, Empresa Júnior de Administração da UECE, pioneira no Estado do Ceará, que apresenta um portfólio de clientes desde microempresas a empresas de grande porte. O trabalho da ADM Soluções, que completará 20 anos de atuação no próximo dia 02 de Abril, tem contribuído para a difusão do nome da UECE no meio acadêmico e empresarial, por meio de seus projetos e *cases* de sucesso. *"Para nós o sentimento é duplo: primeiro de orgulho, pois administrar uma empresa reconhecida nacionalmente no seu segmento, quando ainda se está na faculdade é motivo de muita satisfação. Contudo, esse orgulho de ser ADM Soluções, como costumamos dizer, traz consigo o segundo sentimento: o de responsabilidade. Responsabilidade de continuar trabalhando duro para oferecer as melhores soluções para os nossos clientes e com isso elevar ainda mais o nome da nossa Empresa Junior e da UECE"*, ressalta Marlon Dionison, Diretor de Talentos da ADM Soluções.

Este debate da relação da Universidade com as empresas é complexo, mas não se encerra apenas na postura do empresariado cearense ou das questões ideológicas que cercam as possíveis resistências quanto a esta relação. Segundo

Rieznik (2012)<sup>159</sup> o próprio investimento público em ciência e tecnologia é irrisório em relação ao PIB, onde a quantia aplicada atualmente é de 0,6%, abaixo inclusive dos padrões da América Latina. Ainda segundo este autor, o relatório oficial de ciência e tecnologia retomou sem nenhuma originalidade os lugares comuns da ideologia liberal do século XIX, em que a Ciência é apresentada como fator de elevação do homem a uma nova etapa da civilização, numa espécie de ilusão tardia. O que se expressa portanto, são indicadores de uma crise que acompanha as mutações da década de 1970, tais como; os cortes sistemáticos dos fundos dedicados à investigação, a crescente privatização da atividade científica, o crescimento de fraudes e plágios, o declive de homens da ciência e estudantes de ciências nos EUA e Grã-Bretanha, o crescimento do irracionalismo.

A relação universidade e setor produtivo não é o principal fator que evidenciaria a presença neoliberal nas instituições de ensino superior. Aliás, algumas reflexões sinalizam inclusive, que não há interesse na universidade no contexto do atual padrão de acumulação em curso no Brasil e América Latina<sup>160</sup> Em sua experiência de gestão da UFRGS, Panizzi (2004) expressa:

Em entrevista á TV câmera, me perguntaram se era verdade que o ensino em outros países era financiado pelas empresas...É só olharmos na internet que nós vamos verificar que isto não é verdade. Nos orçamentos das grandes universidades americanas, a participação nas empresas é muito pequena, os recursos são fundamentalmente públicos. Esta é uma visão profundamente equivocada- que o setor privado vai nos financiar. Ele poderá vir a financiar as chamadas universidades das corporações, que é uma proposta implícita, melhor, explícita da OMC. (Panizzi, 2004, 83)

Ao problematizarmos a vivência do ideário liberal no cotidiano institucional a partir do trabalho docente, identificamos questões que transcendem a dimensão da relação UECE-empresas, embora este seja também um elemento balizador deste processo. A ideologia neoliberal se assenta na vida acadêmica do professor em diferentes aspectos: nas condições e relações de trabalho, no isolamento e fragmentação do trabalho, nas exigências da competitividade, nas avaliações

---

<sup>159</sup> Conferir na Revista *Universidade e Sociedade* n.49, janeiro de 2012.

<sup>160</sup> Leher in Margem esquerda n.10 -2007

quantitativistas e baseadas no desempenho individual, na intensificação e diversificação do trabalho do professor, na lógica de excelência com exclusão, nas privatizações internas, no aligeiramento das formações, no controle burocrático das atividades acadêmicas, no arrefecimento das lutas etc.

Na investigação (via pesquisa documental), identificamos vários sinais de que a UECE acompanha as tendências de privatização interna via oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* que são autossustentáveis. A *resolução n.744/2010*, que estabelece normas para estes cursos, explicita claramente:

Art. 3º os cursos do LATO SENSU presencial da UECE serão propostos por projetos autossustentáveis, sem financiamento amparado no custeio da UECE e carga horária incluída na carga horária contratual do docente do quadro da FUNECE.

Entre a Resolução n°. 356 CONSU (Conselho Universitário) de 12 de junho de 2002, e a Resolução n°. 783 CONSU, de fevereiro de 2011, podemos identificar a aprovação de 50 cursos de especialização/aperfeiçoamentos autossustentáveis, onde 75% vão para o custeio do curso, 5% para o IEPRO (Instituto de Estudos e Projetos), 20% para a FUNECE (Fundação Universitária Estadual do Ceará) destinado para a aplicação de custeio e investimentos de suas atividades e 5% para a faculdade executora do projeto.

O quadro abaixo demonstra a última atualização dos cursos pagos 2011:

**Cursos de Especialização - Pós-Graduação Lato Sensu**

| <b>Centro ou Faculdade</b>                 | <b>Quantidade</b> |
|--|-------------------|
| Centro de Ciências da Saúde - CCS          | 20                |
| Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA | 15                |
| Centro de Humanidades - CH                 | 5                 |
| Centro de Ciência e Tecnologia - CCT       | 19                |
| Centro de Educação – CED                   | 19                |
| <b>Total</b>                               | <b>78</b>         |

**Última atualização (Ter, 03 de Maio de 2011 13h30min) - fonte: UECE**

Ao visualizar no *site* da UECE os cursos ofertados, conferimos que são de diversas áreas/cursos, com reedição de vários cursos:

- 27.04.11 - Curso de Especialização em Saúde da Família 22ª turma
- 26.04.11 - Curso de Especialização em Educação Ambiental 06ª Turma
- 26.04.11 - Curso de Especialização em Saúde Pública 27ª Turma
- 27.01.11 - Curso de Aperfeiçoamento / Especialização em Atividade Física - 02 Turma
- 27.01.11 - Curso de Especialização em Saúde da Família - 21 Turma
- 27.01.11 - Curso de Especialização em Personal Training - 02 Turma
- 27.01.11 - Curso de Especialização Enfermagem em Gestão de Bloco Cirúrgico 02 Turma
- 27.01.11 - Curso de Especialização em Ciências de Alimentos -06 Turma
- 26.01.11 - Curso de Aperfeiçoamento / Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional - 20 Turma
- 26.01.11 - Curso de Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais - 06 Turma
- 26.01.11 - Curso de Especialização em Estratégia e Gestão Empresarial 09 Turma
- 26.01.11 - Especialização em Administração Hospitalar e Gestão da Qualidade em Sistemas de Saúde 07 Turma
- 26.01.11 - Curso de Aperfeiçoamento / Especialização em Auditoria em Saúde 07 Turma
- 09.12.10 - Curso de Especialização em Engenharia de Software com Ênfase em Padrão de Software- 04 Turma
- 09.12.10 - Curso de Especialização em Formação de Tradutores - 03 Turma
- 08.12.10 - Curso de Especialização em Enfermagem Cardiovascular 09 Turma
- 06.12.10 - Curso de Especialização em Ensino de Física - 03 Turma
- 01.09.10 - Curso de Aperfeiçoamento / Especialização em Metodologias do Ensino de Artes Turma 07ª
- 20.07.10 - Curso de Especialização /Aperfeiçoamento em Administração Financeira Turma IX
- 25.05.10 - Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho - 3ª Turma
- 25.05.10 - Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde da Família - 3ª Turma
- 25.05.10 - Curso de Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais – 5ª Turma
- 24.05.10 - Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Ouvidoria - 1ª Turma
- 19.05.10 - Especialização em Alfabetização de Crianças - 4ª Turma
- 01.03.10 - Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pedagógica na Escola Básica - 1ª Turma

- 01.03.10 - Curso de Especialização em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 6ª Turma
- 01.03.10 - Cursos de Aperfeiçoamento/Especialização em Pesquisa Científica 04 Turma
- 18.02.10 - Cursos de Aperfeiçoamento/Especialização em Terapias Tradicionais Chinesas
- 10.12.09 - Curso de Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional - SAN
- 25.09.09 - Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Pedagogia nas Organizações - 1ª Turma

**FONTE: *site* UECE**

A Resolução 401/CD identifica a relação da UECE com a fundação de apoio IEPRO (Instituto de estudos e projetos) na realização de atividades autossustentadas, como expõe seu primeiro artigo:

Art.1º. A Fundação Universidade Estadual do Ceará realizará em parceria com o instituto de estudos pesquisas e projetos da UECE-IEPRO, atividades de fomento ao ensino, pesquisa e extensão de caráter auto-sustentável, promovidos e executados pelos centros, faculdades e institutos superiores, com o conhecimento e aprovação prévia dos projetos pelo Presidente da FUNECE e posterior ratificação pelo conselho diretor da FUNECE para continuidade dos mesmos.

No jornal da Fundação do primeiro bimestre de 2011, identificamos a definição do IEPRO, exposta em seu jornal, publicado em seu *site*:

“O Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (IEPRO), é uma sociedade civil sem fins lucrativos. Foi criado em novembro de 1995, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento técnico – científico das instituições públicas e privadas do Estado do Ceará e da região, aproximando as culturas universitária, empresarial e governamental. A sua criação justifica-se, também, pela onda de inovações técnicas, organizacionais, gerenciais e financeiras que vêm varrendo as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, configurando uma verdadeira revolução empresarial. Está claro que no cenário atual não existe mais espaço para modelos tradicionais de organização e gerência, para a rigidez das estruturas organizacionais complexas, para os estilos autocráticos de gestão. Nesse contexto, e para contribuir para esse novo mundo organizacional, nasceu o IEPRO. Na

busca de soluções racionais para essas questões justifica-se a sua inserção no contexto das organizações que pretendem inovar-se *para, num cenário de tantas turbulências, associar-se aos setores públicos e privados como um agente eficaz na indução de mudanças.*”(site IEPRO).

No mesmo jornal, destacamos o depoimento do atual reitor sobre a relação IEPRO-UECE.

“O IEPRO foi criado na década de 1990, quando tínhamos a responsabilidade e a honra de dirigir o Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA. Nossa missão era de emprestar celeridade a ações de natureza acadêmica voltadas para a sociedade cearense, no tocante a grandes projetos, bem como permitir uma maior integração entre a Universidade e o Governo na capacitação dos Servidores do Estado. Foi criado, também, com o ensejo de possibilitar uma atuação mais consistente dos cargos docentes e discentes nas nossas diversas áreas do conhecimento, para atrair, conseqüentemente, maior volume de investimentos em equipamentos e instalações para a Universidade Estadual do Ceará. (Informativo IEPRO | Ano II - nº 3 | janeiro/fevereiro de 2011).

Assim como indicado pelo reitor, a motivação explícita pelos gestores é o enfrentamento do processo de burocratização que o governo impõe à Universidade a partir da conta única. Todos os serviços ofertados pela instituição seu pagamento depositado na conta única do governo, que muitas vezes impede o próprio gerenciamento do recurso, o que justificaria a criação e manutenção das fundações. Tanto em nível nacional como local, entretanto o movimento docente e discente reivindicam desde a transparência dos recursos e seu gerenciamento até posições políticas que solicitam banir as fundações da Universidade por ferirem o princípio público da instituição.

Nas considerações do ANDES-SN, as fundações privadas de apoio frequentemente administram verbas públicas e cobram por esse serviço. Isso é abertamente ilegal e passível de responsabilidade civil e criminal. A legislação proíbe, expressamente, a delegação da Administração de recursos da administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional a entidades de Direito privado, sob a forma

de terceirização, pelos princípios de unicidade de caixa e moralidade administrativa, competindo exclusivamente ao gestor público a gerência dos recursos públicos.<sup>161</sup>

No *site* da UECE, a missão considerada e exposta é de produzir e disseminar conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida da região, uma missão que enquadra a instituição num tema complexo que é a questão do desenvolvimento sustentável<sup>162</sup> no contexto da ordem capitalista. No plano da gestão 2008-2011, também exposto no *site*, o objetivo geral (estratégico) apresentado é ampliar o grau de integração aos objetivos do Governo, de promoção do desenvolvimento estadual e um dos objetivos específicos promover a inovação das atividades produtivas cearenses, com base em maior articulação entre os centros e os grupos de pesquisa da Universidade com o Governo e o setor empresarial produtivo. Todos os objetivos são apresentados submissos ao Governo do Estado, colocando-se a Universidade como um apêndice na colaboração com o cumprimento da missão governamental.

As dificuldades históricas do exercício da autonomia da UECE extrapolam sua missão definida no documento da gestão. Lima (2003) problematiza esta questão, resgatando alguns elementos históricos da Instituição. Do ponto de vista formal da Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 224, expressa claramente que, dos 25% das receitas do Estado com destino à educação, um quinto deste montante (5%) das rendas gerais será destinada às universidades públicas estaduais - UECE, URCA E UEVA, não incluindo neste percentual as despesas com pagamento de pessoal civil. O autor localiza, via gráficos do Departamento de Finanças da UECE, nos anos de 1999 e 2000, um repasse de 2,2% do total das rendas para a UECE significando supostamente um repasse de 2,8% para a URCA e UEVA,. Pela diferença numérica entre as três universidades, o autor considera difícil que tenha sido este o valor repassado. Este é um indicador fundamental, pois, à medida que o governo diminui os recursos, mais a comunidade acadêmica se mobiliza na captação de recursos externos, o que determina a questão: em que modelo de universidade estamos inseridos e reproduzindo.

Observamos assim que há de fato um processo de reprodução do ideário neoliberal na UECE, que se operacionaliza no cotidiano acadêmico por algumas frentes: precarização e intensificação do trabalho docente, a condição ínfima do

---

<sup>161</sup> Informa, novembro de 2006.

<sup>162</sup> Verificar reflexão sobre desenvolvimento sustentável de Graça (2010)

investimento público que vem legitimando a busca de outras fontes, o controle burocrático sobre o trabalho docente que abordaremos adiante.

A forma como os professores transitam nesta ideologia foi a preocupação de nosso estudo, tanto nas expressões de reiteração quanto nas formas de resistência que localizamos desde os anos 2000 na UECE. No próximos itens continuaremos a fazer referências a estes dois elementos.

#### **4.2- A tensão das contradições no cotidiano e as expressões da resistência no movimento docente**

Não é sem resistência que estes processos privatizantes se efetivam. Ao contrário, historicamente a universidade sempre abrigou a tensão entre os projetos das classes sociais. Por exemplo, coletamos no processo investigativo, a visão dos que se postam na posição de defesa da condição pública e gratuita da UECE. A ocasião do seminário UECE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA (dezembro de 2011), realizado pelo SINDUECE, nos forneceu algumas expressões das posturas de professores e alunos resistentes ao conteúdo liberal da gestão universitária e ingerência do governo sobre a UECE.

Com efeito, atentamos para investigar a reprodução do ideário neoliberal que, no atual contexto se assenta no cotidiano universitário, buscando localizar e dar visibilidade a elementos reiterativos e de resistência efetivados nas atividades acadêmicas, envolvendo o trabalho do professor no sistema universitário público cearense. Se esta é uma instituição que historicamente abriga diferentes projetos de educação e de sociedade, quais os processos envolvidos nas atividades docentes que integram a disputa entre uma direção social autônoma e a direção para o mercado, próprio do ideário neoliberal? Quais os determinantes do processo de reprodução cotidiana que plasmam reiterações e /ou resistências ao projeto neoliberal no ambiente acadêmico de cultura marcadamente operacional

Orientada por estas questões centrais, realizamos pesquisa direta na UECE, que expomos ao longo deste texto, com maior detalhamento neste capítulo. Acompanhamos também algumas ações do sindicato dos docente, em particular, a realização do seminário UECE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA, promovido pela referida seção. Assim sendo, incorporamos os dados resultantes deste evento, disponibilizados pela diretoria aos professores interessados, desde dezembro de

2011. Consideramos que as expressões dos participantes do referido evento também revelam nuances do cotidiano vivido na UECE, bem como que perspectiva de resistência se expressa nesta Instituição.

Na adesão ao evento, os interessados responderam questões relacionadas ao financiamento, autonomia e democracia e à vivência do tripé ensino, pesquisa e extensão no cotidiano acadêmico, antes de finalizar sua inscrição. E no curso do evento, os participantes se reuniram em grupos para o debate destes eixos. Utilizamos aqui os resultados e reflexões destes dois momentos (antes e durante). Observamos que a participação no seminário foi pequena (33 inscritos entre docentes e discentes), mas, qualitativamente, trouxe boas reflexões.

Nas respostas que acompanharam as inscrições estiveram muito presentes a preocupação com as condições e infraestrutura da UECE, bem como sinalização da falta de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Expomos aqui algumas das respostas dentre as vinte e seis respostas enviadas na inscrição, reveladas por sujeitos que vivenciam a realidade desta Universidade; a desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão e a reivindicação pelo concurso público foi presença constante nas respostas:

Nossos principais problemas: falta de um amplo concurso para professor efetivo, pois, sem professores em quantidade, como podemos garantir ensino-pesquisa-extensão com qualidade? É necessário dar mais visibilidade às pesquisas e às extensões existentes, atribuindo-lhes o devido valor no processo de formação profissional dos estudantes. a superação desses problemas se dá primeiramente com a abertura imediata de concurso público para professor efetivo e com um planejamento sério e amplo acerca do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão.( depoimento 1)

A atual política de contratação dos professores é um dos elementos centrais da pauta de reivindicação dos movimentos docente e discente na UECE, em particular na presente gestão do governador Cid Gomes. A condição do professor substituto e temporário fragiliza o ensino pela rotatividade e as condições de trabalho do docente ante a falta de equiparação salarial, a não estabilidade. Os estudantes realizaram em 2011 uma jornada de lutas em por via de um plebiscito, apontaram as

principais reivindicações do movimento estudantil; é um elemento citado por este outro depoimento que expressa a questão em torno da assistência estudantil:

O Estado trata com bastante descaso o ensino superior público, bem como o ensino regular. Nossa Universidade é um grande reflexo disso. Hoje temos diversas demandas as quais já foram motivo de greve e que foram pautadas no próprio plebiscito realizado por estudantes no semestre passado. Por exemplo, em nossa Universidade a assistência estudantil é defasada. Temos uma verba para isto cujo valor é irrisório e não se tem um documento, nem uma rubrica específica que indique em quê esta verba deve ser aplicada podendo ser utilizada de qualquer modo. Em contrapartida, temos uma biblioteca no Itapery com acervo defasado, no CH, as chuvas deste ano estragaram cerca de 500 livros que não foram repostos. O novo RU, em construção há bastante tempo ainda não foi entregue, o curso de educação física não tem um ginásio poliesportivo onde possa exercer suas atividades, sem tratar na estrutura decadente dos campi do interior. Tais demandas revelam o destrato do governo do estado com nossa universidade e com a educação, cujo direito de acesso e usufruto com qualidade é de todos e dever do Estado prezar para que esta assim se mantenha.( depoimento 2)

Munidos pelo conjunto de respostas coletadas na inscrição, os organizadores (diretoria do Sindicato) elaboraram um pequeno texto<sup>163</sup>, onde destacam os elementos centrais das respostas, no intuito de subsidiar a dinâmica dos grupos durante o seminário. Deste documento que serviu de apoio aos debates do evento, destacamos alguns trechos que extraíram os elementos mais presentes nas respostas:

As universidades estaduais cearenses têm sido vítimas de sucateamento continuado nas últimas décadas. Há sinais claros de uma política de abandono e desprezo por parte dos governantes, substanciada na carência crônica de professores, no sucateamento dos campi – mormente os do interior do Estado, na precarização do trabalho por meio da contratação abusiva de professores substitutos, na limitação do acesso ao ensino superior público. Tocamos, assim, na política de **financiamento**. A dependência de repasse dos recursos do

---

<sup>163</sup> O pequeno texto, de sete páginas, foi distribuído aos participantes do evento como parte do material de inscrição.

Estado, sem uma subvinculação clara e especificada em lei, acaba tornando as universidades reféns dos personalismos e vaidades do governante e engendrando a cultura da subserviência dos gestores. A escassez de recursos tem implicações restritivas ao desempenho da função social da universidade pública no seu mister de promover o ensino, a pesquisa e a extensão...(p.2)

O breve texto, baseado na referida pesquisa virtual processada nas inscrições do evento, expõe ainda que a cultura das estaduais cearenses tem primado pela truculência das gestões, bem como pela política de favorecimento de grupos, fomentando a formação de microcosmos feudais. Os problemas são, pois, de ordem política estrutural e conjuntural; dizem respeito à ação consciente do governo que vai se eximindo de manter dignamente uma estrutura de ensino superior estadualizada, argumentando, inclusive, com base nas leis do País que atribuem à União a responsabilidade por este grau de ensino.

A pesquisa restringe-se a um grupo seletivo de professores, quase exclusivamente da pós-graduação *stricto sensu*, desvinculada da graduação. Predomina a separação rígida entre grande parte de professores que se dedicam exclusivamente ao ensino de graduação e uma elite que pode disputar os editais e montar grupos de pesquisa e laboratórios. Os recursos para pesquisa são escassos, apresentando número muito rebaixado de bolsas de iniciação científica. (p.4)

Durante a realização do seminário, os participantes se dividiram em dois grupos que debateram questões referentes ao *financiamento, autonomia e democracia* (grupo 1) e reflexões acerca do *ensino superior, pesquisa e extensão* (grupo 2). O grupo 1 expressou em seu relatório que nesta temática o financiamento da educação superior tem se dado de forma nada republicana, ficando as universidades a mercê da vontade do governador, o que tem comprometido o desempenho da pesquisa, do ensino e da extensão das universidades estaduais. Resultado desta lógica é a busca do autofinanciamento por meio das fundações privadas, como o IEPRO na UECE, que funciona sem transparência administrativa nem controle da comunidade acadêmica. Dado o funcionamento nebuloso, o IEPRO, atualmente, trata-se de uma instituição desgastada/descrédita pelo próprio

governo. O Grupo apontou que a comunidade acadêmica sabe muito pouco sobre esta instituição, imperando o senso comum de que seja “um mal necessário”.

Foi denunciada a lógica produtivista do autofinanciamento decorrente do extenuante trabalho dos professores, que tem sido responsável por parte considerável dos recursos que aportam na nossa universidade, mediante Editais. Foi consenso no GT a avaliação do crescimento do processo de privatização na Universidade, tanto pela lógica de funcionamento do Instituto e pela neurose produtiva dos Editais para o aporte de recursos, quanto na comercialização de cursos de especialização e de outros serviços.

Ainda no relatório deste grupo, constam algumas sugestões diante da situação analisada. A partir da constatação do imperativo de controle dos fundos públicos, o Grupo sinalizou a necessidade imediata do aprofundamento da discussão democrática e transparente sobre o IEPRO. O GT considerou também a necessidade imediata da defesa da bandeira de Projeto Lei que trate da subvinculação do orçamento para as universidades públicas estaduais do Ceará, definindo efetivamente quanto o Governo deve repassar à educação superior do montante arrecadado pelo Estado.

Observamos que os participantes realizam tanto críticas ao repasse de recursos como a necessidade de se trazer à pauta a situação da fundação de apoio, em um primeiro momento para garantir a transparência de sua gestão para num segundo momento, propor sua extinção. As reflexões presentes neste seminário indicam expressões de resistência ao conteúdo liberal das práticas e ideologias da instituição. Coincidem com a perspectiva de análise de líderes do movimento sindical que diretamente entrevistamos:

Há uma mudança no padrão de financiamento do serviço público, como um todo. Passa-se a um padrão em que se reduz ou se elimina o financiamento estatal em benefício de um modelo de financiamento e gestão de tipo privado. O fenômeno abrange desde o surgimento de núcleos gestores em distintas funções públicas até diretamente a passagem dos serviços para OSs e ONGs. Na UECE vivemos forma adaptada deste processo, expresso aqui pela mediação do IEPRO no financiamento da instituição! Este processo se alimenta inclusive da instituição de cursos e serviços pagos na universidade. Penso, portanto,

que não se trata de um problema pontual, mas de um modelo em fase de implantação. O questionamento do IEPRO pelo Movimento Docente e Movimento Estudantil é constante, mas penso que não se adotou ainda uma campanha específica voltada para o problema, já que acho que há sim como resistir, mas a luta interna é insuficiente...seria necessário uma luta política mais geral já que se trata de combater este aspecto da reforma do Estado.(s1)

O grupo 2 expressou em seu relatório, levantamento de problemas referentes a política de contratação de professores, a necessidade urgente de um concurso público para professor efetivo, denunciando a condição precarizada do professor temporário, a necessidade de extinção dos cursos de especialização pagos, também os entraves burocráticos para liberação do professor que busca qualificação, a falta de diálogo e democracia da gestão em definir a organização do trabalho docente, como é o caso dos critérios de burocratização da CDS (Carga Didática Semanal). O grupo sinalizou ainda a retomada da luta coletiva como elemento diferenciador para dar visibilidade às reivindicações das universidades estaduais, incluindo neste debate a possibilidade de não reiniciar o semestre, embora tenha sido ponderado que a comunidade universitária tem muita resistência a movimentos paredistas após o longo período grevista ocorrido entre 2005 e 2007.

O que concluímos com os resultados do seminário com base nos achados da nossa pesquisa de campo<sup>164</sup> (detalhada ao longo do texto, e em particular neste último) é que há sujeitos interessados em constituir outra perspectiva de universidade, com definição de uma UECE pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e, que disputa a hegemonia dominante, o que bem se expressa no depoimento do segundo sindicalista entrevistado:

A UECE vem passando por processos de privatização por dentro da própria instituição pública. Este processo vem se dando principalmente pela oferta de cursos de pós-graduação (especialização) pagos e que utilizam a infraestrutura e o corpo docente da universidade pública para desenvolver uma atividade privada. A prática de ofertar pós-graduação paga na Uece está quase que naturalizada. Historicamente a reitoria e o conselho universitário tem legitimado essa natureza de pós-graduação juntamente com a figura do

---

<sup>164</sup> Observamos que, nas questões referentes à responsabilidade do financiamento da educação superior, a maioria dos entrevistados após o Estado como protagonista central.

IEPRO, instituto com natureza jurídica adequada para tornar privado o patrimônio público. Este ataque à universidade pública parece que não tem sensibilizado significativamente a comunidade da Uece. Há uma acomodação preocupante, sobretudo no âmbito do corpo docente: há um pacto de silêncio que atinge a grande maioria. Hoje, muitas atividades universitárias estão dependentes do IEPRO e isso acaba refletindo no imaginário do docente de que o IEPRO é uma instituição necessária para o desenvolvimento da educação superior. Somente a SINDUECE tem pautado e puxado a resistência em relação a essa questão, mas a categoria em geral ainda não a tornou significativa o suficiente para se transformar em bandeira de luta cobrando de forma contundente a sua auditoria e extinção progressiva. O IEPRO é o próprio motor que gera e mantém a natureza privada no ambiente público da UECE.(s2).

O debate sobre as fundações como motor de privatização é um dos elementos mais citados pela literatura crítica, bem como pelos movimentos organizados que envolvem às universidades. No caso do IEPRO, embora a fundação tenha suas normas definidas pelo CONSU (Conselho Universitário), observa-se que ele vem assumindo uma relativa autonomia prática na sua relação com a UECE. O depoimento do segundo líder do movimento docente anuncia ainda uma certa apatia da comunidade universitária frente ao IEPRO e os processo de privatização internos. Refletiremos adiante o significado desta apatia com dados quanto à participação no movimento sindical que coletamos com a pesquisa direta.

Entretanto esta situação de acomodação é mais recente, pois o movimento docente na UECE mostrou bastante fôlego nos movimentos grevistas que garantiram a conquista do PCCV. Neste sentido, trataremos de alguns elementos desta trajetória que possui bastante registro em fotos, vídeos, documentos e boa memória merográfica nos principais jornais de grande circulação em Fortaleza. Não identificamos registro escrito das lutas anteriores ao processo de constituição do Sinduece no início dos anos 2000, ficando difícil para a investigação recobrar a memória das resistências históricas com precisão. Consideramos importante situar, porém, alguns dos elementos que estão registrados na história do movimento docente nacional como espaço de formação e constituição de um modelo alternativo de universidade. Situamos da origem do Sindicato Nacional, para em seguida trazer algumas lutas mais expressivas no contexto local, com a origem na fundação do Seção Sindical local, o SINDUECE.

O resgate dos elementos constituintes da trajetória universitária para compreender sua atual configuração não é inteiro se não tratarmos da resistência elaborada pelo movimento docente. Não demanda muito esforço observar a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior como uma das entidades na atualidade brasileira que mais demarca oposição ao conteúdo neoliberal das reformas do Estado brasileiro, em particular, o que o setor denomina de contrarreforma universitária. Tratamos, neste item, utilizando como fonte central, dentre outros, alguns elementos traduzidos e sintetizados por Navarro (2001) na sua tese sobre o movimento docente.<sup>165</sup>

É nos anos 1930 no Brasil que a política educacional toma corpo, tendo nos docentes um grupo que hegemonicamente se alia e serve ao ideário e interesses do Estado na constituição de sua hegemonia. Em particular, a formação das elites dirigentes do País era, por excelência, a função da universidade. Ao mesmo tempo, o aumento quantitativo de diplomas ofertados por faculdades livres demandou do Estado uma padronização da carreira docente. Isto se processou na constituição de uma profissionalização perpassada sobremaneira pelo viés político de contribuição com a formação dos quadros da elite dominante. Assim é que, no Estado Novo, parte dos intelectuais teve sua função direcionada para uma parceria com o Estado no sentido de contribuir com um sentimento de construção da nação.

Os estudiosos do período, embora identifiquem uma tendência maior para esta parceria com a elite, não eliminam a existência de oposição a esta perspectiva, com intelectuais mais favoráveis aos interesses da classe trabalhadora, a exemplo da refundação da Universidade Popular de São Paulo, em 1945, voltada para a formação libertária dos trabalhadores.

É no âmbito da consolidação do capitalismo industrial na década de 1950 que se efetiva com base no Estado brasileiro uma política científica e tecnológica, como bem demonstra a criação do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e da Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do ensino superior), em 1951. É a modernização do ensino superior como elemento importante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um capitalismo dependente e que não reforçou a produção científica nacional, mas a formação do pessoal técnico necessário para o sistema produtivo que se ampliava. É no período

---

<sup>165</sup> Navarro, Ignez Pinto- ANDES-SN: Um sindicato de Intelectuais – Adufmat, 2001

nacional-desenvolvimentista que parte da intelectualidade (apoiada pela elite) defende a internacionalização da economia, enquanto outra parte mais próxima do Partido Comunista Brasileiro (PCB) postula reformas de base nacionalista.

Não encarnando uma perspectiva socialista, os rumos do movimento de defesa da nação encaminhou-se na década de 1960 para uma formulação populista. Demarcou-se cada vez mais a divisão entre os intelectuais mais próximos das classes subalternas e de setores das classes médias que começavam a aderir a uma perspectiva mais conservadora e com uma relativa antipatia pela esquerda intelectual. É com o golpe de 1964 que temos o fortalecimento claro do grande capital, com mudanças no Plano de Metas de Kubitschek, incluindo na política científica e tecnológica, novamente reforçada como elemento propulsor do desenvolvimento econômico, a ciência como força produtiva e a educação como formadora de mão de obra. Assim, foi criado o FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a universidade foi processualmente integrada ao projeto do regime militar no sentido de formar o capital humano demandado pela expansão do capitalismo dependente, como bem evidenciou o privilégio direcionado pela Capes e CNPq para as áreas de conhecimento demandadas pelo sistema produtivo.

A despeito da adesão de uma parte da intelectualidade ao regime, também é notório o importante papel de resistência que estudantes e professores tiveram na denúncia do regime ditatorial.

Pode-se dizer que, nos “subterrâneos da ditadura e nos espaços institucionais por ela redefinidos, gestava-se e crescia uma nova força (ainda não organizada) de reação e de luta pela democratização da universidade e da sociedade: a parcela dos professores universitários comprometidos com as classes subalternas ou a elas organicamente ligados. A dureza da repressão ao movimento estudantil e a esses professores de esquerda, que levou à clandestinidade forçada de muitos deles, contribuiu ainda mais para que esta força de resistência se afirmasse. Embora amordaçados pelo endurecimento do regime militar, estes professores e estudantes fincaram as bases de uma discussão que seria resgatada e redimensionada ao final dos anos 70, no contexto da chamada “abertura democrática” (idem; p.79)

Foi pela via do Estado ditatorial que se implementou uma política educacional com claro favorecimento da privatização, com participação estatal na manutenção do ensino privado, objetivando favorecer a educação como mercadoria e ainda dispersar os alunos em vários estabelecimentos de ensino. A busca por “modernizar” as universidades ao estilo norte-americano se deu coibindo atividades políticas e subversivas. Entre 1968 e 1971, as instituições privadas passaram de 54,5% das matrículas para 55% e em 1974 já concentravam 64,3%.<sup>166</sup> Foi também neste momento histórico que ocorreu um crescimento significativo e massificado de universidades: entre 1960 e 1974 um crescimento de quase 300% no quantitativo de instituições de ensino superior, uma massificação que favoreceu a concorrência (dadas as diferenças que cresciam no interior da categoria) e a condição do professor não mais com o *status* de intelectual, mas de um trabalhador assalariado, Com a heterogeneidade de condições dada também pela inserção na pós-graduação, a precarização do trabalho, a diferença de posições político-ideológicas foram acentuadas, configurando para uma parcela dos professores uma realidade mais próxima das condições da classe trabalhadora.

Foi no âmbito das contradições que nas décadas de 1970/80 e com o protagonismo do sindicalismo do ABC paulista, Central Única dos Trabalhadores, foi se credenciando uma oposição ao regime autocrático com adesão das classes médias à luta sindical. Os docentes não ficaram imunes a este processo:

Mobilizados pela necessidade de reação à repressão e ao autoritarismo intervencionista nas universidades, revigorados pela grande capacidade crítica nos espaços contraditórios da pós-graduação e ampliados pela grande expansão do ensino superior ocorrida nos anos 70, contingentes expressivos de professores tornaram-se sensíveis às lutas mais gerais da sociedade pela democratização da universidade e do país e começaram a se organizar nacionalmente, criando, em 1981 a ANDES. A luta salarial e a luta específica por uma *carreira nacional unificada* completavam o quadro das principais reivindicações dos docentes das instituições de ensino superior. (Navarro, idem; p.89).

---

<sup>166</sup> Verificar em Navarro (2001)

O movimento docente iniciou um conjunto de atuações com inserção na luta mais geral pela democracia, na parceria com a luta sindical global e a defesa das questões específicas da universidade e da categoria. A condição de intelectuais engajados na construção da ANDES é um elemento essencial no estabelecimento de uma entidade que se faz enquanto um intelectual orgânico coletivo, com clara atuação e perfil político-ideológico classista e de perspectiva emancipatória na análise da autora retrocitada.

Dos anos 1980 em diante, o Sindicato Nacional já tinha sua identidade consolidada. Nos relatórios dos encontros da entidade, revela-se o viés político mais geral e a direção política para alianças com outras forças sociais progressistas e movimentos sociais no contexto da chamada Nova República. A condução do processo de redemocratização foi alvo de críticas da entidade, principalmente por tentar conter as mobilizações, via deslocamento dos embates políticos de projetos para o campo dos especialistas dos gabinetes e ministérios, na busca pelo esvaziamento da ação política organizada e coletiva. Na análise da ANDES, a direção política da Nova República era de afirmação e ampliação da hegemonia do grande capital. Esta posição fundamentalmente política conviveu nos anos 1980 com atitudes divergentes quanto às prioridades a serem dadas às questões institucionais e acadêmicas. As diversas posições se expressaram, inclusive, em embates eleitorais para a entidade, mas a identidade original foi vitoriosa, com indicativo de conjugar as dimensões acadêmica e sindical. A transformação da ANDES em sindicato nacional ocorreu em 1988. A justificativa se fundamentava na apresentação dos professores como categoria profissional responsável não só pela transmissão do conhecimento, mas também pela sua produção.

As mutações societárias mais visíveis desde os anos 1990 no Brasil, que incidiram na organização da classe trabalhadora, tem no Sindicato Nacional um forte opositor, observando-se nos congressos e produções coletivas, combativos confrontos com a perspectiva neoliberal. É o que se nota, por exemplo, neste trecho do relatório do XXI CONAD em 1990<sup>167</sup>:

O projeto neoliberal para a economia prevê um reajuste nas funções desempenhadas pelo Estado. Em décadas anteriores, o Estado teve a

---

<sup>167</sup> Extraído do referido livro de Navarro (2001).

função de preparar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, atuando diretamente depois em setores vitais e bastante lucrativos- como (os)de telecomunicações,petroquímica e energia. A ditadura militar acentuou a vinculação desses desenvolvimento do setor industrial da economia com o projeto de acumulação do capital internacional,esvaziando as ações do Estado em seu caráter de serviço público. Isto resultou num sucateamento programado de diversos setores essenciais desses serviços que, dessa forma, se abriram à expansão do setor recife e, uma vez sucateados, constituíram a imagem de um estado ineficiente,perdulário e clientelista. Essa imagem foi largamente explorada pela mídia, em sucessivas campanhas de “desestatização”. O projeto neoliberal que, no Brasil, já está em curso desde o período final da ditadura militar,exige agora diretamente para os grandes capitais privados áreas antes reservadas à gestão do Estado. (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p.41).

A filiação à CUT (Central Única dos Trabalhadores) ocorreu em 1989. A despeito desta importante conquista para o enfrentamento do neoliberalismo colocando a dimensão acadêmica a serviço do conjunto do movimento sindical, ocorreram vários problemas cotidianos em razão das divergências com as posições assumidas pela Central nos anos 1990. Foi e ainda é uma crise do próprio movimento sindical classista mais geral ocorrida principalmente por conta das determinações da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

O perfil original do Sindicato Nacional combativo se mantém até os dias atuais, consolidando-se a entidade como uma das poucas referências na oposição ao governo do PT (que, contrário a sua história de lutas, fortaleceu o projeto neoliberal no Brasil), enquanto muitos sindicatos e movimentos sociais perderam sua autonomia perante o Estado.

As contradições também se revelaram quando do fortalecimento da oposição que se constitui ao sindicato na recente formação do PROIFES, em 2004, Fórum de Professores das instituições Federais de Ensino, que reivindica sindicalismo autônomo, mais direcionado às questões específicas da carreira docente e outra perspectiva de negociação. Enquanto o PROIFES é filiado à CUT, a ANDES dela se desfilhou e hoje é filiado à Conlutas, central de lutas alternativa.

Durante o 24º congresso, em 2005, foi aprovada a desfiliação à CUT: *O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho, do qual faz parte a CUT,*

*encaminhou uma reforma sindical que visa a estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas democráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, aniquilar a resistência dos trabalhadores (...). A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24 CONGRESSO deliberou a filiação do ANDES-SN da CUT (24º CONGRESSO do ANDES-SN, Curitiba, fevereiro/março de 2005).*

A rápida recuperação sobre a história da ANDES nos fornece alguns elementos para compreender que, no interior das universidades, convivem diferentes projetos societários. Hoje, os dados afirmam as tentativas de transformar as universidades em organizações sociais próprias do neoliberalismo. Na categoria dos docentes entretanto, há uma pluralidade de ideias e práticas que fervilham nas contradições do cotidiano acadêmico. A história do Sindicato Nacional sintetiza um pouco destas disputas e a resistência na defesa do caráter público, democrático e da qualidade dessa instituição. Nesta trajetória, vários documentos registram a perspectiva de universidade defendida pela entidade: a defesa da manutenção e ampliação do ensino público e gratuito, sendo de responsabilidade do Estado o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; autonomia e funcionamento democrático da universidade, com garantias de mecanismos de decisão, controle e gestão e direito à liberdade de pensamento; estabelecimento de padrão único de qualidade para o ensino superior; carreira única para o Magistério superior, com prioridade para o regime de trabalho em dedicação exclusiva, observando a isonomia salarial e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.<sup>168</sup>

Dentre os instrumentos utilizados para viabilização de suas lutas, a greve sempre esteve como um dos mais fortes nas mobilizações do Sindicato Nacional. Em 30 anos de existência da entidade registram-se 17 movimentos paredistas, contabilizando 1000 dias de paralisação até 2011. Um exemplo de força e adesão foi a greve de 1998 com a participação de 22 ifes, no enfrentamento do projeto do governo FHC. Em 2005 foi a greve mais longa dos docentes, entre agosto e

---

<sup>168</sup> Verificar documento *ANDES-SN 30 anos*, fevereiro de 2011.

dezembro, fechando em 112 dias de paralisação. O Governo, por sua vez, tem fortalecido o grupo de oposição ao ANDES, inclusive reiterando batalhas jurídicas em torno da representação.

Recentemente (nos últimos congressos), o setor das universidades estaduais e municipais apresentou a necessidade de se priorizar os desafios destas instituições. Assim é que no 50º CONAD em Fortaleza, no ano de 2005 foi atualizado o plano de lutas do setor, aprovando: luta contra a precarização e intensificação da jornada de trabalho, exigindo dos governos e das reitorias a abertura de concursos públicos para o corpo docente e técnico-administrativo, bem como a implantação de plano de carreira, cargos e salários, garantia na LDO e LOA dos estados, o aumento da dotação orçamentária das universidades com autonomia e transparência na gestão financeira.<sup>169</sup>

Boa parte do conteúdo da publicação do ANDES-SN *Revista Universidade e Sociedade* prioriza o debate crítico sobre o projeto de universidade e as reflexões acerca trabalho docente, com informações, dados que sinalizam o desmonte da universidade pública, nos moldes contrários aos defendidos pela entidade. No último congresso<sup>170</sup> realizado em janeiro deste ano em Manaus, deliberou-se como centralidade da luta:

*O 31º CONGRESSO delibera: Defesa da educação pública em todos os níveis, gratuita, laica, universal, com padrão unitário de qualidade, e de condições de trabalho, carreira docente única, salários dignos, fortalecendo o ANDES-SN como legítimo representante sindical dos docentes das IES, a partir da intensificação da organização da base e da unidade das lutas com o conjunto do movimento social autônomo e classista.*

Sobre a política de Ciência e Tecnologia<sup>171</sup>, o relatório indica dentre outros elementos:

*7. Produzir documento de análise do modelo de avaliação da produção acadêmica docente praticada pelas IES e órgãos superiores da universidade brasileira, bem como aqueles adotados pela CAPES e CNPq, realizando debate nas Seções Sindicais sobre o tema 8. Estudar o significado da política de editais que induz a produção de*

---

<sup>169</sup> Verificar documento ANDES-SN 30 ANOS, 2011.

<sup>170</sup> Relatório 31º Congresso no *site* da entidade ANDES-SN, consultado em 16 de fevereiro de 2011.

<sup>171</sup> *Idem*, p.164

*conhecimento utilitarista, defendendo políticas de financiamento, com ampliação e democratização na distribuição de recursos, que assegurem a autonomia universitária, a pluralidade de áreas de conhecimento e as particularidades regionais.*

Observamos nas propostas uma crítica ao atual modelo induzido pelas agências de fomento e uma disposição da entidade de a ele se contrapor de forma qualitativa, considerando que a maioria dos indicativos, sinalizam estudos para fundamentar a posição da entidade, privilegiando a dinâmica das seções sindicais. Nas recomendações expostas no relatório, podemos perceber constantemente a orientação para a articulação com os movimentos sociais sob uma ótica de classe.

Estas indicações também podem ser encontradas no movimento docente da UECE, que a despeito de contar com tendências políticas heterogêneas, sua hegemonia tem se centrado numa perspectiva de esquerda, como bem demonstra as lutas enfrentadas a partir da condição de pior salário das universidades estaduais no Brasil nos anos 2000, com um momento de luta mais orgânica com a criação do SINDUECE em 2002. No site<sup>172</sup> do sindicato, encontramos a síntese de seu nascimento:

A Sinduece é uma seção sindical do Andes que nasceu em 2002 fruto da organização dos docentes da Universidade Estadual do Ceará para combater o estado de precarização em que se encontrava a Uece. Além dos problemas estruturais, a Uece sofria com as administrações vinculadas ao Governo do Estado, o que ameaçava completamente sua autonomia. Neste contexto, um grupo de professores começa a se reunir e discutir a criação de uma organização que congregasse sua ânsia de mudança. Assim, a Sinduece surge como instrumento para congrega e organiza os docentes de maneira autônoma e combativa. Ao longo destes sete anos de atuação, a Sinduece consolidou-se como importante instrumento de luta e alcançou muitas vitórias, advindas, em primeiro lugar, da organização dos docentes em torno da entidade e da unificação com o movimento estudantil e com o movimento docente de outras Instituições de Ensino Superior do nosso Estado. O concurso para professor efetivo realizado em 2005 foi, sem dúvida, decorrente desta aliança em defesa das universidades

---

<sup>172</sup> WWW.sinduece.org.br- consulta fevereiro de 2012.

estaduais públicas, autônomas e de qualidade. A aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), em 2008, fruto das greves de 2006, 2007 e 2008, foi a maior representação de como a organização e a luta produzem a mudança.

A expressiva luta pelo Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos que se efetivou na união do movimento docente das três universidades estaduais do Ceará está registrada no documento PCCV UMA HISTÓRIA DE LUTA, publicado em 2008 pelas três seções sindicais. No documento o PCCV é apresentado como parte integrante da Luta em Defesa das Universidades Públicas Estaduais do Ceará.no plano físico, funcional e acadêmico.

Esta história tomou impulso em 2005, na luta pela contratação de professores efetivos para as universidades públicas estaduais, à época, ameaçadas de colapso por causa da carência de pessoal docente, mercê de abandono a que foram submetidos pelos governos seguidos. Continuou em 2006, quando a crise salarial nas universidades estaduais atingiu seu ápice, com perdas de aproximadamente 67% acumulados nos últimos 12 anos. Éramos o pior salário dentre as universidades do Brasil. Em 2007/2008, realizamos a terceira greve em 3 anos, focada, ainda na conquista do PCCV, como ponto inicial da valorização profissional de nossos professores....(p1)

O movimento ganhou força e conseguiu pressionar o executivo e legislativo:

A proposta do PCCV, produto de amplo debate no seio das universidades, foi aprovada por unanimidade nas assembléias dos professores das três universidades e imediatamente encaminhada para as reitorias, para que as mesmas tramitassem nos conselhos superiores e também para o governo. A força da organização política dos professores fez o atual governo apresentar, em junho de 2007, a proposta de dobrar os salários dos professores até julho de 2010, além de adiantar um abono de 40% sobre o vencimento base, vigente a partir de 2007, por conta da primeira parcela do PCCV.

Para além da significativa conquista salarial, o documento ressalta o crescimento político da categoria, substanciado nas mobilizações:

A maior conquista porém, foi ter pautado no seio da sociedade o problema da universidade. É nosso desafio manter esse tema no cenário do debate político. Assim, aprofundamos a consciência política e sindical dos docentes e a compreensão de que a unidade é uma arma de que não se pode abrir mão. Consolidamos um sindicalismo voltado para a organização da categoria, e não de uma minoria supostamente mais esclarecida, provando que todos estão concernidos nesta luta. E isso porque forjamos a unidade sobre a única base das reivindicações comuns ao conjunto dos docentes e não nas convicções pessoais ou de grupo. Estamos construindo uma nova cultura nas Universidades Estaduais do Ceará.

Este documento escrito em 2008 expressa grandes esperanças na luta coletiva<sup>173</sup>. Entretanto, após o período eleitoral para reitoria que teve a participação das forças do campo da esquerda na disputa, houve um processo de acomodação dos docentes como quase sempre ocorre após períodos prolongados de greves seguidos de conquistas. Este outro momento pós 2008 é expresso nas falas dos dois líderes do movimento docente. Ambos sinalizam também a nova dinâmica do trabalho docente como elemento de amortecimento das lutas:

. O produtivismo consiste na imposição de metas formais, alimentadas pelo processo de promoção, mas que de fato obstaculiza a legítima produção científica na medida em que recobre tal produção com uma atividade de fato improdutiva mas que pode ser contabilizada na forma de trabalhos acadêmicos. Um outro aspecto é que o produtivismo está ancorado na eliminação das conquistas trabalhistas coletivas em benefício da concorrência entre colegas, destruindo a solidariedade profissional e política e esvaziando a luta por direitos, substituída pela competição por metas individuais. O combate ao produtivismo é difícil, já que sua imposição passa pela chantagem contra os professores por intermédio do condicionamento funcional e salarial.(S1)

---

<sup>173</sup> Algo que também se expressou em seguida no processo eleitoral para reitoria que teve uma chapa organizada a partir do campo da esquerda aglutinado nestes períodos de luta. A chapa 3 com os docentes Hidelbrano Soares e Lena Spíndola, ambos do movimento docente, animaram o debate para reitoria, mas a dupla não saiu vitoriosa.

Nas palavras do segundo sindicalista, praticamente a mesma perspectiva de análise sobre a dinâmica do trabalho docente e a dimensão da luta política:

O principal impacto do produtivismo acadêmico é político. As exigências impostas pelos órgãos oficiais de pesquisa como CAPES e CNPq tem colocado nossos pesquisadores sob uma rotina acadêmica em que o quantitativo científico passa a ter maior importância sobre a qualidade das pesquisas. Os pesquisadores preocupam-se muito mais em atingir uma determinada meta o que tem prejudicado a criatividade e a originalidade científica na universidade brasileira. Essa cultura produtivista tem ocupado muito espaço no pensamento dos nossos cientistas o que vem negligenciando a participação desses profissionais na vida política no âmbito da universidade. Essa situação vem tornando a universidade pública mais frágil aos ataques dos governos neoliberais e neoconservadores que defendem a desobrigação do Estado ou a minimização de investimentos para a educação superior pública ao mesmo tempo em há uma declinação na formação crítica e política na universidade. Há também o impacto sobre a saúde dos docentes, pois com a necessidade de atingir as metas científicas os professores passam a adotar um novo ritmo de trabalho, agora mais estressante o que tem trazido sérios problemas de saúde ao docente

O amortecimento das lutas no movimento docente na UECE não é algo isolado, mas se dá no atual contexto de passivização das lutas sociais. A constituição histórica do ideário neoliberal tem sua gênese em meados dos anos de 1960/70 no processo de restauração do capital ante a crise de acumulação. Segundo Braga (1996) a reação do capital à crise tem este aspecto restauracionista, que ergue contraditórias para retardar as consequências da queda da taxa de lucros. Intensificaram-se os métodos de trabalho, apresentando os interesses particulares da classe dominante como interesses universais, válidos para todas as classes, recompondo desta forma, a subalternidade material e social e solidificando a hegemonia. Tal recomposição viabilizada por programas de ajuste estrutural definido pelos organismos multilaterais e garantido pelas burguesias nacionais dos países periféricos, atualiza um processo de continuidade do projeto neoliberal. Esta

dinâmica tem impactos nas classes trabalhadoras e se realiza no cotidiano tanto nos aspectos objetivos de perda de direitos, flexibilização e precarização das condições de trabalho, quanto impactos ideológicos e políticos que segundo Antunes (2011) atingem o ser da classe.

Observamos que na análise dos sindicalistas aparece o componente da intensificação do trabalho docente como elemento que fragiliza a participação política. Acrescentamos também que a presença maior do professor temporário também influencia neste processo a medida que a não estabilidade no emprego fragiliza as condições de reivindicação da categoria.

Em termos de resistências dos docentes no cotidiano da instituição não podemos deixar de citar as experiências de luta contra os cursos pagos, enfrentadas pelos professores. Os dois cursos gratuitos propostos nos anos 2000 passaram por grandes dificuldades de implementação, demorando bastante a sua aprovação, sendo retardados em virtude da lentidão burocrática. O primeiro curso sugerido pelo grupo de estudos e pesquisa IMO (Instituto Movimento Operário) não foi aprovado e o segundo, originado de um intenso debate no colegiado de Serviço Social, obteve aprovação após três anos caminhando nas instâncias de decisão da Universidade. Após aprovado, os professores tiveram que assinar um termo, identificando que as aulas não entrariam em sua carga horária, tal qual se expressa para os professores remunerados das especializações pagas; uma condição que transfere a responsabilidade de oferta gratuita para as mãos dos professores. Tais episódios indicam contraditoriamente que alguns professores, por diversas necessidades, aderem à lógica dos cursos, enquanto outros encontram na oferta gratuita uma trincheira importante da luta pela manutenção do caráter público da Universidade.

### **4.3. Elementos do perfil docente no contexto neoliberal: condições sócio-econômicas, dinâmica e controle de trabalho e estratégias individuais**

#### **4.3.1- Condições sócio-econômicas**

Descrevemos a nossa trajetória de pesquisa na introdução deste estudo, evidenciando que usamos desde fontes documentais da gestão da UECE e do Sindicato dos professores, bem como dados colhidos (por via de questionários e

entrevistas junto aos docentes). Passaremos então, à descrição destes, bem como das informações que recolhemos da pesquisa documental, extraídas principalmente dos *sítes* oficiais da UECE, IEPRO, SINDUECE e do INEP. Abordamos inicialmente o perfil socioeconômico dos entrevistados. Tivemos acesso a 10% do total de 830 docentes, concursados e efetivos, na ativa entre janeiro e abril de 2011. Privilegiamos a abordagem por centro, distribuídos em acordo com a disposição voluntária de participação na pesquisa, bem como a proporção de cursos e professores de cada centro.

Além do perfil neste primeiro item, identificamos por via dos questionários, outros dois elementos para compreender a situação do docente na UECE na atual conjuntura neoliberal: 2) A dinâmica institucional cotidiana e o controle do trabalho docente e 3) Estratégias e representações individuais sobre o trabalho docente e a Universidade.

Passaremos agora a descrição e reflexão dos dados coletados tanto da pesquisa de campo direta (questionário, entrevista ), mesclada com as informações que coletamos da pesquisa documental, extraída principalmente dos sites oficiais da UECE, IEPRO, SINDUECE e do INEP. Abordamos inicialmente o perfil sócio-econômico dos entrevistados. Para melhor compreendermos a dinâmica do trabalho docente identificamos primeiramente as questões relacionadas ao perfil dos professores, pois são elementos que norteiam e condicionam a carreira e o cotidiano em geral da vida do docente.

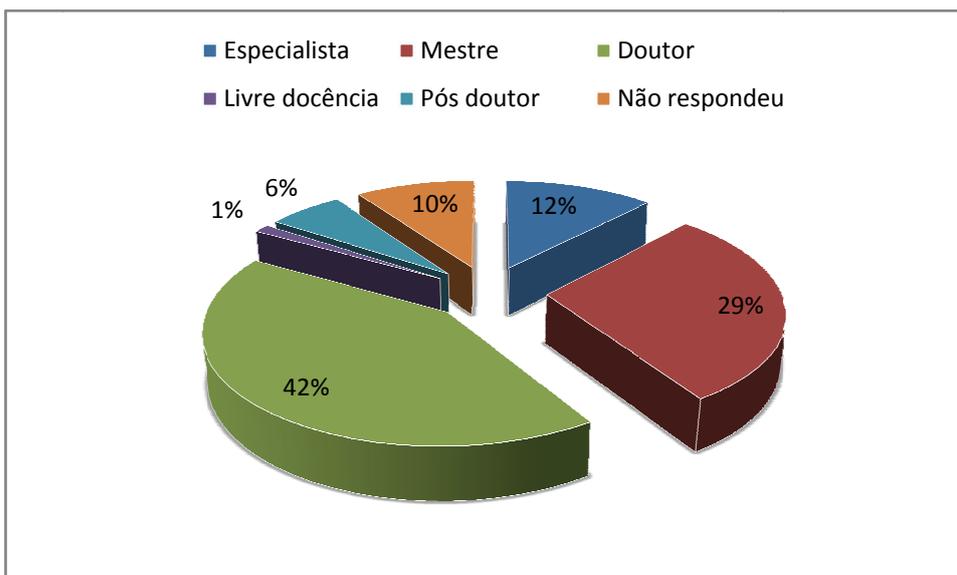
### **TABELA 1- Categoria funcional**

Tabela – Categoria dos professores pesquisados

| Categoria     | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Auxiliar      | 5     | 6,0  |
| Assistente    | 26    | 31,3 |
| Adjunto       | 39    | 47,0 |
| Titular       | 2     | 2,4  |
| Não respondeu | 11    | 13,3 |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte: Pesquisa Direta 2011

### **Gráfico 1- titulação**



Fonte: pesquisa direta

As duas primeiras ilustrações (tabela 1 e gráfico 1) fazem referência ao perfil de qualificação e categoria dos professores abordados. Atualmente<sup>174</sup> a UECE conta na sua totalidade com 104 professores especialistas (auxiliares), 386 mestres (assistentes), 301 doutores (adjuntos) e 41 pós-doutores. Deste total, tivemos o contato via pesquisa de campo acima detalhada, a 83 professores, sendo a maioria, da classe de adjunto. A faixa etária dos entrevistados se expressa na próxima tabela: 43,4% estão entre 33 a 45 anos e com mesmo percentual está a faixa etária entre 45 a 60 anos.

**Tabela 2 – Faixa etária dos (as) professores (as)**

| Faixa etária    | Freq. | %    |
|-----------------|-------|------|
| 33 a 45 anos    | 36    | 43,4 |
| 46 a 60 anos    | 36    | 43,4 |
| Mais de 60 anos | 10    | 12   |
| Não respondeu   | 1     | 1,2  |
| Total geral     | 83    | 100  |

Moda de 42 anos, Média de 48 anos

Em média, os professores dedicam entre 30 a 35 anos de suas vidas à carreira docente, período que geralmente coincide com seu maior potencial de produtividade. Segundo alguns estudos da área, só em casos extremados, os professores chegam a pedir licença por adoecimento, e embora algumas vezes associem às doenças ao ritmo de trabalho, consideram que isto é parte natural

<sup>174</sup> São dados extraídos do último UECE EM NÚMEROS (2010).

do trabalho docente. Tomamos como exemplo, a própria UECE, onde observamos a partir de nossa atuação no NEPA e coordenação do curso de Serviço Social relatos muito comuns de estafa e insatisfação com dinâmica e condições de trabalho, mas os casos de afastamento por estas situações não ocorriam. Foi significativo no contato que tivemos com os líderes dos grupos de pesquisa da instituição a partir da pesquisa, a tensão entre a insatisfação com a intensidade do ritmo de trabalho e adequação ao mesmo. Nos depoimentos, observamos que cada um vai criando mecanismos de “sobrevivência” às exigências produtivistas: maior organização do tempo, o uso da tecnologia como facilitadora para realizar trabalhos em domicílio, o treino para o apoio e autonomia dos bolsistas, o trabalho em equipe, a escolha atenta ao que vale do ponto de vista da pontuação do *Iattes* etc. Por vezes observamos a presença da crítica mais imediata a estes processo ao mesmo tempo a presença do sentimento de que não haveria outro caminho para estar em condições de competitividade.

Esta situação nos remete à questão da familiaridade e o significado disso para o processo de reprodução da ideologia na dimensão própria da cotidianidade moderna que pode significar o conformismo com o que existe. Entretanto, é importante destacar que a tomada de decisões dos indivíduos na vida cotidiana está embalada por determinações sociais vigentes. Assim as decisões individuais são sempre de natureza social, onde se aceita ou se nega as normas socialmente construídas. Independente da perspectiva, as decisões não estão completamente livres das possibilidades e influências da vida social. No caso do ideário neoliberal nas instituições há uma reprodução da ideologia da adaptação e pelo reforço ao empenho individual de “vestir a camisa” da empresa, pensando em termos de eficiência, eficácia e professor empreendedor que está a postos sempre para se manter numa condição de competitividade.

Recuperando a leitura de Lukács sobre a relação indivíduo e sociabilidade, Costa (2007) nos assegura que a relação entre a individualidade e valores socialmente produzidos é fundamental na luta de classes<sup>175</sup>, o que

---

<sup>175</sup> Isto se contrapõe ao ideário liberal no entendimento da relação sociedade e indivíduo, já que, para este, valores como egoísmo, competitividade, concorrência são próprios da natureza humana e o Estado existe para garantir a proteção e coesão social; assim, os impulsos naturalmente egocêntricos são controlados para manter a paz social. Não são as qualidades e os avanços da sociabilidade capitalista que determinam o chamado individualismo possessivo,

condiciona, por exemplo, a variedade de respostas individuais no contexto social. Portanto, o processo de reprodução social não é unívoca. Convivem as diferentes respostas de indivíduos e grupos.

Além disso, na tomada de decisão o sujeito avalia as determinações sociais vigentes na sociedade e também os seus pensamentos e sentimentos incorporados ao longo da vida, que formam o modo de ser e do querer ser da sua pessoa. Por isso uma simples decisão singular é de natureza social resultante da interação entre cada indivíduo e as determinações sociais que se expressam nos valores criados socialmente, com vistas à reprodução da sociedade e dos próprios indivíduos que a compõem (IDEM, p.71)

Ainda sobre o perfil socioeconômico dos professores, observamos, pelos dados a seguir reproduzidos que a maioria dos pesquisados possui casa própria (89,2%). Este perfil dos docentes entrevistados também revela a melhoria salarial condicionada pela conquista do PCCV, que elevou os salários em 100% na escala de quatro anos. A condição do pior salário do Brasil foi modificada diante da mobilização grevista dos anos de 2006 e 2007 e hoje a tabela salarial se equipara a dos professores das universidades federais.

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 4 – Condição da moradia dos (as) professores (as)**

| Tipo de Moradia | Freq. | %    |
|-----------------|-------|------|
| Alugada         | 8     | 9,6  |
| Própria         | 74    | 89,2 |
| Não respondeu   | 1     | 1,2  |
| Total geral     | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

Apesar da melhoria salarial é preciso fazer algumas relações com outros dados. 66,3% dos pesquisados têm o salário da UECE como a única fonte de renda pessoal e para 55% é a única fonte da renda familiar. Se atentarmos para o fato de que para 71,7% pagam escola particular para os filhos e 75,9% pagam

---

mas uma parte da natureza humana. Portanto só resta garantir o controle sobre ela, através do Estado, mas lembrando que este mesmo individualismo é o motor do progresso social. Daí a importância do mercado e a proteção da propriedade privada.

plano de saúde privado, isto significa que uma parte do salário também sofre impacto, já que diante das condições de saúde e educação públicas que temos, muitos se sentem na obrigação de endereçar seus gastos para o mercado. Ressalte-se que o plano de saúde do servidor do Estado (ISSEC) sofreu nos últimos anos uma reestruturação e atualmente só é possível acessá-lo uma vez por mês. Isto tem sido relatado constantemente no ano de 2011 na mídia (ver reportagens em anexo), e o maior incômodo para os usuários é a dificuldade para liberação de exames que só podem ser feitos nos três primeiros dias úteis do mês e com bastante dificuldade e enfrentamento de imensas filas .

**Tabela 6 – Tipo de escola frequentado pelos filhos**

| Tipos de Escolas filhos frequentam | Freq. | %    |
|------------------------------------|-------|------|
| Particular                         | 43    | 71,7 |
| Pública                            | 2     | 3,3  |
| Particular e pública               | 9     | 15   |
| Não respondeu                      | 6     | 10   |
| Total geral                        | 60    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 7 – Acesso a plano de saúde pelos (as) professores (as)**

| Acesso a plano de saúde privado | Freq. | %    |
|---------------------------------|-------|------|
| Tem                             | 63    | 75,9 |
| Não tem                         | 19    | 22,9 |
| Não respondeu                   | 1     | 1,2  |
| Total geral                     | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 8– Outra renda além do salário dos (as) professores (as)**

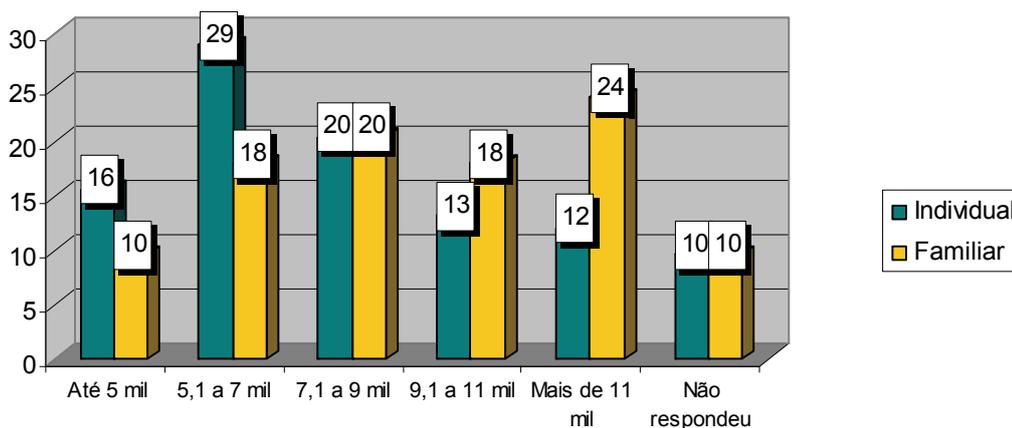
| Outra renda              | Freq. | %    |
|--------------------------|-------|------|
| Salário                  | 9     | 10,8 |
| Aluguel de imóvel        | 4     | 4,8  |
| Pensão                   | 1     | 1,2  |
| Aposentadoria            | 6     | 7,2  |
| Consultorias esporádicas | 1     | 1,2  |
| Bolsa UAB                | 1     | 1,2  |

|                       |    |      |
|-----------------------|----|------|
| Sefaz                 | 1  | 1,2  |
| Bolsas Pesquisa       | 1  | 1,2  |
| Assessoria            | 1  | 1,2  |
| IES (Particular)      | 1  | 1,2  |
| Conferencias e Cursos | 1  | 1,2  |
| SESA                  | 1  | 1,2  |
| Não tem               | 55 | 66,3 |
| Total geral           | 83 | 100  |

Fonte : Pesquisa direta 2011

Observamos que apesar de hoje a DE (dedicação exclusiva) ser uma condição da carreira docente, nem todos estão nesta situação e há uma variedade de trabalhos externos à universidade. A própria universidade pela oferta de cursos pagos, favorece a complementação da renda do professor.

Para 55% dos professores, a renda familiar é igual a renda individual. A faixa de renda está bem diversificada, variando de até 5 mil para mais de 11 mil. Segundo os critérios do IBGE, os professores entrevistados estariam entre a classe C e AB. Importante é destacar também que a variação dos salários também é determinada pelas variações do tempo, ascensão funcional, titulação, inserção na pós-graduação, dentre outros elementos próprios da carreira docente que criam diferenciações. O que nos lembra, também, a heterogeneidade na composição social dos professores e que tem certamente reflexos na dimensão política da categoria.

**GRÁFICO 2- Renda pessoal e familiar**

Fonte pesquisa direta 2011

Os dados mais gerais do IBGE hoje identificam o fato de que cresceu a chamada classe C, e entretanto, é importante compreender que a renda pessoal em geral foi aumentada, mas os gastos com impostos também aumentaram, reduzindo assim o ganho real das classes. Isto situa por exemplo, um sacrifício, pois as famílias assumem a responsabilidade pela educação dos filhos, via mercado<sup>176</sup>. Também se verifica uma manutenção da desigualdade social. Arcary ( 2011) recorda que o Brasil se manteve, em 2009, como um dos dez países com maior desigualdade social do mundo, segundo relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas). Lembra ainda que 46,9% da renda nacional se concentram nas mãos dos 10% mais ricos.. Já os 10% mais pobres ficam apenas com 0,7% da renda. O autor nos lembra ainda que a definição de classe média no capitalismo é muito polêmica, do ponto de vista sociológico, incluindo preconceitos sociais. Um dado que considera ser utilizado para a suposta ascensão de uma nova classe média no Brasil é que, entre 2004 e 2008, a recuperação da economia beneficiou os salários mais baixos enquanto os salários de ocupações com escolaridade mais alta continuou caindo, incluindo nesta condição por exemplo, o professor universitário que vem perdendo maiores estímulos materiais.

<sup>176</sup> A perspectiva de ascensão via acesso à educação sempre esteve presente na classe média, principalmente nos anos 1930 a 1980 porque de fato havia recompensa em termos salariais. Em função do funil seletivo para acesso à universidade pública, o setor da educação privada expandiu ( ARCARY, IDEM, P.57)

A disparidade de renda entre os assalariados- as diferenças entre o salários médio do trabalhador manual, o salário de trabalhadores em funções de rotina, e o salário médio dos assalariados com nível superior- vem diminuindo nos últimos 15 anos no Brasil. Mas isto não permite concluir que diminuiu a desigualdade social entre capital e trabalho, nem afirmar que a mobilidade social relativa é maior que no período histórico anterior a 1980.(idem, p.51)

Lembre-mos de que ao tratarmos do movimento docente no item anterior, observamos por exemplo que a identidade política da categoria se constituiu com alteridade ao longo dos anos. Quando os trabalhadores docentes sofreram os efeitos da política educacional e científica do governo ditatorial, que rebateram na deterioração do ambiente e dos instrumentos de trabalho, incluindo rebaixamento salarial, foi se constituindo uma redefinição da identidade profissional que condicionou o nascimento do sindicalismo com base na efervescência política da classe trabalhadora nos anos 1980. No caso das universidades estaduais, o fortalecimento do movimento docente ocorreu no exato momento em que a precarização do trabalho, principalmente salarial, colocou os professores num estado desconfortável nas três universidades, onde a trajetória do movimento docente ainda era muito pontual. Atualmente, a despeito da manutenção de grupos de resistência, o momento pós conquista do PCCV amorteceu de forma evidente a presença docente nas assembléias sindicais. Enquanto em 2006/2007 reuniam-se em torno de 90 a 150 professores, após PCCV o número reduziu de 15 a 30 pessoas.

Outro dado que identificamos na pesquisa foi a questão dos empréstimos. 44,6% fizeram algum tipo de empréstimo nos últimos dois anos. O empréstimo mais comum utilizado pelos servidores públicos em geral é o empréstimo consignado. No ano de 2009, o governo Cid Gomes criou uma forma de controle do Estado sobre os empréstimos dos servidores, no sentido de limitar o empréstimo ao comprometimento de apenas 30% do salário. Isto é atualmente realizado pela contratação de uma Administradora de Cartões. Em 2011 apareceram algumas denúncias sobre supostas irregularidades envolvendo a contratação da operadora (verificar notícias em anexo). Mas independente da questão, é importante situar que nos anos 2000 o crescimento do empréstimo a servidores públicos vem sendo

muito estimulado pelo mercado financeiro com muito *marketing* e supostas facilidades de crédito, com grande retorno para os Bancos, dada a segurança do empréstimo consignado, descontado em folha. Assim, ainda que ganhando um melhor salário, quase 50% dos pesquisados fizeram uso de empréstimo nos últimos dois anos.

**Tabela 10 – Realização de empréstimos pelos (as) professores(as)**

| Empréstimo    | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Sim           | 37    | 44,6 |
| Não           | 43    | 51,8 |
| Não respondeu | 3     | 3,6  |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

A maioria dos professores (80,7%) que preencheu o questionário utiliza carro próprio para deslocamento e quase 100% têm acesso a computador com internet. Esta ferramenta tecnológica é praticamente uma exigência na academia, porque facilita o acesso às informações, ao mesmo tempo em que dinamiza o trabalho docente, muitas vezes contribuindo para agilizar as atividades, ficando hoje até difícil mensurar a intensidade o tempo dedicado às atividades docentes. Mesmo que o professor não esteja presente na universidade, é possível “acessá-lo” via internet. Estão inclusos, neste processo, orientações para os alunos fora do tempo do trabalho. Lembrando ainda que é preciso acompanhar a própria situação da carreira, sua produtividade, via *LATTES*. A presença marcante da tecnologia hoje é um fator que melhora e facilita as atividades do docente, mas ao mesmo tempo favorece a sua intensificação diante do fato que cada vez mais ele acessa e pode ser acessado em casa para atividades de trabalho. Nos depoimentos que coletamos dos seis líderes dos grupos de pesquisa, todos sem exceção, indicaram que a tecnologia facilita e intensifica o ritmo de trabalho.

**Tabela 12– Acesso a Tecnologias pelos professores**

| Acesso a informática    | Freq. | %    |
|-------------------------|-------|------|
| Computador com internet | 81    | 97,6 |
| Computador sem internet | 2     | 2,4  |

|             |    |     |
|-------------|----|-----|
|             |    |     |
| Total geral | 83 | 100 |

Fonte: pesquisa direta 201

Os que não possuem em casa, podem acessar via internet na Universidade, porquanto cresceu em termos de infraestrutura, principalmente por via dos recursos captados pelos grupos de pesquisa e laboratórios. Alguns líderes dos grupos, entretanto, se queixam de que a manutenção dos laboratórios depende pouco da Universidade e muito mais da captação de recursos dos laboratórios. Esta fala foi algo comum ouvido na pesquisa, um certo inconformismo com poucas condições que a Universidade oferece (geralmente a sala, pouco material de expediente e só raramente acesso a bolsistas), sempre colocando este elemento como algo que intensifica o trabalho docente, porque o líder de pesquisa fica responsável por esforços acadêmicos e de gerenciamento do grupo.

Os professores a quem tivemos acesso, apresentaram um bom nível de acesso a Tv a cabo (65,1%), assinatura de revista (44,6%). Assinatura de jornal a maioria não tem (66,3%). Importante é lembrar que o acesso à internet também é outro canal importante de contato com a informação que tem gradativamente substituído jornais, periódicos e revistas em papel. Uma parte significativa dos entrevistados também tem acesso a viagens (68,7%), até porque, para estar atualizado na profissão, é preciso participar de congressos nacionais e internacionais. As dificuldades institucionais, no entanto, em termos de facilitar o apoio financeiro estão cada vez maiores e com mais burocracia (verificar resolução institucional que trata desta questão em anexo), fazendo com que esta seja mais uma despesa a ser gasta pelo próprio salário do professor.

**Tabela 13 – Acesso a canais de comunicação pelos professores**

| Acesso        | TV a cabo |      | Assinatura de revista |       | Assinatura de jornal |      |
|---------------|-----------|------|-----------------------|-------|----------------------|------|
|               | Freq.     | %    | Freq.                 | %     | Freq.                | %    |
| Tem em casa   | 54        | 65,1 | 37                    | 44,6  | 25                   | 30,1 |
| Não tem       | 27        | 32,5 | 44                    | 53,0  | 55                   | 66,3 |
| Não respondeu | 2         | 2,4  | 2                     | 2,4   | 3                    | 3,61 |
| Total geral   | 83        | 100  | 83                    | 100,0 | 83                   | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 14 – Acesso a viagens**

| Viajar      | Freq. | %    |
|-------------|-------|------|
| Sim         | 57    | 68,7 |
| Não         | 26    | 31,3 |
| Total geral | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

Pelos dados apresentados dos questionários e depoimentos dos líderes de pesquisa, o perfil socioeconômico está na perspectiva de uma heterogeneidade de condições, permitida também das condições de ascensão vertical e horizontal da carreira. Considerando que a maioria apresentou a renda da UECE como a principal ou única fonte, este elemento faz com que a condição do professor em geral oscile de acordo com os investimentos do governo na política salarial. O percentual de aumento dos 100% do PCCV foi concluído em 2010. Desde então, os professores universitários voltam à condição de aumento equiparada a todo funcionalismo do Estado que não tem ultrapassado os 5% nos últimos anos com a política de arrocho salarial contra o funcionalismo público em geral nos governos estaduais.

A maioria dos professores depende diretamente do salário como docente, embora alguns tenham outras formas de complementação da renda. Uma das maneiras mais presentes desde os anos 1990 é a participação dos professores nos cursos *lato sensu* ou de mestrado profissionalizante, ambos pagos, oferecidos via IEPRO. É o que já comprovou o estudo de Solonildo (2005) e as informações que recolhemos da Fundação, em 2011. Antes de tratar de alguns destes dados, é importante identificar que para participação nos cursos, o professor assina um termo, onde declara que as aulas da especialização não entram na sua carga horária.

Solonildo (IDEM) nos alerta para a noção de que, para estes cursos de especialização, diferentemente dos cursos *Stricto Sensu*, não é exigida autorização para reconhecimento e renovação, não sendo exclusividade de instituições de ensino superior. Os cursos eram financiados pela CAPES até a década de 1990. Após 1994, os cursos foram ofertados, mas autofinanciados. Nos dados coletados pelo pesquisador, restou identificada a precarização do trabalho docente neste processo, pois o valor da hora do professor não correspondia ao garantido pela legislação que rege a FUNECE, em termos de

hora aula para o mestre, por exemplo, com flexibilização dos valores pagos aos docentes (hora-aula, coordenação, orientação).

#### **4.3.2. A dinâmica institucional cotidiana e o controle do trabalho docente**

A atual gestão da UECE ( 2009-2012) organizou intensamente em termos burocráticos<sup>177</sup>, a dinâmica das tarefas docentes na Instituição, o que supõe maior controle acadêmico sobre este trabalho. Atualmente, a lotação de professores realizada pelas coordenações de curso obedece algumas normas para organização do trabalho de cada professor. Todas as atividades acadêmicas do professor além de sala de aula, devem constar em portarias para sua comprovação da mesma na totalidade da carga horária. Mesmo que o professor realize habitualmente algumas atividades na universidade, só são contabilizadas as que passaram pela aprovação das instâncias de competência e constam como portarias.<sup>178</sup>

A UECE além de ser uma universidade nova, fundada em 1975, tem um perfil de professores relativamente jovem, convivendo com grupos de professores próximos à aposentadoria. Uma parte dos professores, os mais antigos na instituição, se inseriu no quadro da FUNECE transferidos de outras instituições. A prática de concursos para docentes só foi ocorrer na instituição a partir dos anos de 1990. Importante destacar que nunca houve concursos para funcionários. São três diferentes perfis diferentes de contratação: os transferidos e indicados, os concursados para professor efetivo e os contratados por seleção pública simplificada para professor substituto. Como já indicado anteriormente, esta forma de contratação última é a predominante a partir do atual governo do estado, o que dificulta a base de trabalho docente via tripé do modelo de universidade humboldiano de ensino, pesquisa e extensão

#### **Tabela 15 – Carga horária de trabalho na UECE**

---

<sup>177</sup> Observamos uma identidade entre os indicativos propostos pelo CIC e este processo de controle, via burocratização das atividades docentes na UECE

<sup>178</sup> Paula (2012) in revista n.49 reedita algumas de suas reflexões de seu livro (2002- citado várias vezes no nosso texto) Segundo suas reflexões, o poder burocrático, por mais sutil e por entrar sorrateiramente na universidade, via decretos, regimentos etc, é mais eficaz na sua atuação. Neste sentido, tornam-se elementos contínuos e permanentes que intervêm sobre o trabalho intelectual (p.58).

| Carga horária | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| 40 sem DE     | 23    | 27,7 |
| 40 com DE     | 58    | 69,9 |
| Não respondeu | 2     | 2,4  |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

No documento do PAD- Plano de Atividade Docente, aprovado pelo Conselho Diretor em 19 de maio de 2009, é definida a CDS – Carga Didática Semanal- como a distribuição criteriosa e discriminada das atividades docentes em consonância com o regime de trabalho do professor. Quanto à distribuição de horas para sala de aula, assinala o seguinte artigo para os docentes de 40 horas com ou sem DE, o caso da maioria de nossos entrevistados:

II - docentes com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com ou sem adicional de dedicação exclusiva (DE), devem alocar carga-horária para as atividades de ensino, conforme os seguintes critérios:

a) de 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) horas semanais, quando se dedicar às atividades de ensino na forma de aulas, b) de 8 (oito) a 12 (doze) horas semanais para as atividades de ensino na forma de aulas, se: 1) for credenciado pelos Cursos/Programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES; 2) possuir comprovada produtividade registrada pelas agências oficiais de fomento à pesquisa ou conforme definido em Resolução específica; 3) exercer funções administrativas descritas nos itens IV e VI do Art. 13 da presente Resolução. c) de até 8 (oito) horas semanais para o ensino na forma de aula, se no exercício de funções administrativas descritas nos itens II, III e V do Art. 13 da presente Resolução.

É bom salientar que, em condições adversas de falta de professores, parte dos coordenadores solicita a colaboração dos professores para assumir das 40 horas semanais em vez do tempo menor que é de direito.

As atividades de grupos de estudos também devem constar em portarias, onde o registro das atividades desta natureza deverá ser aprovada pelo colegiado do curso e homologado no Conselho de Centro ou Faculdade para constar como duas horas na carga horária, independentemente do número de grupos de estudos. Consideramos que é importante a existência de critérios acadêmicos claros e públicos para a organização do trabalho docente na Instituição, mas é preciso identificar o nível de debate coletivo que foi garantido para estas resoluções serem democráticas e respeitarem a autonomia e especificidades do trabalho docente.

Vale a pena lembrar, ainda, que a existência de mecanismos de uma burocracia não garante sua efetividade, além do que os trâmites institucionais não estão imunes às relações de clientelismo ou perseguição que por ventura, possam existir em qualquer instituição social. Só é computável aquilo que se transforma em portaria; uma forma de burocratizar a atividade docente, racionalizando suas funções tendo em vista o controle institucional que, repetimos, consideramos necessário numa instituição pública, mas desde que amplamente debatido, garantindo o seu caráter democrático. Nós não podemos esquecer de que não é recente uma certa desconfiança quanto ao funcionalismo público, como se este estivesse sempre pronto para não assumir suas funções e assim o compromisso vai ser garantido por um conjunto de papelada no intuito de moralizar e “docilizar” possíveis resistências do trabalho.

Ocorre claramente um controle da atividade do professor por via de definições a que e onde deve ser dedicado seu tempo de trabalho. Além do mais, há uma mensuração valorativa para cada atividade e um claro privilégio dos que já estão dentro dos critérios acadêmicos produtivistas, como expressa o item 2 do artigo: 2) possuir comprovada produtividade registrada pelas agências oficiais de fomento à pesquisa ou conforme definido em Resolução específica. Assim, a Resolução reforça no cotidiano acadêmico a lógica de favorecer os que já estão bem, em contrapartida de incentivar quem está iniciando os percalços iniciais da carreira.

Além de já prestar contas às agências de fomento da pesquisa, o professor envolvido em pesquisa deve, segundo a Resolução que por ora comentamos, repassar relatório também ao coordenador de curso e ao diretor de centro no qual está lotado. Isto amplia ainda mais a burocratização das atividades de pesquisa, bem como pode comprometer a autonomia do pesquisador. Pensemos numa situação em que o objeto pesquisado esteja relacionado a questões da própria instituição, se isto não pode prejudicar a finalização de seu produto de trabalho. Todas as atividades de extensão também se postam na mesma condição com a exigência de apresentação de relatório ao coordenador e diretor do centro. Em vez de se reconhecer a instância mais coletiva como o colegiado, situa-se a função de controle hierárquico da Instituição.

O PAD deve ser entregue mensalmente ao coordenador, acompanhado de todas as comprovações (portarias e relatórios). A CDS de todo o colegiado é

apresentada pelo coordenador ao colegiado que deverá aprová-la em reunião definida para tal. Caso o docente exiba uma carga didática inferior aos critérios apresentados pelo PAD, o coordenador e diretor do centro deverão indicar atividades extras para o docente no intuito de completar a carga horária. O tempo que deveria ser dedicado à densidade do estudo e pesquisa pode ser reduzido em diante das preocupações burocráticas de corresponder às normas institucionais.

Paula (2002), em seu estudo sobre a transformação da inteligência universitária, via modernização burocrática, reflete que após o processo de expansão do ensino superior, surgiram equipes especializadas em administração e uma nova forma de racionalidade tomou conta da universidade, a burocrática-planificadora, onde estão presentes os controles dos processos, a administração dos recursos e as normas institucionais. A estrutura departamental, embora tenha significado avanços na vida acadêmica, está longe de representar democracia, e muitas decisões institucionais estão fora desta instância, sendo boa parte dos órgãos colegiados com participações docente e discente muito restritas, criando o que a autora chama aristocracia universitária (p.223). Em sua análise, o poder burocrático, para se exercer em toda sua plenitude, exige a interiorização de suas regras..Nesta perspectiva, com a burocratização da Universidade, grande parte do corpo docente aderiu aos pressupostos da modernização, aqui entendida como processo correlato da racionalização instrumental que o capitalismo pretendeu imprimir na Universidade. Assim, na sua compreensão, uma parte considerável do corpo docente universitário, pós-década de 1970, aderiu à “mística modernizadora”. Os docentes que se identificam com a busca de maior racionalização instrumental para as atividades universitárias perseguem os critérios do “rendimento” e da “produtividade” e da “eficácia” acadêmicos.

Esta é uma forma em que se materializa a lógica própria de uma racionalidade liberal na instituição, onde cada indivíduo vai competir, via produtividade, para melhor ter acesso às condições de trabalho e recursos institucionais. Identificamos assim o fato de que a perspectiva liberal não é algo externo às dinâmicas institucionais, nem às posições de cada indivíduo, mas não é possível esquecer de que isto não se realiza sem resistências, que se exemplificam nas recusas individuais de enquadramento, no questionamento de setores e grupos quanto à questão da democracia interna e à direção social da vida universitária. A tabela abaixo é reveladora em relação ao tempo dedicado a estas atividades:

**Tabela 16– Tempo semanal investido em atividades burocráticas na UECE**

| Tempo investido           | Freq. | %     |
|---------------------------|-------|-------|
| Até 5 horas               | 20    | 24,1  |
| 6 a 10 horas              | 13    | 15,7  |
| 11 a 15 horas             | 4     | 4,8   |
| 16 a 20 horas             | 10    | 12,0  |
| Mais de 20 horas          | 14    | 16,9  |
| Não respondeu/<br>Nenhuma | 22    | 26,5  |
| Total geral               | 83    | 100,0 |

Fonte: pesquisa direta 2011

A despeito das exigências apresentadas pelas normas institucionais, as condições de trabalho nem sempre correspondem ao seu nível de exigência, pois, observando a tabela sobre condição de acesso à sala de trabalho na Instituição, verificamos que praticamente 70% dos professores não têm acesso a um espaço, individual ou coletivo, para poder desempenhar suas funções acadêmicas com as condições mínimas para estudo e manutenção de todo o dia no ítal universitário. Então, há uma desigualdade entre o nível de exigência e controle e as condições reais de trabalho.

Os recursos audiovisuais, embora ainda escassos nas coordenações de curso, hoje são encontrados com maior facilidade pela condição de equipamentos por parte de grupos e laboratórios de pesquisa. Este é um sinal também importante porque os recursos, na maioria das vezes, são conquistados pelos esforços dos grupos para captação de recursos por via de editais.

**Tabela 17– Condição de acesso à sala de trabalho pessoal na UECE**

| Sala pessoal     | Freq. | %    |
|------------------|-------|------|
| Sim, sozinho (a) | 9     | 10,8 |
| Sim, dividido    | 15    | 18,1 |
| Não              | 58    | 69,9 |
| Não respondeu    | 1     | 1,2  |
| Total geral      | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 18 – Acesso e uso dos recursos audiovisuais para o trabalho na UECE**

| Recursos audiovisuais   | Freq. | %    |
|-------------------------|-------|------|
| Computador              | 51    | 61,4 |
| Datashow                | 74    | 89,2 |
| Retroprojektor          | 45    | 54,2 |
| Televisão               | 2     | 2,4  |
| Web Rádio               | 1     | 1,2  |
| Laboratório de biologia | 1     | 1,2  |
| Não respondeu           | 2     | 2,4  |
| Total geral             | 83    | 100  |

Fonte; pesquisa direta 2011

**Tabela 19– Tempo investido em atividades na UECE**

| Tempo investido           | Preparação das aulas |       | Sala de aula |       | Atividades de pesquisa |      | Atividades de extensão |       |
|---------------------------|----------------------|-------|--------------|-------|------------------------|------|------------------------|-------|
|                           | Freq.                | %     | Freq.        | %     | Freq.                  | %    | Freq.                  | %     |
| Até 5 horas               | 13                   | 15,7  | 7            | 8,4   | 19                     | 22,9 | 12                     | 14,5  |
| 6 a 10 horas              | 32                   | 38,6  | 23           | 27,7  | 18                     | 21,7 | 6                      | 7,2   |
| 11 a 15 horas             | 9                    | 10,8  | 18           | 21,7  | 4                      | 4,82 |                        | 0,0   |
| 16 a 20 horas             | 20                   | 24,1  | 24           | 28,9  | 8                      | 9,64 | 1                      | 1,2   |
| Mais de 20 horas          | 3                    | 3,6   | 4            | 4,8   | 1                      | 1,2  |                        | 0,0   |
| Não respondeu/<br>Nenhuma | 6                    | 7,2   | 7            | 8,4   | 33                     | 39,8 | 64                     | 77,1  |
| Total geral               | 83                   | 100,0 | 83           | 100,0 | 83                     | 100  | 83                     | 100,0 |

Preparação das aulas - Média 11,5h Moda - 8h

Os representantes da gestão que entrevistamos reconhecem as dificuldades de financiamento que a UECE enfrenta, pensando do ponto de vista dos sucessivos governos estaduais:

Nos anos de 1980, garantimos o percentual dos 5%, para as universidades estaduais, mas de fato nunca foi cumprido. O governo assumiu: custeio com pessoal e manutenção, mas não investimento em pesquisa e outras questões importantes para uma universidade. (gestor 2)

A política de editais data do período ditatorial quando da criação da pós-graduação. É importante identificar o fato de que, com a política de editais, o controle das prioridades na produção do conhecimento fica definido pelo Estado e em acordo com os interesses dados para a Ciência e Tecnologia. Recuperação dos editais do último ano nos esclarece, por exemplo, a prioridade nas áreas tecnológicas, mais interessantes ao mercado.

Além disso impele ao processo de concorrência entre os pares, bem como é importante frisar que determina as regras da produção do conhecimento e lança uma perspectiva meritocrática no acesso aos recursos de financiamento do ensino superior, quase sempre privilegiando os que tem excelente nível de produtividade. Exemplos das prioridades podem ser rapidamente captadas na página do CNPQ nos editais mais recentes: a chamada n.26/2011 lança edital objetivando selecionar propostas para apoio financeiro que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação nas áreas de Segurança Alimentar, Bionergia e Biotecnologia Industrial; a chamada 19/2011 lança edital objetivando selecionar propostas para apoio financeiro que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação no âmbito dos convênios bilaterais de cooperação científica e tecnologia internacional; a chamada 09/2011 apoia projetos para a consolidação e melhoria da infraestrutura de incubadoras para prestação de serviços de empresa de base tecnológica.

O próprio uso do termo *innovar* pode indicar um viés político-ideológico, como nos lembra Chaves (2008),<sup>179</sup> utilizando a reflexão de Oliveira (2002), que associa o conceito de inovação ao uso adequado da tecnologia, referindo-se à capacidade de transformar recursos técnicos em riquezas econômicas e benefícios sociais.

Na política implementada no governo Lula, destaca-se a Lei de Inovação Tecnológica que, dentre outras questões, prevê o direcionamento dos recursos para empresas, dando prioridade ao mercado. Como destaca Coggiolla (2006), esta Lei se baseia em três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de instituições de Ciência e Tecnologia no processo de inovação; e o incentivo à inovação na empresa. Este é, porém um processo que se iniciou no período FHC com a criação dos fundos setoriais,<sup>180</sup> em 1999, como marco inicial na parceria público-privada. Entre 2003 e 2005, os recursos oriundos dos fundos setoriais aplicados em ciência e tecnologia tiveram um crescimento de 92,7%, conforme consta no sítio da FINEP; entretanto, os estudiosos destacam que o investimento brasileiro em ciência e Tecnologia se manteve abaixo dos 1,3% do PIB durante o

---

<sup>179</sup> Revista Universidade e Sociedade 42- 2008

<sup>180</sup> Chaves cita novamente Oliveira (2002) para conceituar fundos setoriais como fontes não orçamentárias formadas por contribuições diversas, tais como *royalties*, parcela das receitas beneficiárias de incentivos fiscais, compensação financeira, licenças e autorizações, além de doações e empréstimos (...)os setores privilegiados para os fundos seriam os de petróleo, energia, recursos hídricos e telecomunicações, transporte e mineração.

governo Lula, enquanto o superávit primário (reservas para pagamento da dívida) ficou acima de 4,5%, sendo o ajuste fiscal a prioridade fundamental do Governo.

Um elemento também a ser refletido é que a captação de recursos nem sempre implica a democracia dos recursos institucionais, podendo, inclusive, fortalecer, na mesma instituição, grupos como feudos e ilhas de excelência em razão desta forma de acesso aos recursos de trabalho. Em razão das dificuldades no acesso, nem sempre os grupos estão dispostos a partilhar e a conquista nem sempre se transforma em bem público, acessível aos demais grupos e pessoas da Instituição. O processo pode assim fortalecer formas de privatização dos recursos.

Quando observamos os regulamentos dos editais, critérios de elegibilidade, observamos a obrigatoriedade do título de doutor para o coordenador, atualização do *lattes* e o próprio nível de produtividade do proponente. Principalmente o professor inserido na pós-graduação deverá estar atento aos editais e melhorando cada vez mais sua capacidade competitiva a eles ter acesso. Maués (2008)<sup>181</sup> identifica o fato de que, para obter financiamento, é preciso atingir os critérios da CAPES, onde os professores que atuam na pós precisam atingir: pelo menos uma publicação qualificada ( revistas indexadas no ranque estabelecido) por ano; um projeto de pesquisa com financiamento externo; a participação em eventos nacionais e internacionais; a inserção em comissões nacionais de avaliação e outros indicadores de produtividade. São varios elementos que exigem tempo e investimento financeiro para realizar.

Bosi (2008)<sup>182</sup> compara a dinâmica dos trabalhos em grupos à lógica atual do mundo fabril, organizado por células, que fortalece no processo de reestruturação produtiva a quebra da solidariedade de classe, pois trabalham na perspectiva de metas, o que é garantido pelo nível de produtividade, onde o próprio grupo se pressiona para se tornar competitivo.

Na universidade, o trabalho em grupos assume as mesmas características. Vale acrescentar que o trabalho docente se realiza predominantemente na ausência de condições materiais adequadas, ou seja, na universidade, o trabalho em grupos se transforma na maioria das vezes, em um instrumento de potencialização da competitividade e de enfraquecimento de uma possível solidariedade de classe; estabelece clivagens, ao segmentar os trabalhadores entre aqueles que cumprem as

---

<sup>181</sup> Revista *Universidade e Sociedade* 42- 2008

<sup>182</sup> Revista *Universidade e sociedade* 41- ano: 2008

metas e os que não as cumprem, criando divisão político-ideológica, gerando uma constante sensação de estresse e insegurança, com relação ao anseio de manutenção dos patamares de produtividade, determinados pelas agências de fomento (Idem, p17)

Novamente, entra em destaque o pragmatismo que acompanha hoje o cotidiano acadêmico. A universidade se transforma numa organização que precisa ter metas de produtividade pela lógica da racionalidade da eficácia e parâmetros próprios do mundo fabril. Ouvimos várias reclamações sobre isso nos grupos, mas quase sempre acompanhadas de um certo fatalismo desta situação, fazendo-nos novamente compreender que o cotidiano pode ser espaço de adequação à ordem estabelecida ou de resistência.

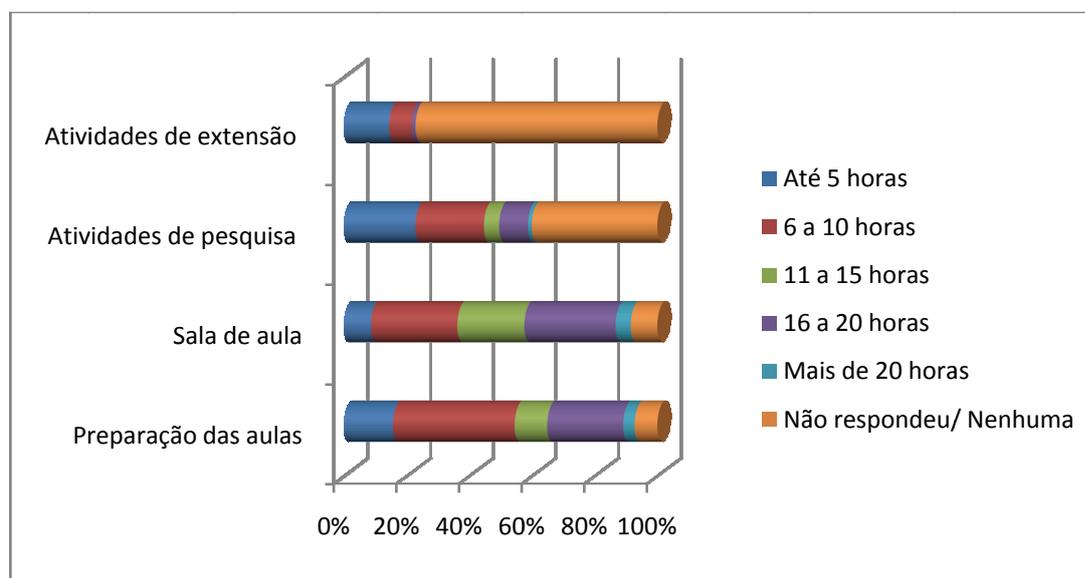
Vale ressaltar que a UECE nunca teve concursos para funcionários efetivos. Hoje ela tem apenas com ----funcionários, o que dificulta parte de suas atividades burocráticas e o professor não conta em seu cotidiano com aparato institucional e assume atividades burocráticas que caberiam ao setor técnico-administrativo.

No contexto de intensificação de várias atividades, vale lembrar ainda como consta no próximo gráfico (Tempo investido em atividades na UECE) para identificarmos que a atividade docente não se encerra na sala de aula e portanto, que o tempo de trabalho tem variações e se amplia a medida que tem o tempo de preparação para ele e as orientações que se dão fora do tempo de aula. 38,6% dos docentes dedicam entre seis a dez horas diárias para preparar aulas durante a semana, enquanto 24,1% chegam a se concentrar entre 16 e 20 horas na mesma atividade. Antes as variações que permitem o PAD e a variação de regime de trabalho na lotação dos professores, explica-se também a diversificação no tempo de dedicação de todas as atividades.

Mesmo que a maioria dos professores investigados tenha regime de trabalho de 40 horas, uma parcela significativa (39,8%) não respondeu ao item, podendo indicar que não dedicam tempo à atividade de pesquisa. Lembremos que as condições de acesso à pesquisa ainda são algo restrito no âmbito da Universidade, ficando uma parcela de professores dedicados quase que exclusivamente à sala de aula. Este dado supostamente não combina com o crescimento dos grupos de pesquisa existentes atualmente na Universidade (137) mas revela as condições de acesso à pesquisa e uma relativa concentração, já que as pesquisas institucionais com apoio estrutural são condicionadas, antes de tudo, pela titulação do docente e

sua produtividade., o que de certa forma dá continuidade à diferenciação dos docentes na Instituição e uma hierarquia entre o professor “aulista” e o docente pesquisador.

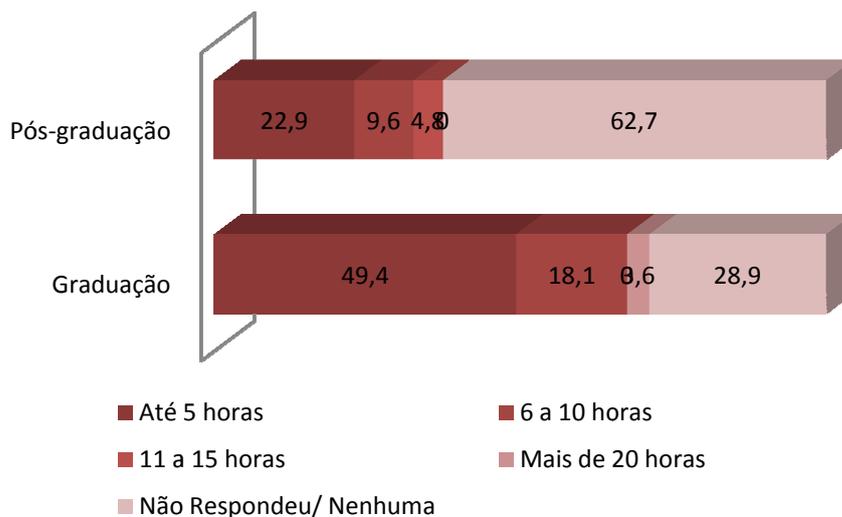
**Gráfico 3- Tempo investido em atividades na UECE (período semanal)**



Fonte: pesquisa direta 2011

Quanto às atividades de orientação, a maioria (49,4%) dedica o tempo de até cinco horas na graduação e 22,9% na pós-graduação. Mais à frente, trataremos de quais estratégias os docentes utilizam para se adequarem às diversas atividades. Não custa lembrar que as atividades só são consideradas pela Instituição se aprovadas nos trâmites institucionais, passando inicialmente pela aprovação do colegiado até se tornar uma portaria. Só assim se poderá obter comprovação das orientações e demais atividades para constar na carga horária e na CDS.

**Gráfico 4 – atividades Pós-graduação- graduação**



A UECE cresceu em termos de pesquisa, como podemos observar na página oficial da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa no *site* da UECE, apesar de não envolver todos os professores. Repassamos ainda os últimos dados de 2011 e comentaremos em seguida os objetivos apresentados para se ter acesso à pesquisa na Instituição, de acordo com suas normas e legislações.

#### Pós-Graduação Stricto Sensu

| Modalidade                       | Quantidade |
|----------------------------------|------------|
| Doutorado Próprio                | 2          |
| Doutorados em Rede ou Associação | 2          |
| Mestrados Acadêmicos             | 14         |
| Mestrados Profissionais          | 7          |
| <b>Total</b>                     | <b>25</b>  |

Fonte; site UECE

#### Programas de Bolsa de Pós-Graduação

| Modalidade             | Nível     | Quantidade |
|------------------------|-----------|------------|
| Demanda Social (CAPES) | Mestrado  | 169        |
|                        | Doutorado | 67         |
| Funcap                 | Mestrado  | 126        |
|                        | Doutorado | 62         |
| CNPQ                   | Mestrado  | 21         |
|                        | Doutorado | 43         |

Fonte: site UECE

A Resolução do CEPE Conselho de Ensino e Pesquisa (dezembro de 2002) identifica entre os objetivos da institucionalização pleitear recursos internos e externos para financiamento de pesquisa. A iniciação científica e tecnológica é apresentada como um dever da Instituição. Os grupos de pesquisa têm, como uma das finalidades definidas pela resolução, atrair recursos financeiros, tendo como base a aprovação de projetos nos órgãos de fomento à pesquisa. A Resolução lembra que os grupos que não tiverem produção científica mínima poderão ser retirados pelo CNPS do Diretório Nacional de Pesquisa (DNpq) após avaliação. Ou seja, para manter um grupo, é preciso um nível de produtividade em acordo com as regras definidas pelas agências de fomento.

#### Grupos de Pesquisa Certificados pela UECE

| Grande Área                 | Quantidade |
|-----------------------------|------------|
| Ciências Agrárias           | 15         |
| Ciências Biológicas         | 14         |
| Ciências da Saúde           | 24         |
| Ciências Exatas e da Terra  | 16         |
| Ciências Humanas            | 43         |
| Ciências Sociais Aplicadas  | 10         |
| Engenharias                 | 05         |
| Linguística, Letras e Artes | 10         |
| <b>Total</b>                | <b>137</b> |

(dados referente a 13/10/2011)

#### Programas Institucionais de Iniciação Científica

| Modalidade  | Quantidade |
|-------------|------------|
| PIBIC/ CNPQ | 155        |
| PIBIC/ CNPQ | 02         |

|               |            |
|---------------|------------|
| PIBIC-EM/CNPq | 69         |
| ICT-FUNCAP    | 180        |
| IC-UECE       | 152        |
| IA-UECE       | 25         |
| PROVIC        | 210        |
| PIBITI/CNPq   | 10         |
| <b>Total</b>  | <b>803</b> |

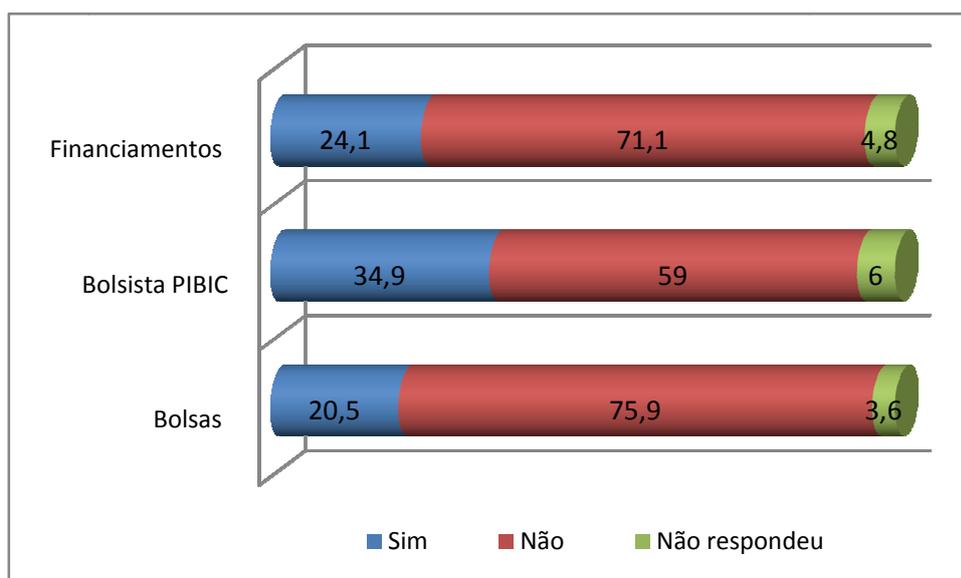
(dados referente a 13/10/2011)

Fonte: site UECE

Em termos de acesso a bolsas, o número é ainda reduzido. 75,9% dos entrevistados não tiveram acesso a bolsas de pesquisa na UECE. Atualmente a UECE possui 18.000 estudantes e 830 professores efetivos. A contradição deste processo é que a gestão vem crescentemente contratando professores em situação de temporários, sem oferecer condições de envolvimento com ensino, pesquisa e extensão, o que repercute no modelo de universidade que se efetiva cotidianamente.

**Tabela 20– Acessos na área de pesquisa**

| Acessos em pesquisa | Bolsas |       | Bolsista PIBIC |      | Financiamentos |      |
|---------------------|--------|-------|----------------|------|----------------|------|
|                     | Freq.  | %     | Freq.          | %    | Freq.          | %    |
| Sim                 | 17     | 20,5  | 29             | 34,9 | 20             | 24,1 |
| Não                 | 63     | 75,9  | 49             | 59,0 | 59             | 71,1 |
| Não respondeu       | 3      | 3,6   | 5              | 6,0  | 4              | 4,82 |
| Total geral         | 83     | 100,0 | 83             | 100  | 83             | 100  |



Fonte: pesquisa direta 2011

Todos os acessos internos e externos à pesquisa situam, conforme tabela abaixo, a atualização do *lattes* como um requisito necessário para inserção nos projetos. O *lattes* é hoje um medidor fundamental do nível de produtividade dos professores. Os docentes investigados em sua maioria (77,1%) realizam a atualização deste, mesmo que não participem de grupo de pesquisa certificado pela instituição. Dos entrevistados, 23% são coordenadores de grupos de pesquisa, enquanto 37% são membros; 20% participam de mais de um grupo. O número total está exposto nas tabelas com suas variações.

**Tabela 21– Atualização do currículo lattes**

| Atualidade     | Freq. | %    |
|----------------|-------|------|
| Atualizado     | 64    | 77,1 |
| Não atualizado | 19    | 22,9 |
| Total geral    | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 22– Participação em grupos de pesquisa**

| Participação  | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Participa     | 55    | 66,3 |
| Não participa | 26    | 31,3 |
| Não respondeu | 2     | 2,4  |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 23– Número de grupos de pesquisa em que participa**

| Número de grupos | Freq. | %      |
|------------------|-------|--------|
| 1                | 32    | 58,182 |
| 2                | 20    | 36,364 |
| 3                | 3     | 5,4545 |
| Total geral      | 55    | 100    |

Fonte; pesquisa direta 2011

**Tabela 24 – Nível de envolvimento com o grupo de pesquisa**

| Nível de envolvimento | Freq. | %    |
|-----------------------|-------|------|
| Coordenador(a)        | 23    | 40,4 |
| Membro                | 37    | 64,9 |
| Não respondeu         | 2     | 3,5  |
| Total geral           | 57    |      |

Fonte; pesquisa direta 2011

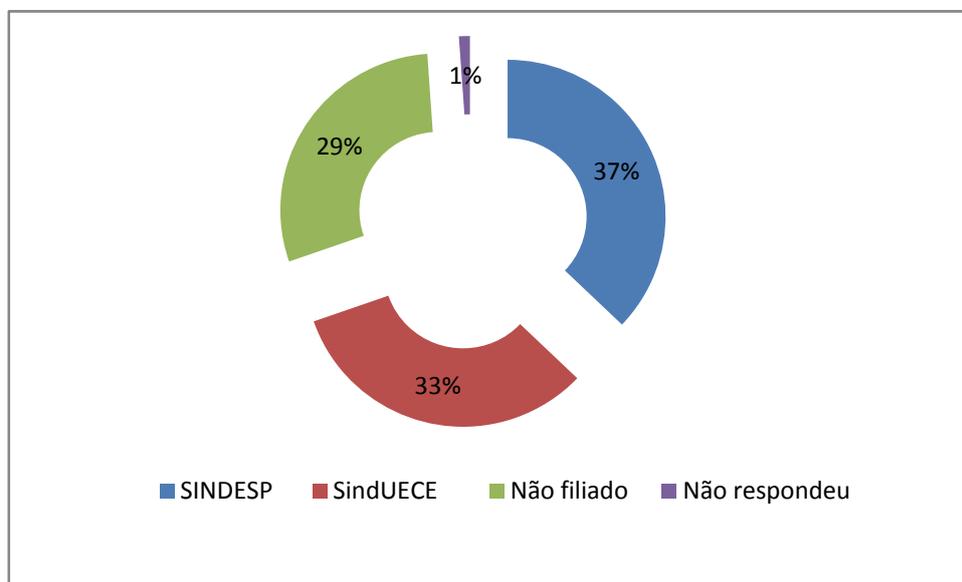
Ao tempo em que os grupos se tornam uma exigência própria do trabalho acadêmico e as múltiplas formas de competitividade, eles são também uma das formas de enfrentar coletivamente e de encontrar abrigo coletivo ante as novas exigências. Sguissardi e Silva Júnior (2010) nos alertam, no entanto, para o fato de que uma característica da intensificação do trabalho docente é que em geral, ele obedece a padrões externos que não dão origem em decisões autônomos, mas em mandatos heterônomos das agências de fomento, órgãos públicos ou empresas privadas, determinantes de serviços e definidoras de tempos e prazos da prática docente cotidiana. Os autores identificam na expansão e centralidade da pós-graduação um dos fatores decisivos desta nova organização do trabalho docente.

Pode-se iniciar a análise argumentando que esse evento, entre outras decorrências, abriu um espaço jurídico para mudanças no Cnpq na Capes . O primeiro parece ter-se tornado um indutor de pesquisas estruturais aplicadas e incentivador de políticas sociais focais, enquanto a segunda, pelo que se pode inferir, parece ter-se tornado uma agência reguladora da pós-graduação no país, orientando estrutura, ações e “produtos” dos programas . Esta rígida estratégia é realizada predominantemente, por meio de seu modelo de regulação e controle,

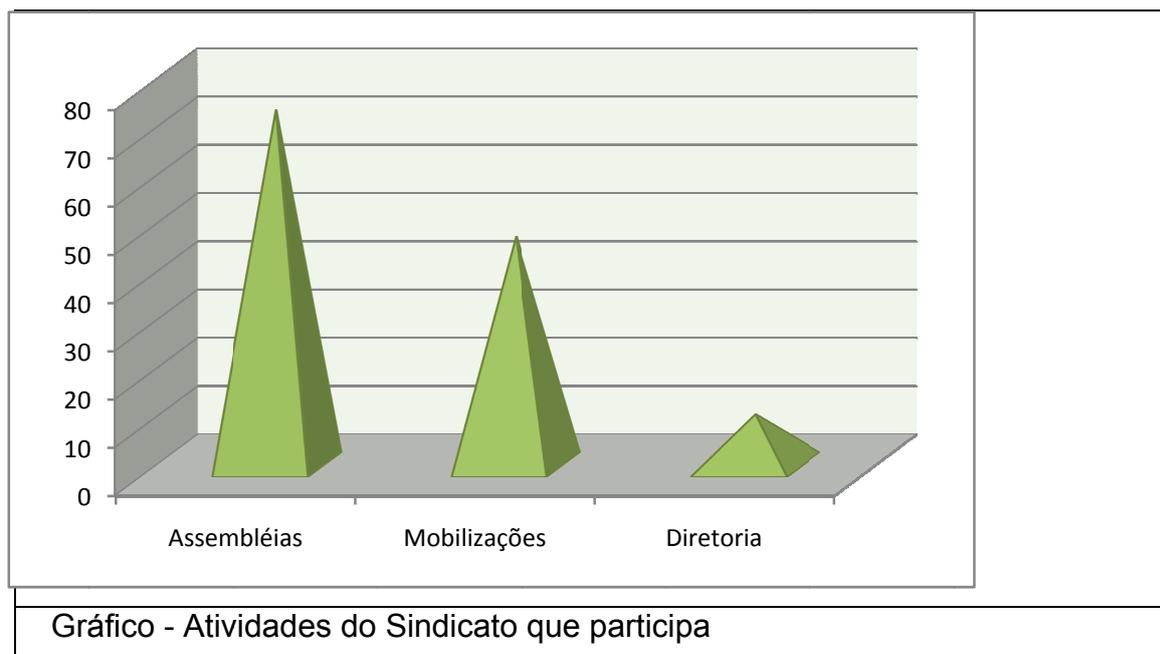
dito de avaliação, e de simultâneo e vinculado processo de financiamento. O resultado dessa estratégia é a classificação dos programas em cada área por meio de notas trienais atribuídas a cada um deles. Destaque-se ainda que essas duas agências soem ter políticas institucionais articuladas e orientadas pelo projeto de país que se pôs em movimento desde o governo FHC e que perdura no governo Lula. (p.191)

Quanto à participação política, a maioria tem filiação sindical: dos professores abordados na pesquisa, 33% são filiados ao SINDUECE e 37% filiados ao SINDESP, lembrando que não há impedimento legal para o docente ser filiado aos dois sindicatos. Somente 22,9% responderam que participam das atividades sindicais. Destes, a maioria (73,7%) participa das assembleias.

**Gráfico 5- Participação no movimento sindical**



**Gráfico 6- Formas de participação no sindicato**



Fonte: pesquisa direta 2011

A forma de organização do trabalho docente no cotidiano acadêmico tem impactos também na adesão às atividades sindicais, já que a intensificação do trabalho, o maior academicismo e uma relativa descrença da reversão dos processos de exigências produtivistas e precarização do trabalho docente parecem esvaziar, em certa medida, a luta coletiva mais geral.

Como nos lembra Navarro (2001), os desafios enfrentados pela luta sindical não podem ser descontextualizados da própria crise em que se encontra imerso o movimento sindical sindicalista classista mais geral, marcada pela desregulamentação das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural e pela exclusão social crescente.

Quanto às questões de lazer, o cinema é a atividade mais comum. Outros identificam qualquer atividade a partir das condicionantes do trabalho, dentre elas a questão de levar trabalho para casa. Na pesquisa feita por Sguissart e Júnior (Idem) quanto à intensificação do trabalho nas federais, há interseção das atividades de trabalho e de lazer com a família. O cotidiano institucional extrapola e ocupa também o tempo do lazer.

### Gráfico 7- Cultura e entretenimento

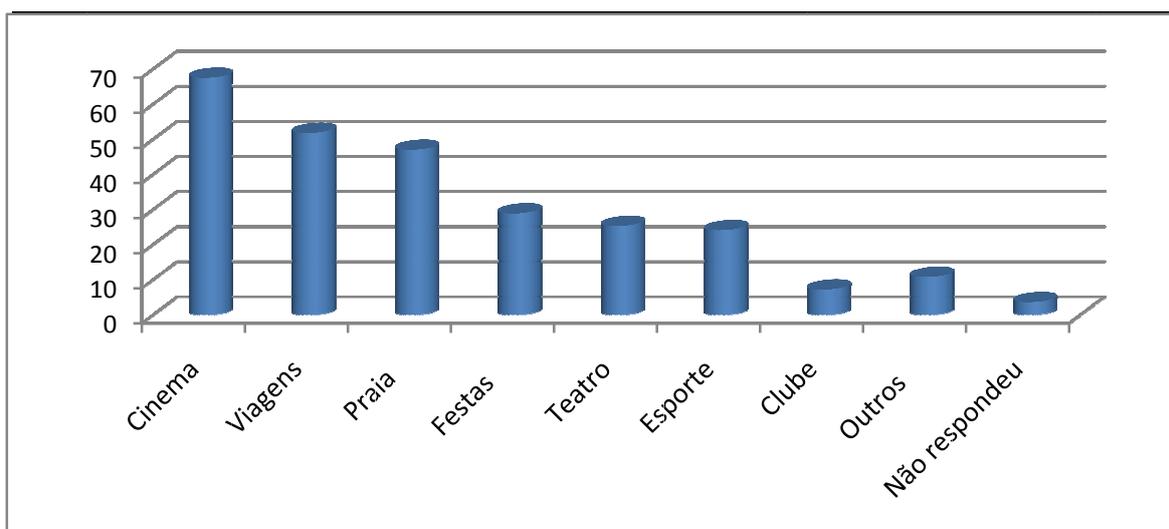


Gráfico - Principais atividades utilizadas no lazer

Outros (Leitura, Estudo, Ler revistas, Reunião em família, Música, Futebol, que dá pra fazer por trabalhar, Restaurante)

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 25 – Trabalhos realizados em casa nos finais de semana**

| Trabalhos nos finais de semana | Trabalhos da UECE |      | Outros trabalhos ligados a área docente |      |
|--------------------------------|-------------------|------|---|------|
|                                | Freq.             | %    | Freq.                                   | %    |
| Sempre                         | 40                | 48,2 | 34                                      | 41,0 |
| As vezes                       | 36                | 43,4 | 34                                      | 41,0 |
| Raramente                      | 3                 | 3,6  | 6                                       | 7,2  |
| Nunca                          | 2                 | 2,4  | 4                                       | 4,8  |
| Não respondeu                  | 2                 | 2,4  | 5                                       | 6,0  |
| Total geral                    | 83                | 100  | 83                                      | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011-11-21

A maioria( 48,2%) realiza trabalho da UECE em casa e/ou trabalhos outros ligados à atividade docente, com uma clara indissociação espaço temporal entre o trabalho e a vida pessoal. Os autores retrocitados localizam este processo numa cadeia de naturalização das relações institucionais e de fortalecimento do individualismo:

Essa naturalização presente no individualismo possessivo é um processo de formação do ser singular, sua forma de ser para a sociedade e para o trabalho, quando toma o mundo, em suas esferas natural e social, como dado, sem questionamentos das contradições que produzem essa realidade por meio da prática social humana; quando toma sua subjetividade como um “fato objetivo” e passível de um seqüestro por meio de práticas destoantes da moral vigente; quando sua qualidade se torna sua propriedade. Isso faz da organização social uma entidade metafísica que existe por ação de alguma entidade não-objetiva e, ao mesmo tempo, a objetividade social (mundo em que se vive) torna-se o critério de verdade para as ações do ser social centrado no individualismo possessivo. Ao indivíduo cabe usar suas propriedades e seus bens para a busca de um futuro próspero e feliz, e para ser próspero e feliz. Uma política social ancorada em supostos muito próximos ao neopragmatismo (p.258)

Quanto aos questionamentos sobre o ambiente de trabalho, 32,5% consideraram verdadeira a premissa de que há um grande nível de competitividade entre os colegas e 30% já foram alvo de adoecimento diretamente ligado às relações de trabalho, embora a maioria (71,1%) sinta apoio dos colegas de trabalho no desenvolvimento de suas atividades.

Algumas pesquisas nacionais localizam o adoecimento ligado ao trabalho docente, em particular doenças de cunho depressivo. Os estudos sinalizam ainda que, dificilmente, o professor solicita afastamento por conta de adoecimento, também por conta dos estigmas das doenças mentais. Quanto às formas de organização cotidiana de trabalho, os índices ficaram meio a meio entre as atividades predominantemente isoladas e as atividades predominantemente em grupo.

As próximas tabelas expressam estes dados quanto à dinâmica de trabalho, particularmente a dimensão das relações entre os pares. O lugar privilegiado de encontro profissional dos professores ocorre nas reuniões colegiadas, onde são debatidas as questões individuais e coletivas. É ainda neste âmbito que a gestão da universidade chega mais diretamente ao professor, no que diz respeito ao controle de seu processo de trabalho; é aqui que ele precisa expor sua CDS, entregar relatórios do andamento de seu grupo e é nesta instância que se coloca a aprovação de suas solicitações. A tabela 29

expressa a participação de 80% nas reuniões do colegiado, entretanto o formato nem sempre garante uma perspectiva coletiva das atividades; assim é que podemos verificar na tabela 26 sobre o ambiente de trabalho, em que 45,5% consideram realizar as suas ações de trabalho de forma isolada.

**Tabela 26 – Saúde do ambiente de trabalho**

| Condições de trabalho   | Verdadeiro |      | Falso |      | Não respondeu |      | Total |     |
|---|------------|------|-------|------|---------------|------|-------|-----|
|   | Freq.      | %    | Freq. | %    | Freq.         | %    | Freq. | %   |
| Você sente um grande nível de competitividade entre seus colegas                  | 27         | 32,5 | 53    | 63,9 | 3             | 3,61 | 83    | 100 |
| Você se sente apoiada pelos(as) colegas no desenvolvimento de suas atividades     | 59         | 71,1 | 21    | 25,3 | 3             | 3,61 | 83    | 100 |
| Você já sofreu processo de adoecimento diretamente ligada as relações de trabalho | 25         | 30,1 | 56    | 67,5 | 2             | 2,41 | 83    | 100 |
| Você já sofreu alguma situação de assédio moral no ambiente de trabalho           | 9          | 10,8 | 72    | 86,7 | 2             | 2,41 | 83    | 100 |
| Você desenvolve suas atividades docentes predominante de forma isolada            | 38         | 45,8 | 42    | 50,6 | 3             | 3,61 | 83    | 100 |
| Você desenvolve suas atividades docentes predominante em grupo                    | 38         | 45,8 | 41    | 49,4 | 4             | 4,82 | 83    | 100 |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 27 – Participação em cargos atualmente**

| Participação  | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Sim           | 41    | 49,4 |
| Não           | 40    | 48,2 |
| Não respondeu | 2     | 2,4  |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte : pesquisa direta 2011

**Tabela 28 – Cargo(s) ocupado(s)**

| Cargo                         | Freq. | %    |
|-------------------------------|-------|------|
| Coordenador(a) de curso       | 16    | 37,2 |
| Diretor(a) de Centro          | 1     | 2,3  |
| Coordenador(a) de Estágio     | 7     | 16,3 |
| Diretor de Pesquisa / PROPGPq | 1     | 2,3  |
| Membro de conselho            | 1     | 2,3  |
| Vice Coordenador(a)           | 4     | 9,3  |
| Assessor de Direção do CH     | 1     | 2,3  |
| Coordenador de Laboratório    | 4     | 9,3  |
| Conselheiro                   | 1     | 2,3  |
| Assessor de Coordenação       | 1     | 2,3  |
| Coordenador de Especialização | 1     | 2,3  |
| Coordenador de Monografias    | 1     | 2,3  |

|                               |    |     |
|-------------------------------|----|-----|
| Presidente do Comitê de Ética | 1  | 2,3 |
| Membro da CEV                 | 1  | 2,3 |
| Não respondeu                 | 2  | 4,7 |
| Total geral                   | 43 | 100 |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 29– Participação nas reuniões do colegiado**

| Participação  | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Sim           | 80    | 96,4 |
| Não           | 1     | 1,2  |
| Não respondeu | 2     | 2,4  |
| Total geral   | 83    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 30– Frequência com que participa das reuniões**

| Frequência    | Freq. | %    |
|---------------|-------|------|
| Sempre        | 69    | 89,6 |
| As vezes      | 3     | 3,9  |
| Não respondeu | 5     | 6,5  |
| Total geral   | 77    | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

Ainda na perspectiva de compreender o perfil deste professor, indagamos questões que nos mostrassem o nível de acesso á cultura como um dos elementos importantes na formação do professor. A maioria (56,6%) expressou frequência mensal, entretanto o tempo da última leitura não didática teve uma frequência variável e bem mais baixa (tabela 32)

**Tabela 31– Periodicidade com que frequenta locais culturais**

| Periodicidade com que frequenta    | Livrarias |      | Bibliotecas |      | Teatro |      | Cinema |      |
|------------------------------------|-----------|------|-------------|------|--------|------|--------|------|
|                                    | Freq.     | %    | Freq.       | %    | Freq.  | %    | Freq.  | %    |
| Semanal                            | 9         | 10,8 | 16          | 19,3 |        |      | 13     | 15,7 |
| Mensal                             | 47        | 56,6 | 21          | 25,3 | 12     | 14,5 | 35     | 42,2 |
| Semestral                          | 17        | 20,5 | 25          | 30,1 | 32     | 38,6 | 14     | 16,9 |
| Raramente                          | 1         | 1,2  | 4           | 4,8  | 12     | 14,5 | 6      | 7,2  |
| Anual                              | 2         | 2,4  | 2           | 2,4  | 3      | 3,6  |        |      |
| Internet (Compro livros pela Rede) | 1         | 1,2  |             |      |        |      |        |      |
| Todo dia                           | 1         | 1,2  |             |      |        |      |        |      |
| Monta a sua própria                |           |      | 1           | 1,2  |        |      |        |      |

|               |    |     |    |      |    |      |    |      |
|---------------|----|-----|----|------|----|------|----|------|
| Não vai       |    |     | 2  | 2,4  | 4  | 4,8  | 3  | 3,6  |
| Não respondeu | 5  | 6,0 | 12 | 14,5 | 20 | 24,1 | 12 | 14,5 |
| Total geral   | 83 | 100 | 83 | 100  | 83 | 100  | 83 | 100  |

Fonte: pesquisa direta 2011

**Tabela 32– Tempo aproximado em que fez última leitura de literatura não didática**

| Leitura de literatura | Freq. | %    |
|-----------------------|-------|------|
| Diariamente           | 14    | 16,9 |
| Semana                | 6     | 7,2  |
| Mês vigente           | 9     | 10,8 |
| 1 mês                 | 6     | 7,2  |
| 2 meses               | 3     | 3,6  |
| 3 meses               | 7     | 8,4  |
| 4 Meses               | 10    | 12,0 |
| 6 Meses               | 5     | 6,0  |
| 1 ano                 | 3     | 3,6  |
| 2 anos                | 3     | 3,6  |
| Não lembro            | 2     | 2,4  |
| Total geral           | 68    |      |

Fonte: pesquisa direta 2011

#### **4.3.3. Estratégias e representações individuais sobre o trabalho docente e a Universidade**

Ainda na perspectiva de mapearmos as reiteraões e resistências ao ideário liberal no cotidiano acadêmico, indagamos a partir de questões abertas sobre as estratégias de organização do trabalho, nas condições de trabalho. Observamos que a maioria dos entrevistados apontou saídas, que individualmente, utilizam para responder às demandas institucionais. Criatividade, motivação individual, e dedicação constituem elementos apontados por todos os 83 docentes abordados, bem como o planejamento das atividades. A internet é apontada como uma aliada da pesquisa; e ainda o intercâmbio com outras disciplinas. A preparação das aulas foi apresentada por todos como a estratégia básica de enfrentamento dos desafios.

Observamos nas respostas a predominância de uma perspectiva individual de estratégia, onde apenas um colocou a colaboração de outros colegas para atuar no cotidiano institucional como fator para o favorecimento do enfrentamento. O interessante é que se evidencia aqui uma contradição: mesmo com a maior presença

dos grupos institucionalizados, o enfrentamento via estratégias cotidianas não é citado pelos professores. A saída é pensada a partir da perspectiva pessoal e individualizada. Os grupos não necessariamente levam a uma direção mais coletiva na instituição.

Na perspectiva das respostas individuais, comparece ainda uma leitura moralista das posições assumidas pelos professores, quando sinalizam que dependendo do nível de compromisso e seriedade, as respostas se darão a contento das demandas institucionais. Ninguém citou a luta coletiva como uma possível estratégia de enfrentamento global.

O cotidiano no contexto da ideologia liberal pode favorecer o pensamento e atitudes muito presos à própria individualidade, seus ritos e ritmos. O próprio uso de recursos pessoais dá crédito à resposta do indivíduo e uma descrença em relação a luta coletiva e com as próprias relações à institucionais. Algumas vezes, o próprio oprimido assume o discurso do opressor e adere à dominação, sem atentar para suas contradições.

O que também atesta o pragmatismo das respostas é a insistência na questão do esforço individual para driblar as tantas demandas profissionais. A importância da reciclagem e atualização individual como elemento essencial dada a natureza da profissão foi também apontada. Os dilemas são reduzidos à dimensão pragmática da atitude individual, adequada para sua superação e a validade das coisas está na sua utilidade prática.

Macário (2010) recuperando a relação indivíduo e sociedade, reforça a idéia de que, ante à perspectiva liberal de sociedade, a alienação se faz presente numa aparente oposição entre o indivíduo e a sociedade. O pensamento e a ação individual, porém se constituem socialmente. De fato, há uma produção simultânea do indivíduo e das instituições sociais. Perante a alienação, todavia, o processo aparece apartado, daí a liberdade compreendida como exclusiva do exercício individualizado, seja para modificar ou para manter a ordem. A alienação determina que o indivíduo não se reconheça como constituinte da própria ordem que o oprime.

A vida cotidiana é a esfera onde se operacionalizam as ações singulares perante as exigências, em que o conteúdo social da alternativa e a escolha feita pelo sujeito não são independentes entre si (COSTA, 2007). Nesta dinâmica, logicamente, o indivíduo aceita ou nega as normas sociais estabelecidas, mas este processo está mediado pela alienação que cerca a sociabilidade.

Sobre o papel da Universidade, as respostas<sup>183</sup> dos nossos 83 entrevistados variaram entre a interação social, promover o desenvolvimento social, científico e tecnológico, via produção e disseminação do conhecimento; promoção da formação profissional para o mercado e para a vida foi a resposta mais comum. Um apenas anunciou a socialização crítica, três disseram não saber e um disse duvidar que a UECE tenha este papel, e outro que o papel da Universidade está definido no PDI da Instituição, numa definição mais impessoal e mais institucional sobre o papel da universidade. Apenas três dos 83 citaram o tripé ensino, pesquisa e extensão como o elemento definidor de seu papel.

Quanto ao papel dos docentes, os professores investigados identificaram, em especial, as principais categorias e valores levantados competência, criticidade, interação com o papel da instituição, compromisso com o tripé ensino, pesquisa e extensão e formação para a cidadania. A dimensão da formação ética ficou bem destacada, na perspectiva de atenção a que valores os docentes estão ajudando a formar nos alunos. As respostas se centralizam em três dimensões: educação, formação e criticidade. Com algumas exceções, o papel do professor identificado na maioria das respostas (80%) ficou bastante delimitado para a esfera da sala de aula e do ensino. A imagem, mesmo do professor universitário, está quase sempre associada ao ensino e seu papel compreendido na relação ensino/aprendizagem.

Sobre a questão do financiamento, os professores responderam de forma variada. O maior contingente dos entrevistados (85%), entretanto, citou o Estado como aquele que deve ser o responsável pela manutenção da Universidade. O restante 15% incluíram também a iniciativa privada, bem como a parceria público-privada. Um dos entrevistados mencionou que não há interesse por parte da iniciativa privada em investir na universidade. Os órgãos de fomento foram citados praticamente por todos (85%).

Os dados que aqui escolhemos para expor não esgotaram todos os elementos que coletamos em campo; também ainda não esgotamos o potencial de reflexões que sinalizam. Mas em nossa compreensão, selecionamos as informações mais relevantes da pesquisa para efeito do foco de nosso objeto: a relação dos professores com a condição e ideologia liberal, expressa no produtivismo, privatizações e burocracias na UECE. Enxergamos nestes dados,

---

<sup>183</sup> Verificar totalidade das respostas no anexo

entretanto, condição de alimentar novas reflexões sobre o cotidiano de nossa universidade.

Nas primeiras aproximações com a temática docência e universidade, tínhamos a experiência de trabalho na área e a militância no movimento docente como impulsionadoras do interesse para este estudo. O contato empírico e reflexivo com os dilemas vividos por nós docentes na realidade de uma universidade que só recentemente (anos de 1990), encontrou na luta sindical a possibilidade de enfrentamento, nos instigou a compreender o significado das novas configurações do trabalho docente e sua reprodução no cotidiano da UECE. Não apenas para evidenciar suas particularidades, mas reconhecer os impactos políticos do ideário liberal, articulado na instituição por via de três elementos centrais: os processos de privatização interna (cursos pagos e IEPRO), a burocratização e as exigências produtivistas da atividade docente (no controle da atividade do professor via CDS e PAD) e o investimento na captação de recursos (a exemplo dos editais) como amparo para garantir as condições de trabalho dos grupos de pesquisa.

Realizamos a pesquisa, englobando na investigação, professores, grupos, gestores e sindicalistas. Além destas “vozes”, nos amparamos na pesquisa documental disponibilizada pela UECE e pelo Sinduece. Nosso intento de averiguar a cotidianidade nos colocava a necessidade de utilizar várias frentes na coleta de dados. Encontramos, entretanto, muitas resistências no campo de pesquisa, ainda que tenhamos seguido todos os trâmites institucionais e submetido o projeto ao Comitê de Ética da instituição: o tempo e disposição dos docentes para responder ao questionário, o acesso a agenda dos líderes dos grupos de pesquisa, as dificuldades com as informações na instituição, quase sempre reservadas a poucos funcionários ou mesmo, desencontradas ou ainda desatualizadas.

Na dificuldade de acesso aos líderes dos grupos de pesquisa identificamos o significado de como estes vivem a dinâmica institucional de forma intensa, repartindo o tempo em aulas na graduação e pós-graduação, orientações, concorrência de editais, pesquisa, elaboração de relatórios, participação nas reuniões dos colegiados, congressos, elaboração de artigos etc. Em um de nossos contatos, tivemos o adiamento de três vezes para conseguirmos fechar a entrevista, ante os compromissos institucionais do docente. Apesar de identificarmos o sigilo da pesquisa, observamos a reserva de outros em responder ao questionário ou ceder entrevista, com receio de ser algo para controle de seu trabalho quando

solicitávamos para comentar sobre sua CDS, ou receio de nas respostas, expor o pensamento sobre a gestão da instituição.

Identificamos no processo investigativo, que, há por parte dos professores e grupos, a consciência dos problemas enfrentados na instituição (financiamento, intensificação do trabalho) como algo que é hoje constante nas instituições públicas. A postura sobre isto, no entanto, possui nuances diferenciadas: enquanto docentes vivem “religiosamente” a razão produtivista e burocrática, outros a questionam em seus colegiados, embora não encontrem formas de a ela resistir. Os professores presentes no Seminário UECE PÚBLICA e DEMOCRÁTICA, além de questionaram o pragmatismo e burocratismo institucional, propuseram mecanismos de trazer estes elementos ao debate público na UECE, questionando inclusive o estímulo da gestão para a participação dos professores na concorrência dos editais. Apontaram ainda a necessidade de extinção processual do IEPRO, iniciando com a defesa de garantias da transparência de sua relação com UECE e com seus gastos.

Um dos dilemas mais comentados na instituição é que, ela exige via PAD, um reconhecimento oficial de toda e qualquer atividade docente, só reconhecida se passa pelo registro via portaria, entretanto a própria instituição realiza morosamente os processos burocráticos. O professor só terá descontada sua carga horária de pesquisa ou extensão na CDS, se o seu projeto já tiver tramitado em todas as instâncias necessárias. Por conta disto, encontramos várias situações em que o docente já se encontra na operacionalização da atividade, mas ela só constará na carga didática semanal, após aprovação formal. Do ponto de vista da gestão, o PAD é tomado como absolutamente legítimo, pois criou um padrão e regulamentação da atividade docente, evitando possíveis clientelismos nas relações institucionais. Ressalte-se, no entanto, que, nenhuma legislação por si só elimina as possibilidades de relações clientelistas numa instituição. Além destas críticas, pontua-se que o PAD não incorpora a dimensão militante e política dos docentes, dado que não inclui as atividades de representação em entidades sociais e políticas.

As estratégias dos professores perante a intensificação do trabalho docente na UECE, privilegiam formas individualizadas de atendimento ao modelo vigente, criando alternativas pessoais, citadas como organização, disciplina, criatividade, uso do tempo de lazer; o trabalho em grupo, embora menos citado, também foi exposto como uma alternativa para a atual dinâmica do trabalho docente. A maioria praticamente absoluta (95%) reconhece que o Estado deve ser o grande financiador,

porém, alguns citam o IEPRO como a única forma de viabilizar projetos com o mercado, diante da escassez de recursos repassados pelo Governo. Alguns apontam assim a fundação como um “mal necessário” à instituição.

A reprodução social pelo complexo social da ideologia, se dá na tensão entre reiterações e resistências que se materializam na cotidianidade do professor. Os elementos externos de definição do trabalho docente se materializam na instituição e aparecem neste cotidiano como um poder institucional. Neste processo entra a particularidade do cotidiano no capitalismo. Segundo assere Netto (1996), os constrangimentos da dinâmica cotidiana exigem que os indivíduos respondam a eles sem pôr em causa a sua objetividade natural:

....mesmo o solipista mais extremo, atravessando uma avenida, estuga o passo para escapar de um veículo, sem questionar a natureza da sua representação mental. A mesma dinâmica requisita dos indivíduos respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a construção de resultados eficazes- o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade. (.IDEM :1996: 68).

A forma própria da individualidade social na ordem burguesa e a atualização da ideologia dominante liberal a serviço da restauração do capital, reproduzem um cotidiano reificado (que separa a experiência singular da consciência humano-genérica), onde se responde funcionalmente às situações, com manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes. Arguidos sobre as possibilidades de enfrentamento, a maioria dos professores se prendeu a localização de estratégias individuais que mobiliza para responder ao pragmatismo que não deve e nem põe em questão, a raiz e contradições dos elementos que compõem a vida cotidiana. Netto (idem) nos lembra que a cotidianidade é ineliminável e impõe aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, cujos pensamento e prática se expressam num *materialismo espontâneo* e num *tendencial pragmatismo*. . Mesmo as experiências de suspensão da vida cotidiana pela arte, ciência e trabalho criativo não cortam a cotidianidade, embora o retorno a esta num contexto de tensão cotidianidade e suspensão, supõe um indivíduo mais refinado e de consciência elevada.

Naturaliza-se assim a condição de levar trabalho para casa, considerando tranquilo e normal dormi quatro horas por dia, fortalecendo a *indissociabilidade do tempo pessoal e de trabalho*<sup>184</sup>. As estratégias indicadas pelos entrevistados em sua maioria, por exemplo, fizeram referência a um indivíduo que tem na competência pessoal, a garantia de sua sobrevivência frente às demandas de polivalência: dependendo da criatividade, da organização, da seriedade. A vivência em grupo não necessariamente potencializa na academia, a constituição de novos mecanismos de resistência à lógica liberal, antes podem ser via de realização desta, tendo a competição como elemento instigado institucionalmente pela escassez de recursos.

A compreensão das expressões de reiteraões e resistências postas no cotidiano<sup>185</sup> do trabalho docente ante a ideologia e prática neoliberal, se adensa a medida em que as reconhecemos no dia a dia dos indivíduos, porém sem abstraí-las do processo de disputa de projetos sociais, portanto, no contexto da luta pela hegemonia que mobiliza e tensiona as classes sociais em diferentes perspectivas. Mesmo a posição de não reconhecimento do indivíduo quanto as forças e contradições sociais que impulsionam o produtivismo, o burocratismo e o pragmatismo acadêmico faz parte da constituição e afirmação da ideologia dominante, como também nem sempre se realiza de forma apenas consciente os processos de resistência. A resistência à lógica racionalizadora da dominação não necessariamente se coloca numa perspectiva coletiva de práticas de superação do status quo ou num horizonte emancipatório. Na nossa pesquisa entretanto, optamos evidenciar os depoimentos que mais claramente correspondem à tensão reiteração/resistência à ideologia neoliberal. As leituras diferenciadas de gestores e líderes do movimento docente sobre a reestruturação da universidade são exemplos típicos desta polarização. Não descartamos contudo, as expressões das mudanças do *ethos* acadêmico na condição e percepção dos docentes do “chão de fábrica” que vivem, sentem e analisam as mudanças na dinâmica dos grupos, no controle burocrático sobre suas atividades e na intensificação de suas atividades.

A reprodução de um ideário se materializa na tensão das contradições em que se realiza. A “adaptação” eventual a uma norma e uma exigência acadêmica de

---

<sup>184</sup> Sguissardi e Silva Júnior (2009)

<sup>185</sup> Padilha (2006) expressa a referência ao cotidiano como espaço contraditório e complexo, onde se reproduz as relações sociais, mas também um lugar de resistência e questionamento da realidade. Assim, a experiência cotidiana, além de ser o espaço da reprodução, da alienação, é também o espaço de enfrentamento e possibilidades de transformação.

produtividade, por exemplo, pode ser também uma forma de disputar espaços com vistas a alimentar outros processos de resistência na construção de uma hegemonia alternativa à dominante. Observamos assim, que a questão da reprodução é algo complexo e não pode ser compreendido de forma maniqueísta a relação reiteração e resistência, quando observamos a pluralidade de situações que se constituem na cotidianidade.

Estas contradições, contudo, não evaporam o significado das tendências mais conservadoras. Se assim fosse, trataríamos a tensão reiteração e resistência na ótica de um relativismo liberal, a depender exclusivamente da intencionalidade dos indivíduos. Mesmo localizando a densidade/complexidade que compõe esta tensão na escolha dos indivíduos, é preciso identificar as marcas e fundamentos que tornam as práticas e posições acadêmicas que tendencialmente negam ou reforçam o ideário neoliberal na instituição. Ainda que possuam suas especificidades de funcionário público com relativa autonomia, é preciso lembrar também que os docentes das universidades públicas, possuem condicionalidades na realização de seu trabalho e o reconhecimento institucional de suas atividades passa por um conjunto de normatizações.

Mesmo resistências com claro significado político se colocam no contexto do espaço contraditório das instituições. O ideário neoliberal se expressa num conjunto de elementos internos e se asseguram na aprovação de uma legislação externa e interna que lhe dá suporte e legitimação. A legislação que verificamos nos documentos da instituição pesquisada, asseguram os cursos pagos, a existência da fundação de direito privado, as modalidades de cursos a distância, o controle e hierarquia das atividades do professor via PAD, a parceria instituição-empresa, a venda de serviços. A legislação aparece institucionalmente como uma força social indeterminada, a serviço do suposto bom senso e dos interesses da instituição, num conceito formal-abstrato desta, sem expressar o conjunto de suas tensões e contradições.

Ensaíamos problematizar estas questões, tomando como referência o debate sobre o cotidiano e a reprodução da ideologia, na tentativa de captar como nas particularidades da cotidianidade própria do capitalismo, como as pessoas se apropriam da ideologia dominante, no caso, o ideário liberal que se instala nas instituições de forma muito clara, por via de redução de gastos públicos privatizações internas compensatórias e valores liberais como o individualismo, a

naturalização da intensificação do trabalho pragmático, a concorrência entre os pares. Neste ensaio, reconhecemos que a despeito de termos tocado nas categorias ônticas adequadas do objeto em questão (reprodução, ideologia liberal, cotidiano), o tempo dedicado à investigação empírica e ainda, a demora no reconhecimento destas categorias, não nos permitiu maiores aprofundamentos.

Na busca por mapear na instituição as reiteraões e resistências, identificamos mesmo nos limites da pesquisa, diferentes posições ante o contexto de reestruturação acadêmica que vive a instituição. O que reforçou a nossa apropriação enfrentada no contato com estudiosos marxistas sobre a relação indivíduo e sociedade, mediada pelas determinações do cotidiano próprio da ordem burguesa: heterogêneo, imediatista e fundamentado na superficialidade extensiva. A necessidade de continuidade da vida cotidiana tornaria o produtivismo, o burocratismo, as privatizações como dados naturalizados de toda e qualquer instituição moderna. Não é estranho a este processo que os sindicalistas observem colegas que antes dedicavam algum momento à militância, não priorizarem nem mesmo as assembléias colocando a intensificação do trabalho como o impedimento real a qualquer forma de engajamento. Não podemos deixar de refletir ainda que a tensão entre reiteração e resistência não se esgota na participação ou não ao movimento político, pois nos espaços de dedicação à pesquisa acadêmica entra em jogo a disputa por saberes, perspectivas de leituras de realidade que também fazem parte dos processos das lutas sociais. Em particular, o conservadorismo que tem como lastro o ideário neoliberal também se expressa nas análises superficiais da realidade, no retorno significativo do chamado *irracionalismo pós-moderno*. Então, embora não tenhamos problematizado a disputa da direção social e política na produção do conhecimento, consideramos que também neste campo se processa o debate e a disputa ideológica, reiteraões e resistências. Nestas situações, entra em questão que a participação nos instrumentos disponíveis como os editais, pode significar a ocupação de um espaço importante no debate acadêmico e na disputa pela direção do conhecimento em favor da perspectiva das classes trabalhadoras.

A abrangência do debate sobre o ideário liberal nas instituições pode mobilizar investigações outras no campo da moral, da política, do trabalho etc. Optamos nesta pesquisa, apurá-lo nas suas manifestações fenomênicas relacionadas à universidade (privatismo, burocratismo, produtivismo) e por conseqüência, os seus impactos no trabalho docente, tanto do ponto de vista do

controle deste, quanto nas diferentes posturas que nascem desta seara. Nesta empreitada, observamos um pouco dos elementos históricos de formação da universidade.

As alterações ocorridas na relação da universidade com a sociedade embora se intensifiquem no período neoliberal, tem suas raízes na nova relação entre produção e conhecimento que a modernidade trouxe. A razão liberal não é exclusiva da sociedade hodierna, mas nasce e cresce com a ordem burguesa. Acrescente-se a isto, a dimensão política que envolve as relações centro e periferia no capitalismo. Todos os indicativos de ajuste estrutural apresentados pelos organismos multilaterais aos países periféricos tomam a educação como elemento de garantia para a equidade, crescimento do potencial de concorrência dos países e adequação às novas exigências do mercado internacional. O indicativo de ampliar o ensino superior põe em xeque a adequação do padrão Humboldt de universidade (articulação ensino e pesquisa) para os países pobres, sendo mais apropriado, elevar o acesso por via da massificação, privatização e superficialização das modalidades de ensino, como é o caso do EAD.

O indicativo desta agenda não é algo apenas externo, mas acatado inclusive por governos eleitos pela tradição de esquerda em nosso país. Também não se nutre nas relações institucionais apenas como fator externo de imposição, antes encontrando adesões no cotidiano destas. O ideário liberal, intensificado na agenda ideológica do fim da história, se hegemoniza no cotidiano acadêmico por via dos elementos de intensificação e controle que mapeamos ao longo deste texto: privatismo, produtivismo, e burocratismo. Reiteramos, resistimos, enquanto a relação da produção do conhecimento estiver subjugada aos interesses da sociedade da mercadoria. Até que ponto, as resistências potencializarão caminhos alternativos, é uma questão posta nos dilemas da contemporaneidade para os que ainda mantêm o socialismo como horizonte.

Ao longo do texto, sinalizamos vez por outra, a complexidade da categoria de professores, tendo em vista o debate dos interesses de classe, por isso compreendemos que este debate sobre resistir e reiterar pode se tornar relativo, quando pensamos nos interesses em jogo. Sabemos, entretanto, que a relação com a classe passa também por uma opção ideológica. Encontramos no nosso cotidiano acadêmico diferentes posições frente à ideologia liberal; de fato o processo de proletarização que estávamos submetidos antes da conquista do PCCV no início dos

anos 2000, trouxe para a realidade das assembleias sindicais, ampla adesão ao movimento paredista. Hoje, no entanto, a crise sindical que assombra outros setores do trabalho, também chegou à UECE.

Por fim, queremos pontuar que, nossa investigação coloca em relevo, várias questões que podem ser refletidas e problematizadas, não só pelos professores, mas por estudantes e funcionários da UECE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não estou propondo pesquisas para saber qual o nosso lugar na sociedade ou com a nossa relação com a sociedade. Estou preocupada com o modo pelo qual somos sociais, o modo pelo qual a base econômica, material da sociedade brasileira determina o que se passa no nosso trabalho, o modo como a fragmentação, a dispersão, a tercerização são produzidas e reproduzidas por nós, aqui. Fazer dessas questões um dos nossos temas de pesquisa fará que não nos coloquemos numa atitude meramente defensiva, mas combativa.”*

*Marilena Chauí in Escritos sobre a universidade, 2001*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das mutações societárias, em particular o neoliberalismo<sup>186</sup>, tem ocupado significativas pesquisas e reflexões no campo da educação e da sociologia do trabalho. Na presente investigação, buscamos reconhecer a processualidade desta dinâmica na cotidianidade do trabalho docente na UECE, tendo em vista que as recentes mutações societárias impactaram de forma contundente, as condições de vida, a subjetividade e a organização política das classes trabalhadoras, atingindo também a academia e o trabalho dos professores universitários das estaduais públicas, em particular por via de alguns elementos: 1) ampliação da política de contratação temporária de docentes; 2) criação de mecanismos de privatização como cursos pagos; 3) gerenciamento e captação de recursos por fundação de direito privado, no caso da UECE, com o IEPRO; 4) aumento das exigências produtivistas, intensificação do trabalho e da competitividade entre os pares, via políticas de avaliação e de editais; 5) crescente burocracia em torno do controle das atividades e dos processos de trabalho; 6) conseqüente arrefecimento da participação dos professores no movimento docente e luta sindical.

Um dos elementos mais significativos envolto nestes fenômenos é a reprodução do ideário neoliberal que perpassa as instituições sociais, materializando-se por vias da adaptação e da resistência aos seus pilares. Ao focarmos as reflexões nas expressões da ideologia neoliberal no cotidiano e a

---

<sup>186</sup> O neoliberalismo como doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir sentido e direção, portanto, inteligibilidade, a sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta como um movimento social de contra-ofensiva ideológica, em escala mundial, dada sua disposição em transformar todo o mundo a sua imagem e semelhança. Uma tentativa para alcançar a finalidade de reanimar o capitalismo mediante a restauração da taxa de crescimento estáveis. No preciso sentido de encarnar a sempre renovada modalidade de dominação classista melhor afinada em relação ao conjunto das mutações contemporâneas das formas de organização da vida estatal, o neoliberalismo pode ser traduzido por um projeto hegemônico, materializado mediante uma estratégia ideológica político-econômica de passivização das conquistas das classes subalternas advindas de uma contextualidade histórica determinada pelo enfrentamento entre blocos hegemônicos, assim como pelo avanço das lutas sociais de massa ( Braga, 1996, p. 220).

relação dos docentes com este movimento, nos subsidiamos de reflexões sobre algumas categorias centrais que envolviam onticamente nosso objeto: reprodução, ideologia, cotidiano. No contato com o campo, os dados coletados nos revelaram que de fato, há um conjunto de elementos sinalizadores de práticas próprias da ideologia liberal que se expressam em vários momentos do cotidiano acadêmico da UECE: na legislação de controle do trabalho docente, na política de contratação de professores, na intensificação do trabalho docente e na naturalização de formas internas de privatização. Ainda que haja uma predominância do conformismo com a nova racionalidade operacional (própria da ideologia liberal), há diferentes perspectivas dos sujeitos que compõem a universidade frente a isso.

Os resultados do processo investigativo, munido pelas reflexões teóricas que nos cercamos, indicam algumas tendências que captamos neste estudo das particularidades da UECE. Os trabalhadores docentes sofrem de fato, os impactos econômicos, sociais e políticos da política neoliberal que se materializa no cotidiano acadêmico. Nossa investigação revelou alguns pontos destes impactos: 1) a prioridade do governo na contratação de professores substitutos desde 2006 fragiliza o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como dificulta a participação política dos trabalhadores docentes, diante da condição de não estabilidade; 2) as novas exigências acadêmicas se materializam em normas institucionais internas e externas, as quais os docentes interagem, ora aderindo, ora questionando; 3) a intensificação e diversificação das atividades retira, em parte, a presença dos docentes dos movimentos coletivos, mas isto não implica a ausência da resistência, embora sinalize o fortalecimento dos processos de *passivização* das lutas sociais<sup>187</sup> que acontece em vários setores das classes trabalhadoras, em nível internacional.

Embora compreendendo que as expressões de resistência e reiteração expressem um conteúdo bastante complexo no cotidiano das instituições, buscamos localizar estes processos na relação dos docentes com o ideário liberal presente na

---

<sup>187</sup> A orientação fundamentalmente hegemônica das “inovações estratégicas patronais de mobilização do consenso operário no âmbito fabril radica, exatamente, na quase total perda de direito por parte dos trabalhadores, ao distanciamento da norma prescritiva, da cultura dominante da e na empresa. Uma perda também que se encontra remetida ao antigo embasamento ideológico e identidades classistas, outrora vigentes no período das grandes lutas sociais e enfrentamentos explícitos, de meados da década de 1960 e início dos 70. O apagamento dessas memórias das lutas operárias, nem como o conjunto das mutações acima aludidas no âmbito da produção material, desemboca necessariamente, numa crise de formas institucionais de organização das classes subalternas. (BRAGA, 1996, P. 254)

UECE. Nosso primeiro desafio foi localizar os fenômenos na instituição, para em seguida, identificarmos continuidades e resistências dos trabalhadores docentes.

As condições econômicas e sociais que identificamos na pesquisa do perfil dos docentes investigados expressam proximidade com as condições das classes trabalhadoras, onde a melhoria salarial foi conquistada por via da luta política encaminhada por seguidos movimentos parciais nos anos 2000 que envolveram as três universidades estaduais do Ceará, mas parte destes professores ainda recorre a empréstimos para complementação de renda e tem também seus gastos com saúde e educação direcionados para o mercado.

O momento expressivo de suspensão da cotidianidade, mediado pela massiva luta docente marcou um significativo período de fortalecimento dos trabalhadores docentes que culminou com a conquista do PCCV em 2007. A condição de pior salário do Brasil em meio a um contexto de novas exigências acadêmicas neoliberais, forjou uma massificação desta luta por melhoria das condições de trabalho. Nas eleições para reitoria em 2008, parte significativa destes trabalhadores encampou a formação de uma chapa com perfil de lideranças gestadas no processo de luta do PCCV. Embora não tenhamos feito referência a isto na nossa investigação, consideramos uma umbilical relação entre o fortalecimento da luta do PCCV com a continuidade da resistência por via de uma chapa que aglutinou forças progressistas da instituição. Na nossa trajetória de investigação, contudo, observamos que atualmente o quadro de resistência coletiva apresenta claros sinais de amortecimento, sinalizados pela pouca presença dos professores nas atividades sindicais, bem como na recente divisão destas forças progressistas na recente eleição para a reitoria em 2012. Parte de lideranças nascidas daquele movimento do PCCV e da chapa alternativa na eleição de 2008 compôs uma aliança de centro-esquerda, aliando forças progressistas com forças conservadoras presentes no quadro institucional. Apesar de se configurar uma outra chapa alternativa nesta recente eleição, houve uma clara divisão das forças progressistas então reunidas na eleição de 2008.

A constituição histórica do neoliberalismo na UECE se expressou primeiramente por via da proposta do CIC para a instituição, que indicava naquele momento, que a classe dominante empresarial tinha um projeto explícito para as instituições de educação no Ceará que estivesse em sintonia com o chamado Pacto de Cooperação. Embora o governo Cid Gomes, seja colocado pelos analistas

políticos, como uma gestão dentro dos parâmetros da era Tasso, não se expressou nos últimos tempos nenhum esboço mais claro de qual projeto de universidade sua gestão se compromete. Do contrário, os indicativos de pouco investimento, a dura postura de não realização de concurso para professor efetivo, há muito reivindicado pelos diferentes sujeitos da UECE, a prioridade de contratação tercerizada de professores e servidores e as falas públicas de indicativos para proposta de federalização das universidades estaduais, parecem sinalizar pouco ou nenhum interesse de retomar a ideia da universidade voltada para o semi-árido, para o desenvolvimento sustentável da região, elementos outrora sinalizados. A classe dominante local deixou de ter um projeto para as universidades estaduais cearenses? Qual relação deste processo com a ampliação da rede privada de ensino no Ceará demonstrada pela pesquisa do INEP? São questões que nossa pesquisa extraiu da atual situação da UECE, que pode ser objeto de outras pesquisas na academia. A angústia presente nos depoimentos extraídos do Seminário UECE pública e democrática expressaram principalmente um sentimento de que há um claro descaso por parte do governo quanto às universidades estaduais cearenses.

Sobre a dinâmica de controle institucional sobre os trabalhadores docentes, identificamos que as normas institucionais têm levado a cabo um claro processo de burocratização das atividades docentes na UECE. Esta burocratização tem sua razão de ser na organização institucional, mas sua dinâmica não está fora dos processos de reprodução da ideologia do pragmatismo e resposta funcional às novas exigências de eficácia na ótica neoliberal.. Isto incide sobre o trabalho docente como uma coisa a ser seguida, sem muitas vezes ser reconhecida a motivação de sua origem e sem a identificação de sua razão de ser quando não aparece explicitamente o conteúdo classista de controle sobre os trabalhadores. Sinalizamos alguns elementos da reforma administrativa (que recentemente se processou na UECE) que indicam um processo de operacionalização em sintonia com os indicativos e proposta do CIC : intercâmbio com o setor produtivo, enxugamento das chefias, controle sobre o trabalho docente por via de burocratização de seu trabalho, elemento muito presente na forma de administração dos empresários no Estado que demarca a chamada *era Tasso*. Quer dizer que, embora explicitamente não haja um projeto da classe dominante para a UECE, uma investigação mais atenta ao cotidiano institucional, pode evidenciar os processos em que o projeto neoliberal se materializa; não só pelos processos de privatização interna e precarização e

intensificação do trabalho docente, mas também no controle burocrático de suas atividades. Do nosso ponto de vista, este é outro elemento de pesquisa a ser aprofundado, pois nossa investigação provoca e indica alguns sinais, mas não aprofunda suas evidências e mediações. Expressamos alguns pontos da legislação interna, mas não exploramos a relação dos professores com estes processos, apesar de que desta situação, também poderíamos extrair reiteraões e resistências.

As estratégias de enfrentamento dos desafios do exercício cotidiano de trabalho foram elencados nas respostas à pesquisa, principalmente por via de saídas individualizadas como analisamos no último capítulo. Sguisardi e Silva Júnior (2009) estudando o trabalho intensificado nas federais utilizam a argumentação de Popkewitz (1997) sobre o individualismo possessivo que é um processo de formação do ser singular que toma o mundo social como dado, sem questionamento. Portanto a naturalização e reiteração desta cotidianidade, pelo horizonte do pragmatismo, em geral, afirma a reprodução da ideologia dominante, no caso, o ideário neoliberal. No contato com os resultados do seminário uece pública e democrática, contudo, observamos outras perspectivas de enfrentamento a este ideário, evidenciando portanto que a tensão entre reiteração e resistência se efetiva na cotidianidade, por mais que a alienação cotidiana esteja presente.

No intuito de compreender as determinações históricas de reprodução desta ideologia neoliberal nas instituições educativas, mapeamos no nosso estudo dois momentos históricos significativos para constituição deste perfil pragmático de universidade e trabalho docente : o contexto da reforma de 1968 com a dinâmica de exigências de maior profissionalização da docência em resposta às demandas da autocracia burguesa e a afirmação de sua hegemonia via modernização conservadora e o período de mutações societárias recentes que hegemonizaram o neoliberalismo. No período ditatorial, Netto (2001) expressa que havia uma refuncionalização do sistema educacional superior obediente ao modelo oferecido pelos assessores norte-americanos que comandaram os estudos para “reforma universitária”. Neste contexto já se sinalizou a entrada da “lógica empresarial” na vida acadêmica:

No ensino superior, a introdução da “lógica empresarial”, conduzindo a vida acadêmica a um patamar antes desconhecido de burocratização, teve por efeito uma racionalização segmentar que derivou numa irracionalidade

global. Aqui a política educacional lavrou, no que Cunha, (1985, 234ss) designou como perspectiva de contenção: as medidas racionalizadoras impostas pela reforma universitária (departamentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação) não só propiciaram ao Estado uma economia de recursos, como sobretudo, instauraram mecanismos de exclusão no interior do próprio sistema universitário. (Idem: p.62).

Este é um processo contextualizado num momento histórico internacional nos anos de 1960 que segundo Sguissardi e Silva Júnior ( 2009) - fundamentos nos argumentos de Popkewitz ( 1997) - de intensa profissionalização da ciência, decorrendo uma mudança de identidade universitária, onde esta instituição, além de engajar-se na economia, também o faz na política, comprometendo sua capacidade crítica e sua autonomia. Já os processos de reforma educacional a partir dos anos de 1980 tendo como pano de fundo a mundialização do capital, traz continuidades e rupturas com o período anterior; a ciência, além de profissionalizada, se expressa no processo de mercantilização da educação, cuja base valorativa se assenta na busca pragmática da eficiência, eficácia e com epicentro no individualismo como principal traço e valor. (Sguissardi e Silva Júnior, 2009, p.260)

Problematizamos estes elementos na particularidade de uma universidade que se originou no período ditatorial e hoje acompanha as mudanças societárias, no contexto de constituição da hegemonia neoliberal. A entidade empresarial CIC é na análise de Parente (2002), uma instituição política suprapartidária criada na direção de um projeto político consistente e ideologicamente estruturador. Barreira in Parente e Arruda (2002) localiza que a imagem do “grupo das mudanças” foi construída na consonância com uma expectativa geral da população de superar o momento de ausência da credibilidade dos coronéis. Assim, o grupo empresarial do CIC capitalizou os rituais de seu tempo, aglutinando intelectuais, alguns setores organizados dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e de oposição. (p.70).

Nos anos que se seguiram a proposta do CIC para a universidade, houve uma busca dos reitoráveis em adequar seus projetos de gestão a lógica

organizacional proposta pelo CIC<sup>188</sup>. Isto se expressou não apenas aos processos de consulta eleitoral, mas também se efetivou por exemplo, uma intensa reestruturação administrativa desde 1997 como já comentamos. A reestruturação administrativa se materializou com programas de modernização então indicados na proposta do CIC, a exemplo do enxugamento das chefias, com a extinção da figura do chefe de departamento, ficando a coordenação dos cursos de graduação reduzida a figura do coordenador que passou então a assumir as funções burocráticas do chefe de departamento e mantendo as funções pedagógicas próprias de sua função.

Estas alterações também trouxeram momentos de resistência da comunidade acadêmica, registrados por Lima (2003). Não trouxemos este momento, mas evidenciamos outros em que a luta política esteve fortalecida como na mobilização pelo PCCV e os processos localizados de resistência como as propostas de cursos gratuitos na pedagogia e serviço social com realização de curso gratuito de especialização destinado a supervisores de campo. Evidenciamos também as críticas de professores e estudantes presentes no Seminário Uece pública e democrática, bem como o depoimento de sindicalistas associando o atual pragmatismo acadêmico ao arrefecimento da participação nas lutas sociais. As reiteraões evidenciadas se expressaram na presença marcante do individualismo nas estratégias de sobrevivência ao contexto de novas exigências acadêmicas, na redução significativa da participação no movimento docente, na naturalização e adequação aos mecanismos de intensificação do trabalho.

A ideologia encontra na familiaridade do cotidiano, o potencial facilitador de sua reprodução, embora as contradições<sup>189</sup> que se colocam nas situações não eliminam o conteúdo da resistência. Recuperando Lukacs, Netto (1996) explicita as determinações fundamentais da cotidianidade que definem seu caráter alienante: a heterogeneidade (interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social...), a imediaticidade (a ação significa responder

---

<sup>188</sup> No estudo sobre autonomia e gestão da UECE, Lima (2003) problematiza o conceito de autonomia proposto pelo CIC. Segundo este autor, há uma nítida identidade com a universidade operacional propalada e combatida por Marilena Chauí, onde a arbitragem de contratos, a busca pela autosuficiência financeira e a interferência externa, inclusive com a possibilidade de indicar como gestores pessoas que não integram o corpo acadêmico-institucional, reduzem e maculam sobejamente a acepção do princípio da autonomia. (167).

<sup>189</sup> No cotidiano, inúmeros acontecimentos agem em escala tanto impulsionando população e indivíduos para mobilização em prol de transformações sociais importantes, quanto no sentido de sua apatia diante da situação. (COSTA, 2007, p.146).

ativamente com uma relação direta entre pensamento e ação, uma conduta imediata que garante a reprodução do indivíduo) e a superficialidade extensiva (o indivíduo responde levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam (idem, p. 67)

Este aparente isolamento de uma vida social se desenvolveu com as qualidades próprias da organização social capitalista, como identifica Iamamoto (2008): a tensão entre existência individual e o indivíduo como membro de uma classe, pensado como coletividade, é fruto do decurso do desenvolvimento histórico, próprio da sociedade burguesa. É nesta sociedade, produto da divisão do trabalho desenvolvida que passa a existir a diferença entre a vida de cada indivíduo, como particular e pessoal, e sua vida como trabalhador, subordinado a um ramo de atividade e às condições a ele inerentes. (p.62). Isto pode explicar em parte, a referência aos mecanismos de intensificação do trabalho docente como algo irreversível, onde resta a adaptação por via de estratégias individuais, não sinalizando os determinantes deste processo, nem a constituição de alternativas de resistências coletivas.

Identificamos assim que o ideário liberal se materializa no cotidiano da UECE e tem impactos sobre o trabalho docente, assim como ocorre nas universidades públicas do país, na reprodução material e ideológica de vários processos. A relação dos docentes com esta situação está mediada pela alienação própria da ideologia dominante que se assenta no cotidiano universitário, reiterada por mecanismos normativos institucionais externos (governo e política educacional<sup>190</sup>) e internos (gestão), de reprodução. Estes não eliminam as contradições; portanto, neste mesmo cotidiano pode se gestar as possibilidades de resistência, porém com maiores dificuldades, dado que o atual momento de descenso das lutas sociais e de *passivização* destas, como partes constitutivas do conteúdo da restauração do capital, impactam também no movimento docente.

---

<sup>190</sup> Elementos condicionados pelos interesses e patamar da luta de classes.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, José Ricardo. **História da Educação pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo - SP; INEP-PUC, 1989.

ALMEIDA, Maria de L. Pinto de. **Universidade pública e iniciativa privada**. Campinas – SP; Alínea editora. 2002.

ALVES, Francisco Arthur Pinheiro. **O processo de interiorização da UECE no Sertão Central**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

AMARAL, Nelson Cardoso – **Financiamento da Educação Superior-estado x mercado**, Cortez editora, 2003.

**AMARAL, N. C.** . Avaliação e Financiamento de Instituições de Educação Superior: uma comparação dos governos FHC e LULA. Atos de pesquisa em educação (FURB), v. 4, p. 321-336, 2009.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **LUKÁCS – Um Galileu no século XX**. 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. Boitempo Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Liana Brito de C. **A questão do método em Marx e Lukács**. In: Menezes (org.). Trabalho, Sociabilidade e Educação; Editora UFC.

Arcary, Valério, **Um reformismo quase sem reformas, uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**- Editora Jose Luis e Rosa, 2011.

Ávila, Rodrigo Vieira de **Dívida pública: entrave ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil** in *universidade e sociedade* 48, julho de 2011

Andery, Maria Amália Pie Abib Et Al. **Para Compreender a Ciência: Uma Perspectiva Histórica**, Espaço e Tempo, 1988.

**BARREIRA, Irllys A. F. Pensamento, palavras e obras.** In PARENTE, J.; ARRUDA, José Maria (orgs). **A era Jereissati: modernidade e mito.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BEDRAN, Paula Maria. **Produção na universidade: diário de uma micropolítica.** Belo horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda dos direitos.** São Paulo: Cortez Editora, 2008

BIANCHETI, L. **Pós-Graduação em Educação: processo e resultados de uma “indução voluntária”.** in *Revista Universidade e Sociedade* n.41, 2008.

BORON, Atílio A..**O Socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOSI, Antonio de Pádua. Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005) in *Revista Universidade e Sociedade* n.38, 2006.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Avaliação da universidade: legitimação e lógica Mercantil. In: **Revista Temporalis Suplemento**; ano II. Out. de 2001.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. (org). **O Ceará na década de 1980 – atores políticos e processos sociais.** Campinas – SP: Pontes, 2009.

CASTIEL, L.D. e SANZ VALERO- Entre o fetichismo e sobrevivência; Artigo científico é uma mercadoria? Caderno Saúde Pública, v.23, n.12. São Paulo. 2008

COSTA, Gilmaísa Macedo – **Indivíduo e sociedade –sobre a teoria da personalidade em Lukacs**; Alagoas; Edufal, 2007.

COSTA, Gilmaísa Macedo. **Lukács e as funções da consciência na reprodução social in revista outubro – nº 19 – 2011**

COSTA, Lúcia cortes. A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do **pensamento** Lukacsiano. In: **Revista Emancipação**. UFGP; 2001.

COGGIOLA, Osvaldo – Contra essa reforma universitária. In: **Universidade e Sociedade**. n.13. São Paulo, 2004.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob- Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva- In: **Universidade e Sociedade**. N.38, junho de 2006.

CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e serviços. In: **Revista USP**. São Paulo. U. 25 p. 54-61, março/abril/maio de 1995.

\_\_\_\_\_ **Escritos sobre a Universidade**. Editora UNESP: São Paulo, 2001

\_\_\_\_\_ Intellectual engajado: uma figura em extinção? in NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006

CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo, Xamã, 2003

CURY, Carlos Roberto, A educação como desafio na ordem jurídica- in Lopes (org.) **500 anos de educação no Brasil**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes e Veiga (orgs) -**500 anos da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação brasileira – projetos em disputa**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_ **A universidade temporã o ensino superior: Da colônia à Era Vargas**. 3. Edição. São Paulo. Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_ **universidade crítica: o ensino superior na república populista**; Editora Unesp, 1983.

\_\_\_\_\_ **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a reforma do nível superior**, Editora Unesp, 1988.

\_\_\_\_\_ Ensino superior e universidade no Brasil in LOPES, Eliane Marta e VEIGA, Cynthia. **500 anos de Educação no Brasil**. Autêntica, Belo Horizonte, 2003

\_\_\_\_\_ **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988

Derrida, Jacques. **A Universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DUARTE, Newton. **Crítica ao Fetichismo da individualidade**, Autores Associados, 2004

JOSE CLAUDINEI **LOMBARDI**, Jose Claudinei **Lombardi** (org.) ... Brasileira do Livro, SP, Brasil) Liberalismo e educação em debate / José Claudinei **Lombardi** & José Luís **Sanfelice** (orgs.) ... Campinas, SP : Autores Associados, Histedbr, **2007**.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F. **A reforma da educação superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para um debate**. Série Estudos (UCDB), v. n.16, p. 79-90, 2003.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. In: **Globalização e trabalho**. Caderno CRH – 24/25-1996.

EVANGELISTA, João. **Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno – Questões de Nossa época**. São Paulo: Cortez editora, 1992.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_ **Universidade e poder**. Brasília: Editora Plano, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

JOSE CLAUDINEI **LOMBARDI**, Jose Claudinei **Lombardi** (org.) ... Brasileira do Livro, SP, Brasil) Liberalismo e educação em debate / José Claudinei **Lombardi** & José Luís **Sanfelice** (orgs.) ... Campinas, SP : Autores Associados, Histedbr, **2007**.

FERRAZ, Cristiano Lima. **Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital**. In: Universidade e Sociedade 41, 2008.

FIDALGO, Fernando e OLIVEIRA, Maria Auxiliadores M. e FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A intensificação do trabalho docente: Tecnologias e produtividade**. São Paulo: Editora Papirus.

**FILGUEIRAS**, Luiz; **et all**. Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macro- Econômica nos Governos Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

GENTILLI, Pablo. (org). **Universidade na Penumbra: Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez editora, 2001.

GENTILLI, Pablo e SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HADDAD, Sergio. **O impacto nas políticas Banco mundial, OMC e FMI educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. .4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.  
IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez editora, 2000.

Iamamoto, Marilda. **Trabalho e Individuo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2008

IANNI, Otávio, BRANDÃO, Zaia (org.) Coletânea CBE- **Universidade e Sociedade**. Campinas - São Paulo: Editora Papirus. 1992

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LAMPERT, Ernani. **Universidade Docência Globalização**. RS: Editora sulina, 1999.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. In: **Revista OUTUBRO-Instituto e Estudos Socialistas** n.17, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEMENHE, Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Edições UFC, 1995.

Leher, Roberto. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**, p.19-37, disponível em [HTTP// www.Revistaoutubro.com.br/ barra edições/](http://www.Revistaoutubro.com.br/barra%20edi%C3%A7%C3%B5es/) acesso em julho de 2010.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a crise da dívida. In: **Universidade e Sociedade**. n.39. DF, 2007.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. **Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação**. Disponível em [HTTP//WWW.fae.ufmg/estado/cdrom-seminário-2008](http://WWW.fae.ufmg/estado/cdrom-semin%C3%A1rio-2008)

\_\_\_\_\_ **Crise estrutural e função social da universidade pública**. Temporalis (Brasília), v. 1, p. 15-39, 2010

LIMA, Licínio C., AZEVEDO, Mário Luiz Neves e CATANI, Afrânio Mendes. ... Nova. Campinas; Sorocaba, SP, **Avaliação**, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs). **Marximos e educação: debates contemporâneos**. Campinas – SP: Autores associados, 2008

LOPES, Eliane Marta e VEIGA, Cynthia. **500 anos de Educação no Brasil**. Autêntica, Belo Horizonte, 2003

LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

LUKÁCS, George. **Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukacs**- 3. ed. Ijuí. 2007.

LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luis (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas – SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

LIMA, João Alcimo Viana. **Gestão e Autonomia Universitária – A experiência da UECE**. Fortaleza: UECE, 2003.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos de Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1 Vol I. São Paulo, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo, Abril cultural, 1978

MAUÉS, O. **Reforma Universitária ou a modernização mercadológica das universidades públicas**. Universidade e Sociedade, Brasília, Ano XIV, n. 33, p. 22-3, jun. 2004.

MANCEBO, Deise e FÁVERO, de Lourdes (orgs). **Universidade, políticas, avaliação e trabalho docente**. Cortez editora, São Paulo, 2004

MAYORGA, Claudia. **Universidade cindida, universidade em conexão – Ensaio sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan – **O desafio e o fardo do tempo histórico**. SP: Boitempo editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

\_\_\_\_\_ **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006, 1996

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas – SP: Autores Associados, 2006

MORAIS, Elvira de Sá. **A UECE e a Política Estadual do Ensino Superior**. Fortaleza – CE: Anna Blume, 2000.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado – **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 37-62, jan./abr. 2009 37

MORHY, Lauro. Brasil - Universidade e Educação Superior. In: MORHY (org.). **Universidade no mundo**- vol.2 editora UNB- 2004.

MOTA, Ana Elizabete (org.) – **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MACÁRIO, E. **Trabalho, reprodução social e educação**. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em educação brasileira. Fortaleza: UFC, 2005.

MACÁRIO, E. e FURTADO, E. **Sociedade e Indivíduo. Sociologia da Educação**. 1 ed. Fortaleza: RDS Editora, 2009, v. 1, p. 41-64.

MARANHÃO, César Henrique . **Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais..** In: Ana Elizabete Mota. (Org.). **As Ideologias da Contrarreforma. As Ideologias da Contrarreforma**. 2ªed.Recife: Editora Universitária, 2011, v. 1.

NAVARRO, Ignes Pinto. **ANDES-SN – Um sindicato de intelectuais**. Cuiabá – MT: Editora Prisma, 2001.

MORHY, Lauro – **Brasil- Universidade e Educação Superior** in MORHY (org.) . **Universidade no mundo**- vol.2 editora UNB- 2004

NETO, Antonio Cabral – CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo – FRANÇA, Magna – QUEIROZ, Maria Aparecida de. **Pontos e contrapontos da política educacional – Uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Editora, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_ Para a critica da vida cotidiana. In: **Cotidiano, conhecimento e crítica**. Editora Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_  
**Ditadura e serviço social uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez Editora, 5. edição, 2001.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã Editora, 2010.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Reforma universitária do governo Lula – reflexões para o debate.** São Paulo, Xamã, 2004.

Nobre, Maria Cristina de Queirós. **A modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da era Tasso,** tese de doutorado -2008- UFC

ORSO, Paulino José. **Educação, sociedade e reformas universitárias.** Campinas – SP: Ed. Autores associados, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e ética. In: Neoliberalismo e o pensamento.** Cristão. Petrópolis: Vozes, 1994.

PANIZZI, Wrana Maria. **Universidade Pública, gratuita e de qualidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PADILHA, M. D. . **Criança não deve Trabalhar: PETI e sociabilidade familiar.** 1. ed. Recife: CEPE, 2006. v. 1. 265p

PARENTE, J. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito.** Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.125-144.

Paniago, Maria Cristina. **Neoliberalismo e os antecedentes da crise do Estado in** Temporalis n. 15, 2008.

PAULA, Maria de Fátima de. **A modernização da Universidade e a transformação da *intelligtzia* universitária**: Casos USP e UFRJ; Florianópolis: Insular, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo, teoria social e política**, Relume Dumará. 2005.

**Publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN**. Uberlândia, Fevereiro de 2011.

QUEIROZ, Fernanda Marques e RUSSO, Gláucia Helena Araújo e RAMOS, Sâmya Rodrigues (orgs) **Serviço Social na contra-corrente: lutas, direitos e políticas sociais**. Mossoró – RN: Edições UERN, 2010.

RANIERI Nina Beatriz. Aspectos jurídicos da autonomia universitária no Brasil. In: Steiner, João e Malnic, Gerard (orgs). **Ensino superior conceito e dinâmica**. São Paulo: Edusp, 2006.

REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (orgs). **Intelectuais e Modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMANO, Roberto. As funções sociais na universidade. **Coletânea Universidade e Educação**. ANPED. Papyrus, 1992

SABIA, Cláudia Pereira de Pádua. **A mercantilização da universidade via projetos de cooperação universidade-empresa**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as Políticas sociais e o Estado democrático**. Paz e Terra, 1996

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**, Ed. Artmed, 2003.

SASTRE, Afonso **La batalla de los intelectuales: o nuevo discurso de lãs armas e lãs letras**. Ed. Buenos Aires, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

SEMERARO, Giovanni. **Cultura e Educação para a democracia: Gramsci e a sociedade civil**, Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis**. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA Jr., João dos Reis. **Políticas públicas para a educação superior**. Editora UNIMEP, 1997.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA Jr, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2010.

SILVA, Guacira Araújo G. Campos. Sob aparente desistência, docentes sofrem com a síndrome de Burnot. In: **Revista Universidade e Sociedade**, N.41, DF, 2008.

Silva Neto, Belarmino José. **Organizações sociais: a viabilidade jurídica de uma nova forma de gestão partilhada**, Teresina, ano 7,n.50, 1 out. 2002, disponível em [HTTP//jus.com.br/revista/texto/3254](http://jus.com.br/revista/texto/3254). Acesso em 21 de fev. 2012

**Temporalis / Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2000.

TONET, Ivo. Educação e concepções de Sociedade. In: **Revista Universidade e Sociedade** n.19. DF, 1999.

TEIXEIRA, Francisco. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. In: Francisco José Soares Teixeira; Manfredo Araújo de Oliveira. (Org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as Novas Determinações do Mundo do Trabalho. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as Novas Determinações do Mundo do Trabalho. São paulo: Cortez, 1996, v. , p. 195-252

TUBINO, M.J. Gomes. **A Universidade ontem e hoje**. São Paulo: IBRASA, 1984.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na idade média**. Tradução: Carlota Botobauru. São Paulo: Educ, 1999.

Ullmann, Reinhold. Bohnen, Aloysio **A universidade das origens a renascença**. Sao Leopoldo: UNISINOS, 1994 306 p.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na idade média**. Bauru – SP: EDUSC, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

VOGT, Carlos. **Universidade e Industria – depoimentos**. São Carlos: Ed. Da UFSCar, 1997.